



**Organização
Pan-Americana
da Saúde**



Escritório Regional para as Américas da
Organização Mundial da Saúde



UFMG



NÚCLEO
PROMOÇÃO DE SAÚDE E PAZ

PODEMOS PREVENIR A VIOLÊNCIA

TEORIAS E PRÁTICAS

ELZA MACHADO DE MELO



Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial de Saúde –
OPAS/OMS

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Medicina

PODEMOS PREVENIR A VIOLÊNCIA

TEORIAS E PRÁTICAS

ELZA MACHADO DE MELO

Editora: Organização Panamericana de Saúde/
Organização Mundial de Saúde – OPAS/OMS



Podemos Prevenir a Violência

Teorias e Práticas

Elza Machado de Melo

Direitos exclusivos

© 2010 Organização Pan-Americana da Saúde – Representação Brasil

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total dessa obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Tiragem: 1.ª edição – 2010 – 1000 exemplares

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – REPRESENTAÇÃO BRASIL

Unidade Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Saúde Ambiental

Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 CEP: 70800-400 Brasília/DF – Brasil

<http://www.paho.org/bra>

Diego Victoria

Representante da Organização Panamericana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) no Brasil

Diego Gonzalez Machin

Coordenador da Unidade Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Saúde ambiental.

Maria Alice Barbosa Fortunato

Consultora Nacional da Unidade Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Saúde ambiental

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG

Faculdade de Medicina

Av. Alfredo Balena, 190 Belo Horizonte Minas Gerais Brasil CEP: 30130100

<http://www.medicina.ufmg.br>

Francisco José Penna – Diretor/FM/UFMG

Programa de Cooperação Técnica e Científica entre a Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Medicina e OPAS/OMS

Elza Machado de Melo

Coordenação do Projeto Promoção de Saúde e Prevenção da Violência/Programa de Cooperação FM/UFMG e OPAS/OMS

Revisão de Língua Portuguesa

Bárbara Sampaio Costa, Maria Lina Soares Souza, Maria Clara Xavier Leandro

Impresso no Brasil./ Printed in Brazil

Ficha catalográfica

Melo, Elza Machado;

Podemos prevenir a violência. Elza Machado Melo/ Brasília: Organização Pan- | Americana da Saúde, 2010.
278 p.: il. Série: Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.

1. Violência 2. Prevenção e controle I. Organização Pan-Americana da Saúde. II. Universidade Federal de Minas Gerais. III. Título.

NLM: WA 335

A noite dissolve os homens

A noite desceu. Que noite!
Já não enxergo meus irmãos.
E nem tão pouco os rumores que outrora me perturbavam.

A noite desceu. Nas casas, nas ruas onde se combate,
nos campos desfalecidos, a noite espalhou o medo e a total incompreensão.
A noite caiu. Tremenda, sem esperança...
Os suspiros acusam a presença negra que paralisa os guerreiros.

E o amor não abre caminho na noite.
A noite é mortal, completa, sem reticências,
a noite dissolve os homens, diz que é inútil sofrer,
a noite dissolve as pátrias, apagou os almirantes cintilantes!
nas suas fardas.

A noite anoiteceu tudo... O mundo não tem remédio...
Os suicidas tinham razão.

Aurora, entretanto eu te diviso,
ainda tímida, inexperiente das luzes que vais ascender
e dos bens que repartirás com todos os homens.
Sob o úmido véu de raivas, queixas e humilhações,
adivinho-te que sobes, vapor róseo, expulsando a treva noturna.

O triste mundo fascista se decompõe ao contato de teus dedos,
teus dedos frios, que ainda se não modelaram mas que avançam
na escuridão como um sinal verde e peremptório.

Minha fadiga encontrará em ti o seu termo,
minha carne estremece na certeza de tua vinda.

O suor é um óleo suave, as mãos dos sobreviventes
se enlaçam, os corpos hirtos adquirem uma fluidez, uma inocência, um perdão
simples e macio...

Havemos de amanhecer.
O mundo se tinge com as tintas da antemanhã
e o sangue que escorre é doce, de tão necessário
para colorir tuas pálidas faces, aurora.

Carlos Drummond de Andrade
Do livro Sentimento do Mundo

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus filhos
Pedro e Lucas, que me ensinaram a ser mais feliz.
À minha linda e querida mãe, à minha família, aos meus amigos e a
todos que são e/ou serão da Rede Saúde e Paz.

A Organização Pan-Americana da Saúde é um organismo internacional de saúde pública com um século de experiência, dedicado a melhorar as condições de saúde dos países das Américas. Sua missão é orientar os esforços de colaboração entre países e parceiros, no sentido de promover a equidade na saúde, melhorar a qualidade e elevar a expectativa de vida no continente. A Organização também contribui para promover estilos de vida saudáveis, prevenindo os problemas de saúde típicos do desenvolvimento e da urbanização, como enfermidades cardiovasculares, cânceres, diabetes, lesões e mortes no trânsito, violências, tabaco, drogas e alcoolismo.

A violência, acompanha toda a história da humanidade. Tal como numa epidemia, todos são afetados pela fonte comum de uma estrutura social desigual e injusta que alimenta e mantém ativos os focos específicos de violência, os quais se expressam nas relações domésticas, de gênero, de classes e no interior das instituições.

O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (OMS, 2002) aborda a violência como um problema de saúde pública no mundo. Apresentando forte impacto sobre a morbi-mortalidade da população.

Desta forma, percebe-se necessária uma intervenção social, capaz de prevenir as violências e as lesões e mortes no trânsito, onde se deve ter metas a curto e longo prazos, tais como a implantação de políticas, programas e ações que objetivem mudanças estruturais, socioculturais, econômicas e subjetivas capazes de alterar as condições que favorecem esse fenômeno. E, em se tratando da violência como um

fato histórico, a solução também depende da ação humana que questione sua importância numa sociedade, estimulando e incentivando processos de mediação de conflitos e que revele o papel da consciência cidadã sob a perspectiva da construção de ambientes saudáveis e de uma nova cultura de paz.

Dessa forma, esta publicação foi desenvolvida através da estratégia de cooperação técnica da OPAS/OMS no Brasil em parceria com a UFMG, objetivando contribuir com a disseminação de informações para a busca da consolidação de uma promoção de cultura de paz.

Diego Victoria
Representante da Organização Pan-Americana da
Saúde/Organização Mundial da Saúde no Brasil

Prefácio

Este livro representa o desfecho de um longo caminho trilhado pelo Núcleo de Promoção de Saúde e Paz do Departamento de Medicina Preventiva e Social (DMPS) da Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo esse integrante da Rede Nacional de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde coordenada pelo Ministério da Saúde. Desde o início esse trabalho foi compartilhado por inúmeras instituições da sociedade civil e do Estado, todas elas cientes de que a possibilidade de superação dos modernos e complexos problemas de saúde passa necessariamente pela capacidade de se atuar de forma cooperativa, multidisciplinar e intersetorial, premissas que de resto estão no alicerce de toda prática de promoção de saúde. Coube ao Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde e da Secretaria de Vigilância de Saúde, papel essencial nesse processo, de apoiar e subsidiar a estruturação do Núcleo e dos seus projetos e, ao mesmo tempo, com sua autoridade institucional, contribuir para mobilizar os diferentes parceiros, nos diferentes níveis de atuação.

Está em consonância com as políticas nacionais de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências e de Promoção da Saúde, que tem como uma de suas diretrizes o apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas referentes aos vários aspectos relacionados a acidentes e a violências, medida essencial para que o tema seja pautado como problema de saúde pública. Representa, pois, este trabalho, a expressão de um esforço coletivo, síntese de produção acadêmica e de produção social, que busca articular diferentes conhecimentos dentro da universidade e também apreender saberes práticos nos seus espaços cotidianos de construção, sistematizá-los e, numa via de mão dupla, retorná-los à sua origem, temperados

agora pelo encontro com outros saberes, outras práticas, outros olhares. Para dar conta desse amplo leque, foi organizado em cinco seções, a saber, considerações teóricas, metodologias, políticas públicas, experiências e entrevistas das páginas amarelas.

Por consequência, seus objetivos são vários. O primeiro deles, claro, é disponibilizar, aos profissionais e gestores de várias áreas, setores e níveis de atuação, enfim, aos cidadãos brasileiros, na sua práxis cotidiana, conhecimentos teóricos e práticos que lhes possam ser, de alguma forma, úteis na abordagem e enfrentamento desse que é um dos maiores problemas da atualidade, a violência, por meio da construção de novas formas de relações humanas, onde se cultive a vida e a paz. No sentido inverso, teve e terá o objetivo de buscar, integrar e divulgar saberes produzidos nos mais diferentes espaços da vida social e estimular a entrada de novos atores na produção de conhecimentos e ações, em redes de fronteiras permanentemente abertas, estas sim, com capacidade de criação de soluções compatíveis com as complexas exigências do nosso tempo. Constitui também material didático disponível de forma imediata para os cursos oferecidos pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e que abordam a temática da violência, especialmente, para o Curso de Transferência de Tecnologia de Abordagem da Violência, que tem, entre seus alunos, gestores e trabalhadores de saúde de praticamente todos os lugares do Estado de Minas Gerais. Além da disponibilização para outras iniciativas nacionais de formação de gestores e profissionais de saúde no campo da prevenção das violências e acidentes.

Por fim, e repetindo a fala dos seus autores, o livro não tem a pretensão de apresentar saberes acabados, ao contrário, é apenas um dentre múltiplos pontos de partida, em uma palavra, um convite ao debate.

Francisco Eduardo Campos

Secretário

Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES)

Ministério da Saúde

Gerson Oliveira Penna

Secretário

Secretaria de Vigilância em Saúde

Ministério da Saúde

Apresentação

A violência nos aflige a todos, cidadãos de todo o mundo. É, certamente, dentre nossos comportamentos aquele que mais nos rouba a condição humana; por isso se impõe como um grande desafio a exigir superação e, para tanto, a participação e contribuição de todos.

Temos, com este livro, exatamente a intenção de prestar nossa contribuição, sabendo que é ínfima diante da enorme tarefa a ser cumprida, mas essencial para que ela se realize, pois não há feito na nossa história, por maior que seja ele, que não se constitua da atuação de sujeitos humanos, concretos, de carne e osso, assim como somos todos nós, no nosso cotidiano de trabalho e de vida. Portanto, é preciso entendê-lo como um ponto de partida, igual aos inúmeros já existentes e tantos outros que se iniciarão, nesse infindável processo de criação da vida coletiva, pelo qual, nossas múltiplas vozes, saberes e práticas ganham a força suficiente para transformar o mundo.

Com essa certeza, criamos, em 2004, no Departamento de Medicina Preventiva e Social/FM/UFMG, o NÚCLEO de Promoção de Saúde e Paz, que desde os seus primeiros passos contou com o apoio decisivo do Ministério da Saúde, efetivado pela área da vigilância da saúde e pela área da gestão da educação em saúde, na forma de apoio organizacional, técnico e financeiro. Com essa parceria foi possível ao NÚCLEO iniciar, em 2007, o processo de construção da REDE SAÚDE E PAZ em Minas Gerais, pela articulação dos mais diferentes setores do Estado e da Sociedade Civil, das áreas de saúde, assistência social, educação,

defesa social e justiça. Nos encontros e diálogos engendrados nesse processo foi tomando corpo o conjunto de propostas de atuação, em especial a ideia de articular, sistematizar e transferir os saberes teóricos e práticos dos integrantes da Rede para outros atores, para outros espaços. Surge então o Programa de Transferência de Tecnologia de Abordagem da Violência e Construção da Paz, dialeticamente vinculado à Rede, um diferente do outro, mas indissociáveis e imprescindíveis um ao outro. Se, por um lado, a Rede propicia o encontro de atores sociais das mais diferentes características, o Programa confere concretude a ela e lhe garante permanente ampliação, com a chegada de novos atores, a criação de novos Núcleos, a inclusão e descoberta de novos saberes, num movimento espiral, que se repete circular e indefinidamente, mas a cada vez em patamares mais elevados. No nosso entendimento, um processo assim é capaz de produzir novos sujeitos, novas lealdades, nova cultura – assim se constitui o nosso mundo da vida e assim ele evolui para, cada vez em maior grau, expressar a opinião e a vontade racional – livre e igual – de um coletivo. Assim, pensamos ser possível constituir uma cultura de paz – por sujeitos que a partir do seu cotidiano de trabalho e de vida se encontram, produzem conhecimento coletivo e se constroem como sujeitos coletivos, portanto, unificados num projeto maior no qual se reconhecem e, sobretudo, dentro do qual ainda preservam a sua autonomia.

As etapas subsequentes exemplificam a possibilidade real da prática cooperativa, cada ator participando com o recurso que possui e dispõe, de um lado as instituições públicas com recursos financeiros, logísticos e/ou técnico-científicos, como é o caso da Organização Panamericana de Saúde/OPAS/OMS, Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, Municípios Mineiros – Belo Horizonte, Betim, Ribeirão das Neves, Divinópolis, Pará de Minas, Pitangui, Lagoa da Prata, Bambuí, Conceição do Pará, Iguatama – e Universidade Federal de Minas Gerais; de outro e não menos importante, instituições públicas, organizações sociais, profissionais e cidadãos que colocaram à disposição sua expertise sobre o tema, tantos que não é possível citar, mas presentes e inconfundíveis, como autênticos autores da construção prática e/ou teórica. Dessa forma, foi possível ofertar três turmas do Curso de Aperfeiçoamento, modalidade de capacitação primeiramente escolhida pelo Programa de Transferência de Tecnologia de Abordagem da Violência. Outras modalidades serão utilizadas, como os cursos de atualização e, possivelmente, o Mestrado Profissional.

Este livro que ora se apresenta – e do mesmo modo, o outro intitulado Promoção de Saúde e Prevenção da Violência: Redes e Cuidados, a ser, em breve, entregue ao público – ambos componentes de um projeto do Termo de Cooperação entre a UFMG e a OPAS/OMS – constitui um desdobramento do processo acima mencionado e, do mesmo modo, teve uma produção compartilhada. Reúnem, sem a pretensão de esgotá-las, diferentes dimensões da vida humana que podem estar implicadas na explicação e na superação da violência. Seu objetivo é prático e tem o sentido de subsidiar a ação de diferentes atores, em especial, gestores e profissionais, para a abordagem da violência e construção da paz; de complementar a capacitação oferecida pelos cursos do Programa de transferência de tecnologia e de sistematizar e socializar as experiências e saberes da Rede e seus constituintes.

Sua estrutura é constituída por 15 capítulos, organizados em cinco seções, a saber, considerações teóricas, metodologias, políticas públicas, experiências e páginas amarelas. O primeiro capítulo apresenta a fundamentação teórica utilizada para a criação do NÚCLEO e seus projetos, da Rede e do Programa de Transferência de Tecnologia, a saber, a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas e sua tradução para a abordagem da violência. No segundo, faz-se a abordagem das possíveis explicações para a violência e o terceiro fala da religião e suas possibilidades de reconciliação ou de produção de violência. O quarto capítulo trata da observação participante, enquanto importante procedimento metodológico de pesquisa qualitativa, passível de ser utilizado de forma associada à prática e às vivências dos diferentes atores sociais da promoção da saúde e suas potencialidades. A seguir, o quinto capítulo, em páginas amarelas, escrito por integrantes da Área Técnica de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes do Ministério da Saúde apresenta políticas e programas de saúde voltados para a prevenção e controle da violência,. O sexto, o sétimo e o oitavo capítulos abordam importantes políticas públicas, a saber, a Política Nacional de Promoção de Saúde, a Política Nacional de Humanização e o Fica Vivo! Programa de Controle de Homicídios de Minas Gerais. Os capítulos 9, 10 e 11 falam de experiências desenvolvidas pela Núcleo de Promoção de Saúde e Paz, respectivamente, o Projeto Frutos do Morro, sua avaliação e o Projeto Contos: contrapontos à violência. O Capítulo 12 constitui uma metodologia de intervenção voltada para a prevenção comunitária da violência e por fim, os capítulos 13, 14 e 15 apresentam outras experiências, a implantação da Política de Prevenção de Uso de Álcool e Drogas no Município de Recife, a

Prevenção do Bullying no Instituto de Educação de Minas Gerais e a Programa de Cuidadores do Ambulatório do Trauma do Hospital das Clínicas da UFMG, este último também em páginas amarelas. É preciso explicar que as páginas amarelas são textos organizados na forma de entrevista, em que perguntas e respostas foram elaboradas pelos próprios autores e representam simplesmente um recurso didático, cuja ideia veio da equipe do Ambulatório do Trauma e foi incorporada à estrutura deste livro e também do próximo, a partir do quê, solicitamos que alguns capítulos fossem escritos dentro dessa modalidade. As cinco seções permitiram organizar saberes e práticas tão diversas, sem, contudo, comprometer sua identidade e, tampouco, perder a criatividade dos autores na sua expressão.

Antes de terminar, quero falar da honra de participar deste trabalho que, por ser pautado no reconhecimento recíproco dos envolvidos como sujeitos competentes, capazes de agir, de falar e de construir o mundo, já incorpora desde o início aquilo que pretende produzir ao final, isto é, já constitui ele próprio um modo de promover a paz e prevenir a violência.

Elza Machado de Melo

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2010

Autora

Elza Machado de Melo

Doutora em Medicina Preventiva e Social. Mestre em Ciência Política.

Professora do Departamento de Medicina Preventiva e Social/FM/UFMG.

Coordenadora do Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Colaboradores

Adriana Braga Chaves

Psicóloga, mestre em Ciências da Saúde/Saúde da Criança e do Adolescente. Pesquisadora do Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Adrielle Caroline Parreira

Estudante de medicina/FM/UFMG, integrante do Projeto Frutos do Morro/ Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Allan Patrocínio Pereira

Estudante de medicina/FM/UFMG, integrante do Projeto Frutos do Morro/ Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Ana Rita Castro Trajano

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social/FAE/UFMG. Mestre em Psicologia. Consultora do Ministério da Saúde da Política Nacional de Humanização.

Andréa Maria Silveira

Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina/UFMG. Pesquisadora do Núcleo de Saúde e Paz e do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública/CRISP/UFMG.

Carolina Campos Esteves

Estudante de fonoaudiologia/FM/UFMG, integrante do Projeto Frutos do Morro/Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Carolina Proietti Imura

Mestranda do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, na área de concentração: gestão urbana e criminalidade.

Claúdia Bogus

Professora Doutora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Déborah Carvalho Malta

Coordenadora Geral de Doenças e Agravos não Transmissíveis/CGDANT/MS. Professora Adjunta da Escola de Enfermagem/UFMG.

Diane Líbia Prata Melo

Estudante de Engenharia de Controle e Automação da UFMG. Estagiária do Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Fátima Gomes Pereira

Estudante de Psicologia/Universidade Newton Paiva. Estagiária do Projeto de Diagnóstico e Prevenção do Bullying/IEMG.

Fernanda Junco Ruas Alves

Psicóloga do Ambulatório do Trauma/HC/UFMG.

Janaína Passos de Paula

Fonoaudióloga. Técnica da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais/Coordenação Estadual de DST/AIDS. Pesquisadora do Núcleo de Promoção de Saúde e Paz.

Janete dos Reis Coimbra

Psicóloga, coordenadora de Atenção em Reabilitação e Núcleos de Apoio à Saúde da Família/Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

João Batista Libânio

Professor da Pós-Graduação/Departamento de Teologia da Faculdade de Filosofia e Teologia/Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social.

José Carlos Cavalheiro da Silveira

Doutor em Psiquiatria. Professor do Departamento de Saúde Mental da Faculdade de Medicina/UFMG.

José Reinaldo de Queiroz Júnior

Estudante de medicina/FM/UFMG, integrante do Projeto Frutos do Morro/Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Krisley Cristiane de Castro

Estudante de medicina//FM/UFMG, integrante do Projeto Frutos do Morro/Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Lauriza Maria Nunes Pinto

Pedagoga. Pesquisadora do Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FMU-FMG. Integrante do Projeto Frutos do Morro/Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Lennon da Costa Santos

Estudante de medicina/FM/UFMG, integrante do Projeto Frutos do Morro/Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Lílian Nobre de Moura

Bióloga, fonaudióloga, técnica da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Integrante do Projeto Frutos do Morro integrante do Projeto Frutos do Morro/Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Lucas Campos Garcia

Estudante de medicina/FM/UFMG, integrante do Projeto Frutos do Morro/Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Marcelo Mourão

Psicólogo, mestrando em Ciências Sociais/PUC-MG, gerente do Programa BH Cidadania/PBH.

Márcia Andréa Nogueira Magalhães

Mestre em Educação. Professora da Rede Municipal de Belo Horizonte. Pesquisadora do Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Márcia Cristina Alves

Pedagoga, especialista em estudos da criminalidade e segurança pública. Mestre em administração pública.

Maria Aparecida Machado de Melo

Psicóloga, especialista em psicopedagogia. Pesquisadora do Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Maria Fernanda Mantovani Alvarenga

Psicóloga do Ambulatório do Trauma/HC/UFMG.

Maria Inêz Pereira

Supervisora pedagógica do Instituto de Educação de Minas Gerais-IEMG/Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Maria Luisa Fernandes Tostes

Gerente da Gerência de Atenção Primária a Saúde/Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

Maria Nazaré Pereira

Assistente Social. Integrante do Projeto de Prevenção do Bullying/IEMG.

Marta Maria Alves da Silva

Médica Sanitarista. Mestre em Saúde Coletiva. Coordenadora da Área Técnica de Vigilância e Prevenção da Violência e Acidentes do Ministério da Saúde.

Pollyanna Fausta Pimentel de Medeiros

Assistente Social. Mestre em Saúde Coletiva. Especialista em Metodologia Avaliativa para Serviços de Saúde. Gerente da Política de Álcool e Outras Drogas da Secretaria Municipal de Saúde do Recife.

Priscila Lemos Freitas

Estudante de Terapia Ocupacional/EEFFTO/UFMG, integrante do Projeto Frutos do Morro/Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Priscilla Soares dos Santos

Estudante de medicina/FM/UFMG. Estagiária do Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Roberto Assis Ferreira

Doutor em Ciências da Saúde. Professor do Departamento de Pediatria/FM/UFMG.

Romana Elismar Soares

Bióloga. Especialista em Biologia e Gestão Ambiental, integrante do Projeto de Prevenção do Bullying/IEMG.

Rute Velasquez

Neuropsicóloga do Ambulatório do Trauma/HC/UFMG. Doutora em Ciências da Saúde/Saúde da Criança e do Adolescente. Mestre em Psicologia.

Sandra das Dores Souza

Psicóloga do Ambulatório do Trauma/HC/UFMG.

Sílvia Eleutério da Silva

Estudante de Enfermagem/EE/UFMG, integrante do Projeto Frutos do Morro/
Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG.

Vanessa Almeida

Doutoranda da FSP-USP. Assessora da Gerência de Assistência (GEAS) da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

Sumário

Cap. 1 – Podemos prevenir a violência? _____	01
Cap. 2 – Como explicar a violência _____	25
Cap. 3 – Religião: fator de violência ou de reconciliação? _____	51
Cap. 4 – A observação participante e suas contribuições para o enfrentamento da violência _____	63
Cap. 5 – Promovendo uma cultura de paz e prevenindo as violências e acidentes <i>O papel do setor saúde na prevenção das violências e na promoção da cultura de paz</i> _____	81
Cap. 6 – Potencialidades e desafios para a (re)construção da política de Promoção da Saúde _____	95
Cap. 7 – Humanizausus: um alerta contra a violência contemporânea? _____	107

Cap. 8 – Programas de prevenção à criminalidade: de um projeto piloto à inovação na política pública <i>Uma avaliação da experiência do Programa Fica Vivo</i>	121
Cap. 9 – Projeto Frutos do Morro	147
Cap. 10 – A contribuição do Projeto Frutos do Morro na prevenção da violência: construção e fortalecimento de vínculos	165
Cap. 11 – Projeto Contos: contrapontos à violência	185
Cap. 12 – A prevenção comunitária da violência: uma proposta de trabalho	205
Cap. 13 – A política pública de prevenção ao uso do álcool e outras drogas no município de Recife	221
Cap. 14 – Diagnóstico e prevenção do <i>bullying</i> no Instituto de Educação de Minas Gerais: um relato de experiência	233
Cap. 15 – Cuidadores incluídos no tratamento <i>O Grupo de Cuidadores com Treinamento de Pais torna-se, para a equipe do Amtra, um novo recurso no tratamento de vítimas de violência e na interrupção da transmissão transgeracional da violência</i>	243

Capítulo 1 – Podemos prevenir a violência?

Elza Machado de Melo

Apesar da repetição, nunca é demais iniciar com a afirmação de que a violência é hoje um dos maiores problemas de saúde, no Brasil e no mundo. Os dados são contundentes: no mundo, mais de 1.6 milhão de mortes/ano e mais de 16 milhões de internações hospitalares/ano são causadas pela violência; mais de 4.000 pessoas morrem, por dia, por homicídio ou suicídio.¹ No Brasil, foram registrados 48.032 homicídios no ano de 2005 e, no período de 1991 a 2007, morreram 665.199 pessoas por homicídio e 111.311 por suicídio.² No período 1998-2009, foram 8.962.470 internações hospitalares por causas externas, com um custo crescente no período³ (Figuras 1 e 2).

Chamam a atenção também os acidentes de trânsito, que, no mesmo período, foram responsáveis por 515.685

mortes. Embora a definição de violência inclua apenas os atos intencionais, excluindo, portanto, os acidentes, há muitos questionamentos sobre a atribuição dessa última qualificação para os eventos ocorridos no trânsito e provocados por imprudência, descumprimento de leis e regras de trânsito, abuso da velocidade e uso concomitante de álcool.⁴ O mesmo poderia ser dito para os acidentes no trabalho e no domicílio, quando relacionados à negligência e à falta de segurança.

De qualquer modo, o que salta aos olhos é a gravidade da situação, que pode ser ilustrada pela comparação dos dados da violência com aqueles verificados em duas grandes epidemias, que provocaram forte mobilização da mídia e da opinião pública no Brasil: a de cólera e a de dengue. (Quadro 1). A comparação, é claro, não diminui em hipótese alguma a im-

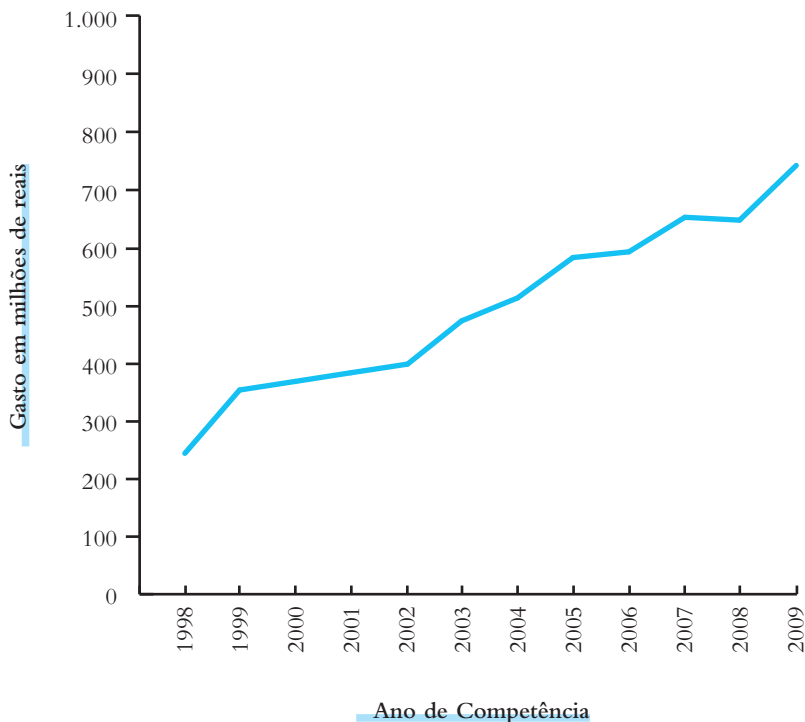


Figura 1 – Custos decorrentes de internações, por causas externas, no período 1998 a 2009.

Fonte: Datasus: datasus.gov.br, acessado em 14 de janeiro de 2010.

portância dessas duas epidemias, apenas realça a gravidade das causas violentas. Tendo em vista a disparidade desses números, a campanha de mobilização do setor saúde deflagrada pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde/CONASS qualificou a violência como uma epidemia silenciosa – no dizer de seus organizadores, quaisquer doenças que apresentassem esses números causariam uma convulsão nacional.⁵

Também é conhecido o fato de que essa situação, apesar de grave, constitui apenas o que se chama de “ponta do iceberg”, pois a esses números visíveis

correspondem muitos outros invisíveis,^{4,5,6} envolvendo lesões leves que não demandam cuidados de saúde e não são notificadas ou aquelas que permanecem ocultas em virtude dos padrões culturais ou dos vínculos existentes entre vítima e agressor – como é o caso da violência doméstica –, ou em virtude do medo, quando está envolvido o tráfico de armas e de drogas. Há ainda aquelas que são difíceis de medir e, até mesmo, de perceber, como, por exemplo, a violência psicológica.⁴

Vários estudos ilustram a situação. Dados de *survey* realizado nos Estados

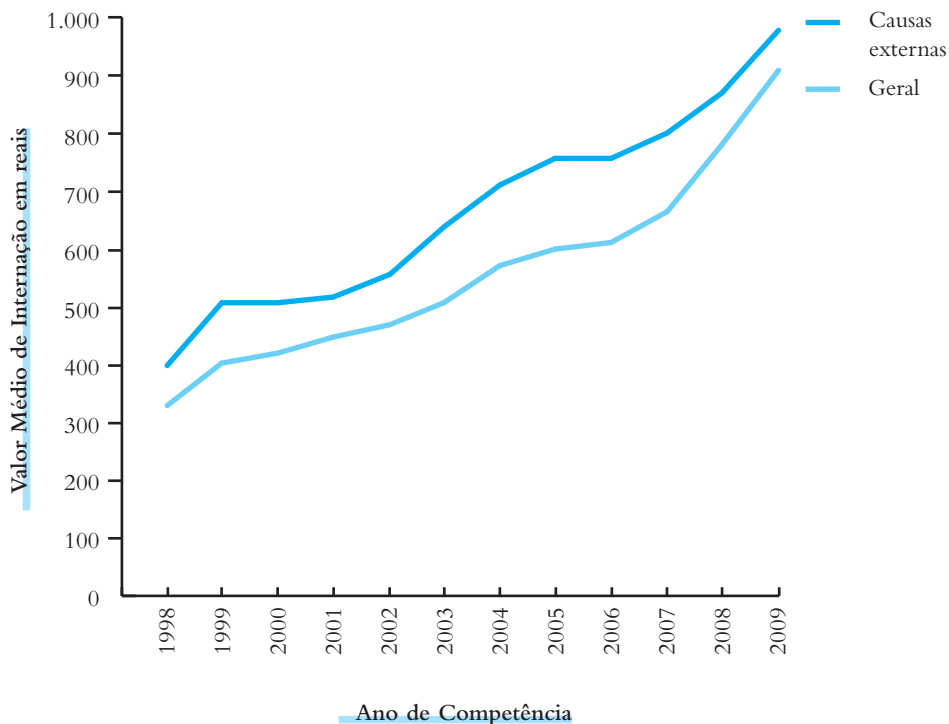


Figura 2 – Comparação do custo médio de causas externas e outras causas.

Fonte: Datasus: datasus.gov.br, acessado em 29 de junho de 2010.

Quadro 1 – Comparação entre número de casos e de óbitos por dengue, cólera e causas externas

Dengue x Causas Externas

	Nº de casos	Óbitos
Dengue 2006	345.922	76
Causas Externas 2006	796247	128388

Cólera x Causas Externas

	Nº de casos	Óbitos
Cólera 1991 a 1998	163.099	1.918*
Causas Externas 1991 a 1998		883.480
Causas Externas 1998	609.190**	

Fonte: Datasus, acessado em 13/01/2010;

*Gerolamo, M, 2004

**não dispomos de dados de internações do Datasus, por causas externas, no período inteiro, por isso utilizamos os dados de um dos dois extremos apenas, mostrando que em um ano apenas as causas externas impactam mais o sistema do que o cólera em todo período.

Unidos em 2002 e 2003 mostram que é errada a opinião corrente segundo a qual a vitimização é mais frequente entre adolescentes; na verdade, ela tem peso importante em toda a infância e, provavelmente, não é notificada porque os pais preferem resolvê-la sem o envolvimento da polícia.⁸ Nesse mesmo *survey*, o percentual encontrado de vitimização de crianças foi de 71% – incluindo crimes convencionais (assaltos e crimes contra a propriedade), maltratos de crianças, vitimização por namorado ou por irmãos, violência sexual e vitimização indireta, que é quando o indivíduo, por exemplo, presencia o evento. Por seu turno, outro *survey* realizado em 2005 nos Estados Unidos, sobre comportamento de risco entre jovens, mostra que 9.2% dos estudantes do ensino médio dos Estados Unidos já haviam apanhado, levado tapas ou sido machucados pelo namorado ou namorada; 35.9% deles tinham participado de lutas físicas e 3.6% se machucaram nessas lutas a ponto de necessitarem de cuidados de médicos ou enfermeiros.⁹ *Survey* realizado no Chile – dentro de estudo internacional organizado pela Organização Mundial de Saúde, o *Global School-based Health Survey* (GSHS) – mostrou que 46.6% dos estudantes haviam sido vítimas de *bullying* no mês anterior ao estudo.¹⁰

Por todo o dito, a violência tem importante impacto para a saúde: além do grande número de eventos fatais, ela provoca danos físicos: lesões de diferentes tipos; síndromes como a do cólon irritável e dores crônicas; problemas de saúde reprodutiva e sexual, como infertilidade, doenças inflamatórias da pelve, gravidez indesejada,^{1,4} cefaléias;¹¹ distúrbios psicológicos – depressão, ansiedade, fobias, pânico, síndrome de *stress* pós-traumático, doenças psicossomáticas,^{1,4,9,12} e relacionais – dificuldades de relacionamento, baixo rendimento escolar, dificuldades no trabalho. A violência também está associada a alterações comportamentais, como uso de álcool e drogas, tabagismo e inatividade física – com novos desdobramentos para a saúde – e com tentativa de suicídio.¹ Mas, não param por aí os estragos causados. As consequências são enormes tanto para o sistema de saúde – ocupação dos leitos, demanda por procedimentos mais sofisticados, gastos aumentados⁴ –, como para a sociedade, por causa dos prejuízos econômicos provocados pela ausência ao trabalho e pelos anos potenciais de vida perdidos, assim como do alto custo emocional que marca vítimas, famílias e comunidades.^{1,4} E há também o medo, impeditivo, tolhendo a liberdade, causando angústia^{1,4,12,13} e

mais violência, reestetizada pela suposta legitimidade de exterminar qualquer suposto agressor,^{10,14,15,16} exacerbada, a ponto de se conviver com violência policial, grupos de extermínio e milícias.^{17,18, 19, 20}



Figura 3 – Massacre de Carandiru.

Fonte: www.photographersdirect.com



Figura 4 – Massacre de Vigário Geral, 2007.

Fonte: www.photographersdirect.com

Pensar que esse quadro dramático é gerado por causas evitáveis revela cruamente a sua irracionalidade. “Nas áreas urbanas, nós estamos salvando a vida de nossas crianças por meio da imunização, apenas para tê-las mortas nos seus 20 anos, por tiro ou facada”.²¹ É hora de perguntar: o que estamos fazendo conosco? E por quê? Será que precisamos sofrer tanto e causar tanto sofrimento?

A Teoria da Ação Comunicativa: uma proposta de explicação e de enfrentamento da violência

Temos utilizado, para a discussão da violência, a Teoria da Ação Comunicativa, de Jurgen Habermas, cuja base é o entendimento linguístico ou acordo racional entre sujeitos – ou o processo racional de obtenção desse acordo –, mediado pela linguagem no seu uso comunicativo cotidiano, a fala. O que está em jogo nesse acordo é exclusivamente a força das razões apresentadas, portanto, o argumento, e, exatamente por isso, por não envolver nenhuma outra coerção, a relação que se estabelece é de intersubjetividade – todos os atores envolvidos se reconhecem reciprocamente como sujeitos. Quando uma interação, isto é, uma ação que envolve mais de um sujeito tem como mecanismo coordenador da ação o entendimento linguístico, então, “neste caso e apenas nele, tem-se a ação comunicativa”.²² Claro está que sem o entendimento a ação não se realiza ou então ela deixa de ser ação comunicativa para ser outro tipo de ação, a ser discutida mais à frente. Portanto, neste tipo de interação a que chamamos ação comunicativa, os planos dos participantes dirigidos a um fim – portanto, teleologicamente estruturados – são harmoniza-

dos e integrados pelo entendimento linguístico. Dessa forma, essa ação envolve dois aspectos: um deles, o entendimento, pelo qual os participantes interpretam consensualmente a situação da ação e realizam seus planos cooperativamente; o outro, o aspecto teleológico relativo aos planos de cada um desses participantes: “as atividades orientadas para um fim, dos participantes da interação, estão jungidas umas às outras através do meio que é a linguagem”.²³

Mas, por que o entendimento linguístico é um acordo racional, e como ele é capaz de coordenar ações entre sujeitos? Para responder a essas questões serão apresentados, de forma didática, alguns passos que exemplificam atos de fala, entendimento linguístico e ação comunicativa.^{24 25}

Primeiro passo

Entender que toda fala envolve uma ação. Vejam-se os exemplos:

O dia está lindo	Me empresta o seu livro?	Estou muito triste com a violência
------------------	--------------------------	------------------------------------

Todas essas falas poderiam ser escritas assim:

Eu afirmo que o dia está lindo	Eu peço que me empreste o seu livro	Eu confesso que estou muito triste com a violência
Ação: Afirmar	Ação: Pedir	Ação: Expressar um sentimento

Dessa forma, faz-se algo ao se dizer algo – assim se define um ato de fala. Mas não é preciso explicitar cada ação embutida nesse ato de fala. A linguagem, ela própria, mostra o sentido com o qual é utilizada. Todos entendem, claramente, que, no primeiro caso, trata-se de uma afirmação, no segundo, de um pedido e, no terceiro, de expressão de uma vivência.

Segundo passo

Os atos de fala levantam sempre pretensões de validade.

Os atos de fala acima incorporam diferentes saberes:

Saber sobre as condições climáticas	Saber sobre uma norma de convívio e sua vigência	Saber sobre um sentimento do mundo subjetivo
-------------------------------------	--	--

Qualquer sujeito só preferiria um desses atos de fala se achasse que os saberes que eles incorporam são válidos e estão adequados às condições encontradas no mundo. Sujeitos só falam certas coisas se têm razões para falar e são capazes de apresentar essas razões, caso seja necessário. Sendo assim, atos de fala levantam sempre pretensões de validade. Se a pretensão de validade envolve um saber sobre o mundo objetivo (mundo das coisas, dos fatos), então a pretensão é de verdade. Se envolve um saber sobre o mundo social (mundo das relações e das

regras que orientam essas relações), então a pretensão é de correção normativa. Se envolve um saber sobre o mundo subjetivo (mundo interno de cada sujeito, só dado ao conhecimento pela fala), então a pretensão é de veracidade. Além dessas três pretensões, há outra, a pretensão de inteligibilidade – ou seja, a de que a linguagem utilizada seja passível de entendimento pelo outro. Sem essa pretensão não é possível entendimento, portanto, ela está subjacente às outras três.

Terceiro passo

Todo ato de fala envolve todas essas pretensões, mas uma delas é sublinhada e dá a qualificação do ato de fala.

O dia está lindo	Me empresta o seu livro?	Estou triste com a violência
Mais acentuada: pretensão de verdade	Mais acentuada: pretensão de correção	Mais acentuada: pretensão de veracidade.
Ato de fala constativo	Ato de fala apelativo	Ato de fala expressivo

Quarto passo

O entendimento linguístico é o acordo entre falantes e ouvintes sobre as pretensões de validade levantadas nos atos de fala.

O mais importante aqui é lembrar que, se há falantes, há também ouvintes, e eles sempre poderão responder com

sim ou com não ao que foi falado e às pretensões levantadas pela fala. Falantes e ouvintes têm razões para dizer o que dizem e para aceitarem ou rejeitarem as pretensões levantadas, sejam essas razões vinculadas ao conhecimento que têm do mundo, ao respeito às normas aprendidas ou às suas preferências e necessidades. Por isso, o entendimento linguístico é um acordo racional. Exatamente na possibilidade do *sim* e do *não* residem a liberdade e a igualdade entre os participantes, e, só porque são livres e iguais, os participantes são sujeitos e se reconhecem uns aos outros como sujeitos.

Quinto passo

Ação comunicativa é a ação coordenada pelo entendimento. O que vincula os sujeitos envolvidos na interação é apenas a força da linguagem. É o mesmo que dizer: na ação comunicativa não há nenhuma coerção entre os sujeitos que interagem.

Exemplo 1

Pedro está no 3^a ano do ensino médio, e Maria é sua professora de matemática. Maria pede o livro de Pedro emprestado para listar os exercícios que os alunos deverão trazer na próxima aula.

– *Pedro, me empresta seu livro, por favor?*

Pedro se levanta e entrega o livro à professora.

Essa é uma ação comunicativa, porque:

- 1 é uma ação – mesmo que minimamente, houve uma interferência e uma mudança no mundo;
- 2 é uma interação – envolveu mais de uma pessoa;
- 3 é uma interação mediada pela fala – nada além da fala houve para que a ação se realizasse;
- 4 a fala – me empresta um livro, por favor – levanta uma pretensão de correção normativa de estar de acordo com as regras vigentes (de que não há proibições, censura ou orientações que entrem em choque com o pedido); levanta também uma pretensão de verdade sobre o mundo objetivo (de que naquele espaço, com aquela distância, a ação é possível; de que se trata deste e não de outro livro, etc.) e uma pretensão de veracidade (de fato, a professora precisa do livro). Pedro concorda com essas pretensões (o pedido não fere normas, atende certas condições objetivas e certamente servirá ao professor); há também um acordo sobre a inte-

ligibilidade do pedido. Pedro e Maria estão de acordo sobre as pretensões levantadas – chegam, portanto, ao entendimento linguístico e, quando o fazem, a ação comunicativa acontece, dados os vínculos criados pela linguagem (se eu peço, espero que o outro atenda, e se ele concorda, atenderá; se prometo, devo cumprir, se ordeno, espero obter obediência, e se o ouvinte concorda, obedecerá).

Exemplo 2

A situação e o pedido são os mesmos. Mas Pedro tem de sair da sala em poucos minutos, pois seu pai passará para buscá-lo.

– *Pedro, me empresta o livro, por favor?*

– *Sinto muito, professora, mas terei de sair em cinco minutos, pois meu pai virá me buscar. A senhora poderia pedir a outro aluno.*

– *O problema é que ninguém mais trouxe o livro, pois, como você sabe, essa aula está substituindo outra emergencialmente. Mas, em dois minutos devolverei.*

– *Se é assim, aqui está o livro.*

Pedro levanta-se e entrega o livro à professora.

Em ambos os casos, a ação só acontece quando há o entendimento.

Sexto passo

A ação comunicativa não é única, existem outros tipos de ação.

Exemplo 3

A mesma situação.

– *Pedro, me empresta o livro, por favor?*

– *Sinto muito, professora, mas vou sair dentro de cinco minutos, pois quero assistir ao jogo do Brasil contra a Argentina.*

– *Bem, se você não me emprestar o livro, então diminuirei sua nota de participação.*

Sendo assim, Pedro não teve remédio, levantou-se e entregou o livro à professora.

Repare que a linguagem não foi suficiente para fazer a ação acontecer (não chegaram ao entendimento). Foi preciso uma força externa (ameaça de diminuição de nota). Nesse caso, então, a ação aconteceu, é uma interação, mas, como houve uma coerção, não é ação comunicativa, é ação estratégica.

Tomando o que foi dito até aqui, podemos ter dois tipos de ação – ação comunicativa e ação estratégica – que são ações que envolvem mais de um sujeito; mas, como é óbvio, podemos também ter uma ação executada por um sujeito solitário.²⁵ O Quadro 2 resume os tipos de ação:

Quadro 2 – Tipos de Ação

	Ação dirigida ao êxito	Ação dirigida ao entendimento
Solitária	Ação instrumental	
Social	Ação estratégica	Ação comunicativa

Fonte: Tipos de ação: apresentado em Habermas, Teoria da Ação Comunicativa, Vol. II

Essas ações subsistem umas às outras, uma ao lado da outra, em todos os espaços. Os atores podem transitar continuamente de uma para a outra.

Oitavo passo

Pode ser que não haja o acordo e os participantes abandonem a interação.

Exemplo 4

– *Pedro, me empresta o livro?*

– *Sinto muito, professora, mas estou saindo. A professora então desiste do livro.*

Neste caso a ação não acontece.

Nono passo

A ação comunicativa ainda pode continuar em sua forma exclusivamente reflexiva, o discurso.

Além das quatro situações mostradas nos quatro exemplos, ainda há outra, que é o desacordo profundo sobre uma das pretensões, que não pode ser resolvido com os recursos do próprio contexto,

como ocorreu no exemplo 2. Quando isso acontece, entra-se na situação de discurso: a) teórico, quando a pretensão problematizada é a de verdade ;b) prático, quando a pretensão problematizada é a de correção normativa. Com o primeiro, constroem-se as teorias, com o segundo, as normas que regem o convívio social. Este último vai nos interessar de perto para a discussão do Direito e da Democracia. Quando se problematiza a pretensão de inteligibilidade, o que se tem é a problematização da própria linguagem. Questionamentos persistentes dos atos de fala expressivos poderão ser resolvidos pela avaliação da consistência entre a fala e o comportamento do falante.

Mas, o que é o discurso? É uma forma de argumentação muito exigente, aberta a todos e em condições de igualdade, com a garantia de que, enquanto houver discordância, a discussão persistirá

e de que só valerá a força do melhor argumento. Tal processo de argumentação pode ter início aqui e agora, mas pode prosseguir, superar o contexto, ganhar fronteiras, abrir-se a todos os envolvidos e atingir universalidade.^{26,27,28} Observe-se que, nessas condições, reúnem-se, ao mesmo tempo, universalidade e autonomia.^{26,27} Claro está que se trata de uma situação ideal, mas seus pressupostos são operantes em qualquer discurso real, de maneira contrafactual, ou seja, ninguém permanece numa argumentação caso não acredite que seu argumento seja ouvido ou tenha o mesmo peso dos demais.²⁷

Décimo passo

Síntese de todos os passos. Mostra as possibilidades que se abrem quando dois sujeitos capazes de agir e de falar se encontram e interagem. (Quadro 3)

Quadro 3 – Esquema: Entendimento linguístico, ação comunicativa, discurso

Falantes	Ouvintes	
Atos de fala → pret. de validade	1 – Sim → → → → →	entendimento
	2 – Não → argumentação →	linguístico
		↓
		ação comunicativa
	3 – Não → coerção →	ação estratégica
	4 – Não → → → →	abandona a interação
	5 – Não → →	argumentação rigorosa que rompe as fronteiras do contexto = discurso

Criado por Elza Machado de Melo, a partir dos textos de Habermas.

Ação Comunicativa e mundo da vida

Tomando tudo o que foi dito, vê-se que a argumentação começa aqui e agora, sempre que dois sujeitos se encontram e se dispõem a agir cooperativamente, mas pode prosseguir, se desligar do contexto, ganhar fronteiras e atingir universalidade. É o que Habermas denomina de a dupla face de Janus das pretensões de validade: geram o entendimento aqui agora, dentro de um contexto, e realizam a ação comunicativa ou são discutidas num processo rigoroso de comunicação, o discurso.

A ação comunicativa (entendam-se aqui ação comunicativa e sua forma reflexiva, o discurso) ocorre sempre dentro de um mundo da vida, que é o conjunto de saberes pré-teóricos, implícitos e que, compartilhados pelos participantes da interação e colocados às suas “costas”, formam o horizonte da situação que vivem e garantem os recursos utilizados por eles para que se entendam uns com os outros numa dada situação. Assim, ao estabelecer relações intersubjetivas mediadas pela linguagem, podem coordenar as suas ações coletiva e cooperativamente. Ação comunicativa e mundo da vida se relacionam de forma circular: o mundo da vida forma o contexto e provê os recursos para que os atores possam se entender uns com os outros e agir de

forma cooperativa e concertada; a ação comunicativa é o meio pelo qual o mundo da vida se reproduz. Os participantes da ação comunicativa, ao se entenderem entre si, reproduzem e renovam a cultura; ao coordenarem linguisticamente a ação, reproduzem lealdades. A criança, ao participar das interações, incorpora valores sociais e desenvolve habilidades; portanto, a ação comunicativa tem a função de, no que diz respeito à cultura, realizar a reprodução cultural, isto é, a “... *reprodução e renovação do saber válido; no que diz respeito à sociedade, garantir integração social e produzir solidariedade*”, logo, estabilidade das ordens sociais; e, no que diz respeito à personalidade, promover os processos de socialização, que formam sujeitos capazes de fala e ação. Dessa forma, os sujeitos que interagem uns com os outros utilizando a linguagem são ao mesmo tempo produto e produtores do contexto onde estão inseridos.^{23,25,29} A Figura 5 ilustra essa relação circular. Trata-se de um esquema que tem por objetivo mostrar as relações entre mundo da vida e ação comunicativa. Mas, é preciso cuidado na interpretação dessa figura – na verdade, a ação comunicativa se desenrola dentro do mundo da vida e não há nenhuma exterioridade dela em relação a ele. Só utilizamos a separação como um artifício para destacar didaticamente tais relações.

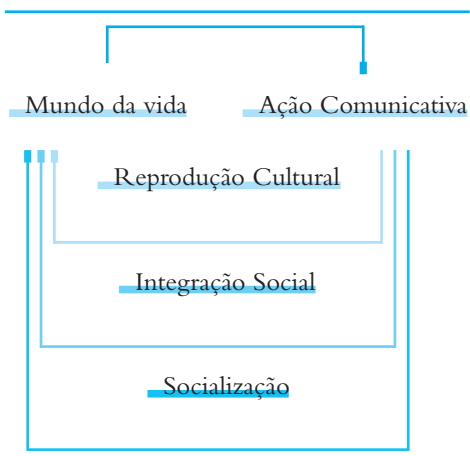


Figura 5 – Representação da relação circular entre mundo da vida e ação comunicativa.

Fonte: Criado por Elza Machado de Melo a partir do texto habermasiano.

Mundo da vida e ação comunicativa, juntos, garantem a coesão social, utilizando como recurso básico o elemento de solidariedade, entendida como reconhecimento recíproco entre sujeitos que participam da interação linguisticamente mediada. Com Habermas, no entanto, aprendemos que o mundo da vida não esgota todos os aspectos da sociedade. Esta também precisa da reprodução material, desempenhada por outro âmbito da sociedade, a saber, o sistema cujo mecanismo de regulação não é mais a integração social, e sim a autorregulação acima e independente de todos, dada pelo agregado das consequências das ações de cada ator social isolado.^{25,30,31} Mundo da vida é o mundo sociocultural, constituído pela esfera pública e pela vida privada; sistema é Estado e economia. A evolução

social se faz, então, como racionalização do mundo da vida e como aumento de complexidade sistêmica e, nas sociedades atuais do capitalismo tardio, ela acaba por levar ao que Habermas denomina de colonização do mundo da vida pelo sistema: a substituição dos processos comunicativos que coordenam a ação dos atores e garantem a reprodução do mundo da vida por mecanismos sistêmicos de controle, os *media* poder e dinheiro. Com essa substituição, as estruturas do mundo da vida não se reproduzem, e não se tem, portanto, a reprodução cultural, a integração cultural e a socialização. Consequentemente, tem-se a perda de sentido, a anomia e o aparecimento das psicopatologias, respectivamente,^{25,30} isso é violência que abre o caminho para mais violência, que, por sua vez, reedita o ciclo de colonização.³² A Figura 6 mostra esse processo.

Um novo olhar sobre a violência

A ação comunicativa é uma interação isenta de qualquer coerção que não seja a força das razões que falantes e ouvintes têm para dizer o que dizem e fazer o que fazem. Logo, nesse tipo de ação, os participantes se reconhecem reciprocamente como sujeitos competentes: é interação intersubjetiva mediada pela lin-

guagem. Violência seria, então, qualquer situação em que o ator social perde esse reconhecimento, mediante o uso do poder, da força física ou de qualquer outro meio de coerção, sendo então rebaixado da condição de sujeito à condição de objeto. Ora, colonização do mundo da vida nada mais é do que a perda generalizada dessa condição: é, portanto, violência por si própria, que gera mais violência, que, por sua vez, substitui mais ainda processos comunicativos de coordenação da ação.

Várias são as explicações levantadas para se pensar a violência e o engajamento nela: trata-se de uma perspectiva instrumental, isto é, para se obter vantagens econômicas, sociais, políticas^{33,34}

e vencer a luta pela sobrevivência;³⁵ e/ou é perda da subjetividade e também a consequente perda do reconhecimento, quaisquer que sejam as causas dessa perda – ideológicas,³⁶ sociais, familiares ou individuais. A entrada da violência “traz a marca de uma subjetividade esmagada”,³³ ou é consequência de comportamentos patológicos; segue-se à corrosão de valores e normas, vínculos e identidades e solidariedades, enfim, à fragmentação e dilaceramento do tecido social e das estruturas que produzem sentido^{13,33,36,37,38} e/ou é o resultado de uma situação onde a violência é elevada à condição de norma legítima pela qual os sujeitos são socializados.^{15,33,38,39,40,41}

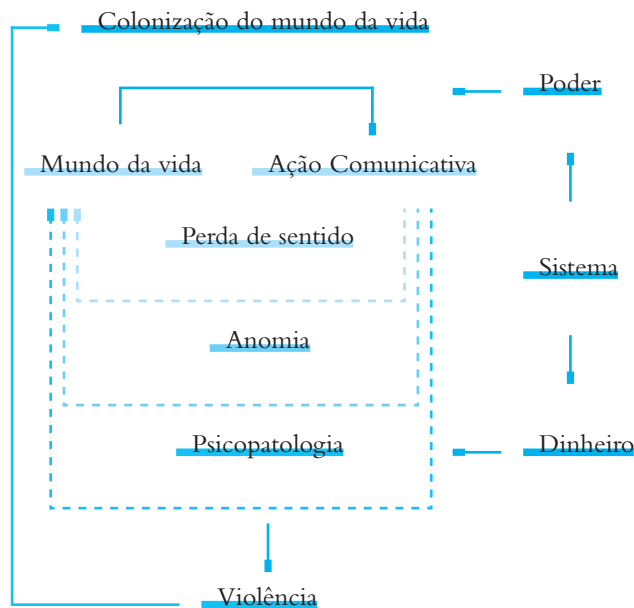


Figura 6 – Ruptura das interações (setas pontilhadas) e produção da violência.

Fonte: Criado por Elza Machado de Melo a partir do texto habermasiano.

A violência seria também representada pela exclusão¹⁹ e desigualdades sociais ou estaria a elas associada,^{1,12,13, 33, 37,38} ou seria explicada como violência estrutural³⁸ pela clássica relação entre capital e trabalho. Nas sociedades modernas, em especial, destacam-se, por um lado, o desemprego estrutural ou diminuição dos postos de trabalho resultante do desenvolvimento tecnológico e, por outro, a horizontalização e flexibilização do trabalho.^{42,43,44} Por fim, cumpre lembrar as análises relacionadas ao Estado, quando a violência poderia ser explicada pela sua presença em excesso – um amplo leque que inclui desde as políticas compensatórias do Welfare State³¹ até as políticas repressivas e belicosas do Estado autoritário – ou pela sua falta, como é o caso do neoliberalismo,²⁰ ou mesmo pela sua ineficiência, inadequação e/ou deterioração ao lidar com o crime organizado.^{19,45,46}



Figura 7 – Tommy Lee Jones em *No Country for Old Men*: Não é possível compreender tal violência.

Fonte: www.unique-screenwriting.com

Pois bem, a tese da colonização do mundo da vida constitui, no nosso entendimento, uma forma profícua de arti-

cular todas essas dimensões mencionadas acima, propiciando poderosa base explicativa para os processos sociais contemporâneos, entre eles a produção da violência. Com essa teoria, ficaria mais fácil explicar, por exemplo, comportamentos intrigantes que marcam o nosso tempo, como a prática de violências sem nenhum motivo aparente, insistentemente presentes na mídia: grupos de adolescentes e jovens que trafegam com seus veículos na contramão de avenidas movimentadas, causando acidentes e mortes; espancam mulheres na rua porque pensam serem elas prostitutas; depredam espaços públicos; agredem outros adolescentes e jovens, sozinhos ou em menor número; sofrem e praticam *bullying*... Temos, no nosso tempo, a competição desenfreada, a lei da vantagem, o individualismo exacerbado, o consumismo... Se falta sentido, vínculo, sentimento de identidade e de pertença, falta o próprio sujeito – não há reprodução simbólica da sociedade. O vazio resultante, sem dúvida, demandará ser preenchido: é necessário “empanturrar” de coisas, e, uma vez que o outro não conta, entra-se no jogo do vale tudo – comida, mercadorias, emoções fortes, “adrenalina,” prazeres perversos, agressões, vandalismo, destruição, etc. –, numa tentativa vã de recuperar o sentido da própria existência. Nessa situação, a violência passa a

ser o único e mais eficiente mediador das relações humanas e seus conflitos, impregnando-as e aos sujeitos e suas concepções. Com o mesmo arcabouço teórico, é possível também explicar a reificação, exclusão e desumanização causadas pela organização do processo de trabalho ou o controle e dominação pelo poder. Tudo faria parte de um mesmo processo: invasão do mundo da vida e corrosão das suas estruturas pelo sistema – economia e Estado – cada vez mais autonomizado e independente. Muitos autores, mesmo sem explicitar a tese da colonização, acabam por exemplificá-la, quando enumeram as várias explicações para a produção da violência: a violência difusa, a desestruturação familiar, a crise do Estado de Bem-Estar Social, a reorganização do mundo do trabalho e a globalização;^{20,38} o capital, sua selvageria sobre a vida das pessoas e o Estado com suas políticas controladoras.⁴² Mesmo a leitura do poder disciplinar e da sociedade carcerária de Michel Foucault⁴⁷ e das teses marxistas poderia ser feita pela tese da colonização: no primeiro caso, o poder se infiltraria em toda a capilaridade do tecido social; no segundo, o capital exerceria sua hegemonia em todos os demais âmbitos da vida.^{48,49,50} Os danos causados pelo trânsito trariam para a cena todas essas dimensões: ou são frutos de demandas econômicas e se relacio-

nam à produtividade, ou, mais uma vez, se relacionam à necessidade de poder e *status*⁵¹ ou à falta de reconhecimento, de vínculo, de identidade, enfim, à falta de sentido e à necessidade de autoafirmação,⁵² constituindo a atuação inadequada e irresponsável nesse espaço a principal causa dos acidentes, em especial, a associação com uso de álcool.^{53,54} Por fim, vale ressaltar o papel dos meios de comunicação de massa como mecanismos essenciais dessa colonização.^{36,42}

O que fazer?

A explicação teórica se reveste de grande importância, entre outras coisas, pelo fato de oferecer elementos que propiciam/inspiram algum tipo de enfrentamento e solução do problema em pauta. Ora, se a raiz do problema está no comprometimento dos processos comunicativos mediadores das interações, logo, na compressão da ação comunicativa, nada mais lógico do que centrar a abordagem e a prevenção da violência na retomada desse tipo de interação. Por isso, no nosso entendimento, combater a violência antes de tudo é recuperar em cada espaço, no cotidiano, essa competência que nos dá, a todos, a condição de sujeitos, a fala; é explorar, ao máximo, em todos os espaços, as suas potencialidades interativas. Essa é a orientação de todos os projetos do NÚ-

CLEO de Promoção de Saúde e Paz – o Projeto Frutos do Morro, o Programa de Transferência de Tecnologia de Abordagem da Violência, a Rede Saúde e Paz – cuja metodologia consiste, fundamentalmente, na formulação de estratégias e na criação de espaços que propiciem o diálogo como forma essencial de formação da opinião e da vontade coletiva. Esses projetos serão apresentados em outros lugares desse e do próximo livro, e, por isso, não é preciso agora seu maior detalhamento. Por enquanto, é necessário apenas destacar que, com eles, não se pretende, numa perspectiva imediatista/voluntarista, resolver de vez a violência. Ao contrário, eles partem do pressuposto de que soluções para a violência envolvem a responsabilidade de todos os cidadãos, representando esses projetos apenas um espaço, entre os múltiplos que se podem e se devem criar, um ponto de partida que concretiza princípios, uma experiência que gera aprendizado e até mesmo modelos reproduzíveis. Enfim, um fazer concreto aqui e agora, inspirado na certeza de que tudo começa quando pelo menos dois sujeitos se encontram e se dispõem a agir cooperativamente. Como diz Habermas, “qualquer encontro de atores que se atribuem... reciprocamente liberdades comunicativas, abre-se como espaço público linguisticamente constituído”.²²

Pois é, são encontros que geram, inspiram, estimulam e multiplicam novos

encontros, sucessivamente, ininterruptamente, em cadeia, formando redes interativas, que podem ser cada vez mais amplas e abrangentes, até permear os mais tênues capilares do tecido social – usamos, propositalmente, a mesma expressão de antes, para fazer o contraponto com o poder disciplinar. Não é por acaso que as experiências de prevenção da violência incluem atividades que, de um modo ou de outro, passam pela reafirmação do mundo da vida, seja por meio de processos sociais amplos, como organização de grupos, parcerias, redes e movimentos sociais, campanhas, debates públicos, movimentos de defesa de direitos humanos, fortalecimento da democracia e construção de cidadania; ou outros mais setorializados, como o desenvolvimento e formação de valores que preconizam a não-violência e o respeito pelo outro, em determinados espaços sociais, por meio de mecanismos gerais, voltados para todos os atores aí incluídos, por exemplo, todos os alunos de uma escola, todos os integrantes de uma associação; e/ou mecanismos específicos e direcionados para certos grupos e indivíduos; construção de vínculos e referências por meio do desenvolvimento de projetos, programas e políticas, destinados às escolas, famílias, comunidades, organizações sociais; pela pactuação de normas de convívio e desenvolvimento de atitudes cooperativas e solidárias nos mais diferentes espaços sociais;

e outros ainda voltados para o indivíduo e para o investimento no seu crescimento e desenvolvimento, mas sempre referenciados pelas suas relações e vínculos.^{55,56,57,58}



Figura 8 – Logomarca do Projeto Frutos do Morro.



NÚCLEO
PROMOÇÃO DE SAÚDE E PAZ

Figura 9 – Logomarca do NÚCLEO.



Figura 10 – Logomarca da Rede Saúde e Paz.

Ao se trabalhar com a tese da colonização, não se tem por referência um mundo da vida desde sempre e totalmente isento de violências, desigualdades, normas vigentes injustas, opacidades, ideologias, etc. próprias de

uma dada ordem sociocultural e por ela legitimadas,^{15, 25} mas, sim, um mundo da vida passível de transformação, visto que os elementos dessa cultura podem passar pelo “torvelinho” da ação comunicativa e, transformados em saber fátil, serem questionados e mudarem. Novos vínculos, novas identidades, novas percepções podem ser constituídos, e relações entre sistema e mundo da vida podem ser modificadas.²⁵ Com a colonização, perde-se exatamente esse processo e com ele, também, a condição real para se pensar nas sociedades modernas a construção do direito e da democracia, nos moldes do pensamento habermasiano. Logo, é disso que se também trata – de direito e de democracia – quando se fala em recuperar, em cada espaço, a ação comunicativa.

Voltemos ao discurso prático. Já foi comentado antes que ele ocorre quando as pretensões de correção normativa são questionadas. No entanto, neste caso, as próprias normas é que são submetidas ao exame discursivo, e não a pretensão de correção referente ao contexto normativo, pois as normas presentes na sociedade, explica Habermas, à diferença do mundo objetivo, que tem uma base ontológica, precisam elas próprias de justificação.⁵⁹ O princípio do discurso, segundo o qual “*só podem reclamar validade as normas que encontrem (ou possam*

encontrar) o assentimento de todos os concenridos enquanto participantes de um Discurso prático”,²⁷ constitui o princípio fundamental de uma teoria da moral compatível com as sociedades pós-modernas, onde as certezas inquestionáveis vinculadas à tradição perderam a sua força. Nessas sociedades, moral é tudo aquilo que pode contar com o consentimento de todos os envolvidos; é o que, por eles próprios, é julgado com imparcialidade e justiça – tudo pode ser problematizado e imparcialmente avaliado. Ocorre que a garantia de respeito a essas normas e de sua efetivação é unicamente a consciência de cada um, forjada nos processos de socialização. Além disso, a aplicação dessas normas exige recursos cognitivos e organizacionais, assim como o desenvolvimento de operações complexas e, se deixada a cargo dos participantes na interação, acabará por sobrecarregá-los.^{22,25, 60} O Direito supre, com suas normas legitimamente dotadas de poder coercitivo e com seu arcabouço institucional de alta complexidade organizativa e cognitiva, essas deficiências, complementando a moral. Por seu lado, com a modernização, o direito não dispõe mais da força moral legitimadora antes garantida pela tradição, mas tampouco pode prescindir dela. Como alternativa, ele incorpora a imparcialidade de julgamento e a formação discursiva da von-

tade, isto é, o princípio do discurso. Daí surge o conceito de autonomia política, que é definido como *institucionalização dos processos discursivos de formação da opinião e da vontade*, resultante da interpenetração entre princípio do discurso e direito, num processo circular em que o primeiro confere legitimidade ao segundo e este, por sua vez, institucionaliza o primeiro, gerando, ao mesmo tempo, direito legítimo e princípio da democracia, que são, portanto, co-origenários.²² (Figura 15). Em outras palavras, não há direito sem democracia e vice-versa.



Figura 11 – Martin Luther King – “I have a dream” (Eu tenho um sonho).



Figura 12 – Fora Collor: movimento que levou ao impeachment do presidente Collor 1991.



Figura 13 – Diretas Já – Brasil.



Fonte - www.afroreggae.blog.uol.com.br

Figura 14 – *Afroreggae*: música para combater a violência.

O conceito de democracia, cujo princípio básico consiste na institucionalização dos processos discursivos de formação da opinião e da vontade, representa o processo pelo qual os cidadãos têm garantido o exercício da sua autonomia e se transformam em autores dos direitos dos quais são destinatários.^{22,60} A sua transição para os processos políticos reais será feita por um modelo procedimental de democracia, a política deliberativa, constituída por

dois complexos. O primeiro, legalmente regulado, é o sistema representativo, e o segundo, a esfera pública, na qual o primeiro se ancora firmemente. A esfera pública é uma rede comunicacional de informações e opiniões, enraizada na sociedade civil e capaz de detectar, identificar e tematizar os problemas que os atores sociais experimentam, no seu dia a dia, frente às externalidades causadas pelos diferentes sistemas. Na qualidade de mundo da vida, a esfera pública é reproduzida pela ação comunicativa e se refere ao espaço social por ela gerado. Da mais simples interação, esse espaço pode se expandir, incorporando sucessivamente novos atores, generalizando-se, distanciando-se cada vez mais dos contextos específicos, vinculando-se, portanto, à cidadania em geral, mas sem perder o eco das experiências individuais. Assim, se constitui o debate público que dramatiza os problemas e necessidades, até o ponto em que têm de ser tratados pelas instâncias institucionalizadas do complexo representativo. Em outras palavras, a esfera pública não legisla, mas cria a situação e as antecipações que levam as instâncias representativas a apreciar determinadas matérias, tomar decisões a respeito e aprovar soluções na forma de leis, políticas, programas e/ou projetos. É assim que cidadãos associados conseguem produzir opinião pú-

blica e gerar poder comunicativo capaz de exercer influência sobre os processos institucionalizados e, dessa forma, confrontar os imperativos sistêmicos.⁶⁰

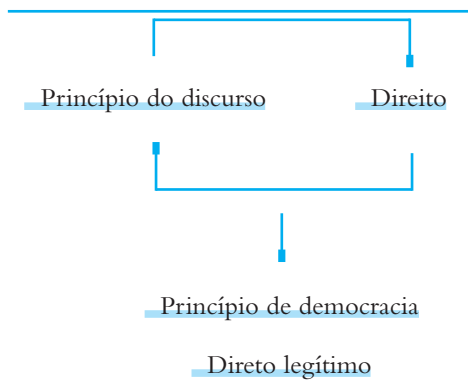


Figura 15 – Gênese do Direito e da Democracia.

Fonte: Criado por Elza Machado de Melo a partir da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas.

Por fim, resta uma última questão, aquela que aborda a formação de grupos para fins ilícitos ou violentos. Fala-se, por exemplo, do tráfico como uma nova agência de socialização, anunciando-se dessa forma, além da sua perversidade, o seu caráter refratário⁶¹, vez que se confunde com as instituições que tradicionalmente desempenham aquele papel. Às vezes encontram-se até mesmo avaliações que reiteram, por exemplo, o papel das gangues na construção de subjetividades e intersubjetividades do adolescente.⁴¹ Com a teoria da ação comunicativa é possível distinguir esses processos – tráfico, gangues – dos que são legitimamente socializadores, entendendo os primeiros como frutos da co-

lonização do mundo da vida. No caso do tráfico, os participantes sequer têm o direito de discutir sua entrada ou saída; quanto às gangues, entram numa perspectiva estratégica e, em ambos os casos, se tivessem ou usassem o direito à fala, certamente, suas postulações não passariam - e não passam - pelo crivo discursivo de formação da opinião e da vontade. A conclusão é rigorosamente inversa para outras situações, o que, de certa forma, demonstra a capacidade distintiva da teoria, por exemplo, a luta de um povo pela sua independência ou a luta por direitos, pela igualdade e pela liberdade. No nosso entendimento, elas não poderiam ser tomadas como violência. Novamente, ação comunicativa e discurso oferecem os fundamentos necessários: é possível pensar que certas correntes ideológicas trabalhem com a ideia de que os povos sejam explorados e oprimidos porque são subdesenvolvidos, ignorantes ou qualquer coisa do gênero, mas é praticamente inexistente a defesa de que devam ser explorados e oprimidos e assim devam permanecer para sempre. Nunca se



Figura 16 – Volpedo – Il Quarto Stato (O Quarto Estado).



Figura 17 – Queda da Bastilha.



Figura 18 – Eugène Delacroix – Liberdade.

viu fundamentação ou ideologia segundo a qual não se deva lutar contra injustiças, desigualdades e opressão, ainda que muitas vezes lutar signifique “oferecer a outra face” ou, se assim se preferir, ter paciência, pois o tempo ainda não é propício nem as condições maduras. Nunca se viu a defesa das desigualdades, injustiças e opressão como sendo o melhor para todos, ainda que não se acredite no sucesso de qualquer iniciativa ou, ainda, não se acredite na competência humana para distinguir justiça de injustiça.⁶²

Na verdade, o que conta é o procedimento, que garante a formação da opi-

não e vontade coletiva com a participação de todos os envolvidos, onde todos de fato exercem sua autonomia e podem atuar segundo razões, práticas, técnicas ou teóricas, e não segundo verdades dadas e inquestionáveis.^{22, 28, 60, 63}

Conclusão

A exposição detalhada de uma teoria tão complexa como a Teoria da Ação Comunicativa, de Habermas, passando por seus principais elementos, tem o sentido de subsidiar ações de prevenção da violência. Ela não oferece um instrumento ou uma técnica que imediatamente possa controlar a violência, criar um mundo sem violência ou dar resposta a cada caso. Ela oferece uma explicação plausível sobre como cada um, ao atuar no seu espaço – entre tantos outros múltiplos e infinitos espaços da vida so-



Figura 19 – Johnn Lenon: Dê uma chance à paz “...*imagine all the people sharing all the world...*” (imagine todas as pessoas compartilhando todo o mundo).

cial –, desenvolvendo projetos e propostas que funcionem como iniciadores ou estimuladores de processos interativos mediados pela linguagem, articulando com outros e mais outros, indefinidamente, formando redes fundadas na solidariedade –, é sim, capaz de influenciar e de fazer a diferença. Consequentemente, cada um é capaz de contribuir para a prevenção da violência.

Referências

- 1 World Health Organization. Preventing violence and reducing its impact: how development agencies can help. France:WHO;2008.
- 2 Brasil. Ministério da Saúde. Datasus. Indicadores e dados básicos 1990 a 2006 [Citado em 2010 junho]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2008/matriz.htm>.
- 3 Brasil. Ministério da Saúde. Datasus. Indicadores e dados básicos 1998 a 2009 [Citado em 2010 junho]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2008/matriz.htm>.
- 4 Brasil. Ministério da Saúde. Impacto da violência na saúde do brasileiro. Brasília: Editora MS; 2005.
- 5 Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Violência: uma epidemia silenciosa. Brasília: Conass; 2007. Documenta 15.
- 6 Organização Mundial de Saúde. Organização Panamericana de Saúde. Informe mundial sobre la violencia y la salud. Whashington: OPAS; 2003.
- 7 Gerolamo, M E Penna, MLF. Sobremortalidade por diarreia simultânea à Cole-
ra na Região Nordeste. *Rev. Saúd Públic* 38(4):517-522, 2004
- 8 Finkelhor D, Ormrod RK, Turner HA. The Developmental Epidemiology of Childhood Victimization. *JInterpers Violence*. 2009; 24(5): 711-731.
- 9 Bossarte RM, Swahn MH, Breiding M. Racial, Ethnic, and Sex Differences in the Associations Between Violence and Self-Reported Health Among US High School Students. *Journal of School Health*. 2009; 79(2):74-82.
- 10 Fleming LC, Kathryn C, Jacobsen H. Bullying and Symptoms of Depression in Chilean Middle School Students. *Prev Sci*. 2009; 10:100-115.
- 11 Lee S, Tsang A, Von Korff M, Graaf R, Benjet C, Haro JM, Angermeyer M, Demyttenaere K, Girolamo G, Gasquet I, Merikangas K, Posada-Villa J, Takeshima T, Kessler R.C. Association of headache with childhood adversity and mental disorder: cross-national study. *The British Journal of Psychiatry*. 2009; 194:111-116.
- 12 Concha-Eastman A, Malo M. Da repressão à prevenção da violência: desafio para a sociedade civil e para o setor saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2007; 11(Sup): 1179-1187.
- 13 Galheigo SM. Apontamentos para se Pensar Ações de Prevenção à Violência pelo Setor Saúde. *Saúde Soc. São Paulo*. 2008; 17(3): 81-189.
- 14 Paulo JR. A era da frustração: melancolia, contra-utopia e violência em Clube da luta. *Revista de Antropologia, São Paulo, USP*. 2002; 45(1):221-241.
- 15 Whitehead NL. Violence & the cultural order. *Daedalus*. 2007; 136(1): 40-51.
- 16 Melo, EM. A violência rompendo as interações. *As interações superando a violência. Rev. Bras. Saude Mater. Infant*. 2007; vol.7(1):89-98.

- 17 Bengochea JLP, Guimarães LB, Gomes ML, Abreu SR. A Transição de uma Polícia de Controle para uma Polícia Cidadã. São Paulo em Perspectiva.2004; 18(1):119-131.
- 18 Machado EP, Noronha CV. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. Sociologias. 002; 7:188-221.
- 19 Adorno S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. Sociologias. 2008; n.8.
- 20 Salla F, Gauto M, Alvarez MC. A contribuição de David Garland a sociologia da punição. Tempo Social. 2006. 18(1): 329-350.
- 21 Ward E. Preventing violence and reducing its impact: How development agencies can help. World Health Organization: France, 2008.
- 22 Habermas J. Between Facts and Norms, Contributions to a discourse theory of law and democracy. Cambridge, Massachussets:The MIT Press, 1996.
- 23 Habermas J. Pensamento pós-metafísico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1990.
- 24 Habermas J. O que é pragmática universal? In: Habermas, J. Teoria de la Acción Comunicativa: Complementos y Estudios Prévios. Madrid: Ed. Cátedra, 1989.
- 25 Habermas J. Teoria de la acción comunicativa. Madrid:Taurus; 1987.
- 26 Habermas, J. Escritos sobre Moralidad y Eticidad. Barcelona: Paidós, 1991.
- 27 Habermas J. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1989.
- 28 McCarthy T. The Critical Theory of Jurgen Habermas (7ª ed.) Cambridge-London: The MIT Press, 1989.
- 29 Habermas J. Teoria de la Acción Comunicativa: Complementos y Estudios Prévios. Madrid: Ed. Cátedra, 1989.
- 30 Habermas J. Legitimation crisis. Boston: Beacon Press; 1975.
- 31 Habermas J. A nova intransparência. A crise do estado de bem-estar social e esgotamento das energias utópicas. Novos Estudos CEBRAP. 18: 103-14; 1987.
- 32 Melo EM, Chaves AB, Horta MAB, Mendes M, Braga GM. Prevenção da violência em adolescentes: a experiência do Projeto Frutos do Morro: II Congresso Brasileiro de Extensão. Belo Horizonte: 2003. Disponível em <http://www.ufmg.br/extensao/anais>.
- 33 Guareschi NMF, Weber A, Comunello LN, Nardini M. Discussões sobre Violência: Trabalhando a Produção de Sentidos. Psicologia: Reflexão & Crítica.2006; 19(1):122-130.
- 34 Moreira JO, Abreu AKC, Oliveira MC. Moralidade e sociabilidade em frankl: um norte para superação da violência. Psicologia em Estudo, Maringá. 2006; 11(3): 627-635.
- 35 LeBlanc SA. Why warfare? Lessons from the past. Daedalus. 2007; 136.1:13-21.
- 36 Njaine K. Sentidos da violência ou a violência sem sentido: o olhar dos adolescentes sobre a mídia. Interface - Comunic., Saúde e Educ. 2006; 10(20):381-92.
- 37 Porto MSG. Crenças, valores e representações sociais da violência. Sociologias. 2006; 16:250-273.
- 38 Santos JVT. Violências e Dilemas do Controle Social nas Sociedades da “Modernidade Tardia.” São Paulo Em Perspectiva.2004; 18 (1): p.3-12.
- 39 Melo EM, Faria HP, Melo MAM, Chaves AB; Machado, GP. Projeto Meninos do Rio. Mundo da Vida, Adolescência e Riscos de Saúde. Cadernos de Saúde Pública. 2005;21:39-48.
- 40 Silva LAM. SOCIABILIDADE VIOLENTA: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Sociedade e Estado.2004; 19(1):53-84.

- 41 Guimarães SP, Campos PHF. Norma Social Violenta: Um Estudo da Representação Social da Violência em Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 2007; 20(2):188-196.
- 42 Caniato AMP. Violências e subjetividades: o indivíduo contemporâneo. *Psicologia & sociedade*. 2008; 20(1):16-32.
- 43 Antunes RLC. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- 44 Dias EC, Melo EM. Estado e Políticas Pública e de Segurança do Trabalho. In: Mendes, R. *Patologias do Trabalho*. 2ªed. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Atheneu, 2003. P. 1683-1721.
- 45 Zaluar A. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estudos Avançados*, 21.2007; (61):31-49.
- 46 Forte FAP. Racionalidade e legitimidade da política de repressão ao tráfico de drogas: uma provocação necessária. *Estud*. 2007; Av. 21(61):93-208.
- 47 Foucault M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- 48 Marx K, Engels F. *O manifesto comunista*. 5. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 65 p.
- 49 Marx K, Engels F. *A Ideologia Alemã*. Tradução de Jose Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 6.ed.- São Paulo: Hucitec, 1987. 138 p.
- 50 Marx K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 16. ed. Rio de Janeiro. *Civilização Brasileira*, 1998.
- 51 Oliveira ACF, Pinheiro JQ. Indicadores psicossociais relacionados a acidentes de trânsito envolvendo motoristas de ônibus. *Psicologia em Estudo, Maringá*. 2007; 12(1): 171-178.
- 52 Pinsky I, Pavarino Filho RV. A apologia do consumo de bebidas alcoólicas e da velocidade no trânsito no Brasil: considerações sobre a propaganda de dois problemas de saúde pública. *Rev Psiquiatr*. 2007; 29(1):110-118.
- 53 Andrade SM, Soares DA, Braga GP, Moreira JH, Botelho FMN. Comportamentos de Risco Para Acidentes de Trânsito: Um Inquérito Entre Estudantes de Medicina na Região Sul Do Brasil. *Rev Assoc Med Brás*. 2003; 49(4):439-44.
- 54 Modelli MES, Pratesi R, Tauil PL. Alcoolemia em vítimas fatais de acidentes de trânsito no Distrito Federal, Brasil. *Rev. Saúde Pública*. 2008; 42(2): 351-352.
- 55 WHO. World Health Organization Third Milestones of a Global Campaign for Violence Prevention Report 2007.
- 56 The Multisite Violence Prevention Project-MVPP. The Multisite Violence Prevention Project: Impact of a Universal School-Based Violence Prevention Program on Social-Cognitive Outcomes, *Prev Sci*. 2008; 9:231-244.
- 57 Swaim RC, Kelly K. Efficacy of a Randomized Trial of a Community and School-based Anti-violence Media Intervention Among Small-town Middle School Youth. *Prev Sci*. 2008; 9:202-214.
- 58 Jim Rice. *The Path to Peace*. *Sojourners*. 38(3): 2009.
- 59 Habermas J. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola; 2002.
- 60 Habermas J. *A Inclusão do Outro*. *Estudos de teoria política*. (2a ed). São Paulo: Ed. Loyola, 2004.
- 61 Zaluar A, Leal Mc. *Violência Extra e Intramuros*. *RBCS*. 2001; 16 (45):144-164.
- 62 Andrew Fiala *Practical Pacifism and the War on Terror* SOURCE. *The Humanist*. 2002 62(6).
- 63 Bencivenga E. *Justice and Violence*. *The Philosophical Forum, Inc*. 2006; 36(3): 233-242.

Capítulo 2 – Como explicar a violência

Carolina Proeitti Imura
Andréa Maria Silveira

O Ministério da Saúde do Brasil, por meio da Portaria que delinea a Política de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violências¹ define violência como “*qualquer ação ou omissão realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam danos físicos, emocionais, morais, espirituais a si próprios ou aos outros*”.

Obviamente, essa definição de violência contempla uma gama maior de fenômenos do que aqueles que nossa legislação reconhece como crime, aqui entendido como um ato que viola uma lei. De qualquer forma, a maior parte dos crimes, mesmo aqueles que não são à primeira vista considerados violentos, tais como a corrupção, os crimes do “colarinho branco”, as diversas modalidades de fraudes, os crimes contra o meio ambiente, os furtos etc. são potencialmente violentos pelos prejuízos econômicos e pelos danos emo-

cionais, morais e espirituais que causam nos indivíduos e nas comunidades.

Entender as causas e os mecanismos que levam algumas pessoas a infringir as regras e as leis que ditam a convivência harmoniosa em suas coletividades, particularmente, aquelas que definem o direito do outro à vida segura, pacífica, saudável e digna, vem desafiando pesquisadores com filiações a diversas disciplinas, passando pelo direito, pela sociologia, pela antropologia, pela medicina e pela psicologia.

Ainda que estejamos longe das respostas únicas e definitivas, tende-se hoje a admitir que a violência e o crime constituem fenômenos complexos e que possuem origem multifatorial. De qualquer forma, muitas teorias nos ajudam a entender melhor esses fenômenos. No texto que se segue, são apresentadas algumas dessas formulações.

Teorias Biológicas

Os arautos das teorias biológicas argumentam que a violência resulta da interconexão de fatores biológicos e sociais. Por biológicos são entendidos fatores fisiológicos, bioquímicos, neurológicos e, genéticos. Segundo os defensores dessas teorias, a pesquisa criminológica tende a se concentrar nos fatores sociais subestimando as influências biológicas no comportamento criminoso².

As teorias biológicas modernas não defendem um determinismo biológico, mas argumentam que certas características biológicas aumentam a probabilidade de os indivíduos se engajarem em certos tipos de comportamento anti-sociais e violentos, ainda que estas características não possuam poder preditor e que só se expressem quando em interação com determinados ambientes sociais.

Entre essas características biológicas estariam diferenças nos níveis de neurotransmissores, como baixos níveis de serotonina e altos níveis de norepinefrina comumente associados a comportamentos antisociais. Acredita-se que a serotonina está relacionada à modulação da impulsividade e que baixos níveis da mesma possam se associar a comportamentos anti-sociais e violentos. Embora os níveis de neurotransmissores sejam determinados geneticamente, sabe-se que podem ser alterados por meio de medi-

camentos, dietas e mudanças ambientais. Assim, determinadas dietas aumentam os níveis de serotonina, dopamina e norepinefrina e ambientes estressantes como os existentes em algumas favelas e aglomerados dos grandes centros urbanos, podem, por exemplo, reduzir os níveis de serotonina^{2,3}.

Teorias hormonais explicam a violência a partir do entendimento de que hipófise, tireóide, pâncreas, ovários, testículos e supra-renais produzem hormônios, em parte, em resposta a processos neuroquímicos que, por sua vez, são afetados por mecanismos de *feedback* por esses mesmos hormônios. Essas teorias sugerem que a produção de hormônios afeta os processos físicos e mentais podendo assim induzir comportamentos violentos e que a violência que emerge na juventude é decorrente da testosterona, hormônio produzido em maiores quantidades, pelos homens. Atribuem ainda parte da violência perpetrada pelas mulheres aos perfis hormonais encontrados nos períodos pré-menstruais, quando as concentrações menores de progesterona explicariam comportamentos agressivos. Contudo, os resultados de pesquisas nessa linha são contraditórios e é incerto o papel que os níveis hormonais desempenham nos comportamentos violentos^{3,4}.

As diferenças entre homens e mulheres no engajamento em ações violentas

tas e criminosas também têm desafiado os pesquisadores. Além das explicações hormonais, outra explicação advoga que os indivíduos respondem aos eventos estressantes ou de risco de acordo com suas habilidades cognitivas, ou seja, de como eles percebem esses eventos. A capacidade de codificar, processar e interpretar as informações considerando os potenciais riscos e benefícios da ação é que determinará a resposta adequada. Assim, certas formas de processar a informação protegeriam o indivíduo de pressões ambientais, sociais e situacionais em direção ao comportamento criminoso. Um dos motivos do menor envolvimento das mulheres no crime seria o fato de desenvolverem habilidades cognitivas e sociais mais precocemente, possuírem maiores habilidades verbais e estarem sujeitas a processos diferentes de socialização⁵.

Garaigordobil et al⁶ estudando a diferença entre os gêneros quanto a fatores sócioemocionais na adolescência verificou que as meninas reúnem maiores habilidades de comunicação para lidar com o conflito e têm mais habilidades relacionadas com a empatia, ao passo que os meninos são mais assertivos no que diz respeito as suas necessidades. Os autores ressaltam que, embora existam diferenças entre as culturas, mais frequentemente as meninas desenvolvem cognições e emoções relacionadas à internalização

de problemas (tristeza e ansiedade) e os meninos desenvolvem emoções e cognições relacionadas à externalização dos problemas sob a forma de dominação e agressividade.

Explicações genéticas são também frequentemente mobilizadas para explicar comportamentos violentos. Geralmente, essas teorias estão baseadas em estudos com gêmeos separados na infância ou crianças adotadas, de forma a tentar isolar a genética de fatores ambientais. Estudos apontam que gêmeos univitelinos dotados do mesmo patrimônio genético, tendem a manifestar comportamentos parecidos mesmo tendo crescido no seio de famílias e ambientes distintos. Nessas circunstâncias, quando a impulsividade e a violência fizessem parte da “natureza”, esses comportamentos se manifestariam nesses indivíduos independentemente do ambiente familiar e do contexto social nos quais tenham sido educados.⁷ Da mesma forma, os filhos adotivos que possuem histórico de cometimento de crimes possuem em maior percentual, pais biológicos que também possuem antecedentes criminais, o que ocorre em menor proporção com os filhos adotivos que não possuem registros criminais³. Contudo, os estudos apontam que fatores genéticos isoladamente não são suficientes para explicar comportamentos violentos e criminosos

e que um modelo mais adequado articula os fatores genéticos a fatores ambientais, tais como presença de doenças psiquiátricas, divórcio, uso de drogas, alcoolismo e pobreza no ambiente doméstico. Estudos epidemiológicos e de genética molecular apontam ainda que a violência pode ser geneticamente relacionada ao alcoolismo e a doenças mentais^{2,4}.

O álcool, assim como outras drogas ilícitas, traumatismos cranianos e complicações de gravidez e parto podem ser considerados fatores ambientais que influenciam o comportamento violento. O álcool constitui o mais conhecido desses fatores uma vez que seu uso está associado ao aumento da agressividade, supostamente pelos seus efeitos desinibidores, embora outras explicações não devidamente comprovadas como indução de aumento da produção de testosterona, anormalidades eletroencefalográficas e alterações no funcionamento da serotonina também sejam aventadas. Outras drogas associadas à violência são os opiáceos (uso crônico), as anfetaminas, o crack, o LSD e os esteróides. Contudo, o comportamento violento por parte dos usuários parece depender também de propensão destes para a violência. Outros estudos encontraram ainda relação entre comportamento violento e traumatismos de crânio que envolvem perda da consciência, problemas sérios de saúde no primeiro ano de

vida, complicações de parto e pais com doenças psiquiátricas^{2,3}.

Em síntese, e reiterando afirmações do início deste tópico, as teorias biológicas são parte de uma abordagem multifatorial do crime, contudo, ainda que os fatores biológicos possam aumentar a probabilidade de engajamento do indivíduo em atividades criminosas e violentas, eles isoladamente não são capazes de determinar esse engajamento^{3,4}.

Teorias Sociais

Como explicar que indivíduos em um mesmo contexto cultural social e econômico vivenciam a violência em seus cotidianos, mas reagem e respondem de forma diferenciada?

Cientistas sociais de diferentes tendências vêm elegendo a violência e a criminalidade como problemas sociais a serem estudados e a sociologia tem se mostrado, desde o final do século XIX, uma disciplina privilegiada para o aprofundamento desses estudos. Nos âmbitos teórico e empírico, contudo, o consenso sobre causalidades ainda está longe de ser atingido^{8,9}. Na literatura convencional e contemporânea, são diversos os modelos e as teorias explicativas com ênfases distintas sobre os elementos causadores da criminalidade, bem como das possibilidades de sua aferição empírica.

Genericamente os estudos podem ser divididos em dois grandes grupos: motivações individuais e características pessoais, por um lado e, por outro, determinantes estruturais, incluindo contextos sociais e econômicos, bem como as variações culturais e as características das organizações sociais que conformariam ambientes de oportunidade para o crime^{10,8,11}.

De forma mais refinada, Cano e Soares, citados por Cerqueira e Lobão⁸, dividem as abordagens sobre as causalidades do crime em cinco grupos. O primeiro engloba a explicação da criminalidade por meio de patologias individuais; o segundo inclui as teorias que explicam o crime como uma atividade racional de maximização do lucro; o terceiro reúne as teorias cuja perspectiva está centrada no sistema social, visto como ‘perverso’ ou ‘deficiente’; o quarto grupo privilegia as teorias que veem o crime como uma consequência da desorganização social; o quinto grupo engloba as abordagens que explicam o crime por fatores situacionais de oportunidades.

Entre os pesquisadores e teóricos não há, contudo, consenso no que se refere às causas gerais da violência e do crime ou às motivações gerais de seu agente. Assim, patologias ou características individuais, desorganização social, estilo de vida, aprendizado social, controle social, anomia, escolha racional, modelo

ecológico, dentre outras correntes teóricas, abordam o crime por um determinado ângulo e, ainda que apresentem diferenças em seus êxitos empíricos, demonstram a validade de seus argumentos. Ademais, como alerta Soares⁹ não se pode pensar o crime e a violência no singular, nem tampouco generalizar um universo tão heterogêneo quanto o da criminalidade:

*“As explicações para a violência e o crime não são fáceis. Sobretudo, é necessário evitar a armadilha da generalização. Não existe o crime, no singular. Há uma diversidade imensa de práticas criminosas, associadas a dinâmicas sociais muito diferentes. Por isso, não faz sentido imaginar que seria possível identificar apenas uma causa para o universo heterogêneo da criminalidade.”*⁹

De maneira complementar, Cerqueira e Lobão⁸ defendem que os vários modelos explicativos não devem ser vistos “como uma panacéia que explique situações tão díspares (...) ou que deem conta da generalidade do mundo criminal”⁸, mas vistos como “matizes” que compõem um quadro de referências. Ressaltam ainda que, para se tentar explicar comportamentos como as ações criminosas, é preciso que se levem em consideração as motivações do comportamento individual e a epidemiologia as-

sociada, ou seja, a regularidade estatística e sua distribuição espacial e temporal.⁸

As grandes produções teóricas clássicas acerca da criminalidade e do comportamento criminal estão concentradas na Europa, destacando-se a França de Adolphe Quételét e Émile Durkheim e nos Estados Unidos, onde foi especialmente desenvolvida.

No Brasil, a bibliografia que desenvolve as perspectivas teóricas a respeito da criminalidade é ainda considerada incipiente¹² e a produção acadêmica relacionada ao tema está mais voltada à aplicação das diversas teorias e aos estudos empíricos – mesmo que o país ainda sofra a limitação de dados confiáveis⁸ – do que à reinvenção de fórmulas e conceitos.

Cada uma das teorias da criminalidade, dotada de arcabouço, proposições, metodologia, empiria e críticas revela conceitos e pré-conceitos que influenciam suas determinações práticas, ou seja, as formas de se combater ou de se prevenir a criminalidade ou as violações da lei.

As políticas públicas de segurança, de forma ampla, os programas e projetos de prevenção à violência, de forma mais específica, implícita ou explicitamente, baseiam-se em princípios relativos a alguma abordagem teórica do crime. Genericamente são contempladas tanto as perspectivas que privilegiam o indivíduo, suas motivações e seu com-

portamento, quanto as perspectivas contextuais, incluindo-se os grupos de proximidade, território de origem etc. Sem a pretensão de fazer uma revisão exaustiva ou esgotar a discussão, algumas dessas teorias serão abordadas a seguir.

Teoria da Escolha Racional ou Teoria Econômica do Crime

Gary Becker¹³, em seu artigo “*Crime and Punishment: an economic approach*”, explicita o caráter fundamentalmente econômico da atividade criminosa, apesar de sua ilegalidade, e evidencia a participação dos pensadores e pesquisadores das ciências econômicas nas discussões até então apropriadas pelos cientistas sociais, produzindo ganhos para ambas as áreas.

Nesse clássico, artigo Becker¹³ afirma sua intenção de contribuir para o planejamento de políticas públicas e privadas que possam combater, com eficiência, o comportamento desviante. Para tanto, apresenta fórmulas matemáticas que demonstram o prejuízo social causado pelos crimes cometidos e os custos do Estado com o sistema de justiça, incluindo-se, especialmente, os gastos com as condenações e punições dos criminosos. Deve-se atentar, conforme enfatiza Becker¹³, para a magnitude do termo ‘crime’ que, apesar de banalizado,

deve abarcar todos os tipos de violação. Incluem-se, portanto, não somente os assassinatos, roubos, furtos, mas também os crimes de colarinho branco, a sonegação de impostos, os vários tipos de tráfico, além de outros.

Embasado na teoria da escolha racional, Becker¹³ avança na tentativa de explicar o comportamento criminoso ao descrevê-lo como uma opção racional diante da ponderação entre custos e benefícios. Assim, o indivíduo comete um crime quando sua expectativa de ganho com a atividade criminosa é maior do que aquela que seria obtida com as atividades legais. O ato criminoso pode então ser considerado como o resultado de uma análise racional entre custo e benefício. Por suas principais proposições, a abordagem econômica do crime pode ser incluída no conjunto de teorias em que prevalecem os determinantes individuais.

“Basicamente, a decisão de cometer ou não o crime resultaria de um processo de maximização de utilidade esperada, em que o indivíduo confrontaria, de um lado, os potenciais ganhos resultantes da ação criminosa, o valor da punição e as probabilidades de detenção e aprisionamento associadas e, de outro, o custo de oportunidade de cometer crime, traduzido pelo salário alternativo no mercado de trabalho”⁸.

Para Becker¹³ essa perspectiva teórica implica uma função que relaciona o número dos atos criminosos (*offenses*) de uma pessoa à sua probabilidade de condenação, à punição possível, caso seja condenado, bem como a outras variáveis, tais como o ganho monetário disponível em atividades legais ou ilegais, a possibilidade de ir preso e sua disposição ou vontade de infringir a lei.¹³ Nesse sentido, quanto maior for a probabilidade da condenação e da punição efetiva, ou seja, quanto maior for o risco de ser preso e punido, o ‘ganho’ ou o benefício de se cometer o crime será menor. Por outro lado, a impunidade recorrente funcionaria como um estimulador ao crime, uma vez que diminui seu risco. Tendo isso em vista, uma forma de se prevenir o crime é a justa apreensão e condenação daqueles que o cometem (fatores negativos ou dissuasórios – *deterrence*), aumentando o custo do crime para o criminoso, o que tenderia a diminuir a ocorrência dos crimes. Outra perspectiva complementar é o aumento do ganho com as atividades legais. Ou seja, quando se aumenta o benefício das atividades legais se reduz o incentivo às atividades ilegais, reduzindo, em tese, o número de crimes a serem cometidos.

O gasto com o controle do crime é alto para cofres públicos e, portanto, o modelo de combate ao crime deve

ser baseado na otimização dos recursos, considerando cinco categorias, o número de crimes e seus custos; o número de crimes e suas punições; o número de crimes que resultaram em prisões e condenações, os gastos públicos com o aparato policial e sistema de justiça; o número de crimes e o gasto privado com proteção e apreensão¹³. Becker¹³ então sugere que o ganho privado e marginal adquirido pela atividade ilegal corresponda ao prejuízo social relativo à atividade ilegal exercida e, portanto, deve ser ‘devolvido’ por quem infringiu as normas sociais.

A abordagem econômica da criminalidade estabeleceu intrínseca relação com a produção, registro e sistematização de dados e estatísticas, sendo desse modo, fundamental a consolidação de bases de dados fidedignas, para que boas análises possam se estabelecer. Não obstante, estudiosos e analistas desse modelo teórico alertam para o problema dos dados disponibilizados aos estudos, em função do registro, ou melhor, do sub-registro das ocorrências que alimentam as bases de dados^{8,14,15}.

Os estudos empíricos que tomaram como orientação o modelo econômico do crime e a teoria da escolha racional passaram a investigar a relação do crime com o mercado de trabalho, com a renda, com a desigualdade, com a dissuasão policial, com a demografia e a urbaniza-

ção, além de outras variáveis⁸. No Brasil, a produção teórica embasada nesse modelo econômico é fortemente representada pelos estudos de Fajnzylber *et alii*.¹⁶

De forma geral, os resultados desses estudos não se mostraram conclusivos no que se refere às relações entre mercado de trabalho e crime ou entre condições econômicas e crime, mas, por meio de alternativas metodológicas foi possível verificar, por exemplo, a relação positiva entre crime e desemprego, por meio de análises longitudinais¹⁷ ou concluir, conforme o estudo de Araújo Jr e Fajnzylber¹⁸, que as taxas de homicídio são maiores entre os jovens e que, nestas faixas etárias, verificam-se “os maiores efeitos de algumas das variáveis sociais e econômicas, notadamente a renda e o desemprego da coorte e a chefia feminina de família”¹⁸.

Há quem defenda¹⁹ que a teoria econômica do crime explica melhor os crimes contra a propriedade, enquanto os crimes contra a pessoa são mais bem explicados por teorias como tensão social e desorganização social: “implicitamente, pressupõe-se que os efeitos dos determinantes da criminalidade são os mesmos para crimes contra pessoa e crimes contra o patrimônio, embora as motivações revelem-se distintas, posto que a segunda categoria é motivada, na essência, por questões econômicas.”¹⁹

Beato e Reis¹⁰ corroboram a ideia das diferenças entre os crimes violentos contra o patrimônio e os crimes violentos contra a pessoa. Entretanto, constata-se que os crimes contra o patrimônio são positivamente correlacionados com os índices de desenvolvimento humano (número médio de anos de estudo e taxa de incidência de drogas), relativos a um contexto urbano de desenvolvimento. Os crimes contra a pessoa, por sua vez, mantêm uma correlação negativa com os indicadores de prosperidade e desenvolvimento, sendo inversamente correlacionados com os índices de desenvolvimento humano e diretamente correlacionados com as taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil¹⁰.

Apesar dos problemas da ausência de dados e dos achados inconsistentes, faz-se necessário reconhecer os ganhos tanto teóricos como empíricos advindos do desenvolvimento da teoria econômica do crime. Incorporar à discussão da criminalidade as consequências dos déficits sociais e econômicos é notável, sobretudo em um país como o Brasil. Porém, a estrita generalização dessa tese parece não somente insuficiente para a explicação do crime como fenômeno complexo e multicausal, mas ainda incorre no risco de marginalizar ainda mais um segmento social já bastante estigmatizado. De acordo com Campos²⁰,

“Evidentemente, a questão somente da desigualdade social não é suficiente para explicar a entrada no mundo da delinquência e do crime, pois, como há muito já foi dito, a grande maioria da população no Brasil ainda permanece obediente às regras predominantes. No entanto, alguns trabalhos que não estão ligados à escolha racional ajudam a identificar como a violência, a desigualdade de direitos socioeconômicos e as violações de direitos humanos tornam alguns grupos sociais mais expostos à violência letal além da perspectiva da teoria econômica.”²⁰

Em suma, a perspectiva teórica notadamente estabelecida por Becker e desenvolvida por outros autores, possui claras implicações práticas para o âmbito das políticas públicas de modo a impulsionar o debate em torno da alocação de recursos públicos para tais políticas que efetivamente contribuam para a diminuição da criminalidade e violência, mas não deve ser tomada como explicação única.

Teoria dos Laços Sociais

A teoria dos laços sociais, reconhecida pelas propostas teóricas de Travis Hirschi, enquadra-se na categoria das teorias do controle e é fortemente influenciada pelos pressupostos psicaná-

líticos. Dessa forma, é bastante distinta das outras teorias de criminalidade, pois parte do princípio de que o que precisa ser explicado é a conformidade às regras e não o desvio. Representantes dessa vertente teórica criticam as demais propostas referindo-se a elas como ‘positivistas’, tendo em vista o pressuposto de que todos irão cumprir as regras e para que ocorra o desvio, é preciso que haja uma motivação. Ao contrário, as teorias de controle afirmam que a violência e o crime ocorrerão a não ser que sejam prevenidos por fortes controles sociais e pessoais, portanto, quando o controle é fraco ou frágil o comportamento desviante passa a ser possível.

O objetivo das teorias do controle é explicar por que a maioria de nós não comete crimes. O sujeito é generalizado para a primeira pessoa do plural (nós) e não direcionado a determinados grupos sociais e, nesse sentido, o ímpeto de cometer crimes ou violar as leis é uniforme ou, igualmente distribuído na sociedade.

As proposições identificadas como teorias do controle podem ser genericamente divididas em dois grupos: as que enfatizam os fatores pessoais e aquelas cuja ênfase está nos fatores sociais. No primeiro grupo, enquadram-se os fatores pessoais ou psicológicos e um de seus expoentes é Walter Reckless. Já no segundo grupo, prioriza-se a vinculação

dos indivíduos às principais instituições sociais tais como a igreja, a escola e a família, destacando-se Travis Hirschi cuja proposição (*Social Bonding Theory*), de acordo com estudiosos, superou todas as propostas anteriores^{21,22}.

Os dois principais conceitos para se compreender a proposta teórica de Reckless são: contenção (*containment*) e autoconceito (*self-concept*), ambos relacionados ao indivíduo. A proposição básica da teoria é a de que os indivíduos, de maneira geral, sofrem diferentes tipos de pressão para a delinquência e, portanto, essas forças devem ser contidas. Tal contenção ocorre por forças internas (*self-concept*) e por influências positivas externas²¹.

De acordo com as ideias de Reckless, o indivíduo está exposto a uma espécie de jogo de forças ou pressões tanto internas quanto externas, positivas para a contenção ou positivas para a delinquência. Assim, tem-se: a) pressões externas ou condições estruturais (tais como pobreza, discriminação, desemprego etc.); b) contenções externas (exercidas pelo grupo familiar ou outros grupos próximos que tenham influência sobre o indivíduo); c) contenções internas (tais como, tolerância a frustração, comprometimento com as normas e regras, metas socialmente aceitas etc.); d) impulsos internos (relacionados à agressividade, frustrações ou até condições psiquiátricas, tais como a psicose)^{21,22}.

Essa formulação, também denominada Teoria da Contenção, inspirou inúmeros estudos empíricos cujo intento básico era testar a validade do autoconceito como fator de proteção ao comportamento delinquente. O próprio Reckless e seus associados conduziram pesquisas para testar sua teoria, o que não o isentou de críticas relativas à proposta e aos achados²².

Como grande representante da teoria, Reckless defende que ela, entre outras vantagens, pode explicar tanto a delinquência quanto a conformidade com as regras e normas, assim como uma grande variedade de atividades criminais e pode ser usada como base para iniciativas de prevenção e tratamento da delinquência, além de sua capacidade de analisar indivíduos em particular²¹.

As críticas, por sua vez, são, em sua maioria, direcionadas à importância do autoconceito para a explicação da delinquência, se comparado a outros fatores, tais como os grupos de influência, relacionamento familiar e classe social.

A principal diferença entre as concepções pessoais e sociais do controle é a força atribuída a cada variável. Na concepção social, os laços (vínculos) sociais do indivíduo são mais fortes que suas características pessoais (e de personalidade) no sentido de afastá-lo do comportamento violento e delituoso.

O conceito de laço social se refere ao vínculo do indivíduo com a sociedade, por meio de suas instituições, sendo composto por quatro elementos principais: o envolvimento do cidadão no sistema social (*attachment*) ou o equivalente da instância psicanalítica Superego; o compromisso (*commitment*) ou o resultado da avaliação custo-benefício de seguir ou não as normas sociais, equivalente do Ego; o envolvimento, a ligação ou a participação em atividades legítimas (*involvement*); e as crenças (*belief*) ou aceitação das normas vigentes. Esses elementos, de acordo com a teoria, estão fortemente inter-relacionados. Quanto mais fortes forem os laços sociais estabelecidos com familiares, adultos de referência etc., mais controlado e em conformidade com normas e regras sociais estará o comportamento. Por outro lado, se algum desses aspectos dos laços sociais enfraquece, os outros certamente também enfraquecerão^{21,22}.

As proposições de Hirschi são amplamente reconhecidas na criminologia e possuem respaldo empírico. O autor é também valorizado por combinar a construção da teoria, a construção de conceitos, sua operacionalização e o teste empírico, por meio de pesquisa realizada com adolescentes californianos. Ele constatou, por exemplo, uma correlação positiva entre o autoconceito positivo, o

vínculo com crenças e regras convencionais e as instituições sociais – combinação esta que ‘protege’ o indivíduo do envolvimento delincente. Entre seus achados, o autor, de acordo com Akers²², também verificou que o comportamento delincente dos jovens está fortemente relacionado às suas associações com grupos de amigos delinquentes. Nesse sentido, a relação com grupos de amigos só colaborará para o comportamento em conformidade com as regras quando esse tipo de comportamento for valorizado por essa rede de relações.

Outro aspecto fundamental na teoria dos laços sociais é a centralidade da família na prevenção do desvio, sendo a qualidade dessa interação, especialmente entre pais e filhos, mais relevante do que as características estruturais da família. Contudo, ao contrário do que as primeiras formulações teóricas defendem, o tipo de comportamento apresentado pelos pais influencia o comportamento dos filhos. Assim, o comportamento desviante dos pais (como por exemplo, o uso de drogas) influencia o comportamento desviante dos filhos e diminui o controle social no âmbito familiar.

Ainda de acordo com os dados empíricos, a escola desempenha papel importante no controle do desvio, sendo verificado que o envolvimento e o compromisso de jovens com a escola estão

negativamente relacionados à delinquência²³. Já a correlação entre religiosidade e controle do desvio é relatada como modesta e indireta²¹.

Apesar do empenho de alguns representantes das teorias do controle em diferenciá-las do restante das teorias da criminalidade, todos os argumentos acabam (ou se originam) na mesma pergunta, qual seja, por que alguns cometem crimes e outros não?²² Assim sendo, o esforço dos teóricos do controle social em separar a conformidade de um lado e o crime do outro parece irrelevante. Ainda que se deva atentar para as críticas e os questionamentos acerca das formulações das teorias de controle e, mais especificamente, da teoria dos laços sociais, pesquisas posteriores ainda produzem evidências que apóiam, corroboram ou acrescentam dados às proposições teóricas iniciais.

Teoria da Associação Diferencial/ Teoria do Aprendizado Social

A teoria do aprendizado social, abordagem desenvolvida por Ronald L. Akers e Robert L. Burgess tem como referência as formulações da Associação Diferencial, formalmente proposta em 1939, no *Principals of Criminology textbook*, por Edwin Sutherland. Segundo

Akers²², Sutherland é considerado um dos criminologistas mais importantes do século XX, pelo pioneirismo nos estudos sociológicos do roubo profissional e do crime de colarinho branco. É por esse motivo que não se pode explicar a primeira sem a justa contextualização da segunda.

A Teoria da Associação Diferencial se insere no grupo das teorias interpersonais ou situacionais da delinquência que, de acordo com Shoemaker²¹, estão historicamente situadas entre o desenvolvimento das teorias individualistas e as perspectivas mais radicais²¹. Seus pressupostos têm como influência as explicações ambientais, e mais especificamente, as teorias da desorganização social e da anomia, porém, pode ser considerada uma teoria sociopsicológica, por sua pretensão de integrar as explicações de nível macro e nível micro, buscando explicar como os fatores ambientais se traduzem em motivações individuais e sanar a lacuna das teorias embasadas no argumento de base comunitária e social que se mostram incapazes de explicar o comportamento dos indivíduos²¹. O próprio termo ‘associação diferencial’ e remete à ideia das diferentes associações do indivíduo a grupos e valores.

Sutherland enfatiza o aspecto processual sobre como os indivíduos passam a cometer crimes e propõe que o com-

portamento criminal, assim como outros comportamentos, é apreendido – não sendo, portanto determinado pela genética – e ocorre a partir das experiências e interações pessoais do indivíduo. Segundo Shoemaker²¹, para Sutherland, o aprendizado do comportamento delinquente ocorre mediado por grupos pequenos e informais e se desenvolve a partir de uma série de experiências, eventos e situações. Os atos delinquentes podem ser também considerados como resposta ao excesso de exposição do indivíduo a situações que favorecem a violação das normas e das regras. A causa primária da delinquência está relacionada com o indivíduo (embora não seja inerente a ele), mas não se nega, a importância dos fatores sociais na decisão de cometer um ato delinquente. Ficam, portanto, evidentes o nível individual e o nível social. No primeiro, o ato delinquente está relacionado ao aprendizado do indivíduo acerca do comportamento criminal. Na dimensão social ou comunitária, nota-se a influência da interação do indivíduo com outras pessoas e grupos.

A última versão da teoria (1947) “rompe” com os conceitos de conflito e de desorganização. A nova proposta do autor é a substituição do termo *desorganização social* por “organização social diferencial” (nível macro ou teoria processual) que combinaria tanto as causas das

diferentes taxas de crime entre os grupos como as associações diferenciais referentes aos comportamentos individuais²¹. Outrossim, apresenta nove proposições que, de forma resumida, afirmam que o comportamento criminal é apreendido em um processo de interação simbólica com outras pessoas a partir da comunicação; o aprendizado do comportamento violento e criminoso ocorre da mesma maneira que outras aprendizagens, envolvendo iguais mecanismos, dá-se entre os grupos de relacionamento próximo (família, amigos) e inclui técnicas e instruções detalhadas para o cometimento do crime. Dessa maneira, a pessoa se torna delinquente em função do excesso de definições favoráveis à violação da lei em relação às definições desfavoráveis à violação da lei^{21,22}.

De acordo com Shoemaker²¹, a teoria da associação diferencial não foi totalmente aceita pelos criminologistas, que consideraram a ideia de que o comportamento criminal é aprendido como simplista diante da complexidade dos padrões de crimes e motivações. De todas as críticas, a mais séria se refere ao problema da mensuração (dificuldade em mensurar as definições de lei, suas fontes e qualificações, bem como o foco histórico e situacional). Estudos empíricos avaliam positivamente as proposições dessa teoria, embora indiquem a neces-

sidade de maior clareza dos elementos teóricos, bem como a necessidade de desenvolver modelos que a integrem às demais teorias²¹. Outros autores propuseram reformulações ou a ampliação da teoria, tais como Donald R. Cressey, David. F. Luckenbill, De Fleur e Quinney (1966), marcadamente influenciados pelo interacionismo simbólico; Daniel Glaser (1956), que acrescentou o conceito de ‘identificação diferencial’; Burgess e Akers procuraram explicitar os mecanismos da aprendizagem (pouco explicados por Sutherland) e formularam a teoria da aprendizagem social com clara influência do behaviorismo, entre outros. Porém, nenhuma revisão alterou significativamente os princípios básicos da teoria de Sutherland²¹.

A Teoria do Aprendizado Social é uma ampliação ou aprofundamento da Teoria da Associação Diferencial de Edwin Sutherland e reúne elementos do interacionismo simbólico, das teorias cognitivas (Albert Bandura) e do behaviorismo radical (B. F. Skinner). Sua principal proposição é a de que o comportamento, independentemente de ser criminal ou em conformidade com as leis, é uma resultante das diversas influências e experiências vivenciadas pelo indivíduo ou, nas palavras de Akers, “função do equilíbrio dessas influências no comportamento”²². Para esta teoria são

relevantes a estrutura social e o processo de aprendizagem que, em interação, ‘modelam’ o comportamento do indivíduo.

A estrutura social pode ser dividida em dois conjuntos principais: o primeiro envolve os aspectos mais amplos e inclui a “sociedade”, a “comunidade” de pertencimento, bem como a classe, a raça, o gênero e outras estruturas sociais que fornecem os contextos gerais do aprendizado para os indivíduos; já o segundo é composto pela família, pelos grupos de amigos, pela escola, pela igreja e por outros grupos relativos a contextos mais imediatos que promovem ou desencorajam o comportamento conformista ou criminal dos indivíduos. A família, contudo, aparece como variável fundamental e, pesquisadores desta teoria afirmam que o comportamento desviante, por exemplo, está diretamente vinculado ao modelo apresentado pelos pais, à falta de supervisão, disciplina ou sanções, bem como ao endosso de valores e atitudes favoráveis à violência e delinquência²².

O processo de aprendizagem também é o mesmo tanto para os comportamentos desviantes como para os comportamentos conformistas e pode ser descrito e explicado por meio de quatro grandes conceitos: *associação diferencial*; *definições*, *reforço diferencial*, *imitação*, que serão brevemente descritos a seguir, além de outras variáveis.

A *associação diferencial* diz respeito às associações concretas e reais, diretas ou indiretas, estabelecidas pelos indivíduos com determinados grupos de referência (dimensão interacional), bem como à sua exposição frente aos diferentes valores e normas (dimensão normativa). Os grupos com os quais o indivíduo estabelece relações constituem o principal contexto social, no qual os mecanismos de aprendizagem social operam, uma vez que expõem o indivíduo a definições, a modelos a serem imitados, bem como a diferentes tipos de reforço do comportamento. Os grupos podem ser caracterizados como primários ou secundários em função do grau de proximidade e influência. Os primários incluem a família e os amigos próximos, e os secundários ou grupos de referência podem ser exemplificados pelos vizinhos, pela igreja, por professores, médicos e figuras de autoridade, bem como pelos meios de comunicação de massa. As primeiras associações do indivíduo, aquelas com longa duração, maior frequência e que envolvam aqueles que são mais próximos terão maior efeito (os critérios, portanto, são: prioridade, duração, frequência, intensidade).²²

Definições são orientações, racionalizações, definições da situação e outras atitudes avaliativas e morais que definem um conjunto de atitudes, como, certo ou errado, bom ou ruim, desejável ou in-

desejável, justificado ou injustificado. As definições podem ser gerais (tais como as definições religiosas) ou específicas (que orientam os indivíduos para atos particulares), positivas (crenças e atitudes que tornam o comportamento moralmente desejável) ou neutras (que favorecem o crime por meio de justificativas, considerando a noção de racionalização e técnicas de neutralização)²².

Reforço diferencial diz respeito às recompensas ou punições que são consequências de um determinado comportamento e que serão analisadas pelos indivíduos antes de cometer um crime. Assim, a experiência passada e presente e a antecipação ou projeção do futuro serão levadas em conta no sentido de evitar eventos aversivos ou desprazerosos. Apesar de serem consideradas as exceções, tais como as tendências de base fisiológica em que o comportamento desviante é intrinsecamente recompensador, a teoria propõe que, de forma geral, o aprendizado do comportamento criminal resulta das interações ou trocas sociais.

Um comportamento, para ser imitado, depende de suas características e das suas consequências. A *imitação* se dá pela observação de modelos nos grupos primários e secundários e influencia tanto o comportamento desviante quanto o comportamento pró-social.

A teoria pode ser vista, portanto, como um encadeamento de circunstâncias ou processos que favorecem um determinado tipo de comportamento (criminal ou conformista). Assim, o indivíduo, inserido em uma estrutura social com suas características, está (direta ou indiretamente) vinculado a inúmeros grupos. As características de tais grupos indicam o conjunto de valores (modelos de comportamento e padrões normativos), ao qual o indivíduo está mais exposto. Nesse contexto ocorre o processo de aprendizagem que, associado aos processos anteriores, modela o comportamento do indivíduo. Estudos empíricos verificaram que quando indivíduos jovens se associam diferencialmente com um grupo de colegas cujo comportamento é preponderantemente desviante ou tolerante ao ato delinquente, eles aprendem definições favoráveis a esse tipo de comportamento e são expostos a modelos desviantes, processo que reforça a delinquência, iniciando ou ampliando seus envolvimento nesse tipo de comportamento e influenciando futuras associações e definições²². De forma semelhante, porém ampliada, a Teoria do Aprendizado Social explica as diferenças entre as taxas de crime dos vários grupos sociais pelas diferenças das normas, tradições e sistemas de controle cultural que o estimulam ou o desestimulam.

Apesar de sua ampla utilização, a Teoria do Aprendizado Social não está isenta de críticas relacionadas tanto ao arcabouço teórico e metodológico, como à sua validação empírica. As principais críticas, de acordo com Akers²² referem-se ao possível caráter tautológico dos mecanismos de reforço e fortalecimento do comportamento, à impossibilidade de falseamento das hipóteses e à seqüência temporal acerca da associação do indivíduo a grupos delinquentes e ao ato delinquente, questionando a proposição de que a associação diferencial a grupos delinquentes é a causa (e não a consequência) de atos delituosos.

Em resposta a esses questionamentos, Burgess e Akers propuseram uma solução ao problema da tautologia, separando as definições de reforço de outros conceitos e explicitaram a possibilidade de falseamento quando a aprovação social ou outras recompensas para a delinqüência reduzirem sua ocorrência, e não aumentarem. Além disso, os autores retomaram a discussão da reciprocidade entre a conduta individual e a associação diferencial dos indivíduos, afirmando que, na maioria das vezes, a associação diferencial do indivíduo a padrões desviantes precede o início de seu comportamento delinquente, de forma a compreender que o comportamento é uma consequência da associação diferencial.

Porém, a ocorrência do processo inverso não contradiz a teoria.

Os princípios teóricos da Teoria do Aprendizado Social possuem clara aplicação prática sendo utilizados como base e referência em programas, intervenções e tratamentos relacionados a drogas, álcool e violência de gangues, por exemplo. Ademais, achados empíricos corroboram pertinência das variáveis propostas (associação diferencial, reforço diferencial, imitação e definições) que, combinadas ou sozinhas, estão fortemente relacionadas às várias formas de comportamento desviante, embora, conforme assumido pelo próprio Akers²², não haja pesquisas suficientes que confirmem a relação causal entre o aprendizado social e a estrutura social.

Teoria da Desorganização Social

Pesquisadores empenhados nos estudos da teoria da desorganização social e da tradição da Escola de Chicago têm enfatizado a importância das rupturas na coesão social na gênese das altas taxas de crimes incluindo os homicídios.

Shaw e McKay²⁴ em um trabalho denominado *Juvenile Delinquency and Urban Areas*, um clássico da sociologia, estabeleceram os fundamentos de uma perspectiva teórica conhecida como teoria

da desorganização social, a partir da aplicação de conceitos da ecologia ao estudo do crime. Esse estudo de caráter seminal tornou-se elemento central das pesquisas sobre o cenário urbano produzidas desde então na Universidade de Chicago.

Nessa pesquisa, Shaw e McKay²⁴ verificaram que 21 cidades norte-americanas apresentaram altas taxas de delinquência ao longo de várias décadas apesar de terem experimentado mudanças na sua composição étnica e racial.

O argumento central dos autores é que comunidades que apresentam concentração de problemas sociais como pobreza, heterogeneidade cultural e desemprego, apresentarão capacidade reduzida de prevenir e controlar o crime. Tais características tornam essas vizinhanças menos atraentes, induzindo seus moradores a abandoná-las tão logo tenham condições de fazê-lo. A grande mobilidade residencial e o caráter transitório da vida das famílias em tais vizinhanças não permitem que as pessoas permaneçam na área tempo suficiente para forjarem um sentimento de coesão social e pertencimento a uma comunidade.

Esses achados apontaram efeitos contextuais persistentes dessas comunidades desfavorecidas sobre as taxas de crimes, independentemente dos atributos étnicos e raciais das populações que ocuparam tais áreas. Os achados também

foram importantes na medida em que levaram à rejeição das teorias que explicavam o evento criminoso a partir dos indivíduos, substituindo-as por uma teoria focada na comunidade e no aparente processo de transmissão transgeracional do comportamento criminoso.

A formulação de organização social que emerge do trabalho de Shaw e McKay²⁴ vislumbra as comunidades e vizinhanças como uma trama de indivíduos unidos pela amizade, o parentesco e laços de conhecimento mútuo, bem como laços de associação formal e informal, enraizados na vida familiar e no contínuo processo de socialização. Embora, tenham identificado as características da desorganização social, Shaw e McKay²⁴ não chegaram a defini-la, o que foi feito por Sampson e Groves,²⁵ para quem desorganização social é a *incapacidade da comunidade de realizar os valores comuns de seus residentes e manter efetivo controle social*.

Do ponto de vista do controle e prevenção do crime, a principal manifestação de desorganização social é a incapacidade de uma comunidade supervisionar e controlar seus adolescentes, principalmente aqueles reunidos em gangues. Shaw e McKay²⁴ argumentam que membros de comunidades mais coesas têm melhores condições de controlar o comportamento dos jovens. Exemplos de tais controles incluem supervisão

do tempo livre e de lazer dos jovens e admoestação de grupos de jovens que praticam desordens.

Já Robert Sampson e outros pesquisadores, em vários estudos em torno da ideia de controle social exercido por comunidades organizadas, avaliam diferentes aspectos das relações sociais estabelecidas na comunidade/vizinhança. Para esses autores a existência de uma rede social não é suficiente para entender essas comunidades. Os níveis de densidade, de articulação e de utilização das redes locais são distintos, e redes de malhas densas podem mesmo dificultar ou impedir a organização social se elas estão isoladas ou frouxamente ligadas a uma expectativa coletiva de ação. No plano da vizinhança, o desejo dos moradores de intervir em nome da segurança pública depende do nível de confiança mútua e do compartilhamento de expectativas, ou seja, quando o nível de confiança mútua é baixo, as regras são pouco claras e as pessoas temem umas às outras, é improvável que intervenham em nome da segurança pública. Dessas reflexões, emergiu o conceito de eficácia coletiva como "confiança mútua e disposição para intervir em prol do bem comum", portanto, a eficácia coletiva seria a antítese da desorganização social. Assim, da mesma forma que os indivíduos têm capacidades distintas de serem

eficazes na ação, o mesmo ocorre com as comunidades. O conceito de eficácia coletiva refere-se ao compartilhamento de expectativas e engajamento mútuo dos residentes para o exercício do controle social local. A existência de fortes laços de parentesco, amizade e camaradagem pode aumentar a organização social, mas a capacidade coletiva para a ação social, mesmo quando enraizada em laços pessoais fracos, constitui o mecanismo mais importante para entender as variações nas taxas de crime entre comunidades^{25,26}.

Em estudo realizado em 1995 em Chicago, Sampson *et al*²⁷ demonstraram que a eficácia coletiva está negativamente associada com a violência e pode mediar os impactos de outras características desvantajosas da vizinhança. Quando a vizinhança é capaz de definir e monitorar o comportamento inadequado e estabelecer um sentimento coletivo de que essas pessoas e os seus comportamentos não serão tolerados, o crime e a violência tornam-se menos prováveis.

Mais recentemente, a teoria da desorganização social tem sido articulada com a teoria do capital social²⁶, entendido como aquelas características da organização social, tais como redes, normas de reciprocidade e confiança nos outros, que facilitam a cooperação entre cidadãos para o benefício mútuo^{28,29}.

Para Sampson, a depleção de capital social é uma das características distintivas de comunidades socialmente desorganizadas. A medida do capital social tem sido realizada através de dois elementos: o nível de confiança entre cidadãos e o nível de participação em associações e organizações voluntárias locais.

Além disto, vários esforços têm sido empreendidos para atualizar essa abordagem teórica, ampliando-a através do reconhecimento da importância das redes de relação pessoal e institucional dentro da comunidade e o potencial de tais redes como fontes de controle social³⁰.

Um modelo sistêmico de organização social e eficácia coletiva considera as instituições e o contexto político mais amplo no qual estão as comunidades. Hunter³¹ identifica três dimensões da ordem social no espaço da vizinhança. O primeiro seria o nível privado, baseado na intimidade dos grupos primários da comunidade, que exerce controle através da alocação ou possibilidade de retirada de estima mútua e apoio social. O segundo nível de controle ou paroquial reflete relações não íntimas entre vizinhos que não compartilham sentimentos de vinculação profunda e a vinculação a instituições locais, como escolas, igrejas e organizações voluntárias. Nesse nível a capacidade de exercício de

controle sobre a área reside na habilidade dos residentes em supervisionarem atividades no interior da comunidade particularmente a dos jovens e no grau de integração das instituições locais à vida cotidiana da comunidade.

Para Bursik e Grasmisck,³⁰ a ênfase na dinâmica interna da comunidade através do nível privado e paroquial de controle, é incapaz de explicar o efeito da pobreza sobre a delinquência ou a existência de áreas bastante estáveis, mas com altos níveis de delinquência, pois subestima contingências externamente determinadas, que medeiam a capacidade das redes e instituições locais controlarem ou prevenirem a ameaça de crime. Assim, algumas associações da comunidade florescem a partir da intervenção de organizações externas. Conseqüentemente, é necessário considerar o terceiro nível, ou nível público de controle social³¹, o qual se fundamenta na capacidade da comunidade mobilizar recursos alocados por agências localizadas fora da comunidade, os quais são necessários para garantir a efetiva capacidade regulatória sobre o espaço. Portanto, o pressuposto central da reformulação sistêmica da teoria da desorganização social é que o crime é mais provável em áreas nas quais as redes de controle não podem prover serviços à vizinhança. Bursik e Gramisck³⁰ argumentam ainda, que o efeito da privação

econômica sobre o crime e a delinquência seria indireto e mediado pela capacidade da vizinhança de mobilizar recursos de instituições e atores externos (provedores de serviços de saúde, educação, lazer e justiça criminal).

Entretanto, apesar do status elevado que o estudo de Shaw e McKay²⁴ conquistou, várias foram as críticas que recebeu, o que enfraqueceu a abordagem ecológica do crime por aproximadamente 20 anos (do final da década de 1950 até o início dos anos de 1970)³². Foram focos de críticas: a analogia da sociedade com o mundo botânico (princípio do conceito de ecologia social); a ideia de uma cultura unificada (da qual se poderia tirar a referência de uma ‘sociedade organizada’); o desenvolvimento de noções contraditórias das causas do comportamento social; o excessivo determinismo (que simplificaria a análise etiológica da delinquência); as generalizações prematuras sobre a forma urbana; mas, principalmente, a própria base da construção do conceito de desorganização social. Segundo Freitas³², uma das críticas mais cruciais ao conceito é a de ser ao mesmo tempo descrição e causa da mesma condição: “isto é, o crime é [ao mesmo tempo] produto da desorganização social e também um exemplo de desorganização social”³², o que faz emergir o ca-

ráter tautológico do conceito, ou seja, a repetição inútil de uma mesma ideia em termos diferentes²².

Após o período de enfraquecimento, a teoria original da desorganização social passou por um processo de revisão e modificação das falhas detectadas por seus críticos, porém sem alterar seus pressupostos originais. De forma geral, novas contribuições, especialmente novos indicadores e novas variáveis (validadas por testes empíricos) foram sendo associadas (somadas) ao conceito básico, no sentido de superação dos questionamentos e das críticas recebidas.

Novos estudos reforçaram a importância dos achados de Shaw e McKay²⁴ demonstrando, contudo, que a relação entre as três principais características estruturais das comunidades citadas pelos autores (heterogeneidade étnica, mobilidade residencial e privação econômica) e as taxas de crime e delinquência deveria ser compreendida a partir de outras variáveis mediadoras, sem haver, porém, consensos acerca de quais seriam.

Sampson e Groves³³, após minuciosa revisão também defenderam a Teoria da Desorganização Social, apontando para o fato de que ela não propõe (de forma preconceituosa) que fatores como classe social ou composição racial de uma comunidade sejam

Teoria das Janelas Quebradas

causas diretas do crime e da delinquência, mas que essas variáveis foram apenas utilizadas para mensurar a desorganização social. Sampson e Groves, segundo Akers³³, formularam um modelo empírico de desorganização social contendo a mensuração dos fatores externos que afetam a desorganização social tais como: classe social, mobilidade residencial e desagregação familiar (especialmente famílias monoparentais), mas vão além dessas variáveis clássicas e incluem a mensuração de três componentes-chave do conceito de desorganização social, quais sejam: a capacidade da comunidade de supervisionar seus jovens, a rede de relações sociais de amizade e a participação em organizações formais (dados de comunidades britânicas subsidiaram esse modelo). Os pesquisadores, como previsto, descobriram que a maioria dos fatores externos está correlacionada à desorganização social²².

Em suma, apesar das evidências de sua limitação, a teoria desenvolvida por Shaw e Mckay²⁴, revisada e aprimorada por outros pesquisadores carrega o mérito de ter apontado para as causas sociais da delinquência e sua distribuição em áreas geográficas específicas. Nesse sentido, a teoria contribui para uma melhor compreensão do fenômeno.

Um dos desenvolvimentos mais conhecidos da teoria da desorganização social é chamado de Teoria das Janelas Quebradas de Wilson e Kelling³⁴. Esses autores a partir de questões como “por que determinadas comunidades são mais violentas do que outras?”, ou “como as relações sociais em determinados espaços podem encorajar o crime?”, trabalharam alguns pressupostos da teoria da desorganização social, criando umas das mais inspiradas e citadas teorias da criminologia. Wilson e Kelling³⁴ defendem que incivilidades menores como grafiteagem, vandalismo, mendicância, comportamento barulhento e grosseiro no espaço público, prostituição e uso público de drogas, se não controladas põem em curso uma série de respostas sociais que podem levar vizinhanças decentes e ordeiras a degenerar-se em guetos violentos. Comportamentos indesejáveis podem levar a um círculo vicioso, que se retroalimenta e por meio do qual as incivilidades produzem medo, o qual, por sua vez, produz nos moradores comportamentos de reserva e afastamento do espaço público e da vida comunitária. Isto reduz o controle social informal e favorece a ocorrência de mais crimes e de crimes mais violentos. O ponto de gatilho desse processo de declínio seria o crescimento

das incivildades, como manifestações de desordem, e não os crimes por si mesmos. Essas incivildades sinalizariam aos potenciais infratores que ninguém cuida ou se importa com a comunidade e com o espaço por ela ocupado, deixando terreno livre para a invasão de criminosos, que interpretam poder ali fazer de tudo.

A solução para reverter esse ciclo de decadência seria um policiamento local voltado para a manutenção da ordem, intolerante e agressivo com as pequenas incivildades e uma retomada por parte da comunidade de sua força, autoridade e controle sobre o “pedaço” através de sistemática intervenção sobre comportamentos desordeiros. Nesta situação, o controle social pela comunidade se manifesta sob a forma de vigilância por parte dos moradores de seu meio ambiente e regulação do comportamento daqueles indivíduos que infringem as normas.

Este aporte teórico aponta também a necessidade de fortalecer as articulações entre o controle formal e informal, o que ocorre particularmente através do policiamento comunitário e da participação em fóruns e instâncias de *accountability* da atividade policial, que no nosso meio teriam como exemplo os Conselhos de Segurança Pública - CONSEP. Um dos problemas desse modelo seria a inexistência de uma definição con-

sensual do que seja desordem e, portanto, de critérios claros para justificar a intervenção policial, até porque, alguns dos comportamentos tachados de desordeiros não constituem legalmente crime. Este fato torna complicada a intervenção da polícia que poderá ser vista como pertinente por alguns membros da comunidade e inadequada, arbitrária e dissociada do respeito a direitos individuais por outros membros da mesma comunidade, o que compromete a credibilidade da instituição policial e reduz a cooperação dos moradores³⁵.

Considerações Finais

Como evidenciado nesta apresentação, são inúmeros os modelos explicativos para o problema da violência, do crime, do comportamento desviante ou da criminalidade.

Optou-se pelo detalhamento de algumas teorias, como a teoria biológica, a teoria da escolha racional (ou teoria econômica do crime), a teoria dos laços sociais, a teoria da associação diferencial (teoria do aprendizado social), a teoria da desorganização social e a teoria das janelas quebradas, pois, de modo geral, são esses os princípios comumente observados nos desenhos metodológicos dos programas e projetos de prevenção em curso no País.

Os projetos que envolvem a capacitação profissional, por exemplo, fundamentam-se possivelmente nas teorias da escolha racional. Programas voltados para as escolas se baseiam na teoria dos laços sociais. Os programas comunitários, com território definido, certamente estão norteados pelos princípios da desorganização social. Os programas que incentivam a participação e o associativismo estão sob influência das ideias da associação diferencial, por exemplo. Já os programas popularmente conhecidos como de Tolerância Zero baseiam-se na Teoria das Janelas Quebradas.

No que diz respeito às teorias biológicas, ainda que de forma mais tímida, cresce o debate em torno da importância de programas de prevenção da violência que têm como foco os primeiros anos de vida e que tentam minimizar os impactos de problemas de crescimento e desenvolvimento associados à privação de cuidados, à pobreza, e a problemas no parto. Cresce ainda o debate em torno da importância de políticas públicas mais robustas e consistentes de enfrentamento ao uso de drogas ilícitas e ao uso abusivo de álcool. Nesse sentido, os gestores de saúde têm sido cobrados a ofertar ações de tratamento e reabilitação de viciados em drogas, tendo em vista o frequente envolvimento desses indivíduos em interações violentas e criminosas.

Ao selecionar as ideias principais de cada teoria, seus principais representantes, suas principais proposições teóricas e conceitos, bem como sua aplicação empírica e as críticas mais relevantes, pretende-se explicitar não somente a diversidade dos modelos explicativos, mas também evidenciar a variedade dos fundamentos (ainda que implícitos) do debate relacionado à prevenção da criminalidade e, por conseguinte, da formulação de políticas públicas e da alocação de recursos públicos. O debate teórico tem, portanto, claras implicações práticas.

Referências

- 1 BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 737 de 16 de maio de 2001. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. *Diário Oficial da União* 2001; 18 mai.
- 2 TEHRANI, JA and MEDNICK, SA. Etiological factors linked to criminal violence and adult mental illness. In Hodgins, S (Ed.). *Violence Among the Mentally Ill: Effective Treatments and Management Strategies* 2000Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers pp. 55–79.
- 3 VOLD GB, BERNARD TJ, SNIPES JB 2002. Biological factors and criminal behavior. In: VOLD GB, BERNARD TJ, SNIPES JB. *Theoretical Criminology*, Oxford: Oxford University Press, p 31–54.
- 4 EINSTADTER, W., HENRY, S. *Criminology Theory – An analysis of its underlying assumptions*. Fort Worth: Harcourt Brace College Publishers. 1995
- 5 BENNETT, S., FARRINGTON D P, Huesmann, L. R. (2005). *Explaining*

- gender differences in crime and violence: The importance of social cognitive skills. *Aggression and Violent Behavior*, 10, 263–288.
- 6 GARAIGORDOBIL M, MAGATNO C, PEREZ JI, SANSINENEA E. Gender Differences in Socioemotional Factors During Adolescence and Effects of a Violence Prevention Program. *Journal of Adolescent Health* 44: 468–477. 2009
- 7 MOFFIT T, CASPI A 2006. Evidence from behavioral genetics for environmental contributions to antisocial conduct. In: WISLTRON PH, SAMPSON R. The explanation of Crime: Context, Mechanisms and Development. Cambridge: Cambridge University Press. P 108-152
- 8 CERQUEIRA D., LOBAO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. Dados , Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 Nov 2007. doi: 10.1590/S0011-52582004000200002
- 9 SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. Estud. av. , São Paulo, v. 20, n. 56, 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 Out 2007.
- 10 BEATO, C., REIS, I. Desigualdade, Desenvolvimento sócio-econômico e crime. In: Ricardo Henriques. (Org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, v., p. 385-405.
- 11 SILVA, B. F. A. Coesão social, desordem percebida e vitimização em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. 2004. 80 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- 12 MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3., p. 371 – 385. set – dez. 2008.
- 13 BECKER, G. Crime and punishment: an economic approach. *Journal of Political Economy*. Vol. 76, p. 169-217. 1968.
- 14 ARAÚJO JUNIOR A, FAJNZYLBER, P. O que causa a criminalidade violenta no Brasil? Uma análise a partir do modelo econômico do crime: 1981 a 1996. Texto de discussão, n. 162. Universidade Federal de Minas Gerais, CEDEPLAR, set. 2001.
- 15 SANTOS, M.J.; KASSOUFA, L. Economia e Criminalidade no Brasil: Evidências e Controvérsias Empíricas. São Paulo: USP, 2006. Disponível em: http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/economia_crime.pdf – último acesso em 02/09/2009
- 16 FAJNZYLBER, P., LEDERMAN, D., & LOAYSA, N. (1998). Determinants of crime rates in <http://www.wu.uni-magdeburg.de/bizecon/material/becke.1968.pdf> – último acesso em 02/09/2009.
- 17 FREEMAN, R. B. (1994), “Crime and the Job Market”. *Working Paper*, nº 4.910, Cambridge, MA, NBER. apud CERQUEIRA, Daniel; LOBAO, Waldir. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. Dados , Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, 2004. p.250 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582004000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 Nov 2007. doi: 10.1590/S0011-52582004000200002.
- 18 FAJNZYLVER P. & ARAÚJO JÚNIOR A F (2001). Violência e criminalidade. In LISBOA M B & MENEZES FILHO N A, editors, *Microeconomia e Sociedade no Brasil*, pages 333{394.} Contra Capa, Rio de Janeiro.

- 19 SANTOS M J, KASSOUF A L. Estudos econômicos da criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias. Revista ANPEC, v. 9, p. 343-372, 2008. Disponível em: http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/economia_crime.pdf - último acesso em 02/09/2009.
- 20 CAMPOS, M. S. Escolha racional e criminalidade: uma avaliação crítica do modelo. R. SJRJ, Rio de Janeiro, n. 22, p. 93-110, 2008. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20162.pdf> - último acesso em 02/09/2009.
- 21 SHOEMAKER, D. J. Theories of delinquency: an examination of explanations of delinquent behavior. Third Edition. New York: Oxford University Press, 1996.
- 22 AKERS, R. L. Criminological Theories: Introduction and Evaluation. 2nd Edition. Los Angeles: Roxbury Publishing Company, 1999. America and the world: Viewpoints. Washington: The World Bank, 42p.
- 23 CERNKOVICH e GIORDANO, 1992 apud SHOEMAKER, Donald J. Theories of delinquency: an examination of explanations of delinquent behavior. Third Edition. New York: Oxford University Press, 1996.
- 24 SHAW C., MCHAY H. Juvenile Delinquency and Urban Areas. Chicago: The University of Chicago Press, 1969.
- 25 SAMPSON R J, GROVES WB Community structure and crime: testing social-disorganization theory, American Journal of Sociology. 1989 94:774-802.
- 26 SAMPSON R. J. The Community. Crime. In: WILSON J.Q., PETERSILIA J. Public Policies for crime control. Oakland: Institute for Contemporary Studies Press, 2004.
- 27 SAMPSON R J, RAUDENBUSH S E F. Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy. Science, 1997 277:918-924.
- 28 COLEMAN J S "Social Capital in the Creation of Human Capital". American Journal of Sociology 94 (Special Supplement): S95-120. 1988.
- 29 PUTNAM R. Comunidade e Democracia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- 30 BURSİK, R J Jr GRAMISCK H.J., Economic deprivation and neighborhood crime rates, 1960-1980, Law and Society Review 1993 27(2):263-283.
- 31 HUNTER A. Private, parochial and public social orders: The problem of crime and incivility in urban communities. In The Challenge of social control: Citizenship and institution building in modern society, edited by Gerald D. Suttles and Mayer N. Zald. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1985.
- 32 FREITAS, W C P. Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago. São Paulo: Ed. Método, 2004.
- 33 SAMPSON R J, GROVES, WB, Community structure and crime: testing social-disorganization theory, American Journal of Sociology. 1989 apud AKERS, Ronald L. Criminological Theories: Introduction and Evaluation. 2nd Edition. Los Angeles: Roxbury Publishing Company, 1999.
- 34 WILSON J Q, KELLING, L. *Broken Windows: The Police and Neighborhood Safety*. The Atlantic Monthly, vol. 249, n. 3, March, 1982.
- 35 KELLING GL Community crime reduction: activating formal and informal control. In: TILLEY Nigel. Handbook of crime prevention and community safety. Portland: Willian Publishing, 2005.

Capítulo 3 – Religião: fator de violência ou de reconciliação?

J. B. Libanio

Há um conjunto de termos cujos significados, embora bem diferentes, se mesclam na linguagem popular e de divulgação. Fala-se de religião, fé, religiosidade, espiritualidade e mística, como se todas elas pertencessem a um campo semântico único.

A distinção entre tais termos permite maior clareza de pensamento. Religião relaciona-se com o mundo objetivo da organização. Religiosidade remonta à dimensão subjetiva do ser humano. A espiritualidade traduz a série de exercícios de alargamento e aprofundamento de nossa consciência como seres dotados de espírito. Mística refere-se à experiência de alto nível de união com o Transcendente.

Religião

A etimologia do termo religião oferece duas acepções: a de instituição e a

de religiosidade, daí a confusão dos usos. *Religio* – religião – vem de *re+ligare*, que significa “religação do ser humano com Deus”.¹ Aqui aparece mais a dimensão religiosa (religiosidade) do ser humano que se liga com Deus. Cícero aponta o lado antes objetivo, institucional da religião. Vem de *re+legere*, para indicar uma “cuidadosa veneração dos deuses” que seleciona ritos, cultos.²

Santo Agostinho faz remontar ora a *religentes*, isto é, re-escolhendo,³ ora a *re-ligantes*, isto é, a re-ligando.⁴ Santo Tomás une a versão objetiva (escolher as coisas que pertencem ao culto divino) com a subjetiva (religar).⁵

Para essa reflexão, defino religião como instituição. Ela organiza e institucionaliza ritos, doutrinas, mitos, revelações, costumes, tradições, celebrações, lugares, pessoas e funções com a finalidade

de de pô-las em contato com o mistério que as ultrapassa e transcende. Duas dimensões lhe são fundamentais: tradição e comunidade. Não se vive a religião individualmente, mas numa comunidade. E nela se acolhe uma tradição.

Religiosidade

A quem se dirige a religião? Ao ser humano. Ele possui demandas existenciais a que a religião pretende responder. O filósofo e teólogo se pergunta pela natureza desse ser humano que o faz capaz e desejoso de religião, de tal modo que todas as culturas, exceto a moderna, nasceram envolvidas pela religião.

Até a modernidade, os pensadores não hesitavam em reconhecer no íntimo do coração humano um agudo desejo de Deus. Santo Agostinho consagrou tal posição com a famosa frase no livro das Confissões: “Inquieto está nosso coração, ó Senhor, até que descanse em Ti.”⁶ Santo Tomás afirma com toda a clareza o consenso filosófico e teológico de então de que “Deus é o último fim do homem e de todas as coisas”. “O homem e as outras criaturas racionais conseguem o último fim conhecendo e amando Deus.”⁷ O ser humano se realiza, torna-se feliz ao buscar seu último fim, que é Deus.

Em termos mais simples e experimentais, o ser humano, enquanto espírito, tende para o infinito, deseja o Absoluto, sonha com a eternidade, aspira ao sem limite. Essa dimensão se alimenta, sobretudo, de experiências religiosas. Chamo-a de religiosidade.

Relação entre religião e religiosidade

Há relação mútua, dialética entre religião e religiosidade. A religião existe para satisfazer tal dimensão humana de religiosidade. E, por sua vez, esta cria formas religiosas que se firmam e se transmitem, inserindo-se no conjunto institucional da religião. A espiritualidade situa-se do lado da religiosidade, a qual ela alimenta com inúmeros recursos próprios.

A religião normalmente se rege por autoridades constituídas. Elas decidem, legislam, controlam e tornam coerentes as expressões religiosas. Assim, quem não aceita a ortodoxia da instituição é excluído dela. Os termos variam: excomunhão, heresia, cisma. Ninguém, porém, tem poder sobre a religiosidade das pessoas. Comparo-a com o senso estético, um dom dado a todos, mas não em igual grau. Pela dimensão estética e religiosa nos humanizamos. E quanto mais a perdemos, tanto mais nos animalizamos.

Fé

A fé já pertence a outro registro. Em princípio, define-se como a acolhida de uma Palavra revelada, que pede conversão e compromisso de vida de quem a aceita. Só há fé onde se acolhe uma revelação de Deus, com as exigências dela oriundas. Não denota, em primeira linha, nenhuma instituição que a organize em ritos, dogmas, práticas. Isso pertence à religião. Nem também se orienta diretamente a satisfazer a sensibilidade religiosa das pessoas. A revelação pode pedir atitudes e respostas difíceis que contrariem a sensibilidade (religiosidade) e a determinada religião institucional. Jesus, ao assumir a cruz, levou a fé em Deus ao extremo, contra sua sensibilidade, a ponto de suar sangue só em pensar na caminhada para a morte. E também foi um ato fora da religião de Israel a que ele pertencia, pois a suprema corte religiosa dos judeus, o Sinédrio, o condenou à morte. Foi executado fora dos muros, como forma de simbolizar que ele foi posto fora da religião judaica, condenado por ela e expulso de seu seio. E Jesus se tornou o centro da revelação e da fé cristã.

Relação entre fé e religião

Na irônica frase de Nietzsche, o único cristão foi Jesus, que morreu

sem os consolos religiosos e sem a cobertura da religião. Os que vieram depois, por necessidade de vivência e sobrevivência, viram-se obrigados a organizar e criar a religião cristã, que parte da fé em Jesus, mas veste-se de ritos, símbolos, doutrinas, pregadores, missionários, apóstolos. De fé cristã se transforma em religião cristã. A religião se faz necessária para manter a fé viva ao longo da história. Por sua vez, a fé mantém contínua tensão com a instituição, por ter em seu cerne a liberdade e a coragem profética em permanente tensão com ela.

Fé e religiosidade

A fé cristã guarda semelhante choque em relação à religiosidade. Critica-a toda vez que ela se afasta do seguimento de Jesus, seu ponto fundamental. Levanta-lhe a suspeita de alienação, ao esfriar no fiel a luta pela justiça. No entanto, a fé corresponde, enquanto Palavra de Deus, à estrutura última do ser humano criado. Com efeito, este, pela criação e pelo chamado de Deus à comunhão com a Trindade, se constitui ouvinte da Palavra de Deus. E, ao ouvi-la, plenifica-se no mais profundo de seu existir. A fé e a dimensão religiosa do ser humano se encontram.

Religião, religiosidade e fé: fator de violência

Religião

É inegável o fato de que, ao longo da história, a religião se constituiu diversas vezes em fator de violência. O Império Romano sacrificou milhares de cristãos em nome da religião pagã. Os cristãos negavam-se a sacrificar aos ídolos e a cultuar o imperador. Sofreram em nome de sua fé a violência da religião institucional do império. Os perseguidores achacavam os cristãos, atribuindo-lhes a pecha de ateus, por não seguirem os ritos religiosos oficiais. E, em muitos outros momentos da história da fé cristã, não faltaram vítimas da truculência da religião dominante.

A cara da moeda virou com a conversão do Império Romano ao Cristianismo e com a crescente aliança entre Igreja cristã e Estado. A religião cristã passa de perseguida para perseguidora, desencadeando violências terríveis contra os que se negavam a aceitar-lhe as verdades, os ritos, as práticas. Cruzadas, inquisição, queima de bruxas, perseguição aos judeus, execução de adversários, genocídio de índios, escravização de negros constituem triste história da violência do Cristianismo, muito conhecida para precisar ser retomada.

As três religiões monoteístas – judaísmo, cristianismo e islamismo – suscitaram lastimáveis “guerras de religião” ou “guerras santas”. Apesar da ambiguidade do conceito de Jihad – Guerra Santa –, não há dúvida de que serviu, em dados momentos e para certos grupos islâmicos, como motivação para uma guerra de religião. Os judeus, apesar de terem sido vítimas da violência cristã e, no século passado, do nazismo, também conheceram guerras de ocupação da Palestina depois da Segunda Guerra Mundial, não sem violência, em nome do direito divino àquele território. Os cristãos não só guerrearam adversários, mas também entre si nas tristes guerras de religião do final do século XVI. Enfim, as religiões institucionais, na defesa de direitos, de territórios, de domínio, de hegemonia, moveram guerras, procederam como fonte de violência. Nessa luta, baseavam-se frequentemente na interpretação literal de textos sagrados. E neles, de fato, encontram-se passagens ambíguas que podem ser compreendidas como fomentadoras de violência ou geradoras de paz. O fundamentalismo evita as interpretações atualizadas e contextualizadas e agarra-se à literalidade fixa do texto. Daí lhe vêm atitudes intransigentes e violentas.

No início do presente milênio, João Paulo II, para purificar a memória da Igreja e para entrar nele com a alma reconci-

Religiosidade

liada, promoveu, em Roma, expressivo ato penitencial. Pediu perdão à humanidade pelos crimes dos filhos da Igreja católica.

Aí está o fato. A religião provocou violência. De onde lhe veio tal sanha? Em nome de que ou de quem ela praticou tamanhos crimes? A religião tem a ver com Deus, com o Todo Poderoso. Do outro lado da ponte com quem ela religa o ser humano se encontra o Infinito. Não raro, ela, ponte, se esquece de seu papel de intermediária e se julga o próprio Infinito, o Transcendente. Ao absolutizar-se, impõe-se com poder sobre toda realidade que lhe é inferior. Quem ousa ir contra ela cai sob a suspeita de maldade, de perversidade, por negar o Absoluto. Merece, portanto, ser forçado a converter-se a ela ou, se não o quiser fazer, ser eliminado. O poder assumido pela religião atinge paroxismo tal que não se acanha em recorrer aos meios violentos para impor-se.

A religião, quando se identifica com o supremo poder de que se faz mediadora, não conhece limites. A raiz, portanto, da violência lhe vem de esquecer sua condição criada de mediadora e de ponte, situada na fragilidade e contingência da história, e de julgar-se possuidora de Deus e de sua onipotência. Em nome dela, pratica a violência. Como Deus é infinito, a violência alcança graus inimagináveis de crueldade.

A religiosidade, por sua vez, transita por outras vias. Descola do poder, da pretensão de ser absoluta, para apaziguar os corações, aliviar as dores interiores, consolar as almas aflitas. Ela dificilmente provoca violência. Não pretende impor-se a ninguém. Antes trabalha a tecla da sedução, da atração. Dirige-se às afetividades carentes. Não organiza exércitos, nem planeja batalhas.

No entanto, a religiosidade pode escorregar pelos caminhos da violência. Existem inúmeras expressões religiosas à disposição das pessoas que as podem selecionar para sua satisfação. Não falta quem tenha pulsões violentas, temperamento no limite da explosão, que mistura e confunde tais traços de personalidade com anseios religiosos. E, à busca de responder a eles, depara com ofertas de ritos violentos. Antigamente deveria buscá-los nalguma religião, mesmo sem praticá-la ou filiar-se a ela no sentido de membro, mas de maneira esporádica. Hoje, a oferta se torna ilimitada por obra da *Internet*. Há ritos satânicos, há provocações ao suicídio e há práticas enlouquecidas que se oferecem sob a forma religiosa de veste, de orações, de cerimônias, de rituais. Nesse momento a religiosidade latente, na pessoa de corte violento, se perverte e se realiza pelas vias da crueldade.

Fé

E a fé? Pode uma revelação do próprio Deus, que João definiu como amor, provocar a violência? Não parece algo absurdo? Vale aqui uma distinção importante. Deus, na verdade, como S. João diz, é amor. No entanto, ao revelar-se aos homens, sofre na sua interpretação os limites e até mesmo as deformações humanas. Nesse momento aparece o risco de a fé se tornar autora da violência. E isso aconteceu.

Até hoje chocam-nos as passagens do Antigo Testamento sobre a gesta libertadora do povo hebreu e a sua ocupação da Terra Santa. As pragas contra o Egito, em que o anjo de Deus assassina todos os primogênitos de Israel e poupa os judeus (Êx 11), os massacres dos cananeus, que Josué, em nome de Deus, ordena (Js 2-12), enfim, muitos salmos ressoam violência, rogando praga e imprecações contra os inimigos, com pedidos a Deus de que os destrua (Sl 35;55; 83, 109 *et plurimi*).

Que significa uma fé que acolhe tal revelação? Quando ela o faz ao pé da letra, gera terrível violência. De fato, a fé em Javé, em Alá e mesmo no Deus no Novo Testamento, segundo algumas passagens, provocou e provoca até hoje violência. Se a fé se organiza em religião, torna-se ainda radical, e se a religião se une a algum poder do Estado, como foi

na Idade Média e ainda acontece em países muçulmanos, ela desencadeia ondas de perseguições, guerras, vinganças. Sob nossos olhos estão a se praticar violências em nome da revelação bíblica ou corânica de Deus.

Somem-se alguns casos, talvez patológicos, de devotos que proclamam ter recebido alguma revelação pessoal de Deus e em nome dela agem de maneira brutal, sem terem fundado alguma religião. Professam simplesmente fé nessa palavra ouvida no seu interior. Várias dessas visões anunciam ameaças de castigo que geram clima de medo.

Conclusão

Referimo-nos acima à violência física que a religião, a religiosidade e a fé provocaram e provocam. Se estendermos o conceito para violência simbólica, cresce a gravidade. Em nome da religião, da defesa da religiosidade e da fé, muitas pessoas foram difamadas, acusadas, processadas, condenadas, mesmo sem uso da violência física. Destroem-se-lhes a dignidade, a fama, a respeitabilidade em face da sociedade. Quanto mais a sociedade é fechada, tradicional e de predominância das relações primárias, tanto mais a punição simbólica religiosa pesa, atinge a pessoa, lhe torna a vida difícil, penosa. O imaginário religioso consti-

tui, em muitos meios, o *nómos* de vida, a regra normal, o critério de julgamento. Se alguém nesse universo é julgado e proclamado em nome da religião, da religiosidade ou da fé, como cismático, herege, excomungado ou pecador, sofre terrível violência simbólica.

Então, triste conclusão: o universo religioso pode ser fonte de violência e o foi. No entanto, não parece ser este um destino fatídico nem um imperativo interno, antes sua perversão. Pelo contrário, pode converter-se em incentivo à reconciliação, à paz, ao convívio humano.

Religião, religiosidade e fé: fator reconciliador

Religião

O reverso da medalha. A religião na história e por sua própria natureza teve e tem a força reconciliadora. A religião organiza o Sagrado, o mistério. Busca respostas às perguntas fundamentais da humanidade a respeito de sua existência: de onde viemos, por que estamos nesta vida e para onde vamos além da morte? Só assim conseguimos viver com sentido e conviver fraternalmente.

O ser humano pode perder o senso do real, esquecer tais perguntas, viver como se elas não existissem. Pior ainda: ele se faz absoluto, se julga prepotente

e, portanto, se torna causador e fonte de violência. Então surge a religião para acordá-lo para tais questões. Apresenta-lhe um mistério maior e o reconduz à sua condição de criatura finita, frágil, sujeita a erros e a pecados. Ela existe para ligar os humanos com o mundo da beleza, da verdade, do bem, da justiça, cuja expressão máxima se chama Mistério, Absoluto, Deus. Ora, quem se põe diante de tal realidade se liberta de sua carga de maldade e se sente tocado pela vida, a fim de promovê-la em si e para os outros.

Se os gregos cultivaram o teatro como forma de catarse, a fim de aliviar os cidadãos de suas tensões humanas, a religião tem ainda mais força purificadora. Cria ritos de purificação, de expiação, de reconciliação, por saber da maldade interna do coração humano, fonte última da violência.

A sabedoria popular repete com frequência, ao presenciar ou se inteirar de algum crime: falta religião. Vê na carência de religião a origem do crime. Significa que há uma percepção do povo da força libertadora que ela tem.

O segredo da religião, como fonte de violência ou reconciliação, depende da maneira como ela é interpretada na sua última consistência. Quando ela se torna arma de um poder, de determinados interesses econômicos, políticos ou ideológicos, corrompe-se no seu cerne e

se veste de violência. Portanto, a raiz última não se encontra nela, mas na manipulação que se faz dela. Quando, porém, se mantém na sua autonomia religiosa de alimentar a relação do ser humano com o mundo divino da ordem, da santidade, da beleza, do perdão e da misericórdia, ela reconcilia, pacifica, provoca conversão. Quebra barreiras entre povos, clãs, grupos adversos.

Logo, o segredo da religião reside em não se deixar manipular por nenhum outro poder ou causa a não ser cumprir a missão de vincular o ser humano com o mistério divino. Qualquer tipo de instrumentalização a conduz perigosamente ao mundo da violência.

Religiosidade

Reflexão semelhante, com muito mais razão, vale sobre a religiosidade. Esta dimensão humana tem enorme potencial de pacificação interior, de melhoria do convívio entre os seres humanos. Vejam-se dois pequenos exemplos: numa escola inglesa imperava muita agressividade entre os alunos. Adolescentes no auge do vigor físico e oriundos de lares desfeitos vinham ao colégio carregados de energia explosiva. Qualquer provocação levava-os às vias de fato. Os professores resolveram introduzir meia hora de meditação, em silêncio, no início do dia.

Em local apropriado e aconchegante, os jovens foram introduzidos no exercício da contemplação silenciosa no espírito da própria religião, ou fé, ou atitude humanista, conforme a origem religiosa. Resultado: baixou enormemente a combatividade entre eles. Outro exemplo: em várias prisões em que a pastoral carcerária, católica ou evangélica, tem maior presença, até com conversões, a violência tem diminuído. As práticas religiosas preenchem o vazio interior, ordenam a confusão mental, saciam o real desejo do mistério, acalmam e serenam as pessoas, reconciliando-as consigo e, daí, com os outros.

Uma análise antropológica permite-nos entender a importância da religiosidade como fator de reconciliação. Comparemos o ser humano a uma casa de dois andares. O andar de baixo tem cinco janelas. São os cinco sentidos. Eles existem para o prazer imediato. Quando contrariados, rebelam-se e geram desejos fortes de satisfação, mesmo à custa dos outros, do exercício da brutalidade. Compartilhamos isso com os animais. Experimente-se arrancar um osso de um cão faminto. A violência animal vem precisamente por perceber seus sentidos contrariados. Reage. Assim o faz o ser humano enquanto animal.

Os sentidos se educam pela força da nossa dimensão psicoespiritual, que

habita o segundo andar com cinco janelas: do bem (ética), da verdade (filosofia), da beleza (estética), do amor (espiritualidade), do sentido (religião). Deixemos para outros campos da reflexão a ética, a filosofia e a estética. Restrinjamo-nos ao amor e à religião, ambos ligados à espiritualidade e à religiosidade. Quanto mais desenvolvermos nas pessoas essas duas dimensões, mais se humanizam e, portanto, domam o lado violento, animal que herdamos de nossa origem corporal.

A religiosidade e a espiritualidade serenam os ânimos porque oferecem práticas, exercícios e ritos de reconciliação consigo, com os outros, com a natureza, com o Transcendente. Elas existem fundamentalmente para saciar os desejos humanos de relação com o mistério que habita cada um de nós, cada pessoa com quem convivemos, a natureza que nos cerca e a Transcendência que nos supera. O segredo reconciliador da religiosidade assenta na percepção de que ela nos oferece o mistério. A própria etimologia do termo mistério nos fala de silêncio, de respeito, de interioridade, de serenidade de ânimo. Na raiz de mistério, está o verbo grego *muein* – fechar a boca, os olhos em atitude de recolhimento para iniciar, instruir alguém nos mistérios. Esta atitude básica se orienta a perceber o caráter escondido, não comunicado, de uma realidade ou de uma intenção. Saber que

toda realidade esconde algo maior do que percebemos põe-nos em atitude de abertura, de respeito, de escuta.

A música, a arte e os símbolos religiosos carregam energia positiva na linha da paz interior, do sossego do coração, da superação dos conflitos. Um casal, ele psicanalista, ela pedagoga, conhecedora de Yoga e de profunda vivência religiosa, reservou na sua casa um quarto para o cultivo da espiritualidade. Quando alguém da família está estressado, vem do trabalho ou da escola carregado de problemas e inquietudes, entra nesse quarto, todo ele vestido de ambiente religioso, e lá permanece em silêncio em busca da paz. Até os filhos menores já o estão frequentando, e os pais observaram a melhora no comportamento deles e nas relações no interior da família.

A sociedade capitalista criou inúmeros espaços provocantes para o sexo, para a compra, para o prazer físico, para o lazer. Bombardeiam-se aí os sentidos em vista do consumo e do gozo físico. A religiosidade dispõe de antídoto excelente para acalmar esses mesmos sentidos na linha da contemplação, da gratuidade, da liberdade interior. Atitudes altamente humanizadoras. As religiões orientais oferecem rico arsenal de práticas religiosas altamente pacificantes. Cresce o interesse por elas precisamente por vivermos numa sociedade da concorrência, da

disputa, da vitória do mais forte sobre o mais fraco, da ganância de crescer a todo custo. A religiosidade deita água em tal fervura com propostas de tranquila simplicidade de vida.

Fé

A fé reconcilia, pacífica em profundidade. Definimo-la como acolhida da Palavra revelada de Deus. Portanto, o caráter pacificador da fé depende estritamente do conteúdo da revelação. Aqui se situa o problema. Como interpretar corretamente a mensagem de Deus na linha da paz, da reconciliação, mesmo quando ela soa violenta na sua materialidade imediata? Vimos acima como a interpretação literal das Escrituras feita pelas religiões sob a forma de fundamentalismo originou violência. Portanto, o caminho precisa ser outro.

Deixarei de lado uma leitura reconciliadora da revelação muçulmana e restringir-me-ei à fé cristã, que assume e relê o Antigo Testamento à luz de Cristo. Inverte-se a ordem hermenêutica. Em vez de começar com a fé bíblica do Antigo Testamento, partimos da última mensagem de Jesus sobre Deus. A partir dela, reinterpretemos as outras imagens de Deus veiculadas nas Escrituras reveladas.

O ponto alto da revelação cristã se encontra no mistério pascal da morte e ressurreição de Jesus. Nele fulge a

obra reconciliadora de Jesus. Na cruz, pediu perdão ao Pai para os assassinos. “Pai, perdoa-lhes! Eles não sabem o que fazem!” (Lc 23, 34). O perdão expressa o máximo da reconciliação. Os olhos que o executam simbolizam o mais cruel dos inimigos. Ao estender-lhes o perdão, Jesus leva a reconciliação ao grau mais alto.

Na base da experiência de perdão e de extrema ternura de Jesus está uma confiança total em Deus Pai. Jesus sabia-se amado infinitamente por ele, e isso lhe dava uma segurança pessoal tal que foi capaz de entregar-se por nós sem limites. Some-se também a experiência humana de acolhimento por parte da mãe terrestre, Maria, e do pai dos cuidados, José. Portanto, a imensa disposição de entrega por parte de Jesus encontra base teológica e antropológica. A fé consegue passar para as pessoas a experiência da confiança em Deus, ainda quando haja falhas familiares, a ponto de pacificar e animá-las a esse amor até o extremo do dom da vida. No começo do Cristianismo, encontramos já experiências de entrega da própria vida, simbolizadas em Santo Estevão, o primeiro mártir cristão, que repete o gesto de Jesus na hora de sua morte: “Dobrando os joelhos, (Estevão) gritou com voz forte: “Senhor, não os condenes por este pecado”. Com estas palavras, adormeceu” (At 7, 60).

Conclusão

A parábola do Filho Pródigo alcança outro ponto alto da revelação da imagem de Deus. Jesus apresenta-a como um pai que acolhe o filho que dissipara em vida promíscua a herança antecipadamente exigida (Lc 15, 11-32). S. João define a Deus como amor (1Jo 4, 8). Se a essência mesma de Deus é o amor, então todas as passagens em que Ele não se manifesta como puro amor devem ser lidas a partir dessa chave hermenêutica.

Então, como entender aquelas passagens do Antigo Testamento e algumas do próprio Jesus que destoam desse último e radical ensinamento dele? A revelação vem de Deus. No entanto, acontece em palavras humanas e em contextos culturais bem definidos. Daí se originam os seus limites, a serem corrigidos pelo ponto alto, e não o contrário. A partir da imagem mais perfeita de Deus oferecida por Jesus no auge de sua entrega de amor à humanidade, reconciliando-a, corrigimos as imagens anteriores de um Deus vingativo, destruidor de povos, intransigente, violento. Tais traços refletem antes a mentalidade do hagiógrafo que escreveu e que, naquele momento, não alcançava a profundidade do amor de Deus.

Os conhecimentos da exegese, os estudos sobre os contextos culturais dos livros sagrados nos possibilitam hoje interpretar com maior clareza e exatidão a mensagem reconciliadora de Deus em Jesus Cristo.

A fé em Jesus Cristo se torna para o cristão a última instância crítica interpretativa a que submetem a religião e a religiosidade. A religião cristã, nas suas diferentes expressões – católica, da Reforma, anglicana, ortodoxa e de inúmeras expressões evangélicas – aportará a sociedade no mundo da paz, se ela se deixar criticar pela mensagem mais elevada de Jesus: Deus é amor.

Toda vez que a fé se afasta da última e definitiva revelação de Deus na sua face de misericórdia, de ternura, para assumir outra figura, sobretudo de juiz, de punidor, de vingador, ela arrisca tornar-se fonte de violência. Pior ainda quando ela anima a religião como um sistema de poder, e, nesse caso, se organizam incursões belicosas e ameaçadoras em nome da religião e da fé. Se ela penetra a religiosidade com tais ameaças, também esta se faz propulsora da violência.

Portanto, o caminho da reconciliação se abre a partir da fé no Deus da bondade para gerar uma religião que se organize em vista da misericórdia, da pacificação, da harmonia. E a religiosidade se enche desse clima de compreensão e bondade. Temos então as três – religião, religiosidade e fé – a serviço da reconciliação.

Quatro instâncias na sociedade influenciam altamente a maneira como a

tríplice forma religiosa age: família, escola, igreja e mídia. Se projetamos uma sociedade reconciliada em contínua superação da violência e sonhamos com ela, cabe à família, à escola, às igrejas e à mídia a eminente tarefa de passar uma compreensão de religião, que lance verdadeira ponte entre o ser humano e o mistério, de religiosidade, que tranquilize e humanize as pessoas, e de fé, que anuncie a revelação de um Deus de amor, de misericórdia e de ternura.

Entre o campo religioso e a sociedade estabelece-se relação dialética em termos de construção da pacificação. Há um critério maior que atravessa as duas realidades: a ética da convivência. A partir dela cabe perguntar a ambas até onde elas contribuem para a real convivência na sociedade entre as pessoas, nas famílias, nos corpos sociais, no conjunto da vida humana. Ambas cumprem sua função se trabalharem juntas, criticamente, na construção da mesma paz, da convivência humana no interior da sociedade.

Referências

- 1 Lactâncio: Div Inst IV, 28, 2 in JOURNEL, M. J. Rouet de: *Enchiridion patristicum*. Barcelona: Herder, 1981, 25. ed.. n. 635. “Hoc vinculo pietatis obstricti Deo et re-ligati sumus, unde ipsa religio nomen accepit, non, ut Cicero interpretatus est, a relegendo”. “Com este vínculo de piedade estamos unidos estreitamente a Deus e re-ligados a ele: de onde a própria religião recebe o nome e, não como Cícero interpretou, isto é, de re-lendo”. Tradução do autor.
- 2 Eis o texto de Cícero: “qui autem omnia quae ad cultum deorum pertinerent diligenter retractarent et tanquam relegerent, <hi> sunt dicti religiosi ex relegendo, ut elegantes ex eligendo, ex diligendo diligentes, ex intellegendo intelligentes; his enim in verbis omnibus inest vis legendi eadem quae in religioso” (Cícero, *De natura deorum academica*, Translated by H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, 1951, .II, 72.) “Aqueles que tudo o que pertencia ao culto dos deuses consideravam cuidadosamente e como que re-liam (tudo isso), são chamados religiosos de re-lendo, como os elegantes de e-legendando, os que amam de escolher, os inteligentes de “ler dentro” (o entendido); em todos esses verbos está a força de “ler” que aparece no termo religioso”. Tradução do autor.
- 3 Sanctus Augustinus, *De Civitate Dei*, X, 3 in MIGNE, J. P. (Org.). *Patrologiae latinae: Sancti Aurelii Augustini. Opera omnia*. Paris: J. P. Migne, 1877, 41, 280 (abrev. PL).
- 4 Sanctus Augustinus, . *De vera religione*, c. 55, in PL 34, 171s.
- 5 TOMAS, de Aquino, Santo: *Suma teológica: II seção da II parte – questão 81, a.1c*, São Paulo: Loyola, 2005, p. 282s.
- 6 Sanctus Augustinus, *Confessiones*, 1, 1, in PL 32, 661.
- 7 TOMAS, de Aquino, Santo: *Suma teológica: I seção da II parte – questão 1 a. 8c*, São Paulo: Loyola, 2005, p. 46.

Capítulo 4 – A observação participante e suas contribuições para o enfrentamento da violência

*Márcia Andréa Nogueira Magalhães
Lauriza Maria Nunes Pinto*

Este texto tem por finalidade introduzir o leitor na temática da pesquisa qualitativa a partir da adoção da técnica de coleta de dados denominada ‘observação participante’. O objetivo aqui é auxiliá-lo na condução da pesquisa-ação sobre a violência social, na perspectiva da Saúde Pública.

Para a elaboração deste texto, realizou-se uma revisão bibliográfica sistemática e crítica de pesquisas publicadas nas áreas de saúde e ciências sociais que adotaram essa técnica de pesquisa. Portanto, o presente texto não pretende ser uma discussão exaustiva do conceito de ‘observação participante’. A intenção é apresentar uma série de questões que se levantam quando se

verifica que não há observação participante sem pesquisador participante.

Outro aspecto importante a ser destacado sobre a técnica da observação participante é que ela constitui uma ferramenta importante para a construção do conhecimento nas pesquisas que procuram levantar dados, informações e conhecimentos a respeito do fenômeno da violência no contexto das comunidades e grupos em que ela se manifesta. Esta técnica possibilita compreender o contexto cultural no qual a violência ocorre; inferir hipóteses, extrair conclusões, ainda que provisórias; apontar tendências e, a partir daí, propor ações voltadas para a prevenção da violência e promoção da saúde.

Observação participante: trajetórias evolutivas dentro da teoria do conhecimento e sua utilização na área de saúde

Ao se estabelecer um retrospecto da evolução histórica do método da ‘observação participante’, percebe-se que ele tem origem na antropologia e na sociologia e começa a ser sistematizado no final do século XIX, quando se inicia o desenvolvimento de técnicas de pesquisa nas ciências sociais através de trabalhos realizados por antropólogos, como o americano Lewis Henry Morgan,¹ o alemão Franz Boas² e o polonês Bronislaw Malinowski³.

Segundo Cabral,⁴ os primeiros trabalhos a utilizarem a ‘observação participante’ foram os de Morgan, que trabalhou na observação de sociedades como os Iroqueses e os de “Boas, na virada do século, com os Esquimós. Mas é só com Malinowski, durante a primeira guerra mundial, que o método da observação participante chega à sua maturidade na antropologia e na sociologia”.⁴

Em um dos seus mais importantes trabalhos, Malinowski³ descreve a sua inserção entre os nativos das ilhas Trombuid, localizadas no oceano Pacífico. Sua proposta revolucionou a Antropologia nas três primeiras décadas do século XX, principalmente no que se referia aos

métodos de trabalho de campo e à observação participante, baseados na ideia de que apenas através da imersão no cotidiano de outra cultura o antropólogo poderia chegar a compreendê-la, ou seja, um dos pressupostos da observação participante é o de que a convivência do investigador com a pessoa ou grupo estudado cria condições privilegiadas para que o processo de observação seja conduzido e dê acesso a uma compreensão que, de outro modo, não seria alcançável.

Assim, admite-se que a experiência direta do observador com a vida cotidiana do outro, seja ele indivíduo ou grupo, possibilitaria revelar, na sua significação mais profunda, ações, atitudes, episódios, valores etc... que, de um ponto de vista exterior, poderiam permanecer obscurecidas.

Outro aspecto importante colocado por Malinowski³ é o de que o observador necessita de uma bagagem científica para fundamentar sua descrição, os valores da observação participante, as técnicas de coleta, a ordenação e apresentação do que denomina de evidências.

Em 1910, surgiu nos Estados Unidos, mais precisamente, na Universidade de Chicago, o Departamento de Sociologia e Antropologia que acabou se tornando o principal centro de estudos e pesquisas sociológicas da época. A Escola de Chicago, como é conhecida desde 1930, distinguiu-se pela produção de

conhecimentos úteis para a solução de problemas sociais concretos, então enfrentados pela cidade de Chicago. Esses estudos referiam-se aos problemas de imigração, delinquência, criminalidade, conflitos étnicos, etc.

Devido a essa preocupação empírica, a Escola de Chicago foi a que mais contribuiu para abrir caminho para outras correntes teóricas, como a fenomenologia e a etnometodologia. Foi ela também que, além de fazer uso de pesquisas quantitativas, atuou para o desenvolvimento das pesquisas qualitativas na Sociologia, ou seja, começou-se a pesquisar com a utilização científica de diversas fontes documentárias e com o desenvolvimento do trabalho de campo nas áreas urbanas.

Entre os pesquisadores da Escola de Chicago que deram contribuições significativas ao método da ‘observação participante’, destaca-se William Foote Whyte⁵, que pesquisou, nos anos de 1930, uma área pobre e degradada da cidade de Boston, onde morava. Whyte⁵ destaca em seu trabalho que a observação participante *não é uma prática simples*, mas repleta de dilemas teóricos e práticos, que cabe ao pesquisador gerenciar. A experiência descrita e analisada pelo autor mostra que a observação participante exige, sim, uma cultura metodológica e teórica.

Whyte⁵ destaca outro aspecto importante na compreensão de áreas pobres e o mundo popular. O diagnóstico oferecido pelo autor contrapõe-se à imagem produzida pelo senso comum, que considera as áreas pobres exclusivamente um problema: degradadas, homogêneas, desorganizadas, caóticas e fora da lei, devendo necessariamente ser “ajudadas”, uma vez que, “abandonadas à sua própria sorte”, nunca se desenvolverão. Vistas de dentro e a partir do olhar arguto do cientista social, tem-se outra visão: tais localidades corresponderiam a áreas onde coexistem espaços e grupos locais diferentes, porém estruturados a partir de redes de relações sociais.

A desorganização social não é, portanto, a tônica geral – o que não significa negar a existência do conflito entre os grupos. Whyte⁵ não tem, dessa forma, nem uma visão “miserabilista” nem populista dos pobres. O autor insiste na importância das formas de socialização que ocorrem no espaço público do mundo popular, na “sociedade da esquina”, para usar seu próprio linguajar. Pois é na esquina, no espaço informal, que as decisões são tomadas, que os grupos se estruturam e que as relações sociais se constroem e se destroem.⁵

No campo da saúde pública, particularmente no contexto brasileiro, é a partir da década de 1990 que muitos

autores vêm utilizando abordagens da pesquisa qualitativa e adotando a técnica da observação participante na coleta de dados empíricos. Eles apresentam discussões teórico-metodológicas que, em muito, têm contribuído para o aperfeiçoamento dessa técnica de pesquisa e apontam as suas potencialidades e limitações como instrumentos de que se serve a Saúde Pública para se aproximar da realidade observada, particularmente a que se refere ao fenômeno da violência.

A utilização da técnica da observação participante nas pesquisas realizadas nas diversas áreas do conhecimento e, entre elas, as áreas de saúde pública, como um recurso de coleta de dados empíricos, segundo Lima *et al.*⁶:

*(...) vem sendo discutida e utilizada por vários autores, entre os quais Haguette (1995), Minayo (1994), Triviños (1987), Lüdke e André (1986). Como forma de captar a realidade empírica, é considerada por Goode e Hatt (1979) como a mais antiga e ao mesmo tempo a mais moderna das técnicas de pesquisa.*⁶

Na experiência realizada por Lima *et al.*⁶, as autoras destacam a importância da utilização da técnica da observação participante durante a aplicação de entrevistas semi-estruturadas e consideram que:

*A observação participante pode assumir formas diversas, que variam em um continuum, no qual quatro situações são teoricamente possíveis, dependendo do envolvimento do pesquisador no campo, conforme classificação proposta por Gold (1958): o participante total; o participante como observador; o observador como participante; o observador total. Essa classificação é utilizada por autores como Holloway e Wheeler (1996), Becker (1994), Minayo (1994), Cicourel (1990), Denzin (1989).*⁶

No que diz respeito à adoção da técnica da observação participante, particularmente dentro da abordagem qualitativa da pesquisa-ação na produção do conhecimento na área de saúde pública relacionado ao enfrentamento do fenômeno da violência, ainda são poucos os trabalhos no contexto brasileiro, considerando-se, como sugere Vasconcelos⁷:

(...) a potencialidade da pesquisa-ação como instrumento de reorientação da prática médica, pois trata-se de uma metodologia de produção de conhecimento sobre a interrelação entre os atores e saberes envolvidos em uma prática social, em que se priorizam os interesses e as falas dos atores subalternos. Pesquisas com esta orientação contribuem para ampliar o movimento de construção de uma medicina integral que movimentos

*sociais, profissionais de saúde e outras organizações da sociedade civil já vêm realizando em suas lutas e trabalho. Como uma metodologia qualitativa, ela é muito adequada para entender a dinâmica desse processo de interrelação, participação e interdisciplinaridade.*⁷

Observação participante: pressupostos conceituais

Ao eleger a observação participante como técnica de pesquisa na investigação do fenômeno da violência, é preciso deixar claro que essa técnica exige do observador não só estar presente no lugar (lócus) em que se dão os processos que se pretende estudar – no caso, os espaços de diálogo construídos durante as atividades que promovam ações de enfrentamento da violência –, mas experimentar a dinâmica de interagir com os envolvidos e observar atitudes, simbólicas e cognitivas dos participantes, expressas através de palavras e de gestos durante os encontros e a atuação nesses espaços. Mas o que é a ‘observação participante’, como um conceito e um método de pesquisa?

Uma primeira consideração a ser feita diz respeito ao que se entende por ‘conceito’. Em geral, pode-se dizer que ‘conceito’ é todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis. Em-

bora o ‘conceito’ seja normalmente indicado por um nome, não é o nome, já que diferentes nomes podem exprimir o mesmo ‘conceito’ ou diferentes conceitos podem ser indicados, por equívoco, pelo mesmo nome. A função primeira e fundamental do conceito é a mesma da linguagem, isto é, a comunicação.⁸

Com esses esclarecimentos, percebe-se que, para elaborar um dado conceito de ‘observação’, devem-se buscar palavras ou nomes que confirmem um sentido comum e comunicável do que quer que seja ‘observação’, permitindo seu entendimento. Esta é a função do conceito: tornar claro o que antes era obscuro. É por isso que conceitos são bons para pensar, e é por isso que teorias científicas são feitas de conceitos (mas não somente deles).

A maior parte do que se sabe sobre as pessoas que convivem conosco resulta de observações casuais que empreendemos, com muita frequência, ao longo de nossa jornada cotidiana. Dessa prática resulta o significado dado à palavra ‘observação’, que vem do termo latino *observatione*, cujos significados podem ser: ato de observar; análise; reparo; reflexão; admoestação; conselho amigável; advertência benévola; réplica; vigilância atenta; exame minucioso.

Do ponto de vista da ciência a ‘observação’ significa: procedimento, a fase

da investigação científica em que os fenômenos, tal como ocorrem, são objetos de constatação atenta, evitando-se a interferência do observador sobre eles. A partir de tal premissa, pode-se afirmar que a observação é a contemplação de um fenômeno, tal como efetivamente ocorre.

Podemos partir de duas suposições ingênuas acerca da observação científica. A primeira delas afirma que a ciência começa com a observação. A segunda, que a observação produz uma base firme e objetiva da qual o conhecimento pode ser derivado.

A ‘observação’ pode ser tida como uma modalidade, entre outras, de verificação (“ver” de verdade + ação); é possível estudar sob quais condições se dá esse ato de aferição da verdade ou da falsidade do que se observa. Até que ponto os procedimentos científicos de observação independem das limitações físicas e intelectuais do observador? Até que ponto as limitações físicas e intelectuais do observador podem ser corrigidas pelos procedimentos científicos de observação?

Segundo Chalmers ⁹,

(...) embora as imagens sobre nossas retinas façam parte da causa do que vemos, uma outra parte muito importante da causa é constituída pelo estado interior de nossas mentes ou cérebros, que vai claramente depender de nossa formação cultural, conhecimento, expecta-

tativas, etc. e não será determinado apenas pelas propriedades físicas de nossos olhos e da cena observada (pág. 52).⁹

Observar é uma coisa, ver ou enxergar é outra bem diferente, pois quem vê passa por uma experiência perceptiva e cognitiva própria. Quem vê teve que aprender a ver, a interpretar, a discernir o que estava sendo observado. Quantos de nós enxergaríamos os problemas diagnosticados por um médico a partir de uma radiografia? Quantos de nós identificaríamos as luas do planeta Júpiter pelas lentes de um super telescópio? Quantos de nós saberíamos diferenciar hemácias do tripanossomo, causador da Doença de Chagas? Ou, até que ponto veríamos numa piscadela, num tique nervoso ou num tipo de código usado para transmitir uma informação, por exemplo, as intenções de um rapaz de seduzir uma moça?

Todos esses seriam exemplos de como o entendimento ou a verificação alcançada pelos sentidos de um pesquisador, em especial sua visão, depende de uma teoria ordenadora dos fatos observados. Explicações e descrições resultantes da observação (científica ou não) expressam sempre os resultados do domínio de uma linguagem teórica e podem ser tão acuradas quanto a teoria utilizada se seus conceitos assim permitirem. Pode-se perceber que, para alguns

autores que trabalham com questões relativas à metodologia do trabalho científico, teorias adequadas devem necessariamente preceder a observação para poder se chegar a resultados verificáveis sobre um determinado problema, que, por sua vez, só é formulado a partir dos conceitos e pressupostos contidos nessa mesma teoria. De modo geral, podemos dizer que as características das observações científicas são as seguintes:

- Procuram coletar dados que sejam válidos e confiáveis;
- Devem apoiar-se em fundamentos teóricos consistentes relacionados à natureza dos fatos ou a comportamentos, produzindo elementos objetivos e conclusivos que favoreçam a formulação de hipóteses sobre a natureza do fenômeno a ser considerado;
- Pressupõem a realização de uma pesquisa com objetivos criteriosamente formulados, planejamento adequado, registro sistemático dos dados, verificação da validade de todo o desenrolar do seu processo e da confiabilidade dos resultados;
- São processos empíricos por intermédio do qual usamos a totalidade dos nossos sentidos para reconhecer e registrar eventos factuais.

A ‘observação participante’ consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação. No entanto, a sua utilização não exclui o emprego de outros métodos de coleta de dados, informações e conhecimentos igualmente válidos nos trabalhos de pesquisa. É também possível, no caso da observação direta, a utilização de questionários e entrevistas, técnicas projetivas e análise de registros anteriores envolvendo a mesma temática da pesquisa, bem como importantes observações feitas de modo casual, pois estas podem significar rica fonte de reflexões e interrogações, oferecendo diferentes caminhos para novos e mais amplos estudos observacionais.

Whyte⁵ apresenta alguns preceitos importantes sobre a observação participante, tais como:

- A observação participante implica, necessariamente, um processo longo. Muitas vezes o pesquisador necessita de inúmeros meses para “negociar” sua entrada na área. Uma fase exploratória é, assim, essencial para o desenrolar ulterior da pesquisa. O tempo é também um pré-requisito para os estudos que

- envolvem o comportamento e a ação de grupos: para se compreender a evolução do comportamento de pessoas e de grupos é necessário observá-los por um longo período, e não num único momento;
- O pesquisador não sabe de antemão onde está “aterrissando”, caindo geralmente de “páraquedas” no território a ser pesquisado. Não é esperado pelo grupo, desconhecendo muitas vezes as teias de relações que marcam a hierarquia de poder e a estrutura social local;
 - A observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado. As informações que obtém e as respostas que são dadas às suas indagações dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado. Uma autoanálise faz-se, portanto, necessária e convém ser inserida na própria história da pesquisa. A presença do pesquisador tem que ser justificada, e sua transformação em “nativo” não se verificará, ou seja, por mais que se pense inserido, sobre ele paira sempre a “curiosidade”, quando não a desconfiança;
 - Por isso mesmo, o pesquisador deve mostrar-se diferente do grupo pesquisado. Seu papel de pessoa de fora terá que ser afirmado e reafirmado. Não deve enganar os outros nem a si próprio.
 - Uma observação participante não se faz sem um “Doc”, intermediário que “abre as portas” e dissipa as dúvidas junto às pessoas da localidade. Com o tempo, de informante-chave passa a colaborador da pesquisa: é com ele que o pesquisador esclarece algumas das incertezas que permanecerão ao longo da investigação. Pode mesmo chegar a influir nas interpretações do pesquisador, desempenhando, além de mediador, a função de “assistente informal”;
 - O pesquisador quase sempre desconhece sua própria imagem junto ao grupo pesquisado. Seus passos durante o trabalho de campo são conhecidos e muitas vezes controlados por membros da população local. O pesquisador é um observador que está sendo todo o tempo observado;
 - A observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso aprender quando perguntar

e quando não perguntar, assim como que perguntas fazer na hora certa. As entrevistas formais são muitas vezes desnecessárias, devendo a coleta de informações não se restringir a isso. Com o tempo, os dados podem vir ao pesquisador sem que ele faça qualquer esforço para obtê-los;

- Desenvolver uma rotina de trabalho é fundamental. O pesquisador não deve recuar em face de um cotidiano que muitas vezes se mostra repetitivo e de dedicação intensa. Mediante notas e manutenção do diário de campo (*field notes*), o pesquisador se obriga a observar e anotar sistematicamente. Sua presença constante contribui, por sua vez, para gerar confiança na população estudada;
- O pesquisador aprende com os erros que comete durante o trabalho de campo e deve tirar proveito deles, na medida em que os passos em falso fazem parte do aprendizado da pesquisa. Deve, assim, refletir sobre o porquê de uma recusa, o porquê de um desacerto, o porquê de um silêncio;
- O pesquisador é, em geral, “cobrado”, sendo esperada uma “devolução” dos resultados do

seu trabalho. “Para que serve esta pesquisa?” “Que benefícios ela trará para o grupo ou para mim?” Mas só uns poucos consultam o resultado final da observação e se servem do resultado final dela. O que fica são as relações de amizade desenvolvidas ao longo do trabalho de campo.

Observação participante: tipificações segundo os meios utilizados e o grau de participação do pesquisador

A técnica de observação participante costuma ser tipificada, de modo geral, tanto pelos meios que o pesquisador utiliza como pelo seu grau de participação durante o processo de observação e coleta de dados empíricos. Considerando-se os meios que o pesquisador utiliza, ela pode ser tipificada em duas modalidades:

- Estruturada;
- Não-estruturada.

No primeiro caso, o pesquisador vai ao campo com um roteiro previamente estabelecido contendo categorias de análise para sua observação. No segundo caso, o pesquisador não estabelece previamente um roteiro para sua observação.

Pode-se ainda classificar a observação pelo grau de participação do pesquisador, segundo os seguintes critérios:

- Participante
- Não Participante

Como na observação não participante, por sua própria natureza, encontram-se tendências que possibilitam classificá-la, pode-se adotar a seguinte classificação, que combina os dois critérios considerados:

- Observação simples;
- Observação participante;
- Observação sistemática.

Na observação simples, o pesquisador permanece alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observando de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Nesse procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador do que um ator. Entre as vantagens oferecidas pela observação simples, podemos destacar os seguintes aspectos:

- Possibilita a obtenção de elementos para a definição do problema de pesquisa;
- Favorece a construção de hipóteses acerca do problema pesquisado;
- Facilita a obtenção de dados sem produzir querelas ou suspeiças nos membros das comu-

nidades, grupos ou instituições que estão sendo estudados.

Existem na observação simples algumas limitações, dentre as quais se podem destacar as seguintes:

- É canalizada pelos gostos e afeições do pesquisador. Muitas vezes sua atenção é desviada para o lado pitoresco, exótico ou raro do fenômeno;
- O registro das observações depende, frequentemente, da memória do investigador;
- Dá ampla margem à interpretação subjetiva e parcial do fenômeno estudado.
- A indicação do uso da observação simples como técnica de pesquisa é sugerida por alguns pesquisadores, principalmente, para estudos qualitativos de caráter exploratório (levantamento).

Na observação participante, o pesquisador se insere e participa da vida na comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Assim ele assume, pelo menos até certo ponto, o papel de membro do grupo, podendo, deste lugar, dizer que por meio da observação participante o pesquisador pode chegar ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. A utilização da téc-

nica da observação participante pode ser classificada em duas formas distintas:

- Natural (quando o observador é parte do grupo que investiga);
- Artificial (quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar a investigação).

No caso da observação participante, o pesquisador deve decidir se revelará que está observando o grupo ou não. Nos dois casos, o pesquisador terá que ter cuidados e atenção para não tornar sua pesquisa tendenciosa. Dentre as vantagens que a observação participante oferece se destacam as seguintes:

- Facilita o rápido acesso a dados sobre situações habituais em que os membros das comunidades se encontram envolvidos;
- Possibilita o acesso a dados que a comunidade ou grupo considera de domínio privado;
- Possibilita captar as palavras de esclarecimento que acompanham as atitudes e comportamento dos observados;
- Dá mais liberdade ao pesquisador, uma vez que não é, necessariamente, prisioneiro de um instrumento rígido de coleta de dados à distância e o aproxima da realidade estudada, tornando-o, em alguns momentos, persona-

gem desta, com a qual, ele passa a se comprometer cada vez mais;

- Possibilita a obtenção de dados empíricos no momento em que ocorre o fato na presença do observador, além de ser o meio mais direto de se estudar uma ampla variedade de fenômenos. A grande maioria dos aspectos do comportamento humano só pode ser estudada satisfatoriamente mediante observação direta;
- Exige menos dos sujeitos investigados e serve para o pesquisador comprovar ou não os relatos dos sujeitos, porque nem sempre o que eles falam é o que demonstram em seus comportamentos e atitudes.

Dentre as críticas feitas por vários autores ao uso da técnica da observação participante e que apontam para suas desvantagens, se destacam as seguintes:

- Incorre em risco de imersão total em outra realidade que não a do pesquisador ou, por outro lado, pode significar deformações subjetivas da realidade estudada, pois, em certos casos das modalidades de observador-como-participante, o tempo de contato ou permanência com o grupo observado é curto e superficial;

- Omissão no caso do observador-total, em que o pesquisador não revela em sua interação direta com os informantes e o grupo que os irá observar;
- Envolvimento do pesquisador com o grupo pesquisado, o que poderá alterar os objetivos. O pesquisador pode não alcançar os objetivos, pelo fato de a sua participação ser mais profunda. Essa desvantagem, todavia, não constitui problema na pesquisa qualitativa, considerando seus pressupostos e características.
- As observações feitas pelo pesquisador podem significar uma visão parcial do objeto estudado;
- Desconfiança do grupo investigado em relação ao pesquisador.

A observação participante sistemática é utilizada em pesquisas que têm como objetivo a descrição precisa dos fenômenos, o levantamento ou o teste de hipóteses e pode ocorrer em situações de campo ou de laboratório. Nesse tipo de observação, antes de se iniciar a coleta de dados, o pesquisador elabora um plano específico para a organização e registro das informações. Isto implica estabelecer, antecipadamente, as categorias necessárias à análise da situação. Para que as categorias sejam estabelecidas adequa-

damente, é conveniente que o pesquisador realize um estudo exploratório, ou mesmo estudos dirigidos à construção dos instrumentos para registro dos dados.

Na observação participante sistemática, uma das principais vantagens está no fato de que, ao levantar dados empíricos a partir da observação, o pesquisador, por trabalhar a partir de categorias pré-estabelecidas, terá mais facilidade na análise dos dados levantados.

Esse tipo de observação tem desvantagens, dentre as quais se destacam:

- O pesquisador está impossibilitado de ocultar a realização da pesquisa;
- A presença do pesquisador pode provocar alterações no comportamento dos observados, destruindo a espontaneidade destes e produzindo resultados pouco confiáveis;
- Tem que ter tempo e preparação prévia das categorias a serem analisadas.

A utilização da técnica da observação participante apresenta a vantagem de ser um meio privilegiado de acesso aos informantes, no que diz respeito à abordagem do fenômeno da violência. Isto ocorre, particularmente, quando são criados espaços de diálogo para que uma comunidade ou grupo

possa explicitar questões relativas à violência por eles vivenciada cotidianamente e que, muitas vezes, não são ditas ou expressas por esses sujeitos. Isto acontece porque não há espaços para se discutirem tais questões ou porque a violência se encontra tão banalizada no cotidiano que acaba sendo considerada como algo natural para muitos, às vezes, mesmo para aqueles que almejam uma vida mais harmonizada. O fenômeno da ‘violência’ pode ainda constituir tema tabu, pois falar sobre a ‘violência’ que acontece na comunidade “é se expor e, portanto implica explicitar o não-dito, o latente, investigando, na trama complexa das relações sociais do adolescente, a violência instituída na vida gregária e familiar com seus contornos corriqueiros, seus simbolismos e seus mecanismos de construção e expressão”.¹⁰

Portanto, ao se iniciar o processo de observação, o pesquisador deve examinar o local e determinar que tipo de aspectos deve ser registrado. Cabe ressaltar que existem diferentes formas de registro para o que está sendo observado. Assim, a forma como os dados empíricos são coletados deve ser uma preocupação do pesquisador ao se inserir na realidade a ser observada.

Nesse sentido, é necessário que o instrumento utilizado seja o mais dis-

creto possível e de fácil aplicação, considerando-se a dinâmica do cotidiano de uma comunidade. Podem ser usadas como forma de registro câmaras de vídeo e qualquer material de registro de voz (gravadores), porém tais formas de registro devem ser utilizadas com muita cautela e discrição, pois chamam muito a atenção sobre os observadores. Tal fato pode provocar interferências negativas nas atividades, e, portanto, uma outra opção de registro seria o registro cursivo, realizado com papel e lápis, ou seja, as observações são registradas num diário de campo.

A adoção do registro cursivo possibilita observar algumas situações com que os informantes deparam normalmente e como se comportam diante delas, a fim de, posteriormente, se descobrirem as suas interpretações sobre os acontecimentos observados.

O diário de campo dentro de uma investigação qualitativa como um empreendimento científico deve se pautar nos seguintes fundamentos¹¹:

- Ambiente natural como única fonte direta de dados, e o pesquisador como seu principal instrumento;
- Dados coletados predominantemente descritivos; preocupação com o processo maior do que com o produto;

- O ‘significado’ que as pessoas dão as coisas e às suas vidas deve ser foco de atenção especial do pesquisador;
- A análise de dados tende a seguir um processo indutivo.

Os relatórios de campo devem produzir dados e informações detalhadas sobre as observações feitas durante a inserção do observado⁷ na comunidade, bem como conter material significativo, como mapas históricos, fotos da condição prévia do local, informações, dados secundários, para a construção do histórico da comunidade.

A observação participante pode se dar tanto por meio dos registros feitos pelo pesquisador em determinados contextos sociais quanto pela aplicação de outras técnicas de pesquisa, como questionários e entrevistas (dos tipos não-estruturada, semi-estruturada e estruturada) aplicadas, por exemplo, em grupos focais.

No caso de o pesquisador adotar a metodologia dos grupos focais, Bourdieu¹² sugere que os registros feitos pelo pesquisador devam destacar as falas, comportamentos, preferências e interesses dos sujeitos investigados e mesmo suas crenças, valores, hábitos e ideologias sobre os temas previamente selecionados e abordados pelo pesquisador durante a

realização da pesquisa. Isto possibilitaria a explicitação do não-dito por eles – no caso, sobre a violência cotidiana e a necessidade de seu enfrentamento através da adoção de valores que promovam a paz e da produção e comunicação escrita, gráfica, gestual e oral que produzem durante a aplicação das técnicas de investigação adotadas pelo pesquisador.^a

Outra consideração importante diz respeito à preparação do pesquisador para aplicar uma entrevista, pois podem ocorrer situações – frequentes quando envolvem o fenômeno da violência – que podem fazer com que os entrevistados se esquivem de questões polêmicas ou ‘delicadas’.

Portanto, é sempre aconselhável que haja um planejamento prévio tanto para estruturação das categorias escolhidas quanto da forma de registro a ser adotada, considerando-se que o pesquisador deve criar uma espécie de lista ou mapa de registro de fenômenos, por exemplo, a partir de categorias de análise que possam ser observadas.

^a Bourdieu indica a escolha daqueles que demonstram maior interesse em conceder entrevistas, para que o entrevistador possa adotar a linguagem do entrevistado e adentrar os seus pontos de vista, sentimentos e pensamentos. Trata-se de uma proposta de interação, na qual o autor ressalta a possibilidade de uma escuta ativa e metódica que, de algum modo, possa ser administrada durante a entrevista semi-estruturada será adotada como recurso metodológico. As entrevistas seguirão um roteiro prévio.

A observação da realidade a partir de categorias de análise

As categorias de análise são classificações que fazemos sobre a realidade, ou seja, quando damos nomes ou designamos as coisas em conjuntos de coisas, de fenômenos, classes. Ao categorizarmos um dado objeto, acreditamos que estamos delimitando nosso foco de atenção sobre ele.

Quando olhamos a realidade não podemos enxergar a sua totalidade, dada a complexidade de sua natureza, mas podemos incorporar em nosso modo de pensar a consideração de que essa síntese ou essa generalização que fazemos é uma forma de selecionar o que estamos vendo.

Segundo o dicionário Houaiss¹³, categorizar é dispor em categorias; ordenar, classificar ou dotar de categoria ou de melhor qualidade; relevar ou ainda, agrupar segundo a natureza de cada coisa. O termo categoria significa cada uma das classes em que se dividem as ideias e os termos; classe; grupos; série; posição social ou mesmo o conjunto de pessoas ou coisas que possuem muitas características comuns e podem ser abrangidas ou referidas por um conceito ou concepção genérica.

Para categorizarmos o que observamos quando estamos inseridos no espaço de uma comunidade, devemos fazer uma leitura inicial dessa realidade, a partir da

qual começamos a agrupar as ideias, citações e interesses semelhantes que aparecem e reincidem nas diversas formas de comunicação que o grupo observado estabelece entre si. A partir daí, devemos selecionar aquelas que aparecem e reincidem com maior frequência entre as pessoas envolvidas na observação e que podem representar aquilo que elas percebem e vivenciam em relação a temas trabalhados.

Já há algum tempo, as abordagens teórico-metodológicas adotadas na pesquisa qualitativa enfatizam a necessidade de as práticas de coleta de dados empíricos se pautarem na realidade social dos grupos e comunidades a serem investigados. No entanto, como todo óbvio, esse discurso oculta suas condições de produção, na medida em que trata essa realidade como algo dado, natural. A proposição “a partir da realidade social de uma comunidade” encerra um alto grau de complexidade. O que quer dizer isso para o pesquisador ou participantes de uma equipe de trabalho? Que representações e imagens se formam em nosso pensamento quando enunciamos o termo realidade? Parafraçando o filósofo francês Merleau-Ponty¹⁴, a realidade é o que vemos, contudo, precisamos aprender a vê-la.

A realidade é sempre vista a partir de um recorte, uma dimensão dela mesma, ainda que seja “como um deslocamento do real para o sujeito, a realidade

não é algo autônomo, apreensível mediante os dados da experiência sensível, a um cogito ou a uma consciência pura,”¹⁵ considerando-se que somos sujeitos do conhecimento e, portanto, sintetizamos no curso de nossas vidas múltiplas relações sociais, relações essas que configuram nossas formas de representar o que chamamos de realidade. Conforme construímos os nossos conhecimentos sobre o mundo, apreendemos diferentes modalidades da realidade, a realidade empiricamente vivenciada, a realidade das idéias, dos sonhos, das crenças, das emoções, das instituições, enfim a realidade interior e exterior a todos nós e que se entretence numa totalidade vivida e constituída socialmente.

Assim, quando nos colocamos na posição de observador de uma dada realidade, por mais que adotemos uma postura de distanciamento, não deixamos de fazer parte dela como sujeitos concretos - reconhecíveis em si mesmos - e como sujeitos sociais e culturais. A posição a ser assumida durante uma atividade de observação não deve ser a de uma máquina ou um instrumento que registra as informações do mundo exterior na forma de um decalque, e sim o exercício constante da reflexão-ação-reflexão do observador sobre os sujeitos observados.

O exercício de reflexão-ação-reflexão sobre as situações vivenciadas na

observação participante e no contexto do lugar observado possibilita ao sujeito fazer leituras, analisar, refletir e ampliar o seu olhar sobre uma dada realidade cotidiana, permitindo ainda a ele representar a realidade observada, ao modo de um sujeito observador que se reporta a um objeto observado.

Esse objeto pode ser tanto uma ou mais pessoas quanto uma coisa, um acontecimento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, um gesto, etc.. Pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas é sempre necessário para que o pesquisador, como sujeito do conhecimento, possa aprender a sentir sentindo o mundo através de seu corpo, de suas emoções e de sua razão, da mesma forma que é o olhar, e não o olho, que informa a existência mundana das coisas. Isto quer dizer que o olho é natural, mas o olhar é socialmente desenvolvido. É o olhar que faz aparecer o objeto.

Assim, desenvolver relações humanas com uma dada comunidade escolhida como objeto de investigação, significa criar espaços de diálogo, em que desconfianças, temores e conflitos possam ser aceitos e trabalhados, mediante experiências reconstrutivas e processos que desenvolvam formas de interação compatíveis com uma ampliação quantitativa e qualitativa de cognições, afetos e condu-

tas. Essa reconstrução implica o desenvolvimento de um clima de confiança mútua, em que todas as cartas possam ser colocadas na mesa, onde as fórmulas de cortesia ou de ataque-e-defesa possam ser substituídas pela genuína consideração pelo outro, pelo compartilhamento de pensamentos, sentimentos e ações, pela adesão a uma tarefa comum gerada pelo próprio grupo em direção ao seu autoconhecimento.

Nesse sentido, os papéis desenvolvidos pelo pesquisador durante a execução da técnica da observação participante propiciarão a harmonização das diferenças individuais e o desenvolvimento de conceitos, habilidades e talentos, a partir da interação e da aprendizagem de novas maneiras de interagir, à maneira dos músicos que compõem uma orquestra. Sanções, persuasão, manipulação cedem lugar a uma relação de integração, permitindo encontrar soluções através das quais as partes alcançam seus objetivos sem que nenhuma seja obrigada a sacrificar sua essência.

Outro aspecto importante é pedir, antes do início de cada observação, a permissão aos grupos ou comunidades a serem observadas para a realização do estudo. Este procedimento, no entanto, tomado *a priori*, pode resultar na observação e registro de inúmeros comportamentos estereotipados, uma vez que as

pessoas sabem que estão sendo observadas. Portanto, é sempre bom estimular a expressão e a participação, buscando desdobrar as informações em novas perguntas e possibilitar que os participantes reflitam sobre o que conhecem.

No caso da utilização da observação participante com o Projeto Frutos do Morro^b a preocupação principal quanto ao seu caráter explicativo reside na necessidade de se estabelecerem categorias de análise para observar como, na prática, as atividades propostas nos espaços de diálogo criados pelo pesquisador, no caso as oficinas, podem influenciar o desenvolvimento de habilidades e competências para o enfrentamento do fenômeno da violência e para a promoção da paz, por meio da educação para a saúde. É necessário considerar a pluralidade de atores que atuam no espaço da comunidade que está sendo foco da observação, bem como as diferentes formas de diálogo que surgem durante a permanência do pesquisador no cotidiano da comunidade, o que possibilitará identificar e analisar as relações entre a metodologia adotada pelo observador, sua interação com os participantes, identificando-se

^b Projeto de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvido pelo Departamento de Medicina Preventiva e Social/FM/UFMG, junto aos adolescentes do Aglomerado Urbano Morro das Pedras, em Belo Horizonte. Ver a descrição detalhada do Projeto no Capítulo 9 deste Livro.

os fatores que contribuem para a maior participação ou apatia destes. Significa trabalhar o conceito de poder, de violência, de alteridade e cidadania com novos sentidos que propiciem um enfrentamento do fenômeno da violência e a promoção da saúde e da paz na comunidade. Significa ainda incorporar os resultados de estudos e pesquisas envolvendo diferentes áreas do conhecimento.

Referências

- 1 Morgan LH, Fox R. *Ancient Society*. Transaction Publishers. 2000.
- 2 Boas F. *Antropologia Cultural*. Tradução Celso Castro. 2ª edição. Rio de Janeiro, 2005, 109 p.
- 3 Malinowski B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2 ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- 4 Cabral JP. Notas críticas sobre a observação participante no contexto da etnografia portuguesa. Lisboa. *Revista Análise Social*. 1983; vol. XIX (76), 327-339.
- 5 Whyte WF. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.
- 6 Lima MADS, Almeida MCP, Lima CC. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa em enfermagem. *Revista Gaúcha de Enfermagem*. Porto Alegre. 1999; v.20, n. esp., p.130-142.
- 7 Vasconcelos EM. Educação popular e pesquisa-ação como instrumentos de reorientação da prática médica. In: EM Vasconcelos, EP Gonsalves - Educação e grupos populares: temas (re) correntes, 2002. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/anped/0620T.PDF>
- 8 Abbagnano N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo. Martins Fontes, 1999.
- 9 Chalmers A. *O que é Ciência Afinal*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1993.
- 10 Balista C, Basso E, Cocco M, Geib, LTC. **Representações sociais dos adolescentes acerca da violência doméstica**. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 06, n. 03, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen>.
- 11 Bogdan R, Biklen SK. *Qualitative research for education: an introduction to theory and methods*. Boston: Allyn and Bacon, 1982.
- 12 Bourdieu P. *A miséria do mundo*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.
- 13 *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo. Editora Objetiva, 2007.
- 14 Merleau-Ponty M. *O visível e o invisível*. São Paulo. Ed. Perspectiva, 2003.
- 15 Teves N. *Imaginário social e educação*. Rio de Janeiro, Gryphus, 1992.

Capítulo 5 – Promovendo uma cultura de paz e prevenindo as violências e acidentes

O papel do setor saúde na prevenção das violências e na promoção da cultura de paz

*Marta Maria Alves da Silva
Deborah Carvalho Maeta*

No Brasil e no mundo, as violências representam um grave problema de saúde pública, com alto impacto sobre a qualidade de vida e sobre a morbidade e mortalidade da população, o que repercute na diminuição da expectativa de vida de adolescentes e jovens, além de produzir altos custos sociais, econômicos, familiares e pessoais.

O Ministério da Saúde (MS), a partir do reconhecimento da violência como questão de saúde pública e, ao mesmo tempo, de sua inter-relação com fenômenos sociais relativos às desigualdades, ao desemprego, à pobreza, ao desrespeito aos direitos humanos, às questões de gênero e à impunidade, dentre outros, priorizou essa temática na agenda do setor saúde. Assim, foi publicada em 2001, a **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e**

Violências (Portaria GM/MS nº 737, de 16/5/2001). Essa política, no período de 2001 a 2002, esteve sob a coordenação da Secretaria de Assistência à Saúde, quando começou a se estruturar no MS a área de violências e traumas. A coordenação foi criada sob a ótica da promoção da saúde, trazendo uma abordagem a partir da integralidade, da intersetorialidade e da interdisciplinaridade. Apesar disso, à época, o foco principal das ações era na assistência às pessoas vítimas de acidentes ou violências, até por ser esta uma área em construção.

Em 2003, a coordenação da **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências** migrou para a Coordenação Geral de Doenças e Agravos não Transmissíveis (CGDANT), localizada no Departamento de Análise de Situação em Saúde da

nova secretaria de saúde criada, a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). Dessa forma, as ações desenvolvidas começaram a ter um foco maior na vigilância, prevenção e promoção da saúde. Desde então, os marcos referenciais foram outros, como a implantação, em 2004, da **Rede Nacional de Núcleos de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde** (Portaria GM/MS nº 936, de 18/5/2004) e a instituição, em 2006, da **Política Nacional de Promoção da Saúde** (Portaria GM/MS nº 687, de 30/3/2006), que tem, dentre as várias prioridades a serem desenvolvidas, ações de enfrentamento das violências e acidentes.

A CGDANT, coordenada atualmente pela Dra. Deborah Carvalho Malta, compreende três grandes áreas técnicas: 1) promoção da saúde; 2) vigilância e prevenção de violências e acidentes; 3) vigilância e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis. A Área Técnica de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes é composta por uma equipe multiprofissional e, desde o segundo semestre de 2005, está sob coordenação da Dra. Marta Maria Alves da Silva. É a área responsável por coordenar e articular as ações de vigilância e prevenção de violências e acidentes e de promoção da saúde e cultura de paz no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas ações são desenvolvidas de forma articulada e

integrada com as áreas técnicas do MS, como Saúde da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Jovem, do Homem, do Trabalhador, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, dentre outras, e também com outros setores do governo e setores não governamentais na perspectiva da formação de redes de atenção e proteção social às pessoas vítimas de violência ou em situação de vulnerabilidade às violências.

Rede Saúde e Paz – Por que as violências e acidentes são pautas tão importantes para o setor saúde? Por que se tornaram um problema de saúde pública?

Área Técnica de Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – Atualmente, as causas externas (violências e acidentes) representam um importante problema de saúde pública no Brasil e no mundo, que afeta a saúde individual e coletiva. No Brasil, elas constituem a terceira causa de morte na população em geral e a primeira causa de óbito na faixa etária de 1 a 49 anos (Ver Quadro 1), acometendo principalmente os homens. Suas consequências influenciam diretamente na qualidade de vida e nas condições de saúde da população. As lesões e traumas causados pelas

violências e acidentes correspondem, portanto, a altos custos sociais, com repercussões em grande número de atendimentos e procedimentos em saúde, como consultas, cirurgias, exame de diagnóstico, tratamento ou reabilitação. As violências são responsáveis por altos custos sociais decorrentes de aposentadorias precoces, auxílios-doença, absenteísmo, dentre outros. Destacam-se também os custos invisíveis decorrentes de toda a desestruturação familiar e pessoal que resulta de uma violência ou acidente sofrido. Portanto, as violências e os acidentes, além de violarem direitos e de serem um problema de segurança pública e de toda a sociedade, tornaram-se também um problema de saúde pública. Têm grande impacto sobre a morbidade, gerando agravos à saúde e grande demanda nos serviços de saúde: as lesões e adoecimentos deles decorrentes muitas vezes geram sequelas, incapacitações, transtornos mentais e comportamentais, além de outras consequências. E, obviamente, têm grande impacto sobre a mortalidade.

Rede Saúde e Paz – Quais as possíveis causas das violências?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – Ao tratarmos da saúde das populações em situação de violência e da forma de pre-

venção e de promoção da saúde dessas populações, é importante compreendermos a violência como um fenômeno de conceituação complexa, multicausal, que abriga eventos de tipologia e natureza diversas. As causas das violências estão vinculadas aos determinantes e condicionantes do processo saúde e doença, entre os quais se destacam a baixa escolaridade, o desemprego, a desigualdade na distribuição de renda, a falta de acesso a bens e serviços de saúde, havendo forte associação das violências com as desigualdades sociais. É preciso entender a violência dentro das estruturas sociais, econômicas e políticas, como também em relação aos aspectos culturais, comportamentais e de sociedade. Portanto, para se compreender as origens da violência, há que se discutir o modelo de desenvolvimento de uma sociedade, as relações de poder, relações de gênero e as desigualdades sociais.

Rede Saúde e Paz – Qual o papel do setor saúde na prevenção das violências e na promoção de uma cultura de paz?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – O setor saúde deve atuar obrigatoriamente de forma intersetorial, buscando intervir sobre os determinantes e condicionantes

Quadro 1 – Principais causas de morte segundo faixa etária, Brasil, 2008*

<1	1-4	5-9	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60+	Total
Afecções										
1ª Perinatais										
25.637	1.578	1.528	2.431	13.595	37.306	24.057	20.641	40.436	241.607	314.506
	Causas Externas	Causas Externas	Causas Externas	Causas Externas	Causas Externas	Causas Externas	DAC	DAC	DAC	DAC
2ª Anomalia Congênita										
7.973	1.162	669	681	899	DIP 2.822	DAR 7.016	Causas Externas 17.816	Neoplasia Externas 30.047	Neoplasia 108.857	Neoplasia 166.317
3ª DAR										
2.363	1.003	Sistema Nervoso 436	Sistema Nervoso 483	DAR 659	Neoplasia 2.665	DIP 5.832	Neoplasia 15.924	Causas Externas 11.865	DAR 81.926	Causas Externas 133.644
4ª DIP										
2.317	Anomalia Congênita 732	DIP 424	DIP 342	Sistema Nervoso 515	DAR 2.590	Neoplasia 5.778	Aparelho Digestivo 8.085	Aparelho Digestivo 10.168	Endócrima 48.740	DAR 104.459
5ª Causas Externas										
992	Sistema Nervoso 709	DAR 350	DAR 328	DIP 489	DAR 1.526	Aparelho Digestivo 3.816	DIP 7.249	DAR 8.765	Aparelho Digestivo 30.457	Endócrima 63.742
6ª Endócrina										
641	Neoplasia 581	Anomalia Congênita 218	DAC 315	DAR 488	Aparelho Digestivo 1.194	DAR 2.451	DAR 4.894	Endócrima 8.068	Causas Externas 20.303	Aparelho Digestivo 54.826

Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde

das violências. Ou seja, agir sobre as causas das violências. Diante da magnitude e gravidade dessa situação e da compreensão de que a violência é um fenômeno prevenível e evitável, o setor saúde tem que desenvolver ações de vigilância, promoção da saúde, prevenção de violências e acidentes e atenção integral às pessoas que sofreram esses agravos. Em relação às ações de vigilância, uma das preocupações é melhorar a qualidade das informações através de análises de banco de dados já existentes, ou de outras estratégias, como estudos e pesquisas específicas. Conhecer melhor a magnitude desse problema, quais os grupos mais vulneráveis, quais os principais fatores de risco para a ocorrência das violências é essencial para o desenvolvimento de ações de intervenção, sejam elas de prevenção, de promoção ou de atenção. No Sistema Único de Saúde (SUS), essas ações estão sob a coordenação e articulação do Ministério da Saúde (MS), que tem como prioridade a formação de redes de atenção e proteção às pessoas vivendo em situação de violências. Através de articulações intra e intersetoriais, deve-se buscar a construção de redes de solidariedade, a garantia de direitos, a promoção de uma cultura de paz e uma atenção integral e humanizada às pessoas que sofreram violência ou estão em vulnerabilidade às violências. Dentre as ações desenvolvidas pelo setor saúde,

destacam-se também as articulações feitas no sentido de implementar medidas promotoras da qualidade de vida e de leis que sejam protetoras e que garantam direitos humanos. Outra grande ação é a avaliação de políticas e programas e a formação de recursos humanos, dentro de uma perspectiva de educação permanente.

Rede Saúde e Paz – Conhecer a magnitude das violências e acidentes, através das ações de vigilância, é uma das prioridades do Ministério da Saúde (MS). Como está estruturada essa vigilância no SUS?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – No Brasil, o monitoramento das violências para fins de vigilância epidemiológica é realizado, principalmente, por meio da análise dos dados da declaração de óbito e da autorização de internação em hospitais públicos, fornecidos, respectivamente, pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e pelo Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS). Esses sistemas são gerenciados pelo MS e se constituem numa importante ferramenta para o conhecimento da carga

das violências no país. Considerando as limitações do SIM e SIH/SUS em descrever as características apenas dos casos violentos cujo desfecho tenha sido o óbito ou a internação, respectivamente, o MS implantou, em 2006, o sistema de **Vigilância de Violências e Acidentes (Viva)**, com a finalidade de viabilizar a obtenção de dados e divulgação de informações sobre causas externas, o que possibilitará conhecer a magnitude desse grave problema de saúde pública. Esse sistema permite conhecer os eventos violentos que produziram lesões de menor gravidade, que não geraram internação nem óbito, assim como permite revelar a violência doméstica e sexual e outras formas de violências, como as autoprovocadas, que são as tentativas de suicídio. Portanto, o Viva é um sistema que tem como objetivo construir um diagnóstico mais sensível sobre o impacto das violências e acidentes na população brasileira e, por meio deste, subsidiar elaborações de políticas públicas de enfrentamento das violências e ações de promoção da cultura de paz.

Rede Saúde e Paz – Como o sistema Viva foi estruturado?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – O sistema Viva foi estruturado em dois

componentes (Figura 1): 1) vigilância contínua de violência doméstica, sexual, e/ou outras violências interpessoais e autoprovocadas, denominado Viva Contínuo; e 2) vigilância sentinela de violências e acidentes em emergências hospitalares, denominado Viva Sentinela, realizada através de inquéritos. Para ambos os componentes, nas situações de violências envolvendo crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas, a notificação é de caráter compulsório e contínuo, conforme determinado pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), pelo Estatuto do Idoso e pela Lei nº 10.778/2003, que obriga a notificação de violência contra a mulher.

Rede Saúde e Paz – O que é o Viva Contínuo?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – O componente de vigilância contínua – Viva Contínuo – tem como objetivo descrever o perfil dos atendimentos por violências (doméstica, sexual e/ou outras violências) em unidades de referência definidas pelas Secretarias Municipais de Saúde em articulação com as Secretarias Estaduais de Saúde. Ele permite caracterizar o perfil das pessoas atendidas vítimas de violências, o tipo e local das violências, o perfil do(a) provável autor(a) da agressão,

dentre outros. A coleta de dados acontece continuamente desde 1º de agosto de 2006. Esse componente articula-se com a Rede de Atenção e de Proteção às Vítimas de Violências, garantindo-se assim a atenção integral e humanizada, a proteção e garantia de direitos humanos. Gradualmente está sendo implantado em outros serviços de saúde, como nos serviços da atenção básica, da rede hospitalar, da saúde mental, dentre outros.

Rede Saúde e Paz – E o Viva Sentinela?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – O componente de vigilância sentinela – Viva Sentinela – é realizado através de inquéritos, que são pesquisas pontuais. Tem como objetivo principal caracterizar os atendimentos por violências e acidentes, em serviços selecionados de urgência e emergência, no período de 30

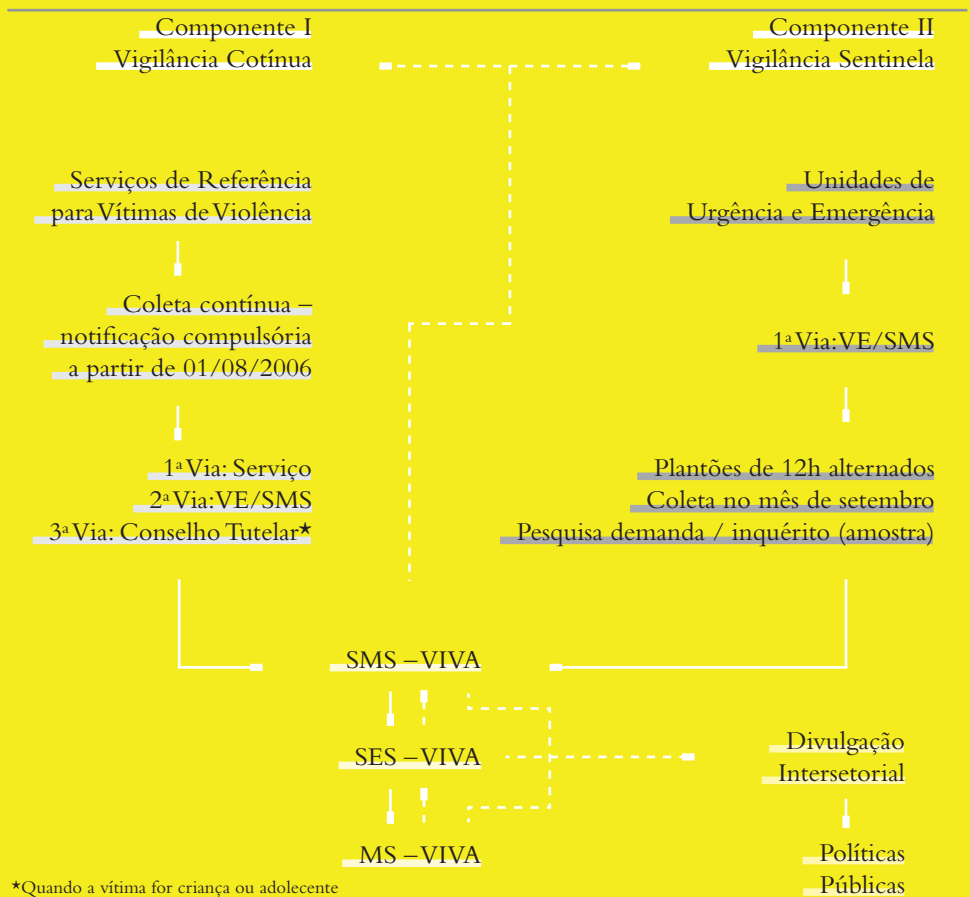


Figura 1 – Vigilância de Violências e Acidentes - VIVA.
VE/SMS – Vigilância epidemiológica/ Secretaria Municipal da Saúde.

dias. Além de caracterizar os principais tipos de violências, caracteriza também os acidentes, como acidentes de transporte, quedas, afogamentos, queimaduras, dentre outros. Os inquéritos, portanto, são estudos do tipo transversal, realizados por amostragem. Eles ocorreram em 2006, 2007 e em 2009. Ressalte-se que, a partir de 2007, essa pesquisa passou a ser realizada de dois em dois anos.

Rede Saúde e Paz – Quais são os instrumentos de coleta e onde a coleta é realizada?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – No Viva Contínuo, a coleta de dados é realizada nos serviços de referência para o atendimento às pessoas em situação de violência, de maneira contínua, compulsória e universal, por meio da **Ficha de Notificação/ Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências**. Até o ano de 2008, a entrada desses dados foi feita no aplicativo Viva Epi Info; a partir de 2009, essa ficha de notificação foi implantada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net). Em relação ao Viva Sentinela, a coleta dos dados é realizada por meio da **Ficha de Notificação de Violências e Acidentes em Unidades de**

Urgência e Emergência, nos serviços de referência de urgência e emergência (prontos-socorros e prontos-atendimentos). Esses serviços são previamente pactuados com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. A entrada dos dados é realizada no Aplicativo Viva, que atualmente está na sua terceira versão, por meio do Sistema Epi Info.

Rede Saúde e Paz – Quais são hoje os principais desafios do MS em relação ao Viva?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – O MS tem hoje como desafios em relação ao Viva: garantir a consolidação, expansão e sustentabilidade do sistema no SUS, notadamente em relação ao componente de vigilância contínua (notificação compulsória de violência doméstica, sexual e outras violências). A notificação, além de ser um instrumento de ação da vigilância epidemiológica, é uma ferramenta poderosa de articulação intra e intersetorial, de organização dos serviços de saúde, de garantia de direitos e de proteção social. Ou seja, há que se articular o Viva com a **Rede de Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde**. Outro desafio é sensibilizar os gestores e profissionais da saúde para a importân-

cia da notificação e do processo de formação permanente, capacitando-os para atuar nas áreas de vigilância, prevenção, atenção e promoção da saúde e cultura de paz. Articular, apoiar e fomentar as redes de atenção e de proteção, através de articulações com outros setores, como educação, assistência social, órgãos de proteção e garantia de direitos – conselhos tutelares, Ministério Público, defensorias, varas e delegacias – é um dos grandes desafios para os gestores do SUS. Portanto, o desafio é fazer com que as informações de fato gerem ações de intervenção, garantindo direitos, prevenindo violências, promovendo qualidade de vida e cidadania.

Rede Saúde e Paz – Existe uma política no MS de prevenção de violências e acidentes?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – Sim. É a **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**, que tem por objetivo reduzir os índices de violência e acidentes por meio da adoção de medidas de prevenção e promoção da saúde. Essa política foi publicada pelo MS através da Portaria MS/GM nº 737, de 16/5/2001, e tem como diretrizes prioritárias: a promoção de

comportamentos e de ambientes seguros e saudáveis; o desenvolvimento de ações de vigilância e monitoramento de violências e acidentes; a garantia da atenção integral às vítimas de violências e acidentes, desde o atendimento pré-hospitalar até a recuperação e reabilitação; o apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas; e a capacitação de recursos humanos.

Rede Saúde e Paz – Quais são os princípios básicos da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – Que a saúde é um direito humano fundamental e essencial para o desenvolvimento social e econômico; que o direito à vida configura valores éticos da cultura e da saúde e que a promoção da saúde deve embasar os planos, programas, projetos e atividades de redução da violência e dos acidentes. Essa política enfatiza os *“fundamentos do processo de promoção da saúde relativos ao fortalecimento da capacidade dos indivíduos, das comunidades e da sociedade em geral de desenvolver, melhorar e manter condições e estilos de vida saudáveis”*. Ela se fundamenta no fato de que *“quanto mais se investe na prevenção primária, menor é o custo no atendimento às vítimas e maior o*

impacto e a abrangência na proteção da população”. Em relação ao enfrentamento dos determinantes sociais das violências e ao desenvolvimento de ações de prevenção e de promoção, além dessa política, outra referência legal no setor saúde é a **Política Nacional de Promoção da Saúde**, implantada pelo MS em 2006.

Rede Saúde e Paz – Qual o objetivo da Política Nacional de Promoção da Saúde e qual é sua relação com o enfrentamento das violências?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – A Política Nacional de Promoção da Saúde, instituída no SUS através da Portaria MS/GM nº 687, de 30/6/2006, tem como objetivo promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais. Essa política tem ações específicas que tratam, por exemplo, da alimentação saudável, da prática de atividade física e de outras práticas corporais, da promoção do desenvolvimento sustentável. Em relação ao enfrentamento das violências, suas prioridades são: a redução

da morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas; a redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito e a prevenção das violências e estímulo à cultura de paz. Ela contribui para a prevenção de acidentes e violências na perspectiva do desenvolvimento sustentável; da mobilidade e acessibilidade humana, sustentável e com segurança; da promoção de ambientes, comportamentos e hábitos seguros e saudáveis para a população, procurando intervir sobre os fatores de risco e de proteção para violências e acidentes e sobre os modos e condições de vida. Seus eixos estruturantes são a transversalidade, a integralidade, a interdisciplinaridade, a intersetorialidade, a participação e o controle social.

Rede Saúde e Paz – Como, na prática, as secretarias de saúde desenvolvem as ações de prevenção de violências e acidentes?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – Para o desenvolvimento de ações de prevenção de violências e acidentes e de promoção da cultura de paz, o MS, através da Portaria GM/MS nº 936, de 18/5/2004, estruturou a **Rede Nacional de Prevenção de Violência e Promoção de Saúde**.

Essa mesma portaria também implantou os **Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde** em Estados e Municípios. A **Rede Nacional de Prevenção de Violência e Promoção de Saúde** possibilitou dar capilaridade às diretrizes e prioridades contidas nas políticas nacionais de **Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência** e de **Promoção da Saúde**. Os Núcleos, que perfazem cerca de 260 (até dezembro/2009), são financiados pelo MS através de convênios, editais públicos ou portarias específicas de repasse financeiro. Eles têm que articular as ações de prevenção e de promoção com as ações da vigilância de causas externas, ou seja, têm que trabalhar articulados e integrados com o sistema Viva.

Rede Saúde e Paz – Quais os objetivos da Rede Nacional de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – Dentre os objetivos dessa **Rede Nacional**, destacam-se: promover e articular a gestão de conhecimentos no desenvolvimento de pesquisas, formulação de indicadores, disseminação de conhecimento e práticas bem-sucedidas de enfrentamento de violências; implementar a troca de experiên-

cias de gestão e formulações de políticas públicas intra e intersetoriais; fomentar o intercâmbio das práticas de atenção integral às pessoas vivendo situações de violência e segmentos populacionais sob risco; intercambiar as formas de participação da sociedade civil, organizações não governamentais e comunidades no desenvolvimento de um plano de ação de enfrentamento de violências nas várias esferas de gestão; acompanhar o desenvolvimento das ações desse plano. Salienta-se que os **Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde** articulam, no nível local, as ações de prevenção de violências e acidentes, que devem ser executadas de forma intra e intersetorial. Esses Núcleos também devem qualificar a gestão pública para o trabalho de prevenção e promoção, contribuindo para a estruturação da rede de atenção e proteção às pessoas vítimas de violências. A estruturação dessa rede deve ser feita de forma articulada e integrada com os setores governamental e não governamental que compõem a rede de cada Estado e Município. Nesse processo de estruturação, é importante que se definam os fluxos de atendimento e responsabilidades de cada instituição participante – da área do atendimento (assistência social, saúde, educação), da responsabilização (delegacias e varas especializadas) e da garantia de direitos (conselhos tutelares, Ministério Público, defensorias públicas), dentre outros.

Rede Saúde e Paz – Quem constitui a Rede Nacional de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – Essa Rede Nacional, coordenada pela Área Técnica de Prevenção de Violências e Acidentes da Coordenação Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis do Ministério da Saúde, é constituída pelo MS, por Núcleos Estaduais e Municipais, por organizações sociais e instituições acadêmicas conveniadas com o MS, por Municípios e Estados com iniciativas que contribuam para o desenvolvimento do **Plano Nacional de Prevenção de Violência**.

Rede Saúde e Paz – Como se dá a participação das instituições acadêmicas na Rede Nacional de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – As instituições acadêmicas participam de acordo com os critérios de representação regional e experiência reconhecida no desenvolvimento de conhecimentos e

tecnologias de interesse na implementação da **Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde**. Elas devem seguir os eixos ensino, pesquisa e extensão, os quais devem compreender várias atividades ligadas à prevenção, vigilância, promoção da saúde, comunicação e avaliação. Um dos papéis-chave dessas instituições de ensino é ser agente indutor e potencializador da formação de redes sociais. Dentre as atividades comuns a todos os núcleos acadêmicos integrantes da Rede Nacional destacam-se: fomento a projetos de extensão e ensino (inserção do tema da violência nas grades curriculares); fomento a projetos de pesquisa, apoio na sistematização e publicação de experiências de prevenção da violência e promoção da saúde integrantes da rede; apoio na capacitação e organização de cursos; assessoria ao MS e secretarias estaduais e municipais de saúde.

Rede Saúde e Paz – Qual a relação da Rede Saúde e Paz da UFMG com a Rede Nacional de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde?

Área Técnica Prevenção de Violências e Acidentes (ATPVA) – Em dezembro de 2009, a Rede Nacional de Prevenção de Violências e Promoção

da Saúde contava com 16 instituições acadêmicas financiadas pelo MS, através de convênios. O **Núcleo de Promoção de Saúde e Paz**, da Universidade Federal de Minas Gerais, é um desses Núcleos Acadêmicos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde financiados pelo MS. A Rede Saúde e Paz é construída a partir da atuação desse Núcleo, que também a coordena. Ela tem desenvolvido um importante trabalho de prevenção de violências, notadamente através dos processos de formação, capacitação e pesquisas. Seu trabalho tem contribuído para a estruturação de **Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde** no Estado de Minas Gerais, o que vem sendo feito em articulação com as secretarias estadual e municipais de saúde.

Referências

- 1 Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n.º 737, de 16 de maio de 2001. Aprova Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília. DF. 18 mai. 2001.
- 2 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação do Projeto de Promoção da Saúde. Projeto de redução da morbimortalidade por acidente de trânsito: mobilizando a sociedade e promovendo a saúde / Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação do Projeto de Promoção da Saúde. – 2. ed. revista. – Brasília. DF. 2002.
- 3 Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n.º 936, de 18 de maio de 2004. Dispõe sobre a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde e a Implantação e Implementação de Núcleos de Prevenção à Violência em Estados e Municípios. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília. DF. 20 mai. 2004.
- 4 Brasil. Ministério da Saúde. Seminário Nacional de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) e Promoção da Saúde. Agenda de Vigilância, Prevenção e Controle dos Acidentes e Violências – 20 a 22/09/2005.
- 5 Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n.º 687, de 30 de março de 2006. Aprova a Política de Promoção da Saúde. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília DF. 31 mar. 2006.
- 6 Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional da Promoção da Saúde. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília DF. 31 mar. 2006.
- 7 Gawryszewski, V. P. et al. A proposta da rede de serviços sentinela como estratégia da vigilância de violências e acidentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Sup): 1269-1278, 2007.
- 8 Malta DC et al. Perfil dos atendimentos de emergência por acidentes envolvendo crianças menores de dez anos – Brasil, 2006 a 2007. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(5):1669-1679, 2009.
- 9 Mascarenhas MDM et al. Atendimentos de emergência por acidentes na Rede de Vigilância de Violências e Acidentes – Brasil, 2006. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(5):1657-1668, 2009.
- 10 Mascarenhas MDM et al. Consumo de álcool entre vítimas de acidentes e violências atendidas em serviços de emergência no Brasil, 2006 e 2007. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(5):1789-1796, 2009.

Capítulo 6 – Potencialidades e desafios para a (re)construção da política de Promoção da Saúde

Vanessa Almeida / Janete dos Reis Coimbra / Maria Luisa Fernandes Tostes /
Marcelo Mourão / Cláudia Bogus / Elza Machado de Melo

Nos últimos 50 anos, no Brasil, ocorre intenso processo de urbanização. Grande parte do total da população brasileira (35,4%) reside em 15 metrópoles, que abrangem 204 do total de 5.564 municípios do país.¹ Em decorrência desta transformação acelerada, e do *“impacto de uma revolução tecnológica baseada em tecnologias de informação/comunicação, formação de uma economia global e um processo de trocas culturais”*² os problemas sociais, culturais, econômicos e ambientais se ampliam e intensificam.

Castells² destaca que nas sociedades pós-industriais, devido ao crescimento de grupos sociais com educação superior, há uma diversificação das estruturas ocupacionais no que se refere à atividade, e que uma parte das atividades humanas e investimento de recursos estão destinados ao processamento de informações e ou-

tras às atividades produtivas, o que repercute de forma direta na distribuição de renda. Outros aspectos ligados à distribuição desigual das riquezas de modo geral também devem ser considerados: os altos índices de pobreza e miséria, desemprego e violência; estresse, drogadição, desnutrição, inatividade física, excesso de lixo, esgoto, falta de água, poluição atmosférica, sonora, visual, diminuição das áreas verdes e ocupação desordenada, dentre outros.

Nesse contexto de urbanização acentuada verifica-se que a complexidade da vida contemporânea, somada à transição demográfica e epidemiológica, ao aprimoramento da indústria farmacêutica, à medicalização da sociedade e à difusão de novos hábitos e padrões de comportamentos alteram as condições e qualidade de vida, e resultam em mudanças no estado de saúde das pessoas.

A situação epidemiológica brasileira apresenta dupla carga de doenças, persistindo de um lado as doenças que emergem e/ou reemergem como as infecto-contagiosas e, de outro, uma forte predominância relativa às condições crônicas,³ as Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT), que repercutem na situação econômica do país e geram absenteísmo no trabalho, incapacidades permanentes e altos custos com tratamento e reabilitação.

É neste universo que se revela a importância da implantação de políticas públicas de Promoção da Saúde com a incorporação de propostas e metas à agenda política de gestores. Akerman⁴ mostra que há uma ampliação das discussões, assim como “*o entendimento de que a saúde das populações e das pessoas, individualmente, é determinada pelo que acontece no dia a dia da vida, e que esse dia a dia é fortemente determinado pelas relações sociais e econômicas*”.

Promoção de Saúde: um conceito amplo, uma nova prática

Uma análise histórica do conceito de Promoção da Saúde mostra que a expressão ganha destaque com o documento intitulado Informe Lalond, aprovado no Canadá em 1974. Porém, “*a referência mais remota à expressão Promoção da Saúde foi feita*

por autores como Winslow em 1920 e Sigrist em 1946”.⁵ Outro marco significativo foi a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde com a divulgação da Carta de Ottawa, no Canadá em 1986.⁶ No Brasil os debates sobre o assunto evidenciam várias formas de entendimento e propostas de ação. A maioria das intervenções está direcionada à implantação de programas educativos que buscam modificar o comportamento e o estilo de vida do indivíduo e da comunidade. Outras tendem a ampliar os campos de observação e contextos, ressaltando a importância dos determinantes sociais da saúde (estilo de vida, biologia humana, ambiente e serviços de saúde, de políticas públicas) e a importância do empoderamento sobre a qualidade de vida da população.

O termo empoderamento ou “*empowerment*” segundo Gohn⁷ pode ser utilizado como referência a um processo de “*mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades – no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas*”, como também “*referir-se a ações destinadas a promover pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares*”.

No âmbito do sistema único de saúde, a Promoção da Saúde e os conceitos a ela agregados se articulam à constituição brasileira e à lei orgânica da saúde, e implicam tanto a organização de

serviços quanto a busca participativa de construção de políticas sociais e econômicas voltadas para a defesa da vida.

Segundo Castro e Malo:⁸

“O debate em torno da Promoção da Saúde subsidia, principalmente, a incorporação de propostas que dizem respeito à mudança no conteúdo das práticas de saúde, contribuindo para a redefinição dos objetivos das práticas, e dos meios de trabalho empregados no desenvolvimento de ações nos vários níveis organizacionais. Trata-se, portanto, de incluir no leque de ações realizadas pelo sistema único de saúde, ações de educação, comunicação e mobilização social voltadas ao empoderamento de indivíduos e grupos de modo que possam vir a desenvolver práticas que resultem na promoção, proteção, e defesa de suas condições de vida e saúde”.

O Ministério da Saúde, em 2005, definiu a Agenda de Compromisso pela Saúde que agregou três eixos temáticos: O Pacto em Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS),⁹ O Pacto em Defesa da Vida¹⁰ e o Pacto de Gestão.¹¹ Dentro das diretrizes operacionais do Pacto em Defesa da Vida destaca-se a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS).

A PNPS determina que a saúde:

“como produção social de determinação múltipla e complexa, exige a participação ativa de todos os sujeitos envolvidos

*em sua produção – usuários, movimentos sociais, trabalhadores da saúde, gestores do setor sanitário e de outros setores –, na análise e na formulação de ações que visem à melhoria da qualidade de vida”.*¹²

Entretanto, na descrição das linhas de intervenção proposta por esta política, observa-se que o foco é colocado nos fatores de risco, estilos de vida e mudança de comportamento por parte do indivíduo. Como exemplo, podemos citar os seguintes subitens presentes nas ações propostas relacionadas às práticas corporais/atividade física:

“II a) organizar os serviços de saúde de forma a desenvolver ações de aconselhamento junto à população, sobre os benefícios de estilos de vida saudáveis; e

II b) desenvolver campanhas de divulgação, estimulando modos de viver saudáveis e objetivando reduzir fatores de risco para doenças não transmissíveis.

III a) pactuar com os gestores do SUS e outros setores nos três níveis de gestão a importância de desenvolver ações voltadas para estilos de vida saudáveis, mobilizando recursos existentes;

*IV a) desenvolver estudos e formular metodologias capazes de produzir evidências e comprovar a efetividade de estratégias de práticas corporais/atividades físicas no controle e na prevenção das doenças crônicas não transmissíveis”;*¹²

É verdade que o estilo de vida sedentário representa um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de diversas doenças crônicas degenerativas e não transmissíveis, como doenças cardiovasculares, diabetes, osteo-musculares e alguns tipos de cânceres. Também é verdade que a prática regular de atividade física como um instrumento poderoso para a prevenção e desenvolvimento de algumas doenças já é bem conhecida, entretanto, sua utilização como estratégia de Promoção da Saúde ainda é limitada. Programas de práticas corporais/atividade física podem ser direcionados aos campos de atuação propostos pela Promoção da Saúde, tais como o desenvolvimento de habilidades pessoais, o fomento a participação, na percepção de entornos saudáveis e principalmente a advocacia na construção de políticas públicas saudáveis e na reorientação de serviços de saúde. Dessa forma, a análise da Política Nacional de Promoção da Saúde evidencia o caráter estratégico das práticas corporais e atividades físicas na elevação da qualidade de vida da população e na prevenção do adoecimento, porém na visão ampliada de Promoção da Saúde isso não é suficiente. Torna-se necessário empreender a discussão do tema no campo da saúde pública. Nesse sentido a visão de Promoção da Saúde apresentada por Westphal¹³ como a “ca-

pacitação dos indivíduos e da coletividade para identificarem os fatores e condições determinantes da saúde e exercerem controle sobre eles, de modo a garantir a melhoria das condições de vida e de saúde da população”, torna-se fundamental para o enfrentamento não só das doenças, mas da determinação social do processo saúde/doença na qual as populações estão submetidas.

Levando em conta a polissemia que a expressão “Promoção da Saúde” carrega, ressaltamos, neste artigo, a importância de enfatizar o marco teórico da Promoção da Saúde. Sabe-se que grande parte das propostas de intervenção em andamento apoia-se numa perspectiva biomédica. Isto as torna reducionistas e fragmentadas, pois tem nessa atuação o objetivo principal de mudanças comportamentais ao contrário de usá-la diretamente com uma perspectiva de empoderamento individual e coletivo e reforço das habilidades pessoais e comunitárias.

De acordo com a Carta de Ottawa¹⁴

“Promoção da Saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o

meio ambiente (...) enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global”.

Essa nova forma de pensar pode ser traduzida pelo conceito:

*“A promoção da saúde é um movimento integrador na construção de consensos e sinergias, e na execução das agendas governamentais a fim de que as políticas públicas sejam cada vez mais favoráveis à saúde e à vida, e estimulem e fortaleçam o protagonismo dos cidadãos em sua elaboração e implementação, ratificando os preceitos constitucionais de participação social”.*¹²

De um modo geral e como quer se denomine – participação ativa, mobilização, empoderamento, protagonismo dos cidadãos – o que está na raiz da promoção de saúde é o exercício da autonomia dos envolvidos na execução e controle de práticas que produzam a transformação do mundo e das suas próprias vidas; ^{15,16} é o fazer valer do princípio segundo o qual todos os atores envolvidos constituem-se como *autores* de quanto for construído,^{17,18} numa palavra, é o reconhecimento recíproco de todos como

sujeitos competentes e portadores de direitos, vontades e responsabilidades.^{15,19}

Além disso – e em decorrência disso – a integralidade, a intersetorialidade, a equidade, a sustentabilidade, a combinação de múltiplas estratégias para promover a formulação de políticas públicas saudáveis, mudanças organizacionais, desenvolvimento social, construção de leis, advocacia, educação e comunicação são princípios, segundo Akerman,²⁰ que devem ser levados em consideração. Assim, a retomada histórica da conceitualização relacionada à promoção da Saúde remete à ideia de que o campo teórico da promoção da saúde deva abordar os determinantes sociais do processo de saúde e doença como um resultado da produção social:

*“uma concepção que não restrinja a saúde à ausência de doença, mas que seja capaz de atuar seus determinantes, incidindo sobre as condições de vida da população, extrapola a prestação de serviços clínico-assistenciais, supondo ações intersetoriais que envolvam a educação, o saneamento básico, a habitação, a renda, o trabalho, alimentação, o meio ambiente, o acesso a bens e serviços essenciais, o lazer, entre outros determinantes sociais de saúde”.*²¹

Akerman⁴ sintetiza bem um conceito ampliado de Promoção da Saúde,

capaz de contribuir de fato na formulação de projetos e propostas na área:

“Promover saúde é promover a vida. É compartilhar possibilidades para que todos possam viver seus potenciais de forma plena. É perceber a interdependência entre indivíduos, organizações e grupos populacionais e os conflitos decorrentes desta interação. É reconhecer que a cooperação, solidariedade e transparência, como práticas sociais correntes entre sujeitos, precisam ser, urgentemente, resgatadas. Promover a saúde é uma imposição das circunstâncias atuais que apontam para a necessidade imperiosa de novos caminhos éticos para a sociedade.”

Unicamente com esse entendimento de Promoção da Saúde, em toda sua radicalidade, torna-se possível tomá-la como a principal estratégia de prevenção da violência, o que pode ser fundamentado e bem visualizado lançando-se mão da Teoria da Ação de Habermas.

Para esse autor, a sociedade é concebida segundo dois âmbitos, o mundo da vida, representado pela esfera privada e pela esfera pública, e sistema, representado pela economia e pelo poder administrativo. Segundo a sua tese da colonização do mundo da vida, os processos interativos mediados pela linguagem são substituídos pelos imperativos sistêmicos operados por meio do dinheiro e do po-

der. É o que ocorre quando, na lógica econômica capitalista, o trabalho, *práxis* criadora, transforma-se em *práxis* alienante,²² que produz exploração, subordinação, degradação humana e ambiental;²³ na lógica do poder e da dominação, o cidadão transforma-se em cliente. A invasão do mundo da vida por essas lógicas provoca, no primeiro caso, a disseminação, na esfera privada, do individualismo possessivo, a competição, a lógica da produtividade; no outro caso, provoca a perda, na esfera pública, dos processos discursivos de formação da opinião e da vontade.²⁴ Dessa forma, com a substituição das práticas comunicativas da esfera privada e da esfera pública pelos meios de controle sistêmicos, ficam comprometidos tanto os processos cotidianos pelos quais os atores sociais se reconhecem reciprocamente como os processos pelos quais produzem poder comunicativo e interferem, como cidadãos, na tomada de decisão e de formulação de políticas públicas e, ainda, a reprodução simbólica do mundo da vida, surgindo, por consequência, as patologias sistemicamente induzidas, a saber, a perda de sentido, anomia, psicopatologias e alienações e seus desdobramentos.^{24,25,26}

No nosso entendimento, esse processo de predomínio absoluto do mercado e da dominação sobre a vida dos indivíduos e grupos sociais é por si violência que

reedita a violência, num ciclo vicioso quase impenetrável, aplicável a todos os extratos sociais das sociedades contemporâneas.^{15,18,19,23,27} Ora, sendo assim, a abordagem da violência significa exatamente a recuperação dos elementos corrompidos nesse processo que, em geral, podem ser agrupados segundo três grandes dimensões, trabalho, ambiente, cidadania; as mesmas que constituem os pilares da Promoção da Saúde, se pensada no seu conceito ampliado de transformação dos determinantes sociais.^{17,28,29,30,31}

Política municipal de promoção da saúde em Belo Horizonte

A política municipal de saúde proposta para Belo Horizonte trabalha na lógica da integralidade, coloca o usuário no centro do processo e (re)define um modelo assistencial em saúde como forma de organização de ações a partir de uma rede consolidada para intervenção nos distintos momentos do processo saúde-doença, partindo da identificação de problemas prioritários para a população de um espaço territorial. Isso significa que pretende-se oferecer ao usuário todos os serviços necessários ao atendimento às suas necessidades, estejam elas na atenção primária, apoio diagnóstico, procedimentos de média e alta comple-

xidade, atenção à urgência e emergência, serviços especializados e internação hospitalar. Associam-se a essas ações as questões relacionadas à vigilância à saúde, epidemiologia, controle de zoonoses e as formas de ações intersetoriais e que resultam em produção de saúde.

A mudança de modelo assistencial e a real constituição de uma rede de atenção à saúde não ocorrem de forma automática. É um desafio que se impõe, mesmo nos sistemas mais consolidados ou em fase de consolidação. É preciso planejar e desenvolver ações de atenção integral, trabalhar a comunicação entre os pontos e potencializar ações de promoção e prevenção aos riscos e agravos à saúde e seus determinantes, sobretudo considerando a construção de políticas públicas e ações intersetoriais que podem afetar positivamente a saúde e o direito à vida.

O cenário que se forma descortina uma concepção abrangente de saúde, com inúmeras possibilidades para a implementação de ações de promoção que favoreçam a melhoria das condições de vida e saúde das populações. É um contexto que propicia que os espaços da promoção da saúde passem a incluir todos os ambientes onde transcorre a vida cotidiana: a escola, os locais de trabalho, de lazer e a cidade. Como consequência, as equipes de Saúde e gestores mobilizam-se para sair em busca de parcerias e articu-

lações que agregem novos participantes, dentre os quais usuários e representantes do Conselho Municipal de Saúde.

A consolidação da Política Municipal da Promoção em Saúde, em Belo Horizonte, converge para a articulação de diversos atores, em múltiplos espaços institucionais da cidade, desde as Secretarias Municipais até Instituições de Ensino Superior, parceiras na estruturação da política e desenvolvimento das ações.

A ação intersetorial no município é corroborada pela organização administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte que possui em sua estrutura espaços de gestão integrada, sendo uma das mais significativas a Câmara Intersetorial de Políticas Sociais, em que participam as

Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Cultura, Esportes, Assistência Social, Direitos da Cidadania e Abastecimento, além da representação das Secretarias de Administração Regional. Nesse espaço são discutidos mensalmente o planejamento e financiamento das várias políticas sociais setoriais, sua interface intersetorial e os mecanismos de sua implementação.

A Figura 1 representa o ponto de partida do desenvolvimento de um modelo de gestão pública que se pretende utilizar na PBH, para que a partir dos resultados esperados sejam produzidos conhecimentos que repercutam na visão positiva da saúde e na redução das iniquidades.³²

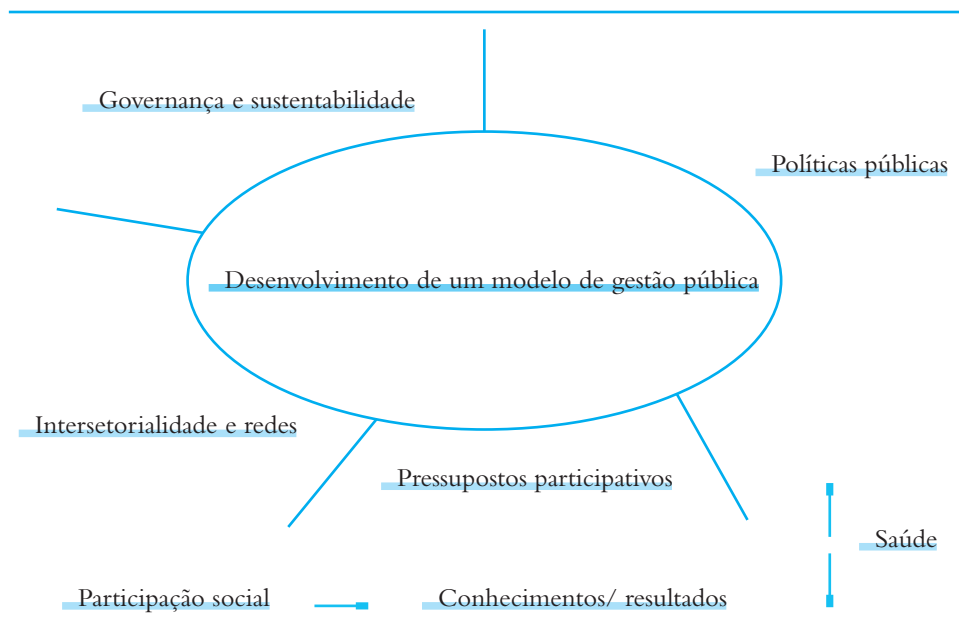


Figura 1 – Modelo de Gestão Pública.

A ideia central da gestão é consolidar uma política integrada, transversal e intersetorial e interdisciplinar, voltada para a composição de uma rede consistente na abordagem dos determinantes sociais da saúde e na construção e desenvolvimento de propostas para a vida saudável das comunidades e indivíduos.

Nos últimos anos, foram desenvolvidos projetos e atividades de intervenção que buscaram promover formas saudáveis de vida para a população, originando inúmeras experiências na área da Promoção da Saúde. Avanços significativos ocorreram mas ainda se apresentam grandes desafios. A cidade configura-se como um cenário de concepções e práticas diversas de onde emerge a necessidade de reflexão, aprofundamento e sistematização de questões teórico-metodológicas, bem como a divulgação de experiências exitosas para a consolidação de políticas públicas que possibilitem a intervenção nos determinantes sociais e o avanço da Promoção da Saúde.

Para a efetivação da Política Municipal de Promoção da Saúde foram definidas algumas estratégias iniciais de intervenção. São elas:

- constituição de grupo de trabalho (GT da Promoção) integrado e intersetorial, envolvendo as diversas Secretarias de Saúde, instituições de ensino e outros parceiros, para composição de

- redes de compromisso com a qualidade de vida da população;
- discussão teórico-conceitual com trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde e representantes do Conselho Municipal de Saúde;
- articulação com a Secretaria Municipal de Educação para realização de ações do Programa Saúde na Escola;
- construção, em parceria com Instituições de Ensino Superior e grupo gestor da Secretaria Municipal de Saúde, de oficina sobre o tema da Promoção da Saúde para cerca de 10.000 trabalhadores do SUS BH;
- constituição de grupo gestor responsável pelas ações relacionadas à igualdade racial e cultura da paz;
- mobilização dos Conselhos Locais de Saúde para ações educativas;
- parcerias com Secretarias Municipais de educação, cultura, direito e cidadania, políticas sociais, assistência social, esportes, abastecimento e outras, para o desenvolvimento de ações de Promoção da Saúde do idoso;
- ampliação dos serviços relativos às Academias da Cidade, das equipes dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e dos

profissionais capacitados na prática de Lian Gong;

- definição das Academias da Cidade como espaços públicos destinados à prática de atividade física e ações de alimentação e nutrição, utilizando metodologia específica para consolidação de processos educativos e culturais que possibilitem a mudança de hábitos de vida. As atividades são desenvolvidas por profissionais habilitados em Educação Física, nutricionistas das equipes do NASF e acadêmicos das Instituições de Ensino Superior parceiras da Secretaria Municipal de Saúde;
- fortalecimento das ações multidisciplinares e integradas por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). As equipes são formadas por profissionais de diversas categorias (nutricionistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos, farmacêuticos e terapeutas ocupacionais) que apoiam as equipes de Saúde da Família na abordagem do processo saúde e doença da população. O trabalho desenvolvido visa melhorar a qualidade de vida e prevenir fatores de risco como obesidade, sedentarismo, alimen-

tação inadequada e tabagismo, gatilhos para doenças cardiovasculares, diabetes, doenças osteo-articulares e alguns tipos de câncer, além de esclarecimentos sobre direitos em saúde, abordagem das dores crônicas, redução da medicalização, dentre outros;

- capacitação de profissionais da rede de serviços de saúde como instrutores de Lian Gong. Essa prática de ginástica terapêutica chinesa tem como objetivo principal a prevenção e o tratamento de dores no corpo. É uma atividade com efeitos também na redução do uso de medicamentos, melhoria na qualidade do sono, melhoria da mobilidade e disposição física. As aulas têm a duração de 30 a 60 minutos, pelo menos duas vezes por semana, e são desenvolvidas nos diversos espaços da comunidade.

Merece destaque, por sua identidade com as premissas da Promoção de Saúde, o Projeto Especial Família Cidadã: Cidade Solidária que se baseia na metodologia de atendimento da ONG Associação Saúde Criança - organização sem fins lucrativos sediada no Rio de Janeiro - a partir da adaptação e aplicação do Plano de Ação Familiar (PAF). O PAF é uma

estratégia de intervenção e de acompanhamento de caráter integral organizado segundo a situação, as necessidades e as demandas de cada família. A proposta é ofertar uma gama de serviços socioassistenciais, organizados e orientados por meio de uma rede intersetorial de trabalho que assuma a família no âmbito integral de intervenção e não as pessoas individualmente. O projeto é coordenado pela Secretaria Municipal de Políticas Sociais, por meio da Gerência de Coordenação do Programa BH Cidadania, criado em 2002, no âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte, segundo os princípios de descentralização, intersetorialidade, territorialidade e participação cidadã. Propicia o planejamento da intervenção integrada das várias políticas da PBH na área social (Saúde, Educação, Esportes, Direitos de Cidadania, Abastecimento e Assistência Social) – com ênfase na família – articulando, ainda, as secretarias e setores da área urbana. Está, atualmente, presente em vinte e cinco territórios de alta vulnerabilidade social definidos a partir de indicadores urbanos e sociais.

Com tais experiências em andamento, a proposta de Promoção da Saúde que está se constituindo em Belo Horizonte tem como pano de fundo uma concepção ampla do processo saúde-doença e de seus determinantes. Tem como base

um modelo de gestão participativo que considera os problemas e potencialidades da população e procura trabalhá-los por meio de ações intersetoriais, o qual resulta em equidade e qualidade de vida para as pessoas e, portanto, em promoção da sua saúde, por meio de melhoria de condições de vida e trabalho e reorientação dos serviços de saúde. É um desafio, uma construção processual que demanda esforço conjunto e vontade política.

Referências

- 1 Gohn, MG. Associativismo civil, conselhos de gestão na saúde e as cidades brasileiras. In: Rassi, NE; Bógus, CM. (orgs.). *Saúde nos aglomerados urbanos: uma visão integrada*. Brasília: OPAS, 2003. p. 41-65.
- 2 Castells, M. Flujos, redes e identidades: una teoria critica de la sociedad informacional. In: Castells M *et al. Nuevas perspectivas críticas en educación*. Barcelona. Paidós, 1994. p. 13-53.
- 3 Medronho, RA *et al. Epidemiologia*. 2ª Edição. São Paulo; Atheneu, 2003
- 4 Akerman, M; Nadanovsky, P. *Avaliação dos serviços de saúde: avaliar o quê?* Cad. Saúde Pública [online]. 1992; 8(4): 361-365. ISSN 0102-311X.
- 5 Buss, PM. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: Czeresina, D.; Freitas, C. M. (orgs.). *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- 6 Brasil. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. (Série B. Textos Básicos em Saúde). *As Cartas da Promoção da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

- 7 Gohn, MG. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*. São Paulo. 2004 maio/ago;13 (2): 20-31.
- 8 Castro, A; Malo, M. (Orgs). *SUS: ressignificando a promoção da saúde*. São Paulo: Hucitec/OPAS, 2006. p. 54.
- 9 Brasil. *Pacto em Defesa do SUS*. Ministério da Saúde, 2006.
- 10 Brasil. *Pacto em Defesa da Vida*. Ministério da Saúde, 2006.
- 11 Brasil. *Pacto em Defesa da Gestão*. Ministério da Saúde, 2006.
- 12 Brasil. Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 11.
- 13 Westphal, M. F. Promoção de Saúde e Qualidade de Vida. In: Fernandez, J. C. A.; Mendes, R. (org.) *Cepedoc*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- 14 Primeira Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde. *Carta de Otawa*. Otawa, novembro de 1986.
- 15 Melo, E. M. Ação comunicativa, democracia e saúde. In: *Ciênc Saúde Coletiva*, 2005; (Supl 10): 167-78.
- 16 Fleury-Teixeira, P. et al. Autonomia como categoria central no conceito de promoção de saúde. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2008 Dez ;13(suppl.2): 2115-2122.
- 17 Habermas, J. *Between facts and norms*. Contributions to a discourse theory of law and democracy. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1996.
- 18 Melo EM. Podemos prevenir a violência? In: Melo, E. M.; Silveira, A. M.; Faria, H. P. *Podemos prevenir a violência*. Brasília: OPAS, 2010.
- 19 Melo, E. M; Faria, HP; Melo, MAM.; Chaves, AB.; Paronetto, GM. Projeto Meninos do Rio. mundo da vida, adolescência e riscos de saúde. *Cad Saúde Pública*. 2005; 21:39-48.
- 20 Akerman, M; Mendes, R; Bogus, CM. É possível avaliar um imperativo ético? *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2004; 9(3): 605-615.
- 21 Siccoli JL; Nascimento, PR. Promoção da saúde: concepção, princípios e operacionalização. *Interface – Comunic, Saúde, Educ*. 2003 fev; 7(12):101-122.
- 22 Marx, K; Engels, F. *A Ideologia alemã*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. XLV,
- 23 Melo, EM. Olhe para mim. Você sabe quem eu sou? *Revista Médica de Minas Gerais*. 20(2):173-181, 2010.
- 24 Habermas, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987
- 25 Habermas, J. *Legitimation crisis*. Boston: Beacon Press, 1975
- 26 Habermas, J. *A nova intransparência*. A crise do estado de bem-estar social e esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*. 18: 103-14; 1987.
- 27 Santos, JVT. Violências e Dilemas do Controle Social nas Sociedades da “Modernidade Tardia.” In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo. 2004 jan/mar; 18(1): 3-12.
- 28 WHO. *Milestones Health Promotion*. Geneva, 2009.
- 29 Verdi, M.; Caponi, S. Reflexões sobre a promoção da saúde numa perspectiva bioética. *Texto contexto & Contexto Enfermagem*. 2005 jan/mar; 14(1): 82-88.
- 30 Lefevre, F; Lefevre, AMC. Saúde como negação da negação: uma perspectiva dialética. *Physis*. 2007; 1(17):15-28.
- 31 Sapag, JC, Karachi, I. Capital social y promoción de la salud en América Latina. *Rev. Saúde Pública*. 2007 fev; 41(1):139-149.
- 32 Organização pan-americana da saúde. *Guia metodológico para avaliação participativa em municípios saudáveis*. Versão teste de campo. Washington, DC, 2004. (versão em português).

Capítulo 7 – Humanizaus: um alerta contra a violência contemporânea?^a

Ana Rita Castro Trijano

A humanização tende a lembrar que necessitamos de solidariedade e de apoio social. É uma lembrança permanente sobre a vulnerabilidade nossa e dos outros. Um alerta contra a violência.

Gastão Wagner Campos

Para elaboração do presente texto, partimos das discussões realizadas na roda e mesa de debates, durante o 2º Seminário Nacional de Humanização, que aconteceu em Brasília, de 05 a 07 de agosto de 2009. Esses debates

abordaram a questão da violência contemporânea e seus impactos no trabalho em saúde. A Política Nacional de Humanização-PNH¹ aparece como uma possibilidade de contraposição às violências que atravessam as relações interpessoais e profissionais, em espaços de trabalho do Sistema Único de Saúde-SUS. Buscaremos aqui dar continuidade a esses debates, a partir de experiências de apoio institucional com trabalhadores e gestores na abordagem de conflitos e violências no cotidiano de trabalho da saúde e de produções teórico-acadêmicas em torno desta temática.^{2,3,4,5}

^a Para elaboração deste artigo tivemos a colaboração da Profª. Elza Machado de Melo, coordenadora do Núcleo Saúde e Paz/UFMG, a quem agradecemos a solidariedade e o apoio em nossas produções acadêmicas, neste campo de estudos sobre saúde e violência contemporânea.

Humanização como política pública do SUS: um conceito-experiência com potencial para se opor à violência contemporânea?

A Política Nacional de Humanização-PNH¹ foi criada em 2003, como política pública de fortalecimento do SUS, numa conjuntura político-institucional de debates e avaliações sobre as conquistas e desafios enfrentados na sua construção. Propõe transformações nos modos de cuidar e de gerir processos de trabalho em saúde a partir das experimentações de um *SUS QUE DÁ CERTO!* – conforme dizeres da PNH.⁶ Nessa direção, podemos dizer, junto com os idealizadores e formuladores da política, que *a PNH é uma inflexão no SUS*, ou seja, nas palavras de Pasche⁷:

“...emerge de análise de sua própria experimentação como política pública e prática social. Esse desvio, todavia, corresponde, de um lado, ao reconhecimento dos avanços e acúmulos do SUS e, de outro lado, se situa na necessidade de enfrentamento de limites e desafios...”

Para maior compreensão do significado de humanização em saúde, elaborado pela PNH, buscamos referência em

produções dos professores da Universidade Federal Fluminense (UFF) – Regina Benevides e Eduardo Passos⁸ – que se implicaram com a formulação da PNH, quando, em 2003 e 2004, fizeram parte da equipe da Secretaria Executiva (SE) do Ministério da Saúde (MS). Nessa época, essa secretaria estava sob a coordenação de Gastão Wagner Campos, professor vinculado à Universidade de Campinas, cujas ideias e produções acadêmicas vão contribuir de forma decisiva para a formulação da PNH. Dentre as suas contribuições teórico-metodológicas ressaltam-se a crítica aos processos de trabalho em saúde inspirados em princípios *tayloristas* e a sua contra-proposta, o *fator anti-Taylor* que, em suas palavras, vai sendo construída no desenrolar das práticas e reflexões.⁹ Num primeiro momento, nomeado como Método *Paideia*, buscando o sentido dos gregos de *formação integral do seres humanos*; em seguida, conforme seu próprio relato, inspirado no *hábito de fazer rodas* em escolas (*coisa do construtivismo sócio-histórico em pedagogia*, conforme nos lembra o autor) e em *rodas de samba*, será chamado de *Método da Roda – Um método para análise e cogestão de coletivos*.^{10 11}

Vale lembrar que a humanização emergiu como *plataforma política de saúde* na 11^a Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2000, quando foi abordada a questão da humanização da atenção,

conforme a temática da Conferência – *Efetivando o SUS: Acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde, com controle social*.¹² Veja-se que aqui não se formulava ainda sobre a *indissociabilidade entre atenção e gestão*, um dos princípios orientadores da PNH.

Retomando discussões desenvolvidas por Benevides e Passos,⁸ ressaltamos em suas reflexões, a seguinte questão:

“...qual o sentido de uma política de humanização que não se confunda com um princípio do SUS, o que a tornaria ampla e genérica, nem abstrata porque fora das singularidades da experiência, nem que aceite a compartimentalização, mas que se afirme como política comum e concreta nas práticas de saúde?”⁹

Esta referência à concretude da política de humanização, contrapondo-se ao princípio abstrato do texto de uma Lei, marca a diferença da proposta de criação de uma política que seja *transversal e concreta*, produzindo novas realidades e subjetividades em processos de atenção e gestão do SUS.

Importante situar esse momento de elaboração da Política Nacional de Humanização, que traz a fala dos que estiveram implicados com a sua criação, diferenciando-a de abordagens normalizadoras ou abstratas. Ressalta-

-se que a PNH assim formulada optou pela não institucionalização por meio de portaria ou norma, marcando sua força *instituinte* como uma política/movimento que dispara transformações de modelo de atenção e gestão de processos de trabalho em saúde. Segundo Mori e Oliveira¹³, ao discutir o lançamento da PNH, como política *comprometida com o SUS*, a PNH foi lançada em 2003, durante o *XX Seminário Nacional dos Secretários Municipais de Saúde e I Congresso Brasileiro de Saúde e Cultura de Paz e Não-Violência*, Natal/RN, de 17 a 20 de março de 2003. Em seguida foi apresentada ao *Conselho Nacional de Saúde/141ª reunião ordinária*, nos dias 14 e 15 de abril de 2004.

Nesse sentido, apresenta-se como uma política que procura ampliar e integrar práticas até então fragmentadas em programas voltados para serviços (Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar – PNHAH) ou campos de atuação (Humanização do Parto ou das Emergências). A partir daí, podemos compreender um dos princípios formulados pela PNH que aponta para a sua *transversalidade*, no sentido de que se propõe a permear todas as ações e instâncias do SUS, produzindo novos modos de relação e de comunicação entre os sujeitos, desestabilizando fronteiras de saber e territórios de poder.²

Ressaltamos, nessa busca de compreensão do cenário de emergência e formulação da PNH como política pública de reencantamento do SUS, sua *força instituinte*, sua dimensão micro-molecular, apostando na inclusão como método de atenção e gestão dos processos de trabalho em saúde.

Buscamos aqui os sentidos construídos pelo *institucionalismo*, sistematizados por Baremlitt¹⁴, que nos diz sobre as relações entre instituído e instituinte, entre molar e molecular. Parte-se de uma concepção da vida como rede social, em que se distingue o macroespaço, como lugar da ordem, das entidades claras, dos limites precisos, da estabilidade, da conservação daquilo que é microespaço, tanto no sentido da física, da química, da biologia, quanto no sentido social e desejante, lugar da criação, eclosão constante do novo. Essa concepção institucionalista nos ajuda a compreender a coextensão entre instituinte e instituído; entre molecular e molar, contribuindo para historiar a construção do SUS/ PNH, atualizando as potencialidades do passado para construir um porvir.

Sendo assim, poderíamos dizer, a PNH insiste no fortalecimento do SUS como o *maior projeto de inclusão*, tanto no sentido expresso por Santos¹⁵ de inclusão da população, antes excluída do atendimento digno à saúde (universalidade do acesso, saúde como direito constitucio-

nal) como no sentido da produção de subjetividades autônomas, solidárias, corresponsáveis pela gestão da própria saúde, inclusive a saúde no trabalho. E, assim, enfatiza-se a abordagem do processo de trabalho em saúde como *espaço de produção de saúde e produção de subjetividades*.

Tomando então a política como esse movimento de fortalecimento e *re-encantamento* do SUS, Benevides e Passos⁸ discutem sobre os riscos de se cair em um novo modismo ao se abordar a humanização em saúde de forma fragmentada e padronizada, o que levaria a práticas que se caracterizariam como sintomáticas, no sentido de padronização das ações e repetição de *modos de funcionar de forma sintomática*:

“Se partirmos da crítica ao conceito-sintoma, concluímos afirmando a humanização como um conceito-experiência que, ao mesmo tempo, descreve, intervém e produz a realidade nos convocando para mantermos vivo o movimento a partir do qual o SUS se consolida como política pública, política de todos, política para qualquer um, política comum.”⁸

Esse debate sobre humanização da saúde, como *conceito-sintoma* ou *conceito-experiência*, disparou produções de textos e posicionamentos por diferentes autores implicados com a luta pela construção do SUS. Dentre eles ressaltamos o

artigo produzido por Campos,⁹ em que enfatiza a questão da democratização das relações interpessoais, da democracia das instituições. Relaciona a humanização aos conceitos de *Defesa da Vida* e de *Paideia*, e, ao final, conclui que a humanização *é um conceito que tem um potencial para se opor à tendência cada vez mais competitiva e violenta da organização social contemporânea*. A partir dessas discussões e das experiências de apoio institucional, formulamos, como consultores da PNH na abordagem de conflitos e violências nos locais de trabalho do SUS, a pergunta que deu origem a este texto: A Humanização como política pública do SUS – um *conceito/experiência* – tem potencial para se opor à violência contemporânea?

Nesse caminho, destacamos a concepção de humanização discutida por Campos⁹ e apresentamos como epígrafe do presente artigo a associação da humanização à necessidade de solidariedade e apoio social, apontando a humanização como *um alerta contra a violência*.

A Política Nacional de Humanização (PNH) e seus princípios, métodos e diretrizes e dispositivos

É importante aqui a apresentação dos resultados de todas as discussões e debates que configuraram o cenário de

formulação da PNH, constituída como política *transversal* e *instituinte*, e que compõem um documento-base,¹ onde princípios, métodos e diretrizes são sistematizados e assumem o papel de orientações éticas e políticas desse novo modo de fazer e abordar a atenção e a gestão do SUS.

A seguir, destacamos os três princípios da PNH, entendendo-se por princípio *o que causa ou força a ação, ou que dispara um determinado movimento no plano das políticas públicas*:¹

- **Transversalidade:** concepções e práticas que atravessam as diferentes ações e instâncias do SUS; aumento do grau de comunicação intra e inter grupos; transformação dos modos de relação e de comunicação entre sujeitos implicados nos processos de produção de saúde, produzindo como efeito a desestabilização das fronteiras dos saberes, dos territórios de poder e dos modos instituídos na constituição das relações de trabalho.
- **Indissociabilidade** entre atenção e gestão: modos de cuidar inseparáveis dos modos de gerir e se apropriar do trabalho; inseparabilidade entre clínica e política, entre produção de saúde e produção de sujeitos.

- Protagonismo, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e dos coletivos: trabalhar implica a produção de si e a produção do mundo, das diferentes realidades sociais, ou seja, econômicas, políticas, institucionais e culturais; as mudanças na gestão e na atenção ganham maior efetividade quando produzidas pela afirmação da autonomia dos sujeitos envolvidos, que contratam entre si responsabilidades compartilhadas nos processos de gerir e de cuidar.

Referenciando-se nesses princípios, enfatiza-se a questão do método, propondo-se caminhar no sentido da *tríplice inclusão*, o que significa:

- 1 *inclusão dos diferentes sujeitos*, produzindo autonomia, protagonismo e corresponsabilidade, tendo as *Rodas de Conversa* como modo de fazer privilegiado;
- 2 *inclusão dos analisadores sociais*, ou seja, dos fenômenos que desestabilizam os modelos tradicionais de atenção e de gestão, acolhendo e potencializando os processos de mudança, favorecendo a *Análise Coletiva dos Conflitos*;
- 3 *inclusão do coletivo*, seja como movimento social organizado, seja como experiência coleti-

va dos trabalhadores da saúde, tendo as *Redes* como referencial maior de constituição e fortalecimento dos coletivos.

Vale dizer que as práticas de Humanização do SUS vão se construindo por meio de dispositivos, concebidos como tecnologias leves, que disparam mudanças em processos de trabalho, favorecendo a inclusão dos diferentes sujeitos implicados com a produção de saúde – profissionais, usuários, redes sociais. Eles se relacionam às diretrizes ou orientações gerais da PNH, coerentemente ao *Método da tríplice inclusão*. Dentre as diretrizes, destacam-se: clínica ampliada; cogestão; valorização do trabalho e dos trabalhadores; acolhimento; defesa dos direitos dos usuários; adequação da ambiência; fomento das grupalidades, coletivos e redes; construção da memória do *SUS que dá certo*.

A PNH como uma aposta em um novo modo de fazer e de conviver: inclusão, democracia e solidariedade em experiências de humanização do SUS

Estas três palavras – inclusão, democracia e solidariedade – poderiam nos ajudar a discutir o significado de huma-

nização para a PNH? E por que falar de humanização hoje, século XXI, cenário de violências urbanas, em que prevalecem os homicídios, o uso de armas de fogo por jovens envolvidos com a criminalidade, em que as vítimas maiores são os povos que vivem nas periferias das grandes cidades? Violência social, diferente daquela que vivenciamos como violência política, em épocas de ditadura militar e que, como nos diz Briceño-León¹⁶, surge (...) *justamente quando desaparecem as ditaduras, amenizam-se as guerrilhas e se decreta a paz e a democracia.*

Essa reflexão nos diz sobre um contexto social e econômico, em que se inserem os serviços do SUS, onde atos de violência urbana vão atravessar o cotidiano de trabalho dos profissionais da saúde, seja quando acontecem mortes ou ferimentos graves por “balas perdidas” ou com “alvo certo” em conflitos armados; seja quando afetam psicologicamente as pessoas da comunidade, que chegam bastante alteradas nos locais de trabalho do SUS. Além desses atravessamentos no seu cotidiano, os trabalhadores da saúde vão enfrentar outro modo de expressão da violência contemporânea – são as chamadas violências institucionais – produzidas nos espaços institucionais de trabalho e que também se relacionam às macroquestões referentes ao mun-

do capitalista globalizado e excludente. Dentre essas manifestações da violência no trabalho, destacamos: o assédio moral¹⁷, definido como *qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude...) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho*; a disputa desleal entre colegas, característica de um tempo histórico em que se dissolve a solidariedade e impera o individualismo possessivo¹⁸; o autoritarismo e a arbitrariedade de gerências conservadoras, o desrespeito e a desvalorização dos trabalhadores por parte tanto do poder público, como dos usuários do sistema.

Também compõe esse quadro de violência, que afeta o trabalho em saúde, o fenômeno da violência doméstica, que gera “vítimas” a serem atendidas pelos serviços de saúde – quase sempre crianças, adolescentes, idosos e mulheres.

Nesse cenário social contemporâneo em que prevalecem o medo e a competição nas relações interpessoais, a retomada da palavra humanização por meio de uma política pública do SUS – a *Política Nacional de Humanização*, também conhecida como *HumanizaSUS* – tem importância crucial e contribui para a retomada de nossa *natureza humana conversacional, linguageira,*

como seres de linguagem. Ao abordar essa temática, Carvalho¹⁹ levanta questões importantes para nossas reflexões sobre humanização como contraponto à violência contemporânea:

(...) a verdadeira violência é reprimir os espaços de discussão. A repressão do conflito operando a nulificação dos espaços democráticos de deliberação e de decisão próprios ao mundo da VIDA. Portanto, escutar é preciso, mas antes – politicamente falando – é preciso oportunizar a fala, para que o sujeito, cuja estrutura é linguageira, emergja em sua humanamente forma emancipada.

Numa abordagem sobre o trabalho em saúde, Teixeira²⁰ nos diz sobre a *natureza eminentemente conversacional do trabalho em saúde* e propõe que as redes de trabalho tecidas nesse espaço passem a ser concebidas como *grandes redes de conversações*. Sendo assim, concebe o acolhimento como uma *técnica de conversa – acolhimento dialogado* – presente em todo e qualquer encontro em serviços do SUS, em que *identificamos, elaboramos e negociamos as necessidades que podem vir a ser satisfeitas*. Sendo uma das diretrizes da PNH, o acolhimento é compreendido nessa ampla perspectiva de escuta, análise e negociação com os usuários do ser-

viço, dentro de processo recíproco de responsabilização entre eles – desde o momento de sua chegada até sua saída dos serviços – e o trabalhador ou a equipe de saúde.

De outro lado, e lembramos um dos princípios da PNH que diz sobre a indissociabilidade entre atenção e gestão, as redes de conversação vão se fortalecendo com a criação de espaços compartilhados de gestão e de valorização dos trabalhadores (e, por que não dizer, de *acolhimento aos trabalhadores!*), seja através de rodas de conversa sobre temas e conflitos emergentes no cotidiano laboral, como por meio de mecanismos democráticos de tomada de decisões, como os Colegiados Gestores, os Conselhos locais, com participação de trabalhadores e usuários, dentre outros. Nesta direção destacamos as experiências vividas junto ao SUS-BH (Belo Horizonte).

Com essas breves reflexões sobre as possibilidades da PNH se contrapor às manifestações de violências no trabalho em saúde, falamos das nossas expectativas de que se fortaleçam e se ampliem as redes de humanização do SUS, e, assim, a inclusão, a democracia e a solidariedade nos modos de fazer e de conviver entre os sujeitos implicados com a construção de nosso sistema público de saúde.

Experiências de apoio institucional com trabalhadores e gestores na abordagem de conflitos e violências: a mediação de conflitos no campo do SUS, em Belo Horizonte

Estas experiências se articulam ao Projeto de *Redes de Valorização e Cuidado junto com os Trabalhadores da Saúde*, em Unidades Básicas de Saúde (UBS) do SUS do Município de Belo Horizonte, compondo o trabalho de apoio institucional da PNH junto à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2008.

Partiu-se da abordagem de conflitos referenciada em discussões sobre *Mediação de Conflitos* (MC), no campo do direito e da psicologia. A partir daí, buscaram-se articulações com as diretrizes e os dispositivos da PNH, em especial, os que se referem à *gestão compartilhada* e à *valorização do trabalho e dos trabalhadores da saúde*. No decorrer dessa trajetória, procuramos construir a metodologia de análise, intervenção e apoio institucionais em situações de conflitos e violências em locais de trabalho do SUS-BH, o que foi se configurando como *Rodas de análise e cogestão de conflitos*.

A mediação como estratégia de resolução pacífica de conflitos

A Mediação de Conflitos (MC) tem sido compreendida como uma estratégia de *resolução pacífica de conflitos* em diferentes campos de ação dos profissionais do direito, da psicologia, da assistência social, da educação, da saúde e da segurança pública, dentre outros; aparecendo também em movimentos comunitários, sociais, sindicais em que as lideranças atuam como mediadores de situações diversas de conflitos.

Como nos aponta Garcia²¹, ao discutir as relações entre direito e psicologia, a ideia de mediação como um *terceiro*, seja um juiz, deus ou outro, favorecendo a resolução de conflitos, é muito antiga e complexa, cabendo à nossa atualidade *inventá-la mais uma vez, assim como uma ética que lhe seja condizente*. Salienta ainda que a mediação *solicita uma intervenção no nível real dos grupos, dos parceiros*. Nesta perspectiva, não se trata de uma *intervenção num conflito psíquico interior*, mas, sim aborda conflitos entre sujeitos humanos reais em relação, considerando os mecanismos psíquicos inconscientes que atuam e integram essas relações. Ou seja, ainda segundo este autor:

“se não existe um inconsciente coletivo, existem facções coletivas ou formações ideológicas que tiram sua

força do inconsciente de cada um. De qualquer forma, o inconsciente é transindividual, já que é marcado pelo Outro (pelo discurso do Outro) com letra maiúscula para marcar a radicalidade da instância da alteridade”.

Em estudos sobre violência e psicanálise, Jurandir Freire Costa,²² após longa reflexão sobre diferentes abordagens da violência no campo da psicanálise e da educação, conclui que *nada que o homem fez e que o torna humano nasceu da violência e sim contra ela*. Reafirmando seu pacifismo, propõe que tentemos *escapar de nossa rotina mental*, enfatizando a pergunta “Por que a paz?” – em oposição à outra que traz sentido inverso – “Por que a guerra?”. Assim talvez o problema da violência recebesse uma nova luz. Inserimo-nos nesse exercício de focar a paz e não a violência, como profissionais da saúde, no movimento de construção de uma cultura de paz e não violência, pois sabemos e concordamos que *a vida cultural nasceu e permanece viva através de pactos sem armas, através de atos de paz...*²² E completa, por referência às posições de Freud, quando discute a questão da guerra em dois de seus textos, a saber, “Reflexões para os tempos de guerra e morte” e “Por que a guerra?”, a reflexão sobre a violência é *uma consequência do conflito de interesses*. A partir desta premissa, retoma a resposta de Freud²³:

“As guerras só serão evitadas, com certeza, se a humanidade se unir para estabelecer uma autoridade central a que será conferido o direito de arbitrar todos os conflitos de interesses. Nisto estão envolvidos claramente dois requisitos: criar uma instância suprema e dotá-la do necessário poder. Uma sem a outra seria inútil”.

Não desenvolveremos todo o debate com o qual Jurandir Costa nos presenteia, ao discutir as ideias de Freud e apontar o direito e a lei como esta instância suprema, e as suas relações com a violência e com a possibilidade de resolução pacífica de conflitos. Sublinhamos o que nos interessa para a prática de mediação entre partes conflitantes, quando diz da necessidade de criar uma *instância suprema dotada do necessário poder*, ou, se assim podemos dizer, a importância de um *terceiro* nesta tarefa de favorecer a retomada do entendimento e da paz pelas palavras em oposição ao *uso da força* ou das armas. Nesse contexto podemos compreender a frase de Einstein, citada em campanhas pela paz: *A paz não pode ser mantida à força. Somente pode ser atingida pelo entendimento*.

O que esperamos – e trabalhamos nesse sentido – é a abordagem do conflito pelo caminho da mediação, da negociação, da conversa, da busca de reso-

lução pacífica e ética; e que o *conflito de interesses* não gere violências e guerras. E que mudemos o nosso foco de debate, discutindo a paz e os direitos de cidadania, construindo pactos sem armas...

Na perspectiva do direito em relação com a sociologia e a antropologia, a MC aparece como uma nova forma de solução de conflitos: *padrões de vida jurídica totalmente diferentes dos existentes nas sociedades ditas civilizadas*, constituindo-se como *mecanismos de resolução jurídica informal de conflitos existentes nas sociedades contemporâneas e operando à margem do direito estatal e dos tribunais oficiais*.²⁴ Constitui então mecanismo de resolução de conflitos^b caracterizado pela *informalidade, rapidez, participação ativa da comunidade, conciliação ou mediação entre as partes através de um discurso jurídico retórico, persuasivo, assente na linguagem comum*²³ e compõe um conjunto de reformas de administração da justiça no campo da criação de alternativas à justiça civil tradicional, campo este que constitui hoje uma das áreas de maior inovação na política judiciária. Santos²⁴ considera a MC como *a manifestação mais concludente das transfor-*

^b Boaventura Santos usa “*resolução de litígios*”, aqui faremos diferença, como Célio Garcia faz entre conflitos/dissensos, resolvidos pela MC/justiça informal e conflitos/litígios, resolvidos pela justiça formal através de processos jurídicos que envolvem defesa das partes e seus respectivos advogados, não alcançando acordos entre as partes (como na MC), mas uma sentença que favorece a uma das partes.

mações em curso nos processos convencionais de resolução de conflitos. Várias experiências dessa natureza vão sendo criadas em diferentes países, como os *conciliateurs*, na França, e os Centros de Justiça de Bairro, nos EUA. No Brasil, destacam-se o Movimento VIVA RIO/Balcão de Direitos, em vilas e favelas do Rio de Janeiro, desde 1996; o Balcão de Direitos – BH, vinculado a diferentes programas sociais, na área dos Direitos de Cidadania e da Urbanização/Habitação, da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), desde 2000; o Programa Mediação de Conflitos, da Secretaria de Estado de Defesa Social/Superintendência de Prevenção à Criminalidade, desde 2006, atuando em aglomerados urbanos em todo o Estado de Minas Gerais.

A Mediação de Conflitos como Rodas de Análise e Cogestão de Conflitos

No campo da Saúde Pública, em especial a partir da construção da Política Nacional de Humanização, a MC tem aparecido como uma atividade de trabalho, que envolve gestores e trabalhadores, sempre chamados a *mediar* conflitos entre os trabalhadores, entre esses e os usuários, entre o poder público, os sindicatos, a comunidade, empenhados na construção de formas de gestão

participativas e democráticas. O SUS-BH, através da coordenação municipal da PNH (gestão 2005/2008), levanta como demanda a *necessidade de preparar gestores e trabalhadores para a atuação voltada para a Mediação de Conflitos*, tomando esta como uma atribuição não apenas de gestores, mas também de trabalhadores, que no seu dia a dia se deparam com situações de conflitos entre os diferentes sujeitos implicados com a produção de saúde: trabalhadores, gestores e usuários (usaremos a palavra usuários sempre significando sujeitos-cidadãos, usuários dos serviços do SUS). Neste sentido, busca-se concretizar os ideais de cogestão do *Método da Roda*, já que a gestão se torna uma responsabilidade de todos os sujeitos-trabalhadores e não apenas dos considerados gestores pelo organograma institucional. O formato que vamos construindo no decorrer destas práticas, no campo do SUS/PNH, envolve diferentes profissionais que, ora assumem o lugar de *mediadores*, quando emergem conflitos entre duas partes conflitantes; ora exercem a função de *apoio institucional*, no sentido elaborado pela PNH, como apoio a processos de cogestão e de retomada do diálogo entre os diferentes sujeitos participantes do cotidiano de trabalho, pelo método da roda. Em oposição à violência institucional emerge o apoio institucional, como possibilidade

de construção de *rodas de conversações*, em que todos falam e dialogam no esforço coletivo de análise coletiva e cogestão dos conflitos e violências nos locais de trabalho do SUS, buscando-se construir acordos, consensos e parcerias.

Como Consultora da PNH, responsável pelo Apoio Institucional junto à Secretaria Municipal de Saúde /PBH, no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2008, trabalhamos no sentido de construir metodologia de intervenção e apoio à abordagem de conflitos e violências, em áreas consideradas de *alto risco social*, expostas a situações de conflitos e violências diversas. Sendo assim, buscou-se aprofundar o tema junto aos gestores e trabalhadores, por meio de *Oficinas e Encontros da Política de Humanização*, quando se procurou ampliar as possibilidades de atuação e compreensão dos processos de abordagem dos conflitos, articulando-os à construção de gestões participativas e de valorização do trabalho e dos trabalhadores da saúde.

Enfim, podemos dizer que a MC, como uma prática de retomada do diálogo e busca de acordos entre partes em discordância em torno de um problema, compõe o conjunto de dispositivos de Humanização da Saúde, contribuindo para a construção de ações humanizadas, no sentido da *valorização da dimensão subjetiva e social*, que toda prática de saúde

supõe; bem como da criação de gestões participativas, dialogais, com real implicação de todos os sujeitos envolvidos, contribuindo para uma maior valorização dos trabalhadores do SUS.

Referências

- 1 Brasil. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Humanização (PNH): HumanizaSUS*. Documento Base. Brasília: DF 4 ed. 2008. Disponível em: <www.saude.gov.br/humanizaus>.
- 2 Trajano, A. R. C. Construindo cultura de paz e não-violência no campo da saúde pública: a mediação (co-gestão) de conflitos como possibilidade de retomada do diálogo entre partes conflitantes. In: *Revista Médica de Minas Gerais*, vol.16, nº 4, Suplemento 2, Belo Horizonte: Cooperativa Editora e de Cultura Médica (CO-OPMED). 2006.
- 3 Trajano, A. R. C. Construindo Redes de Apoio e Valorização dos Trabalhadores da Saúde: experiências em Unidades Básicas de Atenção. In: *Trabalhador da Saúde: Muito Prazer!* Serafim, B. Santos-Filho & M. Elizabeth Barros de Barros (orgs.). Ijuí: Ed. Unijuí. 2007.
- 4 Trajano, ARC. Violência Urbana e o trabalho dos profissionais de saúde: mediação de Conflitos como estratégia de prevenção de violências. Curso Impactos da Violência na Saúde. Claudia Araújo (org.). Rio de Janeiro: EAD/ENSP/ FIOCRUZ. 2007.
- 5 Trajano, A. R. C. Refletindo sobre trabalho, saúde e relações humanas em unidades básicas de saúde do SUS – uma experiência local. Curso Impactos da Violência na Saúde, op. cit. 2007.
- 6 Brasil. Ministério da Saúde. *O SUS que dá certo – Mostra Interativa HumanizaSUS*. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização. (folder) Disponível em: < rehumanizaus.net>; < www.saude.gov.br/humanizaus> 2008
- 7 Pasche, D. F. Humanização nos hospitais: reforma na gestão e nas práticas de saúde no contexto de produção de novos sujeitos. In: *Revista Médica de Minas Gerais*. A Humanização em Hospitais Universitários. Vol 19, Nº 4, Supl 2. 2009.
- 8 Barros, R. B.; Passos, E. Humanização na Saúde: um novo modismo? In: *Formação de Apoiadores para a Política Nacional de Humanização da Gestão e da Atenção à Saúde*. Eduardo & Regina Benevides (orgs). Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2006. (Publicação cedida pelos autores) *Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. SP, v.9, n.17, p. 389-394, 2005.
- 9 Campos, G. W. S. Humanização na Saúde: um projeto em defesa da vida? In: *Formação de Apoiadores para a Política Nacional de Humanização da Gestão e da Atenção à Saúde*. Eduardo & Regina Benevides (orgs). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 43-45, 2006.
- 10 Campos, G. W. S. *Um método para análise e Co-gestão de Coletivos*. São Paulo: Ed. Hucitec. 2005.
- 11 Campos, G. W. S. *Saúde Paidéia*. 3 ed. São Paulo: Hucitec. 2007.
- 12 Brasil. Ministério da Saúde. 11ª Conferência Nacional de Saúde. *Efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde, com controle social*. Relatório Final. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- 13 Mori, M. E.; Oliveira, O. M. Os coletivos da Política Nacional de Humanização (PNH): a co-gestão em ato. In: *Interface – comunicação, saúde, educação*. São Paulo: Fundação UNI/UNESP, v.13, supl.I, 2009.
- 14 Baremblyt, G. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

- 15 Santos N. R. S. Política pública de saúde no Brasil: encruzilhada, buscas e escolhas de rumos. Debate In: *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 13, supl 2. Rio de Janeiro, dez/2008.
- 16 Briceño-León, R. La nueva violência urbana de América Latina. In: *Sociologías*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Porto Alegre, ano 4, no 8, jul/dez/2002.
- 17 Hirigoyen, M. F. *Mal-Estar no Trabalho: redefinindo o assédio moral*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005
- 18 Habermas, J. *La Teoría de la Acción Comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.
- 19 Carvalho, R. *Considerações (preliminares) sobre a violência ou notas sobre um mal banalizado*. Ministério da Saúde. PNH, Brasília, DF. 2004.
- 20 Teixeira, R. R. *As redes de trabalho afetivo e a contribuição da saúde para a emergência de uma outra concepção de público*. Ministério da Saúde/PNH, Brasília, DF (inédito), 2005.
- 21 Garcia, C. *Psicología jurídica: operadores do simbólico*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- 22 Costa, J. F. *Violência e Psicanálise*. 3ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- 23 Freud, S. *Reflexões para os tempos de guerra e morte*. v. XIV das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1974. *Apud* Costa, J. F. *Violência e Psicanálise*. 3ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- 24 Santos, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Capítulo 8 – Programas de prevenção à criminalidade: de um projeto piloto à inovação na política pública

Uma avaliação da experiência do Programa Fica Vivo!

Márcia Cristina Alves

Compreender quais são os elementos que podem compor programas de prevenção à criminalidade, a fim de evitar a reprodução da violência e a produção da criminalidade urbana, requer uma análise mais elaborada e dirigida, seja pela complexidade do fenômeno, seja pela fragilidade das políticas públicas, ainda incipientes, neste campo, no Brasil. São várias as perspectivas de atuação de programas de prevenção à criminalidade. Ora eles apontam para a necessidade de investimentos em ações de caráter macrossocial, como mais recursos para educação, investimento em infraestrutura urbana das favelas, entre outros, ora para necessidades e demandas microssociais, como as possibilidades de inserção social para jovens envolvidos com a criminalidade, a acolhida daqueles que usam drogas ou o atendimento

daqueles que foram vítimas de violência. Este texto concentra-se na análise dos elementos que podem compor o desenho de programas de prevenção ao crime e à violência. Partimos do estudo de um caso de sucesso – o Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! – desenvolvido pelo Governo de Minas Gerais. Assim, descrevemos seu desenho, sua forma de implementação e seus resultados, para compreendermos melhor as estratégias utilizadas pelo programa no enfrentamento dos problemas provocados pelo envolvimento de jovens com a criminalidade urbana. Nosso objetivo final é contribuir para a formulação de programas de prevenção à criminalidade.

Todo programa tem sua origem na identificação de um problema que aflige a sociedade e que exige soluções, devendo, por isso, ser incluído na agen-

da pública. Segundo Meny e Thoenig¹, esse é o primeiro passo de uma sequência. Identificada a demanda, procede-se à formulação de soluções, por meio do estudo das possíveis respostas, de negociações entre os atores e da elaboração de propostas, que demandam uma ação da autoridade pública, no sentido de implementar as possíveis soluções do problema. Constitui-se, então, um programa a ser executado e administrado pelo governo.

O processo de identificação das demandas e seleção das respostas é bastante complexo e permeado por fatores relacionados, que são anteriores à definição da ação e que podem condicionar atividades posteriores. Além disto, o processo se constitui por meio de uma dinâmica imposta pela realidade, pelo contexto social. Assim, os conflitos que se explicitam no processo de implementação da intervenção têm suas origens em conceitos, valores e interesses que se integram à perspectiva política dos atores e das agências envolvidas na intervenção. Sendo assim, o primeiro passo é a entrada da demanda na agenda pública, seguido pela proposição de respostas. Para entrar na agenda, a demanda deve ser considerada um problema de responsabilidade pública, constituir-se num desafio, provocando então uma *inovação*, traduzida como política pública.

Considerando-se o processo político de transformação de uma demanda em formulação de resposta, pode-se dizer que este é definido como “*o diálogo entre intenções e ações, um processo contínuo de reflexão para dentro e ação para fora*”.² Neste caso, o Programa Fica Vivo! representa uma inovação na política pública de segurança, seja pelo tratamento inédito de um problema como o envolvimento de jovens com a criminalidade violenta, seja pela institucionalização de uma política pública de prevenção desse problema.

Definir uma demanda implica priorizar um problema em relação a outros concorrentes, partindo de situações concretas e reunindo interesses comuns. Portanto, para organizar as demandas em torno de uma ação pública, é necessário entender as causas do problema, os interesses envolvidos e a sua legitimidade perante a coletividade. O Programa Fica Vivo!, mesmo com o caráter experimental em que se situava a intervenção, buscou formular uma solução para o problema dos homicídios, identificando as possibilidades de ação integrada com outras agências públicas através da definição de diretrizes para a ação. Para isso, partiu de estudos sobre a viabilidade das soluções apontadas, bem como sobre os possíveis efeitos dessas respostas no contexto, ou seja, nas comunidades onde o

programa seria implantado. Caberia à autoridade pública avaliar esses dois aspectos, a partir das informações acessíveis ou da participação dos interessados diretos no processo, para implementar a ação. A formulação da resposta envolve algum tipo de produto ou serviço, ou uma oferta pública capaz de produzir algum tipo de resultado. Esse produto vai representar o elo entre o formulador da resposta – a autoridade pública – e o público-alvo da resposta, estabelecendo laços políticos e simbólicos entre eles.¹

A implementação do projeto piloto no Morro das Pedras

A partir de um diagnóstico do problema dos homicídios em Belo Horizonte, técnicos de várias agências públicas municipais e estaduais – incluindo polícias, Judiciário e Ministério Público, organizações da sociedade civil e associações comunitárias –, liderados pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da UFMG, passaram a se reunir regularmente em um Grupo de Estudos para analisar as informações disponíveis e discutir estratégias de enfrentamento do problema. Dessas discussões surgiu a idéia de um projeto piloto de intervenção em um dos aglomerados urbanos de Belo Horizonte que

apresentava altos índices de homicídios entre jovens. O aglomerado escolhido foi o do Morro das Pedras, situado na região oeste de Belo Horizonte.

Optou-se, no programa, por enfrentar o problema dos homicídios em duas frentes: a proteção social e a intervenção estratégica. O *Grupo de Proteção Social* encarregou-se da mobilização comunitária, realizou discussões para o levantamento de propostas com a comunidade local, e disponibilizou técnicos para atender os jovens, buscando construir alternativas de proteção social para eles. As ações desse grupo articulam-se em rede, isto é, num modelo de organização de diversos setores sociais no intuito de pensar a questão da violência e, conseqüentemente, dos homicídios. Isso porque refletir sobre as causas e conseqüências da violência requer uma compreensão ampliada do problema, remetendo-nos a várias áreas sociais. A articulação com o sistema de saúde, de educação, de esportes, de cultura, de assistência social e de regulação urbana, bem como com os sistemas não governamentais (entidades de classe, comunitárias, religiosas e Ongs, entre outros) mostrou-se fundamental.

O segundo grupo, de *Intervenção Estratégica*, encarregou-se de mapear e identificar grupos de criminosos, bem como de entrar em ação toda vez que ocorresse um crime que culminasse em

morte ou quando houvesse ameaças de disputas entre *gangues*. Esse grupo, composto por policiais civis e militares, promotores e juízes, se propunha a intervir na área de forma integrada, o que incluiu o cumprimento de mandados de prisão, bem como a busca e apreensão de armamentos e drogas no aglomerado.

A *Intervenção Estratégica* pode ser descrita como um conjunto de ações integradas dos órgãos de defesa social e de pesquisa sobre a criminalidade, quais sejam: Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais (Tribunal de Justiça), Polícia Militar e Civil de Minas Gerais, Polícia Federal, Ministério Público, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), prefeituras e Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds). Essas instituições são responsáveis pelo planejamento e coordenação das ações integradas de natureza estratégica, quer na forma de projetos criados especialmente para combater a violência, quer na potencialização de ações já existentes. Vale ressaltar que, embora nem sempre as instituições possuam projetos específicos de controle dos homicídios, todas trabalham conjuntamente no fortalecimento de ações já existentes e na promoção de novas iniciativas nesse mesmo sentido. No caso da Polícia Militar, uma das ações implementadas é o Gepar. Trata-se de um grupamento especial de policiamento composto de

24 policiais com formação centrada em Direitos Humanos e Policiamento Comunitário que, trabalhando em parceria com a comunidade, se incumbem de executar o policiamento, prevenir o uso e o tráfico ilícito de entorpecentes e intensificar as ações de polícia preventiva através de policiamento ostensivo nas áreas sob intervenção. O grupo tem como principal ferramenta o geoprocessamento – um instrumento de mapeamento de crimes – que fundamenta o planejamento, o gerenciamento das atividades policiais e o desenvolvimento de estratégias e programas de controle no nível local, constituindo-se ainda em instrumento para avaliação dos resultados das ações implementadas.

Essas duas lógicas se complementam e representam um grande marco da tecnologia social, ao mesmo tempo que constituem o maior desafio do programa. Elas introduzem conflitos entre os atores envolvidos na intervenção e, quando em operação, explicitam diferenças institucionais entre as agências públicas. As dificuldades se expressam na prática, na divergência dos dados das instituições sobre a mesma comunidade, nas informações desqualificadas sobre o público-alvo e no distanciamento entre lógicas de atuação. Em alguns momentos surgem impasses entre os atores locais e os agentes públicos quanto à função ou papel da

comunidade no processo. Isto ocorreu, por exemplo, quando da proposta de utilizar as reuniões ou fóruns comunitários como espaços de “comunicação direta” com os infratores locais. Por outro lado, a falta de orientação estratégica nos encontros com a comunidade coloca em risco a atividade de mobilização comunitária. É nesse processo de busca de alternativas que o programa vai encontrando soluções compartilhadas para se tornar efetivo dentro da comunidade.

Pode-se dizer, pelos relatos das atas desde as primeiras reuniões, antes da implantação da intervenção propriamente dita, que houve consenso entre as agências de segurança pública e os atores envolvidos na política social, quanto à importância de lidar com o problema dos homicídios envolvendo jovens.³

Os desafios da implementação

As dificuldades surgiram em três aspectos:

- 1 a qualidade e a abrangência dos dados das polícias, pois havia diferenças significativas entre os números apresentados pela Polícia Militar e pela Polícia Civil para os mesmos crimes;
- 2 a ausência de informações qualificadas sobre o público-alvo; e

- 3 a demarcação de dois campos de interpretação sobre o perfil do jovem que formava o público-alvo.

Detalhamos, a seguir, cada um desses aspectos já que tais questionamentos surgiram no decorrer do planejamento das ações já desenhadas, mas se manifestaram com vigor, na fase de implementação. Outra questão refere-se ao apontamento de diferentes lógicas no modo de fazer, que, de fato, representam um modo de pensar a intervenção partindo de conhecimentos específicos.

O primeiro aspecto – o da divergência entre os números – constitui um problema recorrente na área de segurança pública, pois as formas de coleta, assim como a ausência de bancos de dados integrados das corporações policiais, evidenciam a produção de estatísticas diferenciadas. Associada a esse problema, a dificuldade de obter dados junto às polícias é um fato. Conforme assinalado por Cruz³, em avaliação do programa, podemos verificar estes pontos de estrangulamento da proposta:

“A falta de produção de dados comuns, de uma padronização da linguagem é um problema verificado ao longo da história da consolidação e permanente estruturação das polícias no Brasil. Nesse sentido, o simples processamento

*das informações por parte das polícias em Belo Horizonte foi sentido como um avanço considerável, muito embora tenha sido verificado descompasso de informações, o que dificultou a apreensão exata da realidade violenta na cidade”.*³

Esse problema encontrou solução, ou pelo menos produziu um consenso entre as instituições, a partir do momento em que a universidade, por meio do Crisp/UFMG, passou a coletar os dados diretamente na fonte e a processá-los na forma de relatórios, disponibilizados a todas as instituições.

A segunda dificuldade, a demanda de informações sobre o público-alvo, teve como alternativa a produção de dados pelos técnicos da Prefeitura de Belo Horizonte, ou seja, pela primeira vez os técnicos sociais produziram conjuntamente informações sobre um mesmo problema: envolvimento dos jovens de 14 a 24 anos na criminalidade. Reuniram-se dados das Secretarias de Saúde, Assistência Social, Cultura e Educação, além das informações que já haviam sido disponibilizadas pela Urbel, no Plano Global Específico.

Foram coletados dados dos programas: *Atenção à saúde* (dados de internação e mortes por causas externas, dados de gravidez na adolescência), *Bolsa Escola* (dados de ocorrências nas escolas), *Li-*

berdade Assistida (programa de acompanhamento de medidas socioeducativas), *Miguilim* (programa que trabalhava com meninos e meninas que moravam nas ruas) e *Arena da Cultura* (programa de oficinas em comunidades de favelas). Surgiu daí um conceito fundamental para a intervenção que estava prestes a ser colocada em prática: a relação entre oferta de infraestrutura social e violência urbana.

Sobre o último aspecto, as percepções e juízos de valores divergentes sobre o público-alvo geraram questionamentos e conflitos de difícil solução. Para exemplificar, os policiais, ao apresentarem o problema dos homicídios e da violência local, se referiam aos jovens como “ladroezinhos”, “marginais” e outras nomeações não condizentes com os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, e consequentemente, com as convicções dos técnicos sociais presentes no Grupo de Estudos. Não era uma divergência em relação às ações a serem implementadas. As estratégias de ação foram acolhidas por todos, mas a representação dos jovens como “marginais” disputou campo com a representação dos jovens “sujeitos de direitos” – ou, usando os termos de Cruz,³ evidenciava-se uma “postura de controle” por parte das polícias e uma “postura de acolhimento” por parte dos técnicos sociais:

*“A dificuldade (surge) em estabelecer consensos que dizem respeito a procedimentos específicos (e não gerais) que devem ser adotados na execução dos eixos centrais do programa. Em outras palavras, como afirma Foucault (2002), cada instituição funciona através da produção de um discurso de verdade e são exatamente estas distintas verdades, produzidas e circuladas, que se chocaram neste momento”.*³

Esse ponto estabelece o grande desafio da proposta do programa: associar ações preventivas a ações repressivas estratégicas. Seja do ponto de vista conceitual, seja na prática exercida pelas instituições, a característica multidisciplinar não era um fato na implementação de políticas de segurança e nem mesmo nas políticas sociais. A comunicação inédita, produzida pelo programa, também apresentava novos desafios para os atores sociais.

*“Estava, portanto, estabelecido o conflito inicial: de linguagem e de conteúdo, entre a polícia e os setores sociais organizados, entre profissionais de segurança e profissionais de política social, entre técnica de investigação e técnica de abordagem, entre postura de controle e postura de acolhimento, entre partes do setor público que atuavam no mesmo espaço físico e não se entendiam, nem na prática nem na teoria”.*⁴

Os desafios de compreensão das lógicas de posturas “de acolhimento” e de posturas “de controle” são evidentes em todas as avaliações do programa. E se tornaram ainda maiores quando da chegada do programa na comunidade. Os conflitos entre polícia e comunidade, mediados de modo geral pelos técnicos do programa, são permanentes em diversos relatos^{4,5,6} e representam uma relação social de difícil estabelecimento de consenso.

*“O ponto crítico que dificultou a integração entre proteção social e intervenção estratégica está na concepção de cada ator sobre sua atuação e a diferença de filosofia que orienta o trabalho. A proteção social entende e busca convencer que prevenção não se faz somente com crianças e jovens sem envolvimento, ela também acredita na mudança de comportamento de jovens que estão envolvidos na criminalidade. Porém, esta não parece ser a postura reinante nas polícias”.*⁶

Uma das estratégias propostas para melhor trabalhar as relações da polícia com a comunidade, assim como para trabalhar as informações sobre o lugar onde a intervenção ocorreria, foi capacitar os policiais, oferecendo-lhes uma formação específica que se denominou *Estudos Técnicos*. Ministrada pelo Crisp, a capacitação seguia os princípios de Polícia Comunitária, estudando as características gerais

da comunidade local, além da análise das estatísticas criminais, dos equipamentos e políticas sociais existentes na comunidade. Além de fazerem o curso, os policiais foram colocados em contato com a comunidade para melhor conhecê-la e ganhar sua confiança. Assim, eles poderiam realizar um geoprocessamento minucioso e um policiamento permanente da área, conseguindo, inclusive, diminuir o tráfico de drogas na região. Os *Estudos Técnicos* representavam uma formação especializada dentro da Universidade, voltada para a análise criminal e a preparação para atuação na solução de problemas locais de criminalidade e violência urbana.

O apoio de ponta para as operações policiais e que compõe o eixo da Intervenção Estratégica é o Grupamento Especial para Áreas de Risco (Gepar), composto por policiais que ficam permanentemente na comunidade. Essa definição de um grupo por território representa grande diferencial para o policiamento comunitário. Até a implementação do Programa Fica Vivo!, o policiamento era feito por meio de intervenções de ocupação e por policiais de diferentes grupamentos, que não permaneciam na comunidade. O Gepar marcou a instauração de uma nova doutrina por parte da Polícia Militar.

A institucionalização do Gepar se deu por um Plano de Emprego, original de 2003, transformado posteriormente

em instrução normativa da PMMG: instituiu-se, dentro da corporação, um treinamento específico, além dos *Estudos Técnicos*, para os integrantes desse grupamento.

Havia consenso de que seria necessário o envolvimento da comunidade na implementação das ações. Foram desenhadas estratégias de mobilização e participação comunitária, como os eventos de cidadania e as reuniões com lideranças. De fato, essas atividades significavam a abertura de um espaço de negociação com os moradores locais, na tentativa de construir uma agenda mínima que permitisse a entrada dos atores do Estado na área, conciliando soluções para as demandas locais.

As fases anteriores de desenho, diagnóstico e planejamento da proposta seriam aprimoradas e poderiam ser alteradas a partir da entrada da comunidade no processo. Um aspecto interessante que evidencia essa entrada e a negociação articulada diz respeito ao nome do programa que, na sua versão inicial, foi imediatamente rejeitado pela comunidade.

A primeira iniciativa foi a realização de um mapeamento das entidades e lideranças, com o intuito de lhes oferecer cursos de formação. Mesmo com todos os mapeamentos existentes de lideranças locais, um levantamento da Regional Oeste da prefeitura e outro realizado pelo Departamento de Psicologia/UFMG, as

informações foram insuficientes. Quando os pesquisadores do Crisp tentaram confirmá-las, identificaram muitas inconsistências e desatualização.

“É a pesquisa da Psicologia Social [...] eles cederam os dados para a gente. Eles listaram inicialmente 150 entidades, que tinha desde grupo religioso, grupo de pagode, futebol [...] Daí a gente foi atrás dos grupos, mas era muita coisa e os telefones não batiam, a gente não achava as pessoas [...] (Pesquisador do Crisp)”.

Um novo ponto se apresentou em relação a um problema local: a rede de proteção social comunitária estava desestruturada. Percebeu-se que boa parte das instituições existia apenas para captar recursos, tendo em vista a informação dos pesquisadores de que os telefones listados, muitas vezes, eram de gabinetes de vereadores. As instituições não eram conhecidas nem legitimadas pela comunidade. Desse modo, mais do que um trabalho de diagnóstico, esse mapeamento envolvia a necessidade do estabelecimento de relações com pessoas de referência local: descobrir quem de fato era liderança. O mapeamento das entidades locais deveria ser precedido de um contato com a comunidade. A ideia foi então coletar as informações “boca a boca”. A realização de pequenos grupos focais com a comunidade demonstrou-se eficaz³. Foram

convidados a fazer parte desses grupos os moradores que já haviam participado do trabalho com a Urbel no mapeamento das áreas de risco da comunidade, para fazer o Plano Global Específico. Nesses grupos focais, realizaram-se discussões sobre a violência local, sobre as demandas da comunidade, identificando-se as pessoas e projetos de referência, que porventura existiam na área. Surgiu daí a primeira instância participativa do programa, o Fórum Comunitário.

Os fóruns comunitários são espaços mais amplos que os grupos focais e vieram como consequência e ampliação deles. Serviam como base de negociação entre o Estado e a comunidade. Inicialmente pensados como canais de comunicação para se discutir com a comunidade os objetivos do projeto e emitir “avisos claros aos membros de gangues” (documento número 1 – Crisp), na prática, os moradores mostraram que o programa não funcionaria assim.

O primeiro e definitivo entrave foi relacionado ao caráter de delação que propunha esse enunciado: ele propunha ao fórum ser um espaço de “recaído” para o resto da comunidade. Isto se evidenciou quando a comunidade rejeitou completamente um texto proposto pelo Grupo de Intervenção Estratégica que avisava sobre as consequências de se cometer homicídios. O texto sequer foi

reproduzido, pois as pessoas da comunidade ameaçaram se retirar do programa se ele fosse distribuído⁴.

Os fóruns comunitários não se restringiam às demandas do programa e constituíam espaços onde se apresentavam os problemas tidos como importantes pela comunidade. Uma solução inicial para o impasse da “falta de foco” foi a qualificação das demandas via formação de profissionais e lideranças comunitárias, por meio do Curso de Gestão Local e Solução de Problemas. Tanto a comunidade quanto os técnicos são unânimes em apontar a importância desse curso para a compreensão dos objetivos e da metodologia do programa^{3,5}. Além de um espaço de aprendizagem, o curso se transformou em um espaço de sistematização das propostas locais para a prevenção à criminalidade, dando origem a um instrumento fundamental para o programa: o *Plano Local de Prevenção à Criminalidade* ou Plano Local de Segurança Pública Coordenada, outra denominação que lhe foi dada.

As primeiras versões desse Plano Local foram inspiradas no Plano Global Específico. O plano trazia dados socioeconômicos, levantamentos de entidades e projetos locais, como diversas iniciativas isoladas que se agrupavam em um mesmo instrumento, além de propostas novas, para a acolhida dos jovens e

integração destes na comunidade. Mas também trazia a possibilidade de atender às demandas locais por maiores investimentos em proteção social para os jovens, através da implementação de atividades dirigidas para eles. As oficinas para jovens surgiram como alternativa, e o Plano Local servia de instrumento para mapear e planejar tanto os interesses dos jovens quanto os possíveis atores locais responsáveis pela interlocução e pela oferta de serviços através das oficinas. Estaria o Plano Local legitimado pela comunidade, para selecionar oficinas e “oficineiros”? Esse processo trouxe disputas por prestígio e por recursos, como veremos adiante.

Com a orientação do Crisp para esses cursos locais, passou-se a utilizar a metodologia do Banco Mundial, por meio da qual se tentava criar um método de mapeamento das demandas e ao mesmo tempo uma proposta de solução compartilhada para elas. Outro conteúdo explorado nos encontros eram as estatísticas criminais da região, o que, segundo as avaliações dos participantes⁷, não era de interesse da comunidade. Em sua última e mais atual versão, o Plano Local revelou-se um interessante instrumento de planejamento para os próprios técnicos, tendo tido ampliada sua abrangência, pois envolve outros programas de prevenção, como Mediação de Conflito

tos^a. Apesar do aspecto organizativo das demandas e de planeamento das estratégias que o Plano Local tenta atingir, os fóruns comunitários continuam sendo espaços de muitas queixas e acusações ao Estado e principalmente às polícias⁵. Às vezes estabelece-se o diálogo, às vezes o confronto. A identificação do programa com as atividades da polícia, por parte do Grupo de Intervenção Estratégica, representou muitas dificuldades para os técnicos locais. Como é possível perceber nos relatos abaixo, esse conflito é central no programa.

“Para o programa, o público-alvo é justamente os jovens que se encontram envolvidos com a criminalidade, próximos a ela, ou que já se envolveram em atividades ilícitas. Trabalhar com esse público é encarado como um instrumento valioso que permite a ressocialização dos adolescentes, além de diminuir as chances de reincidência, ou de entrada no universo criminal. Contudo, no momento em que o Gepar e os demais destacamentos da PM valorizam a criminalização da-

*queles que se encontram em algum tipo de atividade criminosa, automaticamente os jovens que participam do Fica Vivo! passam a se constituir como alvo da ação repressiva das forças policiais”.*⁸

*“Eu vou ser sincero com você, eu moro em favela também. É tanto que eles me deram esse negócio lá perto da minha casa. O negócio é o seguinte, se eu tiver de passar a mão em cabeça de gente aí eu peço pra sair. Igualzinho, teve uma época que a gente trocou de comandante aqui da Companhia e eu até falei isso, por quê? Porque o nosso serviço passou a ser um serviço repressivo, nós começamos com a repressão, e só prendendo, só prendendo, dando tiro, tomando tiro e aquele negócio todo. Aí troca e, o cara chega aqui e não sabe de nada “ah vai ser assim agora, vocês vão fazer contato, bater papo com não sei quem”. Tô fora! Como é que um cara que eu dou um tiro na casa dele eu vou chegar na casa dele e vou bater papo? (Policial do Gepar)”.*⁵

^a A Mediação é um programa do Governo de Minas Gerais desenvolvido pela Superintendência de Prevenção à Criminalidade, na Secretaria de Estado de Defesa Social, que visa à atuação direta nas áreas de maior incidência criminal do Estado de Minas Gerais. Esse programa consiste na instituição da *Mediação* como instrumento extrajudicial de prevenção, manejo e resolução de conflitos, buscando promover mudanças nas relações humanas através de um processo estruturado em etapas que viabilizem o estabelecimento e restabelecimento do diálogo entre as partes.

“A comunicação interna está ruim: as pessoas acham que o Programa Fica Vivo! é da polícia. A imprensa só noticia as coisas ruins: aqui só vêm entrevistar a gente para os programas policiais, os homicídios, os cadernos de polícia dos jornais (Fala de líder)”.

Em todos os relatos apresentados nas avaliações do Cebrap (Morro das Pedras, Alto Vera Cruz, Pedreira Prado Lopes, Conjunto Felicidade e até na RMBH, Palmital e Nova Contagem), evidencia-se a dificuldade em situar esse espaço de interlocução com a comunidade. Seja pelas dificuldades de responder às demandas comunitárias apresentadas, seja pela dificuldade técnica de manejar, lidar com os porta-vozes dessas demandas, especialmente no que diz respeito à polícia.

A metodologia de implantação do programa apresenta etapas diferentes, na medida em que este se expande e se consolida como política de prevenção social à criminalidade. Os cursos de gestores e a elaboração de Planos Locais, que se integram a esta etapa, funcionam como estratégias de coleta de dados e de informações sobre a comunidade, ou seja, associam-se uma perspectiva de planejamento participativo e uma de diagnóstico comunitário. Em 2004, o processo de implantação é mais institucionalizado, tornam-se mais evidentes as ações voltadas para um reconhecimento intra e extragoverno do Fica Vivo!. Era necessário apresentar ao governo e à sociedade o programa como uma ação de prevenção, que se situava na política estadual de defesa social. Por meio de eventos de caráter formal e público, inclusive com

a presença de autoridades municipais e do próprio governador, consolidava-se a institucionalização do programa. Seminários de grande porte, lançamentos de livros e documentários de grupos reconhecidos por tratar de temas das comunidades como o Afro Reggae, encontros com instituições diversas, marcariam o que podemos chamar de segunda fase da implantação do programa.

A experiência da área piloto do Morro das Pedras foi muito significativa para o Fica Vivo!. A melhor expressão desse investimento territorializado são os resultados que se manifestam de forma mais robusta nesta área, conforme apresentado tanto por Peixoto⁹ quanto por Silveira⁵. O trabalho nesta fase representou grande desafio para os gestores locais e introduziu na agenda governamental o tema da prevenção à criminalidade, partindo da questão dos homicídios e dos jovens envolvidos com as gangues.

Ao nos questionarmos sobre quais estratégias foram diferenciadas na implantação do programa, na área piloto e nas outras áreas, percebemos que em primeiro lugar o Grupo de Estudos não tinha caráter governamental, o que possibilitou maior experimentação. Segundo Martinez¹⁰, as novas orientações para as políticas públicas demandariam uma atuação com maior flexibilidade e discricionariedade em relação ao ambien-

te em que se opera, a fim de possibilitar a cobertura de demandas tão diversas e heterogêneas como as atuais. Essa concepção mais flexível, com maior adequação aos problemas locais – o Fica Vivo! foi desenhado à medida que era implementado – produziu um marco normativo de uma administração mais estratégica, com menor rigidez e mais descentralizada; e ao mesmo tempo, uma administração mais pluralista e participativa, “mais permeável”¹¹. Na medida em que o programa se institucionaliza, a flexibilidade diminui, tendo em vista a demanda por padrões mais ajustados com a máquina pública e com os interesses governamentais.

Em segundo lugar, a articulação em rede no início do programa foi mais intensa, mas as disputas conceituais com as instituições de Justiça, assim como a perspectiva de uma atuação conjunta com a polícia quebraram o interesse dos técnicos sociais da prefeitura em participarem do projeto. Isto decorreu também do fato de esses técnicos serem voluntários, que estavam no grupo por interesses específicos. Silveira⁵ reforça, na conclusão de sua pesquisa, a necessidade de envolver mais o município na construção das alternativas para a criminalidade:

“Estes resultados fortalecem ainda a convicção na importância e pertinência da inclusão de programas de prevenção

aos homicídios nos planos de segurança local, dos municípios nos quais este seja um importante problema de segurança e saúde pública, consideradas as ressalvas feitas quanto às variáveis de contexto”⁵

Mesmo com a contratação de técnicos, como podemos perceber nas avaliações do programa feitas por instituições externas, ainda existe a disputa entre a lógica de acolhimento e a lógica de controle. Acreditamos ser este um problema conceitual de longo alcance que exige práticas mais bem orientadas e uma formação teórico-profissional mais adequada dos envolvidos. Os investimentos do Programa Fica Vivo! em formação técnica demonstram esta necessidade. Nos últimos anos foram três cursos de especialização para técnicos: na área de Juventude/ Prevenção ao Crime pela PUC Minas, Segurança Pública e Justiça Criminal pela Fundação João Pinheiro, e Estudos da Criminalidade e Segurança Pública pelo Crisp/UFMG, em 2006, sem falar nos diversos encontros de formação.

A questão da rede local também é um problema enfrentado pelo programa. Nas palavras de Isuani¹², a discordância em relação ao encaminhamento das demandas sociais, a discrepância de objetivos pretendidos e os meios para alcançá-los, a contradição entre adesão e participação, as discordâncias em re-

lação às normas são alguns dos motivos para a implementação em rede ser sempre complexa e desafiadora. No caso do Morro das Pedras, essas razões ainda não estavam explícitas, tendo em vista que as pessoas se agregaram de forma espontânea em torno do problema. Com a expansão do programa, amplia-se a área de atuação e os desafios e divergências também. Além disto, a presença de diversos técnicos da prefeitura responsáveis pelo contato com a comunidade – o que não se manteve nas fases posteriores de implantação – pode ter fortalecido os vínculos sociais da comunidade com o programa, na fase inicial. Acreditamos que, mesmo a partir de uma maior sistematização das estratégias, da contratação de pessoal técnico para trabalhar nas áreas e do distanciamento da prefeitura dos projetos locais, esses vínculos se mantiveram. Isto porque foi marcante no desenho da intervenção a diretriz da participação comunitária como elemento que agrega valor à política. Ou seja, a participação não se deu, na primeira fase do programa, apenas em instâncias e espaços predefinidos, como o Fórum Comunitário: ela se fez por contatos permanentes de pesquisadores do Crisp, de técnicos da prefeitura e da constituição de grupos focais para a identificação de problemas, o que demonstra, além do interesse do Estado pelas questões locais, a valoriza-

ção do conhecimento dos moradores sobre a realidade da comunidade.

A instalação do Núcleo de Referência

Existem muitos documentos com formulações do Núcleo de Referência, que é o equipamento de base local do Programa Fica Vivo!, situado dentro da comunidade. Mas sua função geral permanece a mesma do primeiro registro: “o Núcleo de Referência é uma proposta para incluir a comunidade, em especial as crianças e adolescentes no Sistema de Proteção Social”. (Projeto Resumo Fica Vivo! – DPSJ/ Spec, 2003). A ideia de inserção social de jovens no sistema de proteção social apresenta duas vertentes: a inserção em um sistema de proteção existente, em programas sociais de base local, e o atendimento às especificidade do público-alvo, jovens envolvidos com a criminalidade. Isto significou grande desafio para o programa, pela inexistência de equipamentos locais que atendessem ao público-alvo e pela fragilidade da rede de proteção local.

Buscar atenção a esses jovens significava instituir um serviço novo, com metodologia adequada, técnicos qualificados e espaço físico também adequado. O Núcleo, ao se constituir dentro da comunidade, tornou-se um espaço de

referência para estabelecer a articulação com o sistema de proteção social existente, mesmo que precário e muitas vezes externo à comunidade, e, ao mesmo tempo, para acolher as demandas específicas dos jovens. Apresentou-se como um desafio totalmente novo e aberto à experimentação, tendo em vista o grau de incerteza do que seria feito e dos possíveis resultados.

*“O Núcleo de Referência é uma proposta para incluir a comunidade, em especial as crianças e adolescentes no Sistema de Proteção Social. Por isso os projetos sociais têm grandes responsabilidades no trabalho com adolescentes e jovens das classes populares. Eles devem conter novos meios para trabalhar com e para um público que experimenta todas as formas de exclusão, através de metodologias que visem à inclusão e que promovam o protagonismo juvenil. Não para substituir a função da escola, da saúde ou da assistência sociopsicológica, mas para se aproximar desses jovens e trazê-los para esses espaços de transformação. Esse trabalho deve ser construído conjuntamente com os educadores sociais ou oficinairos, coordenadores, profissionais da saúde, pesquisadores, professores etc., em reuniões de grupos, refletindo sobre suas certezas, incertezas, resignificando suas experiências e reinventando novas dinâmicas”.*¹³

Mesmo com capacitação técnica adequada, diagnósticos detalhados, desenho e planejamento realizados, instalar um equipamento de base local em um lugar reconhecido pelos altos índices de violência e com a proposta de acolher, exatamente, os jovens ligados diretamente aos conflitos com a criminalidade, representava uma tarefa difícil. Isto porque um dos maiores problemas enfrentados pelas instituições locais é exatamente a violência, que muitas vezes provocou o fechamento de equipamentos públicos. A importância do apoio da comunidade foi crucial para a efetivação da proposta do Núcleo, seja ajudando a encontrar espaço físico nas favelas para a montagem do serviço, seja através da “busca ativa dos jovens” para participarem do programa. Nesse sentido, os oficinairos, que em sua maioria absoluta são moradores locais, exercem uma função central: além da interlocução com os jovens, medeiam as relações dos jovens com o tráfico.

Em síntese, a função principal do equipamento instalado na comunidade é a produção de ações capazes de garantir a proteção e inclusão social do público que chega até ele. Isto se dá por meio da construção de mecanismos que promovam ações de redução dos fatores de risco, e do fomento a novas formas de relações sociais nas comunidades. Um equipamento local funcionando diariamente,

preparado para dar suporte às demandas locais, representava a possibilidade de aumentar a cobertura das ações e ao mesmo tempo produzir fatores de proteção em oposição aos fatores de risco.

Os *Núcleos de Referência* do Programa foram implantados em 2004. Eles abriram uma nova possibilidade de cobertura e acesso dos jovens a serviços de proteção social, promoveram a articulação das ações locais dos trabalhos desenvolvidos (oficinas, grupos e fóruns comunitários) e ao mesmo tempo acolheram a demanda espontânea pelos motivos mais diversos possíveis. Entre as suas atribuições destacam-se:

- 1 Articulação dos parceiros da região.
- 2 Articulação dos grupos de trabalho (Educação, Apoio a Jovens, Esporte, Inclusão Produtiva e Comunicação).
- 3 Acompanhamento e encaminhamento dos jovens envolvidos direta ou indiretamente com a violência.
- 4 Cadastramento geral dos usuários do programa.
- 5 Levantamento das demandas dos usuários do programa, para construção de oportunidades. A proposta é que a partir desse levantamento o Núcleo de Referência possa abrir espaço para

a inclusão progressiva dos jovens em outros projetos.

- 6 Acompanhamento das oficinas (cultura, saúde, formação profissional, esportes, comunicação, vídeo) e sua articulação com as outras áreas do programa.
- 7 Coordenação de fóruns comunitários.
- 8 Desenvolvimento de ações para jovens pais e agressores domésticos.
- 9 Levantamento, juntamente com os coordenadores das oficinas, dos jovens que demandam atendimento e acompanhamento regulares.

O caráter de envolvimento dos técnicos com os problemas locais é percebido na forma como eles se organizam dentro das comunidades e se associam aos moradores, a fim de atingir os objetivos do programa, assim como se associam aos jovens a fim de criar laços com eles. Devemos destacar que a contratação dos estagiários estaria vinculada aos mesmos princípios e ao fato de ter um profissional da área para acompanhá-los.

“Nossa expectativa é que através do Núcleo, das oficinas e das demais frentes de ação do programa os jovens tenham alternativas em relação à elaboração de um projeto de vida que exclua as drogas. Per-

cebemos que num contexto com muitas drogas é importante a oferta de oportunidades de formação de grupos e vínculos baseados em atividades “sadias”. Nossa meta é que eles se firmem em uma opção pela vida, o que exclui as drogas. Queremos que eles Fiquem vivos!”¹³

A equipe técnica¹³ era composta de um coordenador, um orientador social e um pesquisador, todos devendo ter formação na área social ou em ciências humanas. Suas funções se dividiam, respectivamente, em coordenar os trabalhos, acompanhar as oficinas e coletar dados sobre a criminalidade local. Além destes, haveria um estagiário da área jurídica e outro da área social. Com o passar do tempo, essa formação foi modificada, e a equipe técnica passou a contar com 2 técnicos e 4 estagiários, sem exigência de formação específica, embora a maioria fosse da área de ciências sociais.

A manutenção e a sustentação do Núcleo de Referência foram garantidas pela entrada de outro programa, Mediação de Conflitos, e o estabelecimento de parceria com uma Oscip, que viabilizaria a permanência dos técnicos, assim como condições mínimas e legais de trabalho, garantindo direitos legais básicos e capacitação permanente. As funções estabelecidas pela coordenação do programa – no caso, a Diretoria de Promoção

Social da Juventude, à qual o Programa está vinculado – também deixam claro o perfil mais social e participativo pretendido para os técnicos.

As principais funções estabelecidas para os técnicos são:

- 1 Acolhida e escuta do público – estudo de cada caso.
- 2 Elaboração de estudo socioeconômico do público em geral.
- 3 Agendamento de atendimentos e encaminhamentos necessários.
- 4 Identificação de emergências.
- 5 Informação ao público e à comunidade em geral sobre Ações de Prevenção.
- 6 Mapeamento da rede local.
- 7 Realização de visitas à Rede Local e estabelecimento de contatos.
- 8 Coordenação de oficinas.

Essas funções foram aprimoradas com a proposta gerencial denominada Projeto Estruturador Fica Vivo, de modo que o cumprimento de metas e o monitoramento de resultados – no caso, número de jovens e de oficinas por localidade onde o programa estava implementado – tornaram-se exigências do Governo Estadual. Foram instituídas mais duas funções para os técnicos locais: atingir metas de atendimento de referência e realizar estudos de casos e

diagnóstico social e individual, além de, obviamente, identificar, atender e monitorar um público específico.

As funções dos técnicos foram padronizadas, no intuito de estabelecer parâmetros mínimos de avaliação de seu desempenho e dos produtos e instrumentos do programa, como relatórios de atividades, tabelas de metas de jovens e atendimentos, monitoramento e banco de dados. Do mesmo modo, os investimentos no programa foram condicionados ao cumprimento de metas. Proporcionalmente, tais investimentos cresceram muito até o ano de 2006, estabilizando-se em seguida. De qualquer modo, não se havia investido em prevenção social à criminalidade até a criação do Fica Vivo! e da Superintendência de Prevenção a Criminalidade – Spec. O orçamento estadual para o programa foi maior do que o das outras ações da Superintendência, e o Fica vivo! foi o único programa da área de prevenção em Minas Gerais a obter financiamento federal, em torno de 5 milhões de reais, nos anos de 2004/2005. Em 2004, o orçamento estadual foi de 2,5 milhões de reais, em 2005 de 5 milhões de reais (destaque-se que nestes dois anos também havia financiamento federal) e em 2006 e 2007 de 7 milhões de reais por ano. Junto com o orçamento, as metas também cresceram. Em 2003, foram

apenas 440 jovens atendidos, passando para 2000 jovens em 2004 e 5000 em 2005. Em 2006, essa meta dobra para 10 mil jovens e em 2007 chega a 13 mil. Obviamente, a expansão do programa acompanha essas metas.

O Núcleo de Referência é um grande articulador das estratégias do FicaVivo!. O seu caráter totalmente descentralizado, embora possa exigir uma maior capacidade técnica e apresente um desafio para a operacionalização da metodologia básica do programa, representa uma grande capacidade de operar na incerteza, essencial para programas que lidam em um contexto tão instável e com problemas tão diversos.

O potencial das oficinas

Uma estratégia a destacar na metodologia do programa se refere às *oficinas*. Aqui elas são entendidas como espaços que devem despertar o interesse do jovem em participar de atividades socializantes, que estejam em sintonia com a linguagem própria do jovem e da sua comunidade e que incentivem as relações entre jovens e pessoas de referência das comunidades. As oficinas são ministradas por instrutores comunitários que desenvolveram técnicas de trabalho nos diferentes campos da cultura local. São acompanhadas pelos técnicos do Núcleo

e representam a “porta de entrada” dos jovens no programa. Elas se iniciaram ainda no Morro das Pedras, com o objetivo de constituir um espaço de interlocução com os jovens, favorecendo uma comunicação mais ampla com estes, utilizando-se, para tanto, da cultura, da mídia e da arte. Foram implantadas inicialmente dentro das escolas, por dois motivos essenciais: ausência de espaços disponíveis e seguros dentro da comunidade e necessidade de reduzir a violência dentro da escola, fortalecendo o diálogo entre os profissionais e alunos, frequentes e visitantes, por meio de múltiplas formas de linguagem.

As primeiras parcerias fora da escola surgiram na área piloto com as lideranças que participavam do grupo focal e dos fóruns comunitários. Foram apresentadas na forma de projetos, que seriam aprovados ou não, no Fórum Comunitário. Como resultado do diagnóstico das oficinas, feito pelos técnicos no início de 2004, com os moradores, uma série de ações foram desenhadas. Dentre as principais, ou ações básicas para a implantação do programa, pudemos mapear as seguintes:

- 1 Produção de informações sobre a situação da saúde na comunidade e sobre as vítimas.
- 2 Produção de informações sobre a situação da educação na comunidade, oferta de serviços públicos, projetos de educação.

- 3 Formação de um Grupo de Estudos para discussão dos dados apresentados pela PBH e serviços e programas que atendem jovens das comunidades envolvidas.
- 4 Produção de informações sobre os jovens e suas demandas mais específicas que podem influenciar e se associar a fatores de risco: uso de drogas – mães sociais – DDST/ Aids.
- 5 Constituição de princípios de proteção social.
- 6 Discussão sobre o conceito e ações de prevenção.
- 7 Criação de “grupos de apoio” a jovens, formados por membros da comunidade, das entidades e pelos funcionários dos equipamentos públicos do local, com coordenação do Conselho Tutelar.
- 8 Promoção de encontros de entidades e projetos que participam do programa.
- 9 Promoção de cultura e lazer aos jovens (infratores ou não, matriculados nas escolas, ou não), abrindo espaço para expressão e promoção artística, através da implantação de oficinas de música, dança de rua, teatro e vídeo nas escolas ou em espaços comunitários, em três etapas: a) 3 meses de oficinas abertas ao

público em geral na escola de referência da comunidade; b) 3 meses de oficinas dirigidas a um público a ser selecionado; e c) indicação de jovens para recebimento de bolsa comunitária, para realização e produção de atividades artísticas, culturais e sociais na comunidade.

- 10 Realização, através do Centro de Saúde e Faculdade de Medicina da UFMG, de palestras sobre educação sexual, DST Aids e uso de drogas.
- 11 Promoção de atividades específicas para jovens em conflito com a lei, através do encaminhamento deles, pelo Ministério Público, para o Programa Liberdade Assistida.
- 12 Fornecimento, por parte da PBH, de Bolsa Escola e vale-gás para público indicado.

Com a ampliação do programa para as demais áreas de Belo Horizonte, da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do interior do Estado, essas ações, que tinham um caráter muito específico e localizado, foram adequadas para uma diretriz mais normalizada, com uma parte comum para todas as áreas. O que era específico era definido nos planejamentos locais, ou seja, optou-se por

um desenho geral e as ações vinculadas a uma rede social local ou que se relacionassem a questões específicas do território seriam desenhadas por plano local.

O programa adquiriu um desenho diverso para cada lugar onde foi implementado e, segundo algumas avaliações,⁶ não conseguiu manter a proposta original do Morro das Pedras, o que, a nosso ver, pode ser analisado sob diferentes perspectivas, levando-se em conta o objeto de trabalho, jovens envolvidos com a criminalidade em territórios de intensa diversidade social. Ou seja, essa forma mais discricionária, que exige grande especialização dos técnicos e ao mesmo tempo lhes confere maior autonomia, pode ser bastante eficaz no controle de homicídios e de envolvimento de jovens com a violência e criminalidade. A condição do programa de atuar muitas vezes na emergência, quando possibilita a entrada de jovens envolvidos com a criminalidade, através das oficinas, exige essa experimentação. *“Há ainda núcleos em que o trabalho com os jovens mais envolvidos na criminalidade é feito pelos oficinairos. Como dito pela coordenadora de oficinas: tem oficinairo que banca ir até as gangues, no momento de crise, convencer pela paz”*.⁶

Os oficinairos são a grande prova da efetividade do programa. No monitoramento realizado pelo Laboratório de Ciências Sociais da PUC Minas, apresentam-se resultados significativos

em relação à atuação deles: mesmo que a formação e a capacitação profissional ainda estejam aquém das necessidades técnicas,⁵ é evidente a capacidade deles de chegar até o público-alvo.

Esse monitoramento foi realizado com uma amostra expressiva de 1500 jovens e 40 oficineiros, além de técnicos e representantes da comunidade, levantou dados relativos à efetividade de implementação do programa sob a ótica do oficineiro e por meio da documentação sistemática de aspectos-chave do desempenho do programa. Um dos resultados mais importantes da pesquisa é a compreensão da diretriz normativa do programa, que define a integração de atividades preventivas e repressivas, a ampliação dos valores culturais e a constituição de referências para os jovens das comunidades através das oficinas, promovendo maior socialização e noções de cidadania. Também entre as conclusões desta pesquisa está a abertura de espaço para se discutir questões relativas ao cotidiano dos jovens moradores de vilas e favelas da cidade.¹⁵ Talvez uma questão central seja a busca de alternativas ao mundo do crime, assim como à imagem negativa associada pela sociedade aos jovens que vivem em territórios de violência, impossibilitando-os de circularem, de se manifestarem, de mostrarem seus interesses para além das fronteiras do território.

Os elementos apresentados até aqui como fundamentais no Programa Fica Vivo! – *grupos focais, fóruns comunitários, curso de Gestão Local, Plano Local, Núcleo de Referência, oficinas* – são comuns a todos os Núcleos onde o programa foi implantado: até o momento, em 24 localidades do Estado de Minas Gerais. Podemos considerá-los como o alicerce do programa e, mesmo que as atividades engajadas dos Planos Locais se diferenciem em cada território, essas estratégias estarão presentes em maior ou menor grau de efetividade. Essas diferentes perspectivas de atuação demonstram o caráter bastante flexível e abrangente do programa, passível de adaptações, com diferentes possibilidades de organização a partir das atividades e projetos locais, e com forte conteúdo comunitário. “*A solidariedade é o conhecimento obtido no processo sempre inacabado de nos tornarmos capazes de reciprocidade através da construção e do reconhecimento da intersubjetividade*”.¹⁶

Os elementos identificados no Programa Fica Vivo! informam o tipo de intervenção focada em diferentes fatores de risco, o que caracteriza a política de prevenção à criminalidade. Os resultados conquistados pela intervenção podem se associar a esta intervenção múltipla, que absorve características locais, mas que mantém um marco analítico forte e estratégico. Quando combina políti-

cas ampliadas com ações focalizadas, o programa possibilita manter a centralidade de determinadas estratégias contínuas, integrando outras ações dirigidas de promoção social para determinado grupo, no caso os jovens que demandam atenção especial e diferenciada.

Vários problemas de formulação e implementação das políticas sociais precisam ser superados para que os programas alcancem de fato seus objetivos – seja a fragmentação institucional, sejam os financiamentos dependentes de aprovações orçamentárias ou atendimento de metas. O formato ainda centralizado dos sistemas e subsistemas de decisão, a qualidade das redes parceiras, o uso clientelístico dos programas constituem outros desafios.

Se, no momento inicial do programa, ainda enquanto projeto e coordenado por um grupo de estudos, o Fica Vivo! introduz novos elementos na política de segurança pública – a integração de agências de segurança e justiça, a produção de ferramentas compartilhadas, a prática de discutir e analisar experiências positivas –, em um segundo momento, ao se institucionalizar como programa de governo, ele possibilita o acesso e o aumento da cobertura por meio da implantação de um Núcleo de Referência dentro das comunidades. A implementação de uma política pública focada

em fatores de risco ainda representa um grande desafio para os gestores públicos.

No que diz respeito à avaliação do programa, vários recursos metodológicos foram mobilizados para avaliar os seus resultados e impactos, tais como *survey* de vitimização, acompanhamento das estatísticas oficiais de crimes, realização de grupos focais e entrevistas com informantes-chave. Silveira⁵ descreveu como o programa no Morro das Pedras contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da população local, com a redução dos tiroteios, das restrições à circulação entre as várias comunidades e com o estabelecimento de um clima que favoreceu o incremento da vida associativa local. O programa foi ainda submetido a estudos de custo-efetividade.^{17,18} Matta e Andrade¹⁷ avaliaram o programa sob uma perspectiva econômica, com base em um modelo de equilíbrio geral do crime e utilizando o método de *difference-in-difference*, na tentativa de avaliar o efeito do Fica Vivo!. Os resultados apontaram uma relação significativa entre a presença do programa e a criminalidade nos setores censitários contidos na região do Morro das Pedras, onde a criminalidade decresceu aproximadamente 2.7% em relação às demais comunidades no período analisado. Os autores, contudo, ressaltam o fato de que programas de combate e prevenção

à criminalidade como o FicaVivo! apresentam resultados mais robustos no longo prazo. Andrade e Peixoto¹⁸ utilizaram a metodologia de avaliação econômica de programas de controle e prevenção da criminalidade desenvolvida pelo *Washington Institute of Public Policy*. As autoras efetuaram uma avaliação de custo-efetividade comparando 8 programas, sendo um de controle da criminalidade (Programa de Patrulha Ativa) e 7 de prevenção, a saber: Bolsa Família, Programa Uerê, Programa Paz nas Escolas, Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd, Programa Associação de Proteção e Assistência aos Condena-

dos – Apac, Programa Central de Penas Alternativas – Ceapa, Programa Liberdade Assistida – LA. Foi estimado o número de crimes sérios evitados por cada programa, o valor presente dos crimes sérios evitados por beneficiário médio de cada programa e o custo anual por beneficiário segundo cada programa, reais por crime sério prevenido, e os crimes sérios prevenidos por um milhão de reais investido. O estudo concluiu que o Programa Fica Vivo! demonstrou ser o de melhor custo-efetividade evitando 1548,73 crimes sérios por milhão de reais investidos. Outras avaliações realizadas^{5,19} destacam a redução dos homi-

Perfil do jovem	
Oriundos de famílias desestruturadas (ausência dos pais)	...) Nós fomos na casa dele e descobrimos que não tem reboco, ele não tem mãe, o pai amputou a perna a semana passada, o pai é alcoólatra e diabético.
Vivência ou proximidade com o crime, drogas, armas	...) você vai olhar a vida dele, assim, a fundo e ver que o pai faz uso de droga, faz dentro de casa. Tudo bem a pessoa trabalha e tal, mas uma família assim sabe... muito errada, então é, complicado.
Baixa escolaridade ou estão fora do ambiente escolar	Não tem família, a família tá desestruturada. Não tem escola, tem 17 anos, não sabe ler nem escrever. Não sabe pronunciar as palavras.
Extrapola os limites estabelecidos para atendimento	“[...] Eu tenho uma faixa etária de 12 e até 30 anos, porque apesar do programa atender até 24, às vezes a gente abre uma exceção.”

Figura 1 – Perfil do jovem do Programa Fica Vivo!

Fonte: PUC MG / 2006.¹⁵

cídios na área piloto de intervenção do Morro das Pedras e outros benefícios, como redução importante do número de homicídios tentados, assaltos a transeuntes e de assaltos a ônibus.

Ao concluirmos este trabalho, podemos olhar para os desafios que ainda teremos neste campo, como o estabelecimento de estratégias mais eficazes para a acolhida de jovens que se encontram em total envolvimento com as gangues e com o tráfico de drogas, jovens muitas vezes ameaçados de morte. Olhar para frente é uma forma de valorizarmos as experiências no presente, pois são elas que nos apontam os rumos futuros.

Referências

- 1 Meny I, Thoening JC. Las Políticas Públicas. Barcelona: Ed. Ariel AS: 89-193, 1992.
- 2 Viana AL. Abordagens metodológicas em Políticas Públicas: Núcleo de Estudos em Políticas Públicas/ NEEP. 1998.
- 3 Cruz APG. Programa Fica Vivo! Controle de homicídios. Morro das Pedras, Belo Horizonte – MG, Avaliação de Processo, 2004. (mimeo)
- 4 Alves MC . Políticas de Prevenção à Criminalidade. A Inovação do programa Fica Vivo!. Cladistics (Westport), v. XII, p. 01-07, 2007.
- 5 Silveira AS. Prevenindo homicídios: avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte. 2007. Tese (Doutorado) UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- 6 Corrêa AU. Desafios e revisões do Programa Fica Vivo à luz dos seus anos de existência. Monografia de conclusão apresentada ao Curso Superior de Administração Pública (CSAP), promovido pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro (FJP), 2008. (mimeo)
- 7 Minas Gerais. Secretaria de Estado de Defesa Social. Documento da Diretoria de Promoção Social da Juventude/SPEC, 2003/2004 (mimeo)
- 8 CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Avaliação de Processo – Relatório Final de Santa Luzia. Setembro, 2006.
- 9 Peixoto TB. Uma contribuição para prevenção da criminalidade. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG/CEDEPLAR, Belo Horizonte, MG, 2008.
- 10 Martinez R. Nogueira. Los proyectos sociales: de la certeza omnipresente al comportamiento estratégico. Naciones Unidas. CEPAL. Santiago de Chile, 1998. (Séries Políticas Sociales, 24).
- 11 Brugué Q, Gomá R (Coord.). Gobiernos local e y políticas públicas: bienestar social, promoción económica y territorio. Barcelona: Ariel, 1998.
- 12 Isuani, F. (2005). Gestión intergubernamental de programas sociales. El caso Del Componente de Formación del Plan Jefes y Jefas de Hogar (Argentina 2002-2003) .
- 13 Minas Gerais. Secretaria de Estado de Defesa Social. Projeto Controle de Homicídios Fica Vivo!, Julho, 2003. (mimeo)
- 14 Minas Gerais. Secretaria de Estado de Defesa Social. Projetos do Programa Fica Vivo, Diretoria de Promoção Social da Juventude 2004, 2005, 2006. (mimeo)

- 15 PUC. Departamento de Ciências Sociais. Laboratório de Pesquisa Social. Monitoramento do Programa Fica Vivo: Relatório Final das Atividades nos Núcleos Jardim Felicidade e Jardim Teresópolis (Betim). jul. 2007.
- 16 Santos BS. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 4ed. SP.Cortez, 2002.
- 17 Matta RA, Andrade MV. Avaliação Econômica do Impacto do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo, Belo Horizonte, 2005, 20p. (mimeo)
- 18 Andrade MV. Avaliação economia de programas de prevenção e controle da criminalidade no Brasil. Mônica Viegas Andrade e Betânia Totino Peixoto (Org.). Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2007.
- 19 Silveira AM, Silva BAF, Beato, C. Prevenção de Crimes Urbanos: O Programa Fica Vivo. In: Lima RENATO SÉRGIO & PAULA LIANA. Segurança Pública e Violência – O Estado está cumprindo seu papel. São Paulo: Contexto, 2006 p.77-88.

Capítulo 9 – Projeto Frutos do Morro

Elza Machado de Melo / Adriana Braga Chaves / Adrielle Caroline Parreira / Allan Patrocínio Pereira / Carolina Campos Esteves / José Reinaldo de Queiroz Júnior / Krisley Cristiane de Castro / Lauriza Maria Nunes Pinto / Lillian Nobre de Moura / Lennon da Costa Santos / Lucas Campos Garcia / Priscila Lemos Freitas / Sílvia Eleutério da Silva

O Projeto Frutos do Morro, do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG, tem como objetivo a promoção da saúde e da paz como estratégia de prevenção da violência e se desenvolve junto à comunidade – especialmente os adolescentes – do Aglomerado Morro das Pedras, região que apresenta um dos maiores índices de homicídios de Belo Horizonte. Tem como principal fundamentação teórico-metodológica a Teoria da Ação Comunicativa, de Habermas, cujos conceitos e proposições, assim como os modos de sua aplicação à abordagem da violência foram, detalhadamente, apresentados no primeiro capítulo. O projeto adota a tese de colonização do mundo da vida^{1,2,3} para explicar a intensa proliferação da violência nas sociedades atuais e, por consequên-

cia, propõe como forma de abordagem e prevenção a criação de espaços de encontro, onde se cultivam as interações mediadas pela linguagem e por meio das quais são gerados laços de solidariedade capazes de substituir o uso da força nas relações humanas.⁴

O projeto consiste em:

- realização de oficinas semanais permanentes com adolescentes das escolas do Aglomerado Urbano Morro das Pedras, coordenadas por, no mínimo, dois membros da equipe do projeto, estudantes e profissionais de várias áreas do conhecimento: enfermagem, fonoaudiologia, fisioterapia, medicina, psicologia, pedagogia e terapia ocupacional;
- realização semanal de reunião com todos os membros do proje-

to, estudantes, professores da universidade e profissionais de outras instituições, com a finalidade de avaliar as atividades da semana e planejar as subsequentes;

- formação de grupos de tutoria entre os estudantes: aqueles que estão iniciando no projeto realizam oficinas com estudantes que já são oficineiros há pelo menos um ano;
- reuniões executivas semanais de cada grupo responsável por uma oficina;
- capacitação da equipe por meio de seminários quinzenais, abordando temas relacionados à prática;
- desenvolvimento de seminários anuais de avaliação, reorientação e atualização do projeto, com a participação da equipe e da comunidade;
- desenvolvimento de Seminários Comunitários, com o objetivo de ampliar a participação, divulgar e compartilhar os produtos do projeto e definir novas diretrizes.
- desenvolvimento de pesquisas, conectando o próprio fazer do projeto à produção sistemática de conhecimento, por meio de procedimentos metodológicos qualitativos, em especial, a ob-

servação participante, ou de pesquisas definidas pelas demandas geradas na prática ou, ainda, do desenvolvimento de pesquisas avaliativas, do próprio projeto ou de seus desdobramentos.

Como se pode ver, o projeto se orienta firmemente pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tão caro à universidade.

Oficinas: espaços de encontro, reflexão, diálogo e construção

Cada estudante ou profissional deve estar na comunidade por pelo menos um período da semana, junto aos adolescentes, realizando uma das oficinas, entre as várias que compõem o projeto. É no espaço das oficinas que se propõe construir, junto com os adolescentes, estratégias de promoção de saúde e enfretamento da violência, em busca de uma cultura da paz. Elas prosseguem durante o ano todo, seguindo o calendário escolar dos adolescentes e se organizam em três modalidades: as oficinas livres, que lançam mão de inúmeros recursos – leitura, teatro, música, poesia, jogos –, o Infomorro, e as oficinas de esporte (jiu-jitsu e capoeira), que agregam às primeiras, como recurso básico, a informática e o esporte, res-

pectivamente. Todas as três modalidades envolvem momentos de reflexão e interação, gerando desenvolvimento pessoal, conhecimento e habilidades e, principalmente, vínculos entre os participantes.^{5,6}



Figura 1 – Oficina de Capoeira. Oficineiros e adolescentes^a.

As oficinas abordam vários temas relevantes para os adolescentes – sexualidade, saúde, lazer, modo de vida, violência e paz, profissionalização – e temas da ordem do dia, como plebiscito sobre o desarmamento, eleições, etc., mas todas elas têm sua identidade definida nos espaços de encontro, contando, portanto, com a participação de todos os envolvidos. Obviamente, uma vez definida a temática, estudantes universitários e profissionais têm papel chave na organização das oficinas correspondentes, o que fazem com os aportes obtidos na li-

^a Todos os adolescentes que aparecem nas fotos e participam das oficinas ou seus responsáveis deram seu consentimento por escrito.

teratura própria, em congressos de que participam, pelo intercâmbio com outras experiências ou pela criação propriamente dita, pela combinação de técnicas, saberes e experiências multidisciplinares. Essa experiência dos quase sete anos de existência deu origem a um Manual de Oficinas, que tem importante papel orientador, em especial, para os novos integrantes do projeto.

Mas, afinal, o que é uma oficina?

*“A Oficina se configura em um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social. A elaboração que se busca na oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolve os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir”.*⁷

A oficina – como de resto todas as atividades do projeto – é estruturada, mas, ao mesmo tempo, flexível e conduzida de tal modo que se abra à contribuição de todos os participantes, a partir do que cada um sabe, pode e gosta de fazer. Geram-se, assim, saberes e práticas coletivos que darão corpo e conteúdo aos princípios do projeto e a novas propostas e atividades.⁶ Por exemplo, o nome e a logomarca do projeto foram sugeridos e escolhidos

pela própria comunidade e pelos adolescentes. A autonomia, condição pela qual cada ator envolvido é também autor de tudo que for produzido,² é altamente valorizada: é preciso que cada participante se reconheça no projeto e que todos se reconheçam uns aos outros como sujeitos competentes, capazes de agir e de falar.

Só dessa forma é possível a criação de vínculo, entendido como a relação que se constrói entre as pessoas na convivência grupal e através da qual se dá o processo de desenvolvimento pessoal e social. É na relação e na troca com o outro que construímos e reconstruímos nossas possibilidades: o vínculo tem uma função essencial em toda e qualquer ação que objetive mudanças e transformações. Ele funciona como uma abertura ao diálogo e à reflexão, pois liga os sujeitos, cria condições e amplia o modo de sentir e perceber a si mesmo e ao outro. Dele depende o andamento do trabalho. Não se trata de um comportamento de benevolência com o outro, mas de uma relação pautada pelo respeito e pelo compromisso. Portanto, a construção do vínculo não se dá unicamente pela necessidade ou pela sua importância, mas, sim, pela disposição dos sujeitos envolvidos em participar da atividade, pelo querer estar ali e fazer parte do grupo.

Ao se trabalhar com grupos, é importante conhecer a sua dinâmica, seja o grupo pequeno ou grande, aberto ou fechado, homogêneo ou heterogêneo, de curta ou longa duração, pois tudo isso influenciará o trabalho, a produção, o andamento do grupo e o estabelecimento de relações entre os participantes.^{7,8} Se a oficina se propõe a trabalhar uma questão, precisamos então delinear qual é a demanda do grupo ou da instituição ou, até mesmo, de quem está propondo a oficina.

Os relatos abaixo, extraídos da observação participante^b de um dos grupos de oficinairos, ilustram as dificuldades e os desafios encontrados a partir das diferentes e singulares demandas que são endereçadas ao projeto. Os dois relatos se referem à oficina de jiu-jitsu, que foi criada a partir do desafio posto pela demanda de uma das escolas parceiras do projeto para que se trabalhasse com adolescentes em situação grave de risco. Era preciso pensar uma metodologia que atraísse esses jovens, ainda mais marcados pela exclusão do que os outros, e assim surgiu a ideia, intensamente debatida no projeto, de associar as oficinas já desenvolvidas no projeto com o jiu-jitsu. Mas,

^b Ver o texto deste Caderno, Magalhães, MAN; Pinto, LMN *A observação participante e suas contribuições para o enfrentamento da violência.*

“... os adolescentes selecionados pela escola não aderiram à proposta, ainda não sabemos bem o porquê. Outros jovens manifestaram o interesse, e as vagas que antes já tinham um destino certo agora foram preenchidas por aqueles que expressaram disponibilidade e interesse pela atividade (universitário integrante do Projeto)”

A oficina tem dois momentos: o treino, coordenado por um professor de jiu-jitsu, e atividades de promoção da saúde e cultura da paz, realizadas pelos oficinairos.

“... tivemos problemas também, no momento de iniciar as dinâmicas reflexivas com os adolescentes da oficina. Utilizamos técnicas que achávamos interessantes, mas embora tenhamos obtido algum sucesso no início do trabalho, não houve a sequência esperada, uma vez que os temas tornaram-se desinteressantes para os adolescentes (universitário integrante do projeto)”

Então, no decorrer do trabalho, sempre que surge uma nova demanda ou uma nova proposta, é preciso realizar uma pré-análise^{7,8} da situação, e a história do Projeto Frutos do Morro exemplifica isso muito bem. O primeiro ano do projeto consistiu exatamente de encontros com a comunidade do Morro das Pe-

dras para conhecer, estabelecer vínculos, participar das suas atividades cotidianas, compreender o seu “mundo da vida.” Uma outra situação vivenciada em uma das oficinas realizadas pelo Projeto Frutos do Morro em uma Escola Municipal de Belo Horizonte ilustra o mesmo fato. Os oficinairos propuseram ao grupo que a demanda fosse construída em conjunto, ou seja, os adolescentes foram convidados a participar de uma oficina onde iriam tratar de assuntos relacionados à adolescência, promoção da saúde e cultura da paz. Quando iniciaram os encontros, os adolescentes solicitaram que a oficina fosse um espaço onde eles pudessem se mobilizar em busca de melhorias na escola e no relacionamento entre os alunos, os professores e a direção. A partir dessa demanda e da discussão, pesquisa e reflexão que ela gerou, surgiu a proposta de que as oficinas fossem utilizadas para a organização de um Grêmio Estudantil.



Figura 2 – Oficina de Jiu-jitsu: Professor, adolescentes e oficinairos.

Uma vez que a demanda, os objetivos e as prioridades estejam definidos e claros, pelo menos inicialmente, é hora de definir o tema geral da oficina, pois é através dele que o trabalho será conduzido. É necessário definir também o enquadre, ou seja, o número de participantes, a faixa etária, o contexto institucional, o espaço físico e os recursos disponíveis, além do número de encontros. Por fim, faz-se o planejamento, flexível, dinâmico, visto como uma referência, e não como uma obrigatoriedade. O planejamento é o resultado dos passos anteriores e serve como um guia, e, se for preciso, ele é refeito, evidenciando o caráter dinâmico do grupo, que aprende e considera as necessidades e interesses que variam no percurso.⁹

Esse período de avaliação da demanda, de realização da pré-análise, de estar atento ao enquadre e ao tema geral da oficina e, finalmente, elaborar o planejamento é muito importante para a condução do trabalho, pois ele representa organização – sem ser rígido – e respeito com os participantes do grupo.

Mais espaços de encontro: reuniões, seminários, eventos

As oficinas representam o espaço privilegiado de atuação do Projeto Frutos do Morro, e o seu próprio acon-

tecer sintetiza atividades de extensão (intervenção na realidade), de ensino (o encontro, ao gerar interações, reflexão, vivência e demandar preparação e avaliação, é *reciprocamente* pedagógico, pois tanto aprendem profissionais como aprendem estudantes e adolescentes) e de pesquisa (a oficina é em si um procedimento de pesquisa qualitativa e abre espaços para outros procedimentos metodológicos). Sua escolha como espaço privilegiado se inspira nas potencialidades da ação comunicativa, que propicia a construção e a transformação cooperativa do mundo e, nesse processo, garante a formação de saber (reprodução e renovação da cultura), a constituição de tecido social (coesão e integração social) e a formação do sujeito (socialização).^{1,11} Mas outros espaços, seguindo a mesma orientação, foram criados e são igualmente necessários e complementares às oficinas, inclusive para garantir a sua realização com qualidade e correção. São eles representados pelas diferentes reuniões semanais – geral, tutoria e executiva – e pelos seminários de capacitação, comunitários e avaliativos.

Reuniões Semanais

Essas reuniões são praticamente um desdobramento das oficinas e constituem um espaço de reflexão do que nelas ocorreu, garantindo, portanto, ao projeto,

um processo permanente de avaliação e, por consequência, o planejamento subsequente e a definição dos encaminhamentos necessários. Não se pode esquecer, contudo, que esses encontros adquirem também, sob muitos aspectos, vida própria: seus integrantes constroem identidade e dinâmica grupal, e, nesse sentido, são espaços de decisão, de criação e de interação. As reuniões das quintas-feiras do projeto têm, portanto, o mesmo *status* das oficinas e realizam, no contexto universitário, as mesmas funções antes relatadas para o contexto da comunidade: intervenção no mundo e construção de sujeitos, vínculos e saberes.

A última reunião do ano é expandida em carga horária e em número de participantes e se transforma em seminário de avaliação.

Seminários Comunitários

Esses seminários foram a principal estratégia desenvolvida no primeiro ano do projeto, quando o objetivo maior era conhecer as pessoas, as lideranças, grupos e organizações, suas concepções e interesses e tecer com eles uma proposta de trabalho. Consistia em pequenos seminários, encontros e eventos propostos e organizados pela equipe do Frutos do Morro - que, a essa altura, ainda não tinha esse nome - e na participação em atividades organizadas pela comunidade

ou por alguma instituição que lá atuava. Destaque deve ser dado aqui para o Programa Fica Vivo, nosso primeiro parceiro nesse trabalho. Depois desse primeiro ano, dois outros seminários comunitários foram realizados, agora com maior amplitude, e tinham o objetivo de mobilizar a comunidade e definir diretrizes de trabalho. Por isso, foram organizados à semelhança das conferências de saúde, institucionalizadas no Brasil como espaço participativo de decisão do setor, dentro da política por nós denominada de controle social em saúde.¹² Realizados em nível local, portanto, com dimensões muito menores, eram chamados de mini-conferências, e, claro, não tinham força de lei, dada sua informalidade. Foram, todavia, simbolicamente vistos por todos como um marco de participação e de orientação para as atividades no projeto. Nesses seminários é que se definiu a temática básica do projeto como sendo a promoção de saúde e paz e a prevenção da violência. Por fim, em julho de 2009, outro seminário comunitário foi organizado pelo Frutos do Morro, intitulado Festival Frutos do Morro, Arte, Saúde e Paz, com os objetivos de mobilizar a comunidade e divulgar o que foi feito. Representou, também, uma forma de lazer para a comunidade, pois houve apresentações artísticas, oficinas recreativas e show de calouros.

Ser oficinairo

Na falta de um significado corrente na língua portuguesa, buscamos em outras fontes e encontramos a indicação do perfil necessário a um candidato a oficinairo.¹⁰

Ser criativo e comunicativo;

Ser solidário e ter iniciativa;

Ter espírito de trabalho em grupo;

Ser responsável e disciplinado no desenvolvimento das atividades;

Ter conhecimento compatível com suas atribuições;

Ter noções de atividades educacionais.

Para o Frutos do Morro, é isso e mais:

- ser oficinairo é acreditar no potencial das pessoas, como sujeitos de ação e reflexão; na linguagem oral, escrita, virtual e corporal e nas interações cooperativas como instrumentos de promoção da saúde e paz;
- ser oficinairo é estar disposto a ouvir, a sentir e a participar. E ter a sabedoria de perceber a hora de falar e a hora de calar;
- ser oficinairo é compreender que o planejamento é essencial, mas que o andamento da atividade vai depender dos passos dados pelo grupo;
- ser oficinairo é não se contentar com um manual de procedimentos de onde se podem retirar certezas e é também se deliciar com o novo, com o inesperado, que surge a cada encontro com o grupo.

Para nós do Frutos do Morro, ser oficinairo é isso tudo e ainda muito mais, pois ainda estamos descobrindo, recriando e reaprendendo a cada reunião de planejamento, a cada relato de oficina, a cada incerteza trazida após um dia de trabalho.

Capacitação

O método pedagógico é sempre o “aprender fazendo”, desenvolvido na forma de trabalho em equipe, democrático, multidisciplinar e responsável, de tal forma que a prática e a teoria se completem. O processo de apren-

dizagem deve ser recíproco, de forma que todos os envolvidos, sem exceção, aprendam e ensinem, segundo competências que já possuem ou que tenham adquirido no processo. Oficinas, reuniões e seminários de capacitação são parte de um todo constitutivo do programa didático-pedagógico do proje-

to, que incorpora, portanto, conteúdos práticos, técnicos e teóricos, de forma entrelaçada e indissociável, separados aqui apenas para fins de apresentação:

Conteúdos Práticos (desenvolvidos nas oficinas, seminários e reuniões):

- 1 Atuação participativa popular, aprendendo o respeito por todos os envolvidos, conhecendo suas histórias, suas competências, seus saberes, seus sofrimentos e necessidades e contribuindo para a criação de práticas mais humanizadas e mais eficientes;
- 2 Desenvolvimento de práticas organizativas/educativas junto aos adolescentes;
- 3 Desenvolvimento de projetos voltados para o desenvolvimento humano individual e coletivo;
- 4 Atuação em equipe multidisciplinar e intersetorial: desenvolvimento de experiência e disposição para este tipo de trabalho;
- 5 Iniciação à prática de pesquisa e sua aplicação.

Conteúdos Teóricos

- 1 Fundamentos da democracia e dos processos de exercício da autonomia política;

- 2 Fundamentos da extensão universitária e sua vinculação com ensino e pesquisa;
- 3 Bases conceituais da saúde: concepções filosóficas, políticas e sociológicas;
- 4 Planejamento em saúde, com ênfase nos planejamentos estratégico e democrático;
- 5 Políticas públicas de saúde, com ênfase na promoção da saúde e na atenção básica e estratégias para sua estruturação, como o Programa de Saúde da Família;
- 6 Introdução à metodologia de pesquisa;
- 7 Adolescência;
- 8 Violência Social;
- 9 Metodologia científica.

Conteúdos Técnicos

- 1 Elementos básicos de informática;
- 2 Elaboração e aplicação de inquéritos e roteiros de pesquisa quantitativa e qualitativa;
- 3 Aprendizagem dos principais programas de computação utilizados, a saber, EpiInfo e SPSS, Power Point, Internet e Microsoft Word;
- 4 Construção de bancos de dados e análises dos dados nos programas estatísticos EpiInfo e SPSS;
- 5 Elaboração de Protocolos de Abordagem de Problemas, a

partir dos resultados obtidos na análise dos dados e de discussões com a equipe de trabalho e com a comunidade;

- 6 Confecção de relatórios técnicos, resumos de trabalhos, artigos, pôsteres, etc.;
- 7 Aprendizagem de procedimentos utilizados no trabalho teórico (métodos de estudo, organização de seminários e oficinas, técnicas pedagógicas, etc.) e no trabalho prático (atenção à saúde, grupos operativos, trabalho com população, palestras, oficinas, seminários, dramatização, mutirões, etc.)

Pesquisas vinculadas

O Projeto de Pesquisa Investigação dos Riscos de Saúde e seus Determinantes entre Adolescentes é o primeiro e, certamente, o mais importante projeto de pesquisa vinculado ao Projeto Frutos do Morro, com o qual nasce praticamente junto. Tem por objetivo geral a investigação dos riscos de saúde dos adolescentes do Aglomerado Urbano Morro das Pedras, em suas dimensões quantitativa e qualitativa, procurando estabelecer nexos com os fatores determinantes de ordem econômica, social, política, cultural e ambiental e apontar possíveis soluções. Sua metodologia qualiquantitativa consiste

na associação de procedimentos, todos com adolescentes, a saber, entrevistas semi-estruturadas, utilizando questionários autoaplicáveis, grupos focais organizados segundo faixa etária e observação participante, esta última representada pela sistematização de informações obtidas nas oficinas, seminários e reuniões do projeto, por meio de diário de campo, permanentemente preenchido, seguindo orientações e roteiros previamente elaborados. O universo da pesquisa foi constituído por adolescentes de 10 a 19 anos que frequentam as escolas públicas do Aglomerado Morro das Pedras. Coerentemente com o marco teórico utilizado, o pressuposto central da pesquisa é o de que esta exige também o estabelecimento de uma relação de sujeito para sujeito entre o pesquisador e os atores sociais envolvidos na situação pesquisada, o que é garantido pelas interações resultantes das atividades do Projeto Frutos do Morro. Essa pesquisa gerou publicações em periódicos e em anais de congressos nacionais e internacionais.^{4,5,11,13,14,15,16} Agora se amplia e está sendo realizada em Belo Horizonte, apoiada pela Organização Pan-americana de Saúde, como parte do Projeto Promoção de Saúde e Paz como Estratégia de Prevenção da Violência.

Três outras pesquisas estão sendo realizadas de forma vinculada ao Projeto Frutos do Morro:

- Avaliação do Desenvolvimento Moral segundo as teses de Piaget, em desenvolvimento pelo NÚCLEO de Promoção de Saúde e Paz;
- Avaliação do Impacto dos Projetos de Extensão para formação do profissional de saúde, também em desenvolvimento pelo NÚCLEO de Promoção de Saúde e Paz, e
- O Fortalecimento dos Vínculos Afetivos e a Mudança de Comportamento frente à Violência Interpessoal: uma investigação a partir da prática do Projeto Frutos do Morro, em desenvolvimento por Adriana Braga Chaves, como dissertação de mestrado, no Programa de Pós-Graduação de Ciências da Saúde, Área de Concentração Saúde da Criança e do Adolescente/UFMG, sob a orientação de Elza Machado de Melo.

Resultados

O Projeto Frutos do Morro não tem atribuição de cobertura nem propõe a extensão das ações a toda a população, visto ser desenvolvido pela universidade e não se tratar de uma política pública. Seu papel é outro, a saber, gerar modelos e tecnologias; formar profissionais de

saúde com perfil diferenciado, formar adolescentes participantes e formar adolescentes multiplicadores, formadores de opinião. E, nesses quesitos, sua contribuição é evidente. Do primeiro ponto de vista, a coisa mais importante é que o projeto representa a operacionalização de uma teoria, lida com competências que desde sempre nos pertenceram, fazem parte da nossa condição humana e são essenciais a ela – o encontro com o outro, mediado pela linguagem – e, finalmente, é passível de reprodução, *em todos os espaços*. Como disse uma das alunas, “com o Frutos do Morro desenvolvemos soluções simples e eficazes, e é isso que me encanta.”

Retomando o que foi dito antes,^c o Projeto Frutos do Morro é um fazer concreto, aqui e agora, inspirado na certeza de que tudo começa quando pelo menos dois sujeitos se encontram e se dispõem a agir cooperativamente. São encontros que abrem possibilidades de novos encontros e mais outros e outros ainda, indefinidamente. Como diz Habermas, “qualquer encontro de atores que se atribuem... reciprocamente liberdades comunicativas, abre-se como espaço público linguisticamente constituído.”² O projeto começou com poucas

^c Ver Capítulo I – Podemos Prevenir a Violência, deste livro.

peças e muitas outras foram se agregando, dando origem ao NÚCLEO de Promoção de Saúde e Paz e, depois, à Rede Saúde e Paz e, com ela, à interseção com outras redes, num processo interminável de novos encontros.

Do ponto de vista do adolescente, o projeto de investigação “Riscos de Saúde e seus Determinantes”, desenvolvido por meio dos grupos focais, mostra que o Projeto Frutos do Morro é espaço de tematização, reflexão e superação da dor causada pelas violências sofridas.^{4,13} Os outros projetos de pesquisa em curso também trarão mais subsídios sistemáticos. A adesão dos adolescentes e a importância que eles atribuem ao projeto,

assim como mudanças no seu modo de agir frente a certas situações podem ser notadas por eles e pela equipe, e a observação participante joga um peso importante aqui. Há quase sete anos, as atividades vêm sendo desenvolvidas com esses adolescentes, em pequenos grupos e em grandes eventos e nunca houve qualquer ato de violência ou qualquer hostilidade contra a equipe; nunca foi necessário acionar qualquer recurso repressivo, e os conflitos surgidos puderam todos ser resolvidos pelo diálogo. Mesmo quando se trata da repartição de bens materiais, ainda assim, os adolescentes envolvidos chegam a um acordo: durante um show de calouros do Festival Frutos do Morro,

Raps criados pelos adolescentes nas Oficinas

“Bem longe do crime e das tretas que comovem, larguei minha pt pra estudar aqui no EMOC, cheguei feliz, sorrindo, com o lápis e o caderno, sou da paz, renovando o que ficou pra trás, solidariamente a mais pura bondade nesta vida tem que ter necessidade tem que ter amor no coração pra fazer do jovem um bom cidadão consciente seguindo em frente, Projeto Frutos do Morro defendo com unhas e dentes...” (EMOC).

“Eu quero só dizer, eu quero só falar um pouco desse Frutos que chegou para abalar. Não viemos aqui para te passar sermão, nem dizer que estamos com a verdade e com a razão, nem achamos aqui ninguém melhor que do ninguém, o que é bom para mim, quero pra você também” (EMOC)

“Aprendendo e convivendo, sempre com o grupo todo, nós somos do Frutos do Morro, amizade êê! Amizade êê! Amizade! Força da Amizade!” (NSA)

“Diz aí mano Tiago! Falamos aqui do projeto, os meninos e as meninas, convivendo com o Rap. Não temos preconceito, amamos liberdade, gostamos de todos, de nossa cidade. Negros, brancos, altos, baixos.” (NSA)

uma dupla de adolescentes de 12 anos ganhou o prêmio do segundo lugar – um CDPlayer – e propôs, espontaneamente, compartilhá-lo com a comunidade.

Por fim, impacto do projeto na formação dos profissionais merece ser destacado. O poema, o relato, o resumo de congresso e a charge apresentados a seguir são a melhor forma de evidenciar isso, todos com gosto de Frutos do Morro.

Um lado

A ver

Allan Patrocínio

Cabrum!
A água desce o morro,
Pinga na telha do Seu Bantô,
que pinga na laje da Do Carmo,
e escorre pela porta da Dinha.
Escorre vermelha,
colore vermelha,
e desce vermelha pelo beco do Pardal.
Cheiro forte, catinga só!
Juninho pula aquele líquido,
Amelinha também.
Trovão cheira e desdenha
aquela água vermelha,
vermelho carne.
Abana o rabo pulguento em reprovação.
A água vai percorrendo ruas e ruelas,
assustando a beata que se põe a rezar,
desconcertando o amasso do casal,
que no muro interrompeu o beijo.

O vermelho vivo escorre,
e escorre rápido na boca do povo
que se põe a falar. Genocídio, disputa do
beco, chacina
vingança, batida na favela
coloriram ainda mais de vermelho
a história daquela água.
Mas água que é água o ribeirão leva,
essa não deu outra:
o ribeirão levou.
Água leva, água lava,
e lavou
a tinta da igreja,
lá no alto do morro.
“Seria vermelho da cor do
coração de Deus”,
falou o padreco.
A água lavou tinta e o preconceito
contra morro.

Comunicação, interação e extensão



Figura 3 – Charge criada pelos alunos de Medicina participantes do projeto.

Relato de uma estudante

Priscila Lemos de Freitas

“A ideia de colocar nesse caderno relatos de experiência parte de nosso pressuposto da não separação entre teoria e prática, nem de sujeito e objeto, ou seja, não há como separar nós, que buscamos intervir sobre a realidade dos adolescentes, e o que comumente se diz ser nosso “objeto” de intervenção, os adolescentes. Com isso quero dizer que nossas intervenções não só podem mudar a realidade deles, mas também afetam diretamente a nossa percepção da realidade e a forma com que nos relacionamos com o nosso mundo. Nós não estamos alheios a esse processo, não somos neutros! Por isso, de acordo com Costa e Feriotti (2007), “podemos e devemos valorizar nossas próprias construções subjetivas e nossas experiências interpessoais, (...) por entender que nossas histórias de vida são tecidas junto com nossas construções conceituais”.

Nasci numa cidade do interior de Minas, numa família de classe média, estudei em escola pública e vim pra BH para estudar, acreditando na possibilidade de uma vida melhor. Depois de muito estudo, passei no vestibular da UFMG para o curso de Terapia Ocupacional, que tem um cunho social abrangente.

Sempre tive interesse em desenvolver um trabalho voltado para a área social e, no Frutos do Morro, descobri essa possibilidade. Quando entrei para o projeto, acredito que quase ninguém me percebia nas reuniões, ‘entrava muda e saía calada’, era muito tímida e morria de medo de expor minhas ideias, medo de serem rejeitadas, consideradas bobas e erradas. Em minhas primeiras experiências de oficinas eu só observava, quase não intervinha junto aos adolescentes, era muito insegura. Essa postura causou-me um incômodo, senti a necessidade de sair do anonimato e me envolver mais com o projeto. Quando tive a oportunidade, me agarrei com força a ela. Foi quando entrei para a oficina de jiu-jitsu. Ali encontrei suporte, pessoas que acreditaram em mim e me incentivaram. Adquiri confiança e fui crescendo. Com esses novos parceiros construí amizades preciosas, ampliando minha rede de suporte social. Na relação com o outro, desenvolvi minha autoestima, meu senso de capacidade resolutiva, autonomia e liderança. Passei a auxiliar na coordenação das reuniões, a coordenar oficinas ativamente e a oferecer suporte a cada novo participante. Percebi a importância do potencial do ambiente grupal, aprendi a compartilhar conhecimentos, a discutir ideias, a construir coletivamente, a valorizar o saber do outro, a escutar o outro e, principalmente, me tornei mais humana. Na tentativa de auxiliar os adolescentes do morro a construírem novas possibilidades de enfrentar e transformar a realidade em que vivem, acabei por transformar a minha, nessa relação intersubjetiva entre oficinairos, adolescentes e eu.

O projeto frutos do morro/DMPS/UFMG: o olhar de alguns estudantes

Perdigão LCA, Castro LG, Castro KC

Para quem ingressa na Faculdade de Medicina ou talvez até mesmo para um veterano, a palavra extensão não tem um significado claro. Seria a possibilidade de ajudar pessoas? Realmente as atividades de extensão levam algo a algum lugar ou até alguém e têm por objetivo contribuir para a mudança da sociedade. Mas será que esta via é de mão única? Participar da extensão universitária pode ajudar na busca pelo seu entendimento. O objetivo do presente trabalho é relatar a experiência do Projeto Frutos do Morro, enquanto vivência da extensão, segundo a visão de três estudantes de medicina. Neste projeto, são desenvolvidas oficinas reflexivas com adolescentes de escolas públicas de Belo Horizonte mediadas por estudantes da área da saúde, objetivando a promoção da saúde e paz. Baseia-se na interdisciplinaridade e se articula com o ensino e a pesquisa. Ao participar das oficinas há uma transformação do olhar sobre a realidade. Há uma troca de saberes entre a universidade e a comunidade, e não a detenção de conhecimento por uma parte. A ajuda é mútua. A construção de vínculos entre os participantes é indispensável para a mudança da visão do estudante de medicina. Este possivelmente terá uma diferente forma de lidar com os futuros pacientes ao passar pelo projeto. O olhar deixa de ser puramente clínico. Torna-se um olhar para uma pessoa com uma história de vida, e não para a doença. A construção de um mundo mais justo é possível. Precisa-se de agentes transformadores nesta construção. Promover a paz e a saúde e evitar a violência, objetivos claros do Projeto Frutos do Morro, depende de uma visão mais humana e solidária. Poder conciliar a formação acadêmica no curso escolhido com atividades que a universidade oferece, isso sim é vivenciar o curso superior e não apenas passar pela faculdade.

Trabalho apresentado no I Congresso Nacional de Promoção de Saúde da Faculdade de Medicina da UFMG. Trabalho premiado.

Referências

- 1 Habermas J. Teoria de la Acción Comunicativa. Madrid: Taurus, 1987.
- 2 Habermas J. Between Facts and Norms. Cambridge, Massachussets: The MIT, 1996.
- 3 Habermas J. Legitimation crisis. Boston: Beacon Press; 1975
- 4 Melo EM. A violência rompendo as interações. As interações superando a violência. Rev. Bras. Saude Mater. Infant. 2007; vol.7(1):89-98.
- 5 Melo EM, Campolina GF, Pinto IP, Tavares APN, Martins TMM, Silva KR, Fernandes LMAM, Ribeiro NR, Huth AB, Carazza A, Martins DC. Prevenção da violência em adolescentes: A experiência do Projeto Frutos do Morro. Rev Med Minas Gerais. 2006; 16 (4 Supl 2): 97-101.
- 6 UFMG, Projeto Frutos do Morro, 2003.
- 7 Afonso MLM (Org). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do campo social, 2000. p. 9
- 8 Afonso MLM (Org.). Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- 9 Matus C. Fundamentos da Planificação Situacional. In: Rivera, FJU (org.). Planejamento e Programação em Saúde. Um Enfoque Estratégico. São Paulo: Cortez/ Abrasco, 1989.
- 10 Edital de seleção para oficinairo do Programa Estadual Escola Portas Abertas. Conteúdo retirado da Internet.
- 11 Melo EM. Ação comunicativa, democracia e saúde. Ciênc. saúde coletiva, Dez 2005, vol.10, p.167-178.
- 12 Brasil, Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8142, de 1991.
- 13 Melo EM, Faria HP, Melo MAM, Chaves AB, Machado GP. Projeto Meninos do Rio. Mundo da Vida, Adolescência e Riscos de Saúde. Cadernos de Saúde Pública. 2005; 21(1):39-48. Melo EM. A violência rompendo as interações. As interações superando a violência. Rev. Bras. Saude Mater. Infant. 2007; vol. 7(1):89-98.
- 14 Melo EM *et al.* Meninos do Rio, Meninos do Morro. VIII Congresso Iberoamericano de Extensão, Havana, Cuba, 2003. Trabalho completo.
- 15 Melo *et al.* Investigação dos Riscos de Saúde entre Adolescentes. ABRASCO. Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, Brasília, 2004 Trabalho completo.
- 16 Melo *et al.* Projeto Meninos do Rio. Investigação dos Riscos de Saúde entre Adolescentes. ABRASCO. Congresso Brasileiro de Ciências Sociais, Humanas e Saúde. Florianópolis, 2005. Trabalho completo.

Capítulo 10 – A contribuição do Projeto Frutos do Morro na prevenção da violência: construção e fortalecimento de vínculos

Adriana Braga Chaves
Elza Machado de Melo
Roberto Assis Ferreira

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa qualitativa realizada no período de 2008 a 2010, cujo objetivo foi investigar se as oficinas de promoção da saúde e prevenção da violência realizada pelo Projeto Frutos do Morro, com os adolescentes do Aglomerado Morro das Pedras e do bairro Providência, contribuem para a formação e fortalecimento do vínculo emocional entre os participantes e conseqüentemente contribuem para a mudança de comportamento frente à violência entre os pares. Trata-se, portanto, em última análise, de avaliação do próprio Projeto, uma vez que tais oficinas constituem a sua estrutura central, tendo por isso, um resultado prático imediato para o seu prosseguimento.

O referencial teórico que orientou o percurso de análise foi a teoria psicanalítica, em especial, duas obras de Sig-

mund Freud, *Psicologia de grupo e análise do eu*,¹ de 1921, escolhida como a principal referência, devido a sua relevância e *Por que a guerra?*², ambas diretamente relacionadas ao objeto da pesquisa.

Para alcançar os objetivos do estudo, foram utilizados procedimentos metodológicos qualitativos, a saber: a observação participante, os grupos focais e as entrevistas semiestruturadas.

A imbricação desses três procedimentos viabilizou a apreensão da dinâmica das oficinas realizadas com os adolescentes e dos fenômenos e relações que ocorreram dentro desse espaço. Permitiu, também, ter acesso a vivências, saberes e impressões dos adolescentes acerca da violência.

Foram acompanhadas três oficinas, duas realizadas no Aglomerado Morro das Pedras, sendo elas uma na Escola

Estadual Nossa Senhora Aparecida que incorporava uma atividade esportiva, no caso o Jiu-jitsu, seguida de atividades reflexivas com temas variados, e outra na Instituição Casa do Pequeno Cristo.^a Uma terceira oficina, no bairro Providência, foi realizada na Escola Estadual Professora Celmar Botelho Duarte. As duas últimas desenvolviam atividades lúdicas e reflexivas sobre temas variados.

Os sujeitos da pesquisa foram 35 ao todo, no somatório das três oficinas, entre adolescentes e jovens de 11 a 24 anos^b participantes das três oficinas do Projeto Frutos do Morro selecionadas. O número de encontros observados, no período de quatro meses, de agosto a novembro, em cada oficina, esteve condicionado ao próprio funcionamento do grupo, ou seja, a oficina realizada na Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida, o Jiu-jitsu, realizou 11 encontros; a oficina na Casa do Pequeno Cristo realizou 9 encontros e a oficina da Escola Estadual Celmar Botelho realizou 9 encontros. A média de participantes em cada oficina variou de 8 a 15. Foram realizados três grupos focais, sendo um em cada oficina e foram entrevistados 3 ou 5 adolescentes em cada oficina.

^a A instituição está localizada dentro do Aglomerado Morro das Pedras e é mantida pela igreja católica e pelo Colégio Regina Pacis.

^b Na oficina de jiu-jitsu a faixa etária varia de 12 a 24 anos, nas demais a faixa etária era de 11 a 16 anos.

Para a análise dos dados da pesquisa utilizou-se como referência a análise de conteúdo. Esse modo de análise busca examinar o texto de maneira sistemática, no passo a passo, por meio de um sistema de categorias desenvolvido a partir dos dados da pesquisa e guiado por uma teoria. Turato³ destaca a importância de o pesquisador ir além da etapa meramente descritiva do conteúdo e a necessidade de desenvolver análises que incorporem nexos entre informações teóricas e dados empíricos, a fim de ampliar o escopo de pesquisa e de seus resultados. Com essa orientação, as informações geradas pelos grupos focais, pela observação participante e pelas entrevistas foram organizadas em três categorias de análise, a saber: 1) definição e envolvimento com a violência; 2) formação e fortalecimento de vínculo; 3) vínculo e prevenção da violência.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG.

Referencial Teórico

Para analisar os dados obtidos recorreu-se ao referencial teórico psicanalítico, tendo como guia um dos textos da obra Freudiana denominado *Psicologia de Grupo e Análise do Eu*, de 1921.

O acesso a esse texto se deu por meio da leitura de uma correspondência

de Einstein a Freud, em que Einstein interroga se Freud, mediante o seu conhecimento da vida pulsional do homem, poderia esclarecer *se existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra*.² Freud faz algumas considerações e dentre elas uma, em especial, chamou-nos a atenção, qual seja, a de que o fortalecimento dos vínculos entre os homens deve agir contra a guerra. Menciona ademais que os vínculos podem ser de dois tipos, fazendo alusão a dois fenômenos que favorecem o fortalecimento dos vínculos entre os homens, um seria o vínculo emocional relacionado ao objeto amado, e o outro ligado ao fenômeno da identificação. Nesta mesma carta o autor indica que o mecanismo da identificação foi explorado por ele em seu texto *Psicologia de grupo e análise do ego*.¹

Nesse texto, Freud inicia as suas indagações a partir da ideia de que não é possível conceber a psicologia individual desligada da psicologia social. Ele acreditava que havia um mecanismo psíquico responsável pelas formações grupais. Apesar de dialogar com alguns pensadores como Le Bon e McDougall, que em sua opinião contribuíram para a compreensão do fenômeno grupal, Freud aponta a lacuna deixada por eles, a saber, não esclarecerem as causas ou os fatores que levavam a formação de grupos e a sua relação com a vida psíquica.

Interessado em preencher essa lacuna, Freud avança a partir da afirmação de que o indivíduo é inevitavelmente influenciado pelo grupo e que o contato com o grupo produz alterações em sua vida psíquica. Essas modificações aparecem permeadas de sintomas como, por exemplo, a intensificação da emoção e a redução da capacidade intelectual. Também, na dinâmica grupal, verificam-se quadros de regressão da atividade psíquica a um estágio anterior, como observado em crianças. Para Freud o grupo exerce influência na vida mental do indivíduo e isso tanto representa uma contribuição para a sua constituição psíquica como provoca nele alteração mental por pressão do grupo.

Uma outra questão apontada por Freud e que constitui uma particularidade de seu texto refere-se aos grupos que têm em sua formação a presença de um líder. Segundo ele, essa característica não foi suficientemente investigada por outros estudos apesar de sua importância para a psicologia de grupo. Na intenção de compreender a relação que um grupo estabelece com o seu líder e como este interfere na vida psíquica dos membros do grupo, Freud se propõe a analisar dois grupos, a igreja e o exército, considerados por ele como altamente organizados, duradouros e artificiais. Para Freud os grupos artificiais são como uma espécie de

resultante em um sistema de forças, uma direcionada ao líder e outra aos membros do grupo. Nesse caso “*cada individuo estará ligado por laços libidinais por um lado ao líder (Cristo ou o comandante-chefe) e por outro aos demais membros do grupo.*”¹ O grupo artificial se mantém nessa tensão entre o amor ao líder e o amor aos colegas, amigos, ainda que essa tensão não seja percebida. Desse modo, afirma que as relações amorosas e os laços emocionais constituem a essência da mente grupal. Primeiro considera que um grupo se mantém unido “*por um poder de alguma espécie; e a que poder poderia essa façanha ser mais bem atribuída do que a Eros, que mantém unido tudo o que existe no mundo?*”. Em seguida, afirma que os indivíduos, em um grupo, só renunciam àquilo que os diferencia dos demais e são suscetíveis à sugestão por intermédio dos demais membros do grupo, pelo fato de sentirem a necessidade de estar em harmonia com eles.

Logo após, inicia uma nova tarefa: desvendar o que estaria por detrás da formação dos laços emocionais. Qual seria a origem desses laços que existem entre os membros de um grupo, laços capazes de superar a intolerância e as diferenças de forma temporária ou até permanente? Em suas indagações, fará uma breve referência aos estudos das neuroses, indicando que nesse campo os laços amorosos tendem a perseguir obje-

tivos diretamente sexuais. Mas, logo após comunicar esta inferência, alerta para o fato de que nos grupos, a lógica não é a mesma, ou seja, o laço emocional estabelecido entre os membros não tem em sua finalidade ou não forçam seu caminho no sentido da união sexual. Poder-se dizer que tenha sido desviado de seu objetivo original sem que isso represente uma diminuição de seu investimento libidinal^c. Esse desvio da pulsão sexual dá a Freud o caminho a ser percorrido para elucidar o que sustenta os laços existentes entre os membros de um grupo. É o estar enamorado ou amando que mantém o laço emocional entre as pessoas, mas ele também já anuncia que esta não deve ser a única forma, e que para ampliar a investigação outros mecanismos também devem ser levados em consideração – *na verdade, aprendemos da psicanálise que existem realmente outros mecanismos para os laços emocionais, as chamadas identificações.*¹

Identificação é o termo empregado pela psicanálise para designar o processo central pelo o qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando, em momentos-chave de sua evolução, dos aspectos,

^c Libidinal está relacionado à libido. Para Freud a libido “é uma expressão extraída da teoria das emoções. Damos esse nome à energia, considerada como uma magnitude quantitativa (embora na realidade não seja presentemente mensurável), daqueles instintos que têm a ver com tudo o que pode ser abrangido sobre a palavra amor.”(Freud, 1921)

*atributos ou traços dos seres humanos que o cercam.*⁴ A explanação de Freud a respeito desse fenômeno se inicia com a seguinte afirmação: “a identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de laço emocional com outra pessoa”¹ e para ele três são as fontes de onde se pode apreender o fenômeno da identificação. A primeira fonte estaria relacionada ao complexo de Édipo, momento em que há um investimento libidinal do menino para com o pai, inaugurando um primeiro registro de busca de identificação do sujeito ao outro. A segunda fonte de identificação aparece no lugar da escolha de objeto, quando há uma identificação com o objeto que seria alvo do investimento libidinal e ela se sobrepõe à escolha de objeto. A terceira fonte pode emergir a cada vez que é percebida uma qualidade comum compartilhada com alguma outra pessoa que não é objeto de pulsão sexual. Quanto mais importante essa qualidade comum, mais bem-sucedida pode tornar-se a identificação parcial, abrindo a possibilidade de se estabelecerem novos vínculos entre as pessoas. Essa identificação é dita parcial devido ao fato do sujeito tomar emprestado apenas um traço isolado da pessoa que é alvo da identificação. Segundo Freud, essa terceira forma de identificação é a que mais se aproxima do que ocorre entre os membros de um grupo.

“O laço mútuo existente entre os membros de um grupo é da natureza de uma identificação desse tipo, baseada numa importante qualidade emocional comum, e podemos suspeitar que essa qualidade comum reside na natureza do laço com o líder.”¹

Como ocorre esta identificação? Já sabemos que ela é parcial e compartilhada por todos que se mantêm unidos no grupo, ainda resta saber o que a sustenta. Na tentativa de responder a essa questão Freud busca no fenômeno estar amando elementos que possam contribuir para a compreensão da constituição libidinal dos grupos. Freud inicia, então, a sua exposição por elucidar como a pulsão sexual exerce sua função de manter os sujeitos ligados, unidos, enlaçados, mesmo quando desviada de seu objetivo. Pulsão entendida aqui *como representação psíquica de uma fonte endossomática de estimulações que fluem continuamente, em contraste com a estimulação produzida por excitações esporádicas e externas.*⁴ Pois bem, Freud diz que em determinadas relações amorosas o estar amando corresponde a um investimento no objeto por parte da pulsão sexual, com o intuito de uma satisfação puramente sexual e, uma vez atingido esse objetivo, o investimento, provavelmente, perderia força. Esse seria o mecanismo do amor sensual comum. Mas, ao

que parece, para que isso não ocorra, ou seja, um desligamento total, há uma cota de investimento sobre o objeto sexual que permanece conectando os pares também nos intervalos desapaixonados.

Outro exemplo citado por Freud baseia-se na relação da criança com os seus pais. Segundo ele, por volta dos cinco anos de idade a criança descobre em um dos pais o seu primeiro objeto de amor, neste momento todas as pulsões sexuais convergem para esse objeto e reivindicam a satisfação. Mas, a repressão exerce a sua função, forçando-a a abdicar da satisfação da pulsão sexual, surgindo uma profunda mudança em sua relação com os pais. Mesmo após esta manobra da repressão, a criança continua ligada aos pais, mas por pulsões que foram inibidas em seu objetivo. A partir daí, as relações entre a criança e seus pais passam a ser caracterizadas como afetuosas. Pode-se dizer que as *primitivas tendências sensuais* permanecem preservadas no inconsciente, indicando a existência da pulsão sexual.¹

Após estes esclarecimentos, Freud intensifica a sua investigação na intenção de trazer mais elementos que possam contribuir para a compreensão do estado de estar amando, principalmente nas circunstâncias em que o objetivo puramente sexual fica, por determinado tempo, deslocado de seu propósito. Segundo ele, nesse momento, *“produz-se a ilusão*

*de que o objeto veio a ser sensualmente amado devido a seus méritos espirituais, ao passo que, pelo contrário, na realidade esses méritos só podem ter sido emprestados a ele por seu encanto sensual.”*¹

Interessante observar o termo utilizado por Freud, emprestar, uma ação que deixa claro que o que foi, deve retornar a sua origem. Portanto, o indivíduo cede temporariamente algo que é seu a um outro que no momento é alvo de seu investimento libidinal. Uma libido caracterizada por Freud como libido narcísica, *“afastada do mundo externo e dirigida para o eu”* de modo que *“quando estamos amando, uma quantidade considerável de libido narcísta transborda para o objeto.”*¹ Este objeto, fruto de uma escolha amorosa serve, segundo Freud, como substituto para algum inalcançado ideal do eu de nós mesmos. Colocamos o objeto no lugar de ideal de eu, emprestamos a ele, sem que ele o saiba, todas as nossas aspirações que não foram possíveis de alcançar.

Dessa forma, podemos presumir que, inicialmente, o sujeito se liga a um outro mais pelo que imagina ser o outro do que pelo que realmente ele seja. Há uma transferência daquilo que eu gostaria de ser, para um outro, e eu penso então que ele é. Essa movimentação é possível porque os sujeitos estão enlaçados afetivamente. Há nesse momento a presença de um processo denominado idealização, nesse caso, o objeto

é tratado da mesma forma que o próprio eu, sem qualquer alteração da sua natureza. Ele é supervalorizado pelo sujeito.

Nós o amamos por causa das perfeições que nos esforçamos por conseguir para nosso próprio eu e que agora gostaríamos de adquirir, dessa maneira indireta, como meio de satisfazer nosso narcisismo.¹

O sujeito vê no outro aquilo que remete ao seu ideal de eu que, por sua vez, é formado a partir das relações que estabelece com o meio em que vive. Somado a isso é preciso lembrar que o sujeito não assume uma posição passiva neste processo, a forma como absorve essas relações e como ele as decodifica apontam para algo da sua subjetividade.

Com essas informações, é possível avançar em direção a uma das questões que Freud se propôs e que interessa compreender, ou seja, “*qual possa ser a natureza desses laços emocionais que existem nos grupos*”. Aparece a constatação apresentada por Freud sobre a fórmula para a constituição libidinal dos grupos que têm em sua formação a presença de um líder.

Um grupo primário desse tipo é um certo número de indivíduos que colocaram um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal de ego e, conseqüentemente, se identificaram uns com os outros em seu ego. Esta condição admite uma representação gráfica.¹

Dito de outra forma, os membros de um grupo substituem seu ideal de eu por um mesmo objeto, neste caso, o líder (Figura 1). A partir daí surge uma segunda operação que é concomitante a essa, ou seja, os membros do grupo se identificam entre si. Essa identificação mútua entre os indivíduos irá favorecer a solidariedade entre eles. Freud menciona que cada indivíduo faz parte de vários grupos em sua vida, estando ligado por vínculos de identificação e construindo o seu ideal de eu a partir dos modelos mais variados. Todo indivíduo compartilha de inúmeras mentes grupais, as da família, do trabalho, de seu credo e até de sua nacionalidade.¹

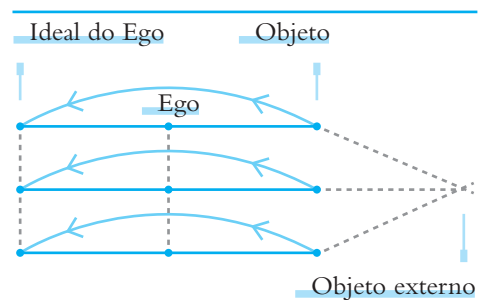


Figura 1 – Identificação.

Fonte: Extraído de Freud S. Psicologia de grupo e análise do ego¹

A identificação, forma mais primitiva e original do laço emocional, constitui a essência do vínculo entre os membros de um grupo, mas para esse grupo permanecer unido é importante a presença do líder cumprindo a sua função de ideal do eu dos sujeitos. Não se pode esquecer que todo

esse mecanismo dentro dos grupos se dá de forma inconsciente. A elaboração de Freud possibilita verificar se nas oficinas do Projeto Frutos do Morro o mecanismo de identificação ocorre e de que modo isso se dá, além de contribuir para se avaliar se, por meio deste mecanismo, o adolescente e o jovem são capazes de rever a sua posição subjetiva frente à violência interpessoal.

O que dizem os adolescentes sobre as oficinas e seu entendimento e vivência em relação ao fenômeno da violência

Antes de iniciar a exposição é importante situar qual o conceito de violência em que o estudo se baseou, lembrando que a temática não comporta uma definição única, ao contrário, trata-se de um fenômeno dinâmico que se modifica conforme o tempo, a cultura, o contexto socioeconômico e o ambiente em que ela ocorre. Desse modo, a violência será entendida “*como qualquer situação em que um ator social perde o seu lugar de sujeito frente a outro, sendo rebaixado à condição de objeto por meio da agressão verbal e ou da força física.*”⁵ No caso do presente estudo, interessa a violência interpessoal que, segundo Minayo⁶ é aquela que se manifesta nas relações entre os pares – geralmente, permeadas pela prepo-

tência, intimidação, discriminação, raiva, vingança e inveja – e costuma produzir danos morais, psicológicos e físicos podendo levar até a morte. A autora destaca, ainda, que a violência interpessoal demonstra uma incapacidade das pessoas em resolverem os conflitos por meio do diálogo e da aceitação das diferenças em relação ao pensar e ao agir. A busca pela solução dos problemas ou das divergências seria o caminho pacífico em contraponto à violência interpessoal.

Para os adolescentes que fizeram parte do estudo, a violência é percebida como “uma coisa má” e, além desta conceituação, citaram inúmeros eventos que simbolizam atos de violência que parecem expressar ações tanto sofridas como realizadas ou presenciadas no seu cotidiano: *porradas, brigas, menino bater em menina, menina também bate, jogar manga, bater na professora, pai bater no filho, professora sacudir e beliscar, bater de bambu ou de cano, matar, menino dá soco na sua cara, jogar pedra, empurrar, tiro.* Ainda sobre o que entendem por violência as manifestações em relação à violência psicológica e a sexual foram mencionadas, mas com menos intensidade. Pode-se supor que os exemplos citados e relacionados com a agressão física podem vir acompanhados de alguma agressão psicológica, porém, o que sobressai aos olhos ou o que o corpo sente é, “somente”, a agressão física.

Quando questionados sobre o envolvimento do adolescente com a violência, mais uma vez, a violência física foi indicada como a mais vivenciada, pois é com ela que ele mais frequentemente se envolve, seja como vítima ou agente. A configuração principal são as brigas com motivações diversas: *briga de torcida, briga por causa de mulher, briga por causa de dinheiro, briga de mulher por causa de homem, briga por que acha a menina Paty e, se não bastasse, ainda muitas brigas acontecem por coisa à toa*. Além das brigas, aparecem também as mortes e as drogas associadas a todos os tipos de violência física.

Em relação à violência sexual o adolescente é visto como vítima, principalmente, em episódios de estupro e pedofilia. Outros eventos foram citados como guerra de tiro, tiro, roubo, envolvimento com armas e matar.

A análise do conjunto das informações permite verificar que as falas dos adolescentes sobre o conceito da violência, bem como sua visão sobre o tipo de violência com a qual eles mais se envolvem apresentam algumas incoerências com o que foi apreendido pela observação e pelo acompanhamento das oficinas do Projeto Frutos do Morro, no que se refere ao modo como eles se relacionavam nesses espaços. A violência verbal quase não foi mencionada por eles e talvez tivesse passado despercebido

ou sido pouco valorizada se não fosse a observação participante ter mostrado o modo de agir dos adolescentes, principalmente aqueles que participavam das duas oficinas que não tinham uma prática esportiva associada. A comunicação entre eles era permanentemente permeada por trocas de ofensas e uso de apelidos pejorativos: *airbag, vagabunda, fuscão preto, gago, gay, traveco, dentuça, cabelo ruim, fedorenta, entre outros*. É verdade que, por várias vezes, seguiam-se tapas e empurrões, mas o início era sempre marcado pelas provocações, por agressão verbal. Conjectura-se que tudo não passa de brincadeira entre os adolescentes. Mas, são eles mesmos a dizerem que essa forma de comunicação, se é que podemos chamá-la assim, também fere.

Pesquisadora – Você gosta de participar da oficina do Projeto Frutos do Morro?

Adolescente – Hã, hã.

P – Por quê?

A – É legal ensina a gente muitas coisas.

P – Fala uma coisa que você aprendeu na oficina?

A – Respeitar o outro.

P – Você não respeitava?

A – Não. De vez enquanto eu era muito respondão.

P – O que você fazia?

A – Fazia muita bagunça. Aprontava muito.

P – E as pessoas da oficina te respeitam?

A – Sim. Mas, tem alguns meninos que ficam zoando essas coisas. Eu fico meio chateado.

P – Zoando como?

A – Ah! Esse gago essas coisas. Esse dentinho! Esse dentão! Que nem eles falaram. Ficam me zoando eu deixo para lá.

P – O que você disse? MC o quê?

A – MC gago por causa da minha voz eu falo meio gago.

P – Você zoa alguém na oficina?

A – Eu zôo, né! Tem dia que eu sou bagunçeiro. Aí quando eu estou bagunçeiro eu zôo, né.

P – Você zoa quem?

A – Eu zôo quem vier na minha cabeça. Quem tiver na frente.

Será que o adolescente deixa para lá mesmo? Ou absorve essa forma de tratamento e passa reproduzi-la com os colegas? Antes de ser uma forma natural de convívio entre adolescentes, não seria esse o indício de que a violência tem se naturalizado?

Njaine e Minayo⁷ constataram através dos relatos dos adolescentes, estudantes de escolas públicas e privadas, que estes reconhecem a violência como uma forma de comunicação entre os pares. Além disso, muitos se queixaram de ser humilhados, na família, na escola e na comunidade, mas em contrapartida afirmaram agir da mesma forma com os

seus semelhantes, reproduzindo o comportamento censurado.

Camacho,⁸ em estudo realizado em escolas públicas e privadas, frequentadas por classe média, indica a existência de uma violência mascarada, que passa impune, ou porque não é reconhecida como tal e é confundida com a indisciplina e com a brincadeira por parte do professor e da direção da escola, e também por parte dos adolescentes, ou porque é considerada pouco grave sem muitas consequências. Por sua ocorrência fazer parte do cotidiano do grupo de adolescentes, ela passa a ser banalizada e termina por ser considerada natural, como se fosse algo normal, próprio da adolescência. Mas, uma “brincadeira” que inicia com atribuições de apelidos nem sempre é recebida pelo outro desta forma. Além de desencadear uma troca de ofensas, pode resultar em um dano interno grande ou num episódio de agressão física.

A insistência em trabalhar a agressão verbal deve-se ao fato de que junto a ela outros eventos possam vir associados, principalmente, a agressão física. Outro fator que corrobora a necessidade de se dar mais atenção a esta forma de violência refere-se ao fato de ser ela mais acessível a intervenções voltadas para a prevenção da violência na prática de oficinas. Abordar esta forma do ado-

lescente se comunicar, provavelmente, abre a possibilidade de se refletir sobre os modos em geral dos adolescentes se relacionarem uns com os outros. Melo *et al*⁸ indicam que um dos caminhos para superar a violência é a reconstrução das relações entre os sujeitos, e como meio de alcançar esse objetivo apontam para a necessidade de investir em espaços de participação que coloquem os adolescentes uns em contato com os outros e assim se recomece o longo aprendizado da solidariedade e da recriação de laços de sociabilidade.

Em relação à formação e ao fortalecimento do vínculo afetivo, os adolescentes indicam vários elementos que compõem a oficina e que contribuem tanto para a formação quanto para o fortalecimento do vínculo afetivo entre os participantes. Segundo eles, as atividades em grupo têm a possibilidade de intensificar e aprofundar a relação entre os pares e que a união vivenciada no grupo possibilita a ajuda mútua e a superação das dificuldades. No grupo os membros se permutam entre o ensinar e o aprender. Segundo Zirmerman,⁹ uma das razões que leva o adolescente à busca da convivência grupal é dada pelo fato de que em grupo eles se sentem menos expostos às críticas do mundo adulto, têm confiança e confiam mais nos valores de seus pares, atenuam sentimentos contraditórios e/

ou negativos quando compartilham os mesmos problemas entre si e reasseguram a autoestima pela a imagem que os outros lhe remetem.

A amizade e o amor foram os sentimentos mais citados pelos adolescentes em relação aos demais participantes da oficina. Segundo Freud, “*o grupo é claramente mantido unido por um poder de alguma espécie; e a que poder poderia essa façanha ser mais bem atribuída do que a Eros, que mantém unido tudo o que existe no mundo?*”¹ Além disso, para ele, só o amor atua como fator civilizador, no sentido de causar a mudança do egoísmo em altruísmo. A amizade estaria então na condição de um substrato do amor? Brun¹⁰ diz que, embora a amizade possa revelar-se mais frágil do que o amor, jamais é unilateral como esse o é, algumas vezes. Ser amigo ou ter amigo implica sempre a presença do outro, de alguém que também compartilhe desse mesmo sentimento.

As relações que se estabeleceram dentro da oficina apontaram para a construção de vínculos entre os participantes, permeados pelo respeito à fala do outro, pela união e amizade compartilhada entre os membros e pelo sigilo em relação ao que é dito, “*o que falamos não sai de lá*” e não deve ser transposto para além daquele grupo. Afonso¹¹ e Lancelotti¹² mencionam a importância de construir

junto com o grupo regras de convivência entre todos os participantes, sendo necessário reforçar a necessidade do sigilo, o que é dito dentro do grupo deve permanecer nele. Isso contribui para que o adolescente expresse a sua opinião e compartilhe com os demais as vivências em relação aos temas mais conflituosos.

É importante destacar que dois adolescentes mencionaram ter raiva ou ódio por um participante da oficina, mas este sentimento não foi suficientemente forte para que eles desistissem de participar do projeto: *“Eu sinto amor e carinho. Só por uma que tenho ódio, porque me chamou de falsa. Estamos unidos, um dia vamos acabar se falando”*. Freud¹ diz que quando um grupo se forma, a intolerância dissipa-se temporária ou definitivamente. Durante o tempo em que uma formação de grupo perdura ou até onde ela se estende, os sujeitos se comportam como se fossem semelhantes, suportam as particularidades de seus pares, iguala-se a eles e não sentem repulsa por eles. Para o autor essa convivência se torna possível devido a uma certa limitação do narcisismo; há por parte dos sujeitos um investimento libidinal em relação aos seus pares dentro de um grupo e isso só ocorre por que existe a formação de um laço libidinal entre seus membros. A partir daí surge uma segunda operação que é concomitante a essa, ou seja, os membros do

grupo se identificam entre si. Essa identificação mútua entre os indivíduos irá favorecer a solidariedade entre os membros do grupo.

Um outro fator que contribui tanto para a formação do vínculo quanto para o seu fortalecimento relaciona-se à existência, nas oficinas, de um líder, e ao papel desempenhado por ele, como previsto por Freud. É importante lembrar porém que a investigação de Freud parte da análise de dois grupos bem específicos, a igreja e o exército, grupos considerados por ele como altamente organizados, duradouros e artificiais. Barros,¹³ em leitura da teoria de grupo de Freud, indica que o grupo artificial ao qual o autor se refere é uma espécie de organização, de combinação, que podemos desenhar em termos cartesianos, com uma linha vertical que se dirige ao Um, ao chefe, e uma linha horizontal que se dirige ao coletivo dos semelhantes, dos pares, irmãos ou colegas. Todo grupo artificial se mantém nesta tensão entre o amor vertical ao líder e o amor horizontal aos companheiros.

Para os adolescentes, participantes das oficinas, o líder é uma pessoa que ensina, que conversa com o grupo e que determina o que vão fazer. Em cada oficina a questão da liderança foi vivenciada de forma diferenciada, no entanto, todos indicaram os coordenadores como os

principais líderes do grupo. Durante a observação das oficinas foi possível verificar como essa liderança era exercida e como esses líderes influenciavam o grupo.

Na oficina da Escola Celmar Bortelho os coordenadores se alternavam, eram duas duplas e a cada oficina era uma dupla que coordenava a atividade. A dupla “A” se apresentava com uma dinâmica diferente, tentava envolver o grupo nas discussões, motivava os membros a expressarem suas ideias e mantinham um certo manejo do grupo evitando a dispersão dos adolescentes. Já a dupla “B”, apesar de demonstrar interesse em realizar as atividades com os adolescentes, não conseguia transpor essa intenção. O grupo se mostrava disperso, sem muita motivação para realizar a atividade proposta, além de intensificar entre eles as provocações verbais e físicas.

Nesta oficina foi possível observar que havia um vínculo emocional, uma identificação mais intensa direcionada à dupla “A”. Quando ela coordenava as atividades o grupo se mostrava mais participativo e quando ela se ausentava por mais de uma oficina o porquê de sua ausência era interrogado. A postura da dupla “A” se aproxima do que Afonso¹¹ descreve como função do coordenador em uma oficina. Segundo a autora, “o coordenador atua como incentivador. Ajuda a sistematizar conteúdos e processos emergentes

para refleti-los com o grupo. Sugere significados para ações e interações.”

Já na oficina da Casa do Pequeno Cristo, observamos que os coordenadores da oficina conseguiam mobilizar o grupo por meio das atividades propostas, que sempre privilegiavam o lúdico, estimulando a imaginação das adolescentes. O interesse em relação à tarefa favorecia a aproximação entre as adolescentes e dessas com a coordenação que era incluída durante todo o processo de elaboração do grupo. Segundo Afonso,^{11,14} a coordenação tem um papel específico dentro do grupo que não se confunde com a dos participantes. A coordenação não deve ocupar o lugar de quem detém a verdade ou decide pelo o grupo; é um papel ativo, mas não intrusivo; pode propor, mas não deve impor uma condução; busca fortalecer a rede de relações no grupo sempre na articulação com a atividade que o grupo está realizando.

Na oficina de Jiu-jitsu a liderança foi localizada nos dois momentos em que ela ocorre, ou seja, na parte reflexiva, os coordenadores foram indicados como os líderes. A coordenação era realizada por três universitários, sendo que dois participavam da prática do Jiu-jitsu há três anos e à época a oficina reflexiva não tinha a mesma regularidade que durante a pesquisa. A terceira pessoa havia iniciado a sua participação recentemente. Como os

adolescentes já tinham um vínculo com os dois primeiros, a estratégia adotada foi mesclar, na coordenação da atividade, um veterano com o novato no grupo.

Em relação à liderança no treino de Jiu-jitsu, os adolescentes foram enfáticos em dizer que o professor de Jiu-jitsu é quem assume esse lugar. Durante o treino do Jiu-jitsu observamos como as regras norteadoras devem ser seguidas à risca por todos. O professor é a autoridade, ele é quem decide o que fazer, como fazer e quando fazer. Não há possibilidade de inversão de papéis. A questão da hierarquia é colocada para todos do grupo. Toda a organização do treino é feita seguindo as regras que regem tanto a técnica quanto as relações entre os praticantes do Jiu-jitsu. A graduação define a hierarquia dentro do grupo e está relacionada à cor^d da faixa que se porta. Para formar uma fila os mais graduados ficam na frente e assim por diante. No momento do treino, o professor é quem escolhe as duplas e novamente a regra é um mais graduado com um menos graduado, não é permitido conversar no grupo, o único a falar é o professor, só

^d As cores das faixas em ordem crescente são: branca (permanência mínima de um ano); cinza (04 até 06 anos); amarela (até 15 anos); laranja (até 15 anos); verde (até 15 anos); azul (permanência mínima 24 meses, ou acima de 16 anos); roxa (permanência mínima 18 meses); marrom (permanência mínima 12 meses); preta; coral (Vermelho e preto); vermelha 9º grau (Mestre). Fonte: www.cbjj.com.br.

pode conversar se for sobre o Jiu-jitsu e a fala deve ser dirigida ao professor, que motiva o tempo todo o grupo, reforça os acertos e corrige os erros incentivando uma melhor atuação.

Apesar do cenário marcado por rituais e regras, é importante ressaltar a relação que se estabelece entre os praticantes do Jiu-jitsu e o professor, antes e após o treino. Eles mantêm uma relação de diálogo permeada por confidências, por relatos do cotidiano, por informações sobre o desempenho escolar. Essa forma do grupo se relacionar, seja o respeito que impera no momento do treino ou a descontração dos outros momentos, é vista pelos participantes como a principal contribuição para o estabelecimento do vínculo entre eles, “temos um vínculo forte, mas que foi forjado no tatame e que, talvez, seja o grande responsável pelos adolescentes se manterem na oficina reflexiva”. Esse depoimento é de um dos integrantes do Projeto Frutos do Morro, um estudante de medicina, que participou da oficina de Jiu-jitsu durante quatro anos junto com os demais adolescentes.

Como se vê a formação e o fortalecimento do vínculo entre os adolescentes, que participam de grupos ou de oficinas, pode se dar através do que já foi explicitado acima, ou seja, a convivência entre os pares, as referências que surgem a partir desta convivência grupal, o respeito e a

amizade, as regras que regem esse grupo e que são compartilhadas por todos, a presença de uma referência que seja comum para os adolescentes e o gosto pelas atividades propostas pelo grupo. Provavelmente, nem todos os elementos apresentados estão ao mesmo tempo presentes em todas as oficinas, mas um fator em especial possibilita esta vivência no grupo. A isso Freud relacionou a formação do vínculo emocional entre os membros de um grupo e esse ocorre por meio da identificação. Portanto, o vínculo emocional que se estabelece entre os participantes do grupo, capaz de mantê-los unidos, está relacionado à identificação parcial.

Logo, as três oficinas, cada uma do seu modo, foram capazes de favorecer a formação do vínculo emocional e possivelmente o seu fortalecimento – podemos inferir que o mecanismo da identificação ocorreu. Os adolescentes participavam das atividades, retornavam nos demais encontros e em muitas ocasiões trouxeram outros colegas para também se ligarem ao grupo. Talvez, uma das diferenças entre os três grupos seja a relação que os adolescentes construíram com os coordenadores da oficina ou com o professor de Jiu-jitsu. Em relação a isso é importante levarmos em consideração dois fatores relacionados à oficina de Jiu-jitsu. Primeiro, o professor de Jiu-jitsu em raras circunstâncias delega a outro

professor a tarefa de realizar o treino, ele é a referência para os adolescentes. Segundo, durante todo o ano somente no período entre o Natal e o Ano Novo as atividades são suspensas. Desta forma o vínculo entre os adolescentes e o professor vai se solidificando a cada encontro.

Aprender o modo pelo o qual se dá a formação e o fortalecimento do vínculo entre os participantes da oficina e como esse vínculo contribui para a prevenção da violência nos impele a relatar algumas falas dos adolescentes sobre a sua participação na oficina. Uma adolescente relata a influência que a orientação de um coordenador exerce sobre o seu comportamento: “*A X fala muita coisa de violência, fala para a gente não usar droga e essas coisas. Eu escuto o que ela fala*”. Esse relato confirma uma das propostas que o Relatório Mundial sobre Saúde e Violência^e aponta com uma possível estratégia de prevenção da violência juvenil. Segundo o Relatório, há evidências de que uma relação positiva de aconselhamento entre um jovem e um adulto, que cumpre a função de modelo ou guia, pode melhorar significativamente a relação que o jovem mantém com a escola, melhorando a sua frequência e o desem-

^e Krug, Etienne G. et al. (Ed.). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2010.

penho escolar; além de diminuir a probabilidade do uso de drogas; melhorar o relacionamento com os pais e reduzir as formas de comportamento que acabam incitando a violência entre os pares.

Os adolescentes participantes da oficina de Jiu-jitsu alegaram que o fato dessa oficina não permitir que os alunos se envolvam em briga contribui para a diminuição da violência, pois o adolescente teme em brigar e com isso ser expulso do Jiu-jitsu. Em outras palavras, o vínculo com o grupo e com o professor, pois é ele quem transmite essas regras, é forte a ponto do adolescente temer a exclusão. Talvez a possibilidade de vivenciar a exclusão caso eles venham a romper com a regra pactuada entre todos que participam do Jiu-jitsu significa para esses adolescentes reviverem a condição de exclusão vivenciada por eles, moradores de aglomerados urbanos, como é o caso do Morro das Pedras. Pode-se pensar, exclusão é violência e *envolve a privação ou negação da própria condição humana*, de tal modo que além dos direitos de cidadania, *nega-se aos excluídos a possibilidade de ação, discurso, comunicação, mediante os quais se constitui a possibilidade de os indivíduos realizarem o seu potencial como sujeito*.¹⁵ Estudo realizado por Melo *et al*⁵ com os adolescentes do Aglomerado Morro das Pedras demonstra que a exclusão socioeconômica

vivida é reforçada pelas constantes abordagens policiais que seleciona aquele que parece corresponder a um modelo dito como suspeito pela polícia. Entretanto, essa não foi a intenção dos adolescentes, relacionar a exclusão do Jiu-jitsu com a exclusão que já faz parte de seu cotidiano, seu temor é pela perda do vínculo emocional com o grupo. Sair do Jiu-jitsu pode representar para os adolescentes algumas perdas: do *status* de Jiu-jitsuka,^f uma identificação compartilhada entre os adolescentes, do espaço de convivência entre os pares e com o professor, da troca de saberes e experiências e da possibilidade de ampliar e intensificar as relações de amizade.

Os adolescentes localizam, ainda, a mudança de comportamento tanto no nível individual quanto na relação com os pares. Dizem que antes tratavam as pessoas de forma pejorativa, “*chamava de p*” e/ou com discriminação, “*chamava de macaco*”. Reconhecem que as pessoas pensam de forma diferente e que não é possível querer mudar a ideia do outro. Relatam que passaram a dialogar mais e se envolver menos em brigas.

De fato, alguns fatores, tais como envolvimento do adolescente em atividades artísticas e esportivas; envolvimento com amigos que também têm intolerância aos

^f Jiu-jitsuka é o nome dado a quem pratica o Jiu-jitsu.

comportamentos infracionais e violentos; existência de adulto significativo para contrabalançar os conflitos com os pais, frequentes nessa fase da vida; compreensão dos próprios atos e relações afetuosas e seguras com adultos, protegem os adolescentes de assumir comportamentos infracionais e violentos.¹⁶

Uma adolescente relatou ter melhorado a relação com a mãe: “*Eu era muito desobediente com a minha mãe, passei a ouvir os conselhos dela. O professor é muito rígido, isso também ajuda*”. É importante observar que o adolescente provavelmente associa o “rígido” a uma posição de autoridade e respeito que o professor assume perante o grupo. Uma outra adolescente elucida a relação deste professor com o grupo da seguinte forma: “*O professor, para conseguir mais do aluno, ele não pode ser só professor. O professor de Jiu-jitsu trabalha muito bem isso. Ele brinca, ele dá liberdade, mas na hora que é preciso ter respeito todo mundo entende*”. Segundo os adolescentes, o que eles praticam na oficina, eles também praticam em sua vida fora do grupo. Essas avaliações indicam que os efeitos alcançados dentro de uma prática de oficinas com os adolescentes podem transcender e atingir outros adolescentes ou outras esferas de seu relacionamento. Por exemplo, uma adolescente relatou que após participar da oficina e ter conversado sobre a violência ela se sentiu encorajada e decidiu

contar para a mãe que o tio era pedófilo e que já havia tentado abusar dela. Como indica Assis,¹⁶ é preciso garantir que o adolescente possa contar com a figura de um adulto que estabeleça com ele uma relação de afeto e diálogo, pois isso representa um fator de proteção evitando que o adolescente se envolva com a violência. Melo *et al*⁶ também mencionam a importância das interações como fator de proteção para o adolescente. A atividade em grupo direcionada ao atendimento do adolescente tem sido considerada na área da saúde uma excelente estratégia para desenvolver e favorecer a expressão de sentimentos, a socialização de informações e a formação de redes afetivas que contribuem tanto para a promoção da saúde e quanto para a prevenção da violência.¹⁷ Krug *et al*¹⁸ indicam que o fortalecimento de vínculo, com um modelo de adulto positivo, intensifica a proteção contra a violência juvenil. Minayo⁶ destaca a necessidade de fortalecer o vínculo afetivo com a família e com a escola como meio de proteção para que o jovem não se envolva com a violência. Eastman e Malo¹⁹ salientam a importância de recuperarem os vínculos sociais e humanos. Para esses autores a violência produz e gera danos à estrutura social, fomenta comportamentos que corroem os fundamentos e os princípios da vida social e da solução de conflitos.

Portanto, de ambos os pontos de vista, prático e teórico, a oficina se mostra como uma prática capaz de propiciar a mudança de comportamento entre os adolescentes, a convivência em grupo permite o fortalecimento do vínculo emocional e este contribui para a prevenção da violência. As relações que se estabelecem dentro da oficina favorecem a troca de saberes e possibilita ao adolescente avaliar o seu comportamento e as situações vividas por ele. Como dizem Melo *et al*,⁵ *superar a violência é resgatar em cada espaço de convivência essa competência de falar e agir que nos dá a todos a condição de sujeitos – é explorar ao máximo as potencialidades interativas e criadoras da fala.*

Considerações finais: o quê a pesquisa indica

É incontestável o fato de que as oficinas que o Projeto Frutos do Morro realiza com os adolescentes, seja no Aglomerado Morro das Pedras, ou em uma escola pública do bairro Providência, representam para esses adolescentes espaços de convivência, de aprendizado, de troca de experiências e saberes.

As três oficinas observadas contribuíram tanto para a formação como para o fortalecimento de vínculo emocional entre os participantes. Podemos apontar alguns fatores que confirmam essa

constatação, a saber, a presença de sentimentos para com os demais; a amizade, o amor, o respeito e a união; o fato dos adolescentes retornarem a cada encontro; o interesse em manifestar o seu pensamento e compartilhar com o grupo as soluções para as questões apresentadas e o empenho em realizar as atividades propostas e auxiliar outro adolescente quando este manifestava dificuldade. A função atribuída ao coordenador, seja como aquele que orienta, ensina ou motiva o grupo a realizar as atividades, indica a sua contribuição para a formação e o fortalecimento de vínculo.

A oficina que associa o Jiu-jitsu com atividade reflexiva apresentou uma característica diferente das outras duas que realizavam somente atividades reflexivas. Em nenhum momento observou-se entre os adolescentes um comportamento agressivo por meio de palavras ou contato físico – tapas, empurrões, chutes. Já nas outras duas oficinas esse comportamento era mais frequente, sendo amenizado quando os adolescentes se envolviam nas atividades ou quando a coordenação retomava o contrato de convivência elaborado por eles.

O fato dos adolescentes do Jiu-jitsu não apresentarem esse tipo de comportamento pode estar relacionado às regras estabelecidas entre o professor e eles, primeiro não é permitido no treino uso

de palavras pejorativas, segundo não é permitido no treino ou fora dele o uso da força a não ser por motivos de defesa pessoal e, ainda assim, antes, outros meios devem ser utilizados, inclusive o diálogo.

Em relação à mudança de comportamento frente à violência, os adolescentes afirmaram que a oficina contribuiu, fazendo-os refletir sobre as atitudes que tinham em relação às pessoas, principalmente no que se refere à agressão física e verbal. Segundo os adolescentes o que é vivenciado na oficina é reproduzido em outros núcleos de sua convivência e transmitido a outros adolescentes.

Diante disso é possível presumir que os efeitos alcançados a partir das oficinas do Projeto Frutos do Morro podem se estender para outros espaços de convivência do adolescente, potencializando ainda mais a prevenção da violência. Devido a isso é importante intensificar um acompanhamento dos efeitos que uma atividade em oficinas/grupos tem em relação à constituição subjetiva do adolescente, considerando que esse se encontra em um momento de busca de novos modelos de identificação.

Algumas considerações podem contribuir para a prática no projeto Frutos do Morro e para outras propostas baseadas em oficinas. É necessário elaborar junto com os adolescentes as regras que irão nortear o trabalho, e também as

relações dentro do grupo, mas esse elaborar não deve ser compreendido como algo mecânico, determinado somente por uma metodologia de trabalho e sim como um fator de socialização, comum a todos os grupos a que pertencemos. Não se pode perder de vista as formas de banalização e naturalização da violência que surgem na relação entre os pares e que podem ser reproduzidas em outros espaços. Não se pode esquecer a seguinte mensagem dos adolescentes: “*o que pratico na oficina levo para fora dela.*”

Referências

- 1 Freud S. Psicologia de grupo e análise do eu (1921). In: Freud S. Primeiras publicações psicanalíticas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p.79-154. (Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).
- 2 Freud S. Por que a guerra? (1932). In: FREUD, Sigmund. Primeiras publicações psicanalíticas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p.191-208. (Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 22).
- 3 Turato ER. Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- 4 Roudinesco E, Plon M. Dicionário de psicanálise. Tradução Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- 5 Melo EMM, Maria AMM, Pimenta SMO, Lemos SMA, Chaves AB, Pinto LMN. A violência rompendo interações: as interações superando a violência. Re-

- vista Brasileira de Saúde Materno Infantil, 2007 jan./mar; 7(1): 89-98.
- 6 Minayo MCS. Tipos de manifestação que provocam sérias conseqüências para a vida pessoal e social. In: Assis SG, Njaine K, Constantino P, coordenadoras. Curso impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2007. 192p. Módulo 1: Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. Unidade I: Bases conceituais e históricas da violência e setor saúde.
 - 7 Njaine K, Minayo MCS. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo. 2003 ago; 7(13):119-34.
 - 8 Camacho LMY. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. Revista Educação e Pesquisa. 2001 jan./jun; 27(1), p. 123-140.
 - 9 Zirmerman D. A contribuição da dinâmica grupal na prevenção da violência na adolescência e nas comunidades. In: Levisky DW (Org.). Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”. São Paulo: Casa do Psicólogo: Hebraica, 2001. p. 213-226.
 - 10 Brun D. A gramática amorosa da amizade. Ágora Estudos em Teoria Psicanalítica. 2007 jul./dez; 10(2): 311-319.
 - 11 Afonso MLM (Org.). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2000. 151p.
 - 12 Lancelotti J. Construindo esperança em tempo de violência. In: Levisky DW (Org.). Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”. São Paulo: Casa do Psicólogo: Hebraica, 2007. p. 257-263.
 - 13 Barros RR. Da massa Freudiana ao pequeno grupo Lacaniano: In: Holck ALL, Vieira MA (Ed.), Machado OMR, Grova T (Org.). Psicanálise na favela: projeto Digai-Maré: a clínica dos grupos. Rio de Janeiro: Associação Digai-Maré, 2008. 160p.
 - 14 Afonso MLM (Org.). Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
 - 15 Abramovay M *et al.* Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 200p.
 - 16 Assis SG. É possível prevenir a violência?: refletindo sobre riscos, proteção, prevenção e promoção da saúde. In: Assis SG, Njaine K, Constantino P, coordenadoras. Curso impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2007. 192p. Módulo 4: Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. Unidade I: Bases conceituais e históricas da violência e setor saúde.
 - 17 Morgado R. Criança e adolescentes em situação de violência. In: Ferreira AL. Atenção a pessoas em situação de violência sob as perspectivas do ciclo de vida e das vulnerabilidades. In: Curso impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2007. p.39. (Módulo 6. Unidade II.).
 - 18 Krug EG *et al* (Ed.). Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2010.
 - 19 Eastman AC, Malo M. Da repressão à prevenção da violência: desafio para a sociedade civil e para o setor saúde. In: Ciência & Saúde Coletiva. 2007; 11(Supl): 1179-87.

Capítulo 11 – Projeto Contos: contrapontos à violência

Maria Aparecida Machado de Melo

Janaína Passos de Paula

Priscilla Soares dos Santos

Diane Líbia Prata Melo

Como parte da “Proposta de Desenvolvimento de Metodologia de Capacitação de Profissionais de Saúde para a Abordagem da Violência” do Núcleo de Promoção de Saúde e Paz do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG, em parceria com o Ministério da Saúde e com a Organização Pan Americana de Saúde e, em consonância com suas linhas conceituais e de ação para a abordagem da violência, o projeto Contos: contrapontos à violência foi desenvolvido no período de julho de 2006 a dezembro de 2009, com os objetivos gerais de promover o crescimento pessoal e social do adolescente, capacitar profissionais de saúde para intervenções no quadro da violência e, ainda, sistematizar uma metodologia de trabalho junto ao ado-

lescente munindo esses profissionais de uma possibilidade a mais no desenvolvimento de ações de promoção de saúde e prevenção à violência.

A proposta consistiu no desenvolvimento e avaliação de oficinas de contos para grupos de adolescentes em duas escolas públicas de Belo Horizonte visando abrir espaços de expressão, formação de autonomia e de valores éticos necessários à construção de uma sociedade mais justa e cidadã. Após a formação da equipe e antes de iniciar as oficinas de contos, foi realizada a capacitação das mediadoras para conhecimento da proposta, sua contextualização, objetivos, fundamentação teórica, diretrizes para o desenvolvimento das oficinas de contos e apresentação das oficinas já estruturadas.

Contextualização

Se há o desejo de abordar a violência, minimizar seus efeitos e construir uma cultura de paz, o trabalho de formação do adolescente é prioridade. Na adolescência, o sujeito se depara com a tarefa de elaborar o vivido na infância e a perda do mundo infantil, aprender a lidar com as mudanças e as forças que irrompem subitamente e invadem o seu corpo, sua mente e suas relações, sem que esteja preparado para isto e, ainda, formar uma identidade pessoal, sexual e profissional, tarefas que garantirão o seu ingresso no mundo adulto. O adolescente experimenta com perplexidade essas transformações, oscila entre atitudes de dependência já conhecidas e exercita novas possibilidades de independência, vive situações contraditórias, sente-se impulsionado por forças opostas e por desejos que, agora, tornam-se passíveis de serem efetivados. Esse processo é vivido sempre com um grau de sofrimento, depressão e ansiedade, visível no seu comportamento instável que precisa, mais do que nunca, da orientação firme e sábia do adulto.^{1,2} A intensidade de suas vivências nessa época, a eclosão das pulsões agressivas e sexuais, o poder e a mobilidade adquiridos e a falta de domínio sobre tudo isso faz do adolescente um alvo fácil para o mundo da violência que não por acaso tem aí um dos seus

maiores índices de ocorrência.^{3,4} Forte e saudável – a adolescência é considerada a fase de mais saúde do ser humano – compelido a buscar novas possibilidades, tentando lidar com a sua confusão interna, o adolescente está exposto a manipulações, seduções e aventuras, que o colocam em situações de risco.⁵

Se acrescentarmos a esse contexto as características de uma sociedade desigual e injusta, pautada no poder econômico e político, marcada pelo individualismo e pela solidão, pelo imediatismo, pelo descaso com a educação e a saúde, a situação do adolescente fica, realmente, muito preocupante.^{5,6,7}

As instituições responsáveis pela educação e proteção desse sujeito “em condições especiais de desenvolvimento” não têm sido capazes de garantir nem os seus direitos nem o seu crescimento saudável. A família, cujos membros cada vez mais envolvidos com o trabalho – seja pela sobrevivência ou em busca dos bens que lhes conferirão um lugar ou um poder nesta sociedade – encontra-se muito ocupada e se isenta cada vez mais da educação dos filhos. A escola a quem os pais vêm delegando, muito frequentemente, a tarefa de educar, não tem atendido sequer a sua tarefa primordial de garantir o aprendizado, a autonomia de seus alunos e o seu compromisso com a sociedade de prepará-lo para o exer-

cício da cidadania.^{7,8,9,10} É sabido como a qualidade de nossas escolas encontra-se comprometida. Embora as taxas de reprovação e evasão estejam diminuindo e as taxas de promoção aumentando, os alunos não estão aprendendo como o esperado.¹¹ O rendimento escolar insatisfatório, o insucesso na sala de aula, a indisciplina, a produção crescente de analfabetos funcionais, nos informam sobre a ineficiência do atual quadro educacional brasileiro. A escola, lugar de ensinar e aprender tem, ela mesma, se configurado como um espaço de produção de insatisfações, fracassos, doenças e violência.^{7,10,12,13} E o adolescente uma vez mais parece não encontrar lugar onde sua condição de sujeito em formação seja considerada.

Historicamente, crianças e adolescentes sempre sofreram agressões, maus tratos e desrespeito por parte das várias instituições sociais no mundo inteiro. No Brasil passam a ser considerados “sujeitos de direito” apenas no final do século XX e apesar de conquistas legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente e da mobilização dos poderes públicos e da sociedade no sentido da proteção integral à criança e ao adolescente, estes ainda são incipientes e os adolescentes continuam expostos a todas as formas de violência.¹⁴ O resultado desse processo, também já sabemos, será mais violência,

pois ela obedece a um ciclo que repete e repassa as experiências hostis. Diante deste quadro, vemos que ainda estamos longe da proteção integral ao nosso sujeito em formação.

Somando tudo isso, o que se configura é um cenário pouco propício ao crescimento saudável do adolescente. Não é um mundo árido demais ao processo de formação? Em qual espaço o adolescente poderá discutir e elaborar tudo isso? Como promover formação de autonomia e dos valores éticos tão necessários para a formação do cidadão? Como aprender sobre o amor, força capaz de despertar nossos melhores desejos, de incluir o outro e gerar ações efetivas para a construção de uma cultura de paz?



O presente projeto busca criar contrapontos a este contexto. Ponto de partida é o reconhecimento efetivo do

Todos os desenhos do texto são de autoria de Gabriel Gouveia.

adolescente como sujeito que deseja, que pensa, que escolhe. Efetivo quer dizer que esse reconhecimento se traduz na prática de nossas condutas frente ao adolescente: desejar e investir numa atuação que possa acrescentar algo na vida do sujeito e que esteja comprometida com o seu bem-estar e crescimento antes de qualquer outro interesse. Ele traz uma visão otimista do ser humano e, especialmente, a crença nas possibilidades do adolescente. Exatamente por estar em formação, ao contrário do que possa parecer, o adolescente é muito receptivo às propostas que possam estimular seu desenvolvimento. Ainda mais quando o trabalho é realizado em grupo, visto ser esta outra necessidade do adolescente: sentir-se aceito e pertencente a um grupo que funciona para ele como referência. A convivência com seus pares permite a ele experimentar novas formas de ser, relacionar, pensar e ter acesso a pontos de vistas diferentes para formar sua identidade. Embora de difícil manejo e demandando sempre a orientação de um profissional experiente no atendimento sócio-educativo a grupos de adolescentes, o trabalho em grupo é promissor e de relevância para sua formação.

Apesar da crise do nosso sistema educacional, mudanças no quadro social passam necessariamente pela edu-

cação e a escola ainda é uma instituição forte, em que estão projetadas as perspectivas de crescimento de todas as classes sociais.^{5,7,10} E os adolescentes estão lá. Estabelecer parcerias no sentido de potencializar os objetivos educacionais da escola é uma das diretrizes desta proposta, que reconhece na educação o terreno propício a uma atuação de caráter preventivo, comprometida com o desenvolvimento do ser humano e a construção de um mundo melhor.

As oficinas de contos

As oficinas de contos configuram-se como espaços de expressão e de referência para o adolescente, onde ele pode lidar e elaborar questões próprias ao seu momento evolutivo, vivenciar situações capazes de promover enriquecimento em termos de conhecimento e aprendizagem, estabelecer relações interpessoais baseadas na confiança e no respeito e ainda decodificar o mundo à sua volta, possibilitando desenvolvimento afetivo, cognitivo e moral.

Assim, foram desenvolvidas de modo a criar:

- 1 ambiente onde o adolescente pudesse sentir-se gradativamente mais livre e seguro para expressar-se, possibilitando o processo de autoconhecimen-

to e organização em torno de suas características, projetos e referências; contribuindo para a formação de sua identidade e de uma autoestima positiva;

- 2 situações significativas, interessantes e lúdicas capazes de motivá-lo a envolver-se e participar ativamente do seu processo de conhecimento, despertando nele o desejo e o prazer de aprender, criando novas possibilidades de interação com o conhecimento;
- 3 processo de formação de valores humanos baseados nas relações de reciprocidade e solidariedade.

Portanto, construção de conhecimento e de valores morais e éticos, construção de autonomia e constituição do sujeito. Trabalho de cruzamentos constantes entre as dimensões racionais, relacionais e afetivas, possível a partir da articulação de diversos saberes, na perspectiva da interdisciplinaridade psicopedagógica.

Fundamentação teórica

As oficinas de contos estão referenciadas nos postulados teóricos de Piaget^{15,16} para o desenvolvimento cognitivo/moral, que consideram a cooperação como o método capaz de levar à autonomia, ao respeito mútuo e à noção de justiça e, em

estudos da psicanálise¹⁷ e da psicopedagogia,¹⁸ que adotam os contos como recursos capazes de mediar o mundo interno do sujeito com o mundo da cultura, de transmitir e construir conhecimentos de forma prazerosa, de dinamizar a interação entre os participantes do grupo e de colocar em pauta princípios e valores morais.

Para Piaget, tanto a lógica formal como a moral autônoma só são atingidas a partir do exercício das cooperações na convivência em grupo, quando o sujeito consegue operar junto com o outro, numa relação entre iguais:

Na medida em que a cooperação entre os indivíduos coordena os pontos de vista em uma reciprocidade que assegura tanto a autonomia como a coesão, e na medida em que paralelamente, o agrupamento das operações intelectuais situa os diversos pontos de vista intuitivos em um conjunto reversível, desprovido de contradições, a afetividade, entre os sete e os doze anos, caracteriza-se pela aparição de novos sentimentos morais e, sobretudo, por uma organização da vontade, que leva a uma melhor integração do eu e a uma regulação da vida afetiva.¹⁵

Segundo ele, as relações interindividuais são divididas em duas categorias: a coação e a cooperação. A coação é contraditória ao desenvolvimento inte-

lectual e moral, pois reforça o egocentrismo, impede a construção das estruturas mentais operatórias necessárias à autonomia e mantém o sujeito numa relação de heteronomia. As relações de cooperação, em contrapartida, são relações constituintes porque, estabelecidas entre iguais, implicam sempre em acordos mútuos.^{16,19} *A autonomia é um poder que só se conquista de dentro e que só se exerce no seio da cooperação.*¹⁶

Sobre os contos, sabemos que eles traduzem as aspirações do homem e expressam simbolicamente o mundo interno, as problemáticas mais complexas e angustiantes do ser humano, os conflitos que ele deve resolver para crescer e, ao situarem-se no imaginário, permitem ao sujeito a distância necessária para lidar com todas essas questões sem se desorganizar ou sentir-se ameaçado. Por meio

de mecanismos de projeção e identificação o sujeito pode encontrar as respostas para seus conflitos. Os contos passam a mensagem de que é possível encontrar uma solução feliz e o convite para não se deixar abater diante das dificuldades da vida, organizando suas tendências contraditórias e ambivalentes.

Bettelheim,¹⁷ em texto clássico da Psicologia e da Educação, ensina:

Há uma concordância geral de que mitos e contos de fadas falam-nos na linguagem de símbolos representando conteúdos inconscientes. Seu apelo é simultâneo à nossa mente consciente e inconsciente, a todos os seus três aspectos – id, ego, superego – e a nossa necessidade de ideais de ego também. Por isso é muito eficaz; e no conteúdo dos contos, os fenômenos internos psicológicos recebem corpo em forma simbólica.

Enquanto a coação fornece um modelo – um conteúdo – a ser seguido, a cooperação fornece um método – uma forma. O bem não é definido de antemão, mas poderá nascer ou se renovar a cada experiência de cooperação. Para Piaget, os ideais democráticos, que incluem valores abstratos como a dignidade pessoal, o respeito pelo ponto de vista alheio, pressupõem justamente a existência deste método.

LA TAILLE

A educação constitui um todo indissociável, e não se pode formar personalidades autônomas no domínio da moral se por outro lado o indivíduo é submetido a um constrangimento intelectual de tal ordem que tenha que se limitar a aprender por imposição, sem descobrir por si mesmo a verdade: se é passivo intelectualmente, não conseguirá ser livre moralmente.

Piaget

A moral presente nos contos de fadas é a que torna desejável o bem e que sanciona o mal com o fracasso daqueles que se entregam às pulsões destruidoras do *id*, nos diz ele. Então o que o conto faz é colocar em pauta as diversas alternativas de ações e condutas permitindo ao sujeito entrever suas consequências, posicionar-se e fazer suas escolhas, por mais modestas que sejam.

Além da função fantasmagórica que acabamos de mencionar, Gillie¹⁸ pontua a função estética dos contos, visto que são obras de arte pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, e ainda, a função de encantamento, que enfeitiça e atrai, transportando-nos do cotidiano banal para o seu universo maravilhoso. Para ele, são visíveis os efeitos pedagógicos e terapêuticos do trabalho com os contos. Fontes de conhecimento e cultura possibilitam a formação de saberes e de habilidades, levando a um crescimento pedagógico. Os efeitos terapêuticos estão relacionados à capacidade de proporcionar o bem-estar do sujeito à medida que, em virtude do trabalho psicoafetivo que realiza, desbloqueia recursos psíquicos que favorecem o desenvolvimento de suas potencialidades em todos os sentidos, permitindo maior maleabilidade e circulação de desejos.

Como se percebe, o conhecimento psicanalítico sobre o desenvolvimento afetivo/sexual assim como as implicações educacionais advindas da interlocu-

ção que a psicanálise faz com a educação assumem importância na efetivação da presente proposta. Reconhecer o inconsciente – sempre presente, mas muito negligenciado pela educação em nome do ideal científico e pedagógico – considerar os aspectos transferenciais e contratransferenciais das relações¹³ e atentar para o desejo de aprender e suas interdições^{20,21} são aspectos que permitem a visão mais totalizante dos sujeitos, dos processos em movimento e orientam a intervenção.

Orientações para o desenvolvimento das oficinas de contos

A partir das premissas acima, definiram-se algumas orientações fundamentais para a realização das oficinas, principalmente as que se referem ao estabelecimento da cooperação, ao trabalho com os contos e às atividades e ao lugar do mediador nesse processo.

Promover o exercício da cooperação é tarefa primordial desde o início do trabalho, mas como se promove a cooperação? Seria esta uma tarefa simples? Buscar a cooperação em um contexto social em que, embora quase sempre dissimulado por um discurso igualitário, prevalece o poder e a vantagem sobre o outro? Exercitar cooperação onde reina a exclusão, o preconceito e a injustiça? Como trabalhar as interações

de forma que tenham um efeito positivo, ou seja, de crescimento e liberdade?

Rangel²² (1993) nos diz o seguinte:

“Ao falarmos em cooperação no contexto da autonomia, situamos o indivíduo sempre em um grupo social no qual realizará as trocas necessárias à construção de suas hipóteses de conhecimento e, pelos conflitos surgidos nas trocas no grupo, as modificações ulteriores dessas hipóteses. Ao mesmo tempo, este indivíduo situado no grupo também construirá, progressivamente, suas regras e valores de convivência social pelas necessidades impostas por esta situação de “estar junto com o outro” e precisar de querer estar com o outro para crescer.

Nesta dinâmica, surgem os conflitos de convivência, os choques de pontos de vista e de interesses pessoais: ao mesmo tempo crescem o conhecimento mútuo, a confiança e o bem-querer que une os indivíduos”.

Promover o exercício da cooperação implica trabalhar constantemente as relações interpessoais, buscando acordos mútuos quanto às questões, conflitos e dificuldades que surgirem – sempre no sentido da reciprocidade e da solidariedade –, assim como proporcionar ao adolescente vivências positivas no grupo, construindo um ambiente de aceitação e confiança crescentes, que possibilite

a criação de vínculos afetivos e a coesão, a ponto de levá-lo a descentrar-se e colocar-se no lugar do outro, de forma tal que possa desejar para o outro aquilo que deseja para si mesmo. Clara está a necessidade de trabalhar preconceitos, discriminações e o desrespeito, para promover a aceitação das diferenças e a possibilidade de diálogo. É preciso quebrar a verticalidade das relações, através do reconhecimento do lugar de cada um dentro do grupo, pois a cooperação só é possível entre iguais, no exercício de autoridade uns sobre os outros.

Evidente a importância do mediador neste trabalho: lugar de educador, cuja função é mediar as trocas entre o sujeito e o conhecimento, entre o sujeito e outros sujeitos, para que essas se deem da maneira mais dinâmica e saudável possível. E isso implica atitudes cooperativas e *sem coação*, na saída do lugar de poder para o estabelecimento de uma situação mais democrática e horizontal e na capacidade de indagar-se constantemente sobre si mesmo e sua atuação. É preciso que o mediador faça a descentralização, ele mesmo, para poder promovê-la no grupo. A confiança será crescente na medida em que sua conduta espelhar sua proposta, ou, em outras palavras, na medida em que suas atitudes confirmarem seu discurso. Assim, a capacidade de respeitar limites e cumprir os acordos esta-

belecidos, a identificação com a proposta e a visão que se tem da adolescência são decisivos para o bom andamento do processo. A firmeza e convicção do mediador conferem confiabilidade ao trabalho e o faz funcionar como referência para o adolescente, que então pode sentir-se seguro e confiante para também investir na proposta e em suas possibilidades.

Quanto aos contos, o essencial aqui é ler para gostar de ler e descobrir o prazer que a leitura pode proporcionar. Ler com liberdade de escolha e de expressão, sem a obrigatoriedade das tarefas escolares posteriores, ler para refletir, discutir e compartilhar, ler com vontade e encantamento.

A Estrutura das oficinas de contos

As oficinas foram estruturadas sempre a partir de um conto no formato de literatura infanto-juvenil, ou seja, textos pequenos e de fácil leitura, ilustrados sempre com muita arte e, por isso, bonitos e atraentes. Trabalhamos com contos de fadas ou contos maravilhosos, com contos modernos e mitológicos. Textos de reconhecida qualidade que abordam temáticas de valor formativo para o adolescente. A transmissão dos contos foi feita utilizando recursos como leitura, caracterização de vozes ou personagens, filmes, contação e reconstituição oral de histórias, lâminas

com as ilustrações, etc. Inspiradas pelas histórias são propostas atividades como brincadeiras, colagens, pintura, escrita, dramatização, músicas, etc., e momentos de discussões e reflexões.²³

O desenvolvimento das oficinas de contos

As oficinas foram realizadas semanalmente, no período de agosto de 2006 a dezembro de 2007, para dois grupos de 15 adolescentes na faixa etária entre 13 e 17 anos, de 6^a, 7^a e 8^a séries, em duas escolas públicas de Belo Horizonte que atendem alunos dos aglomerados urbanos Morro das Pedras e Morro do Papagaio, comunidades que apresentam altos índices de violência, e foram mediadas em cada uma delas, por uma dupla formada pela fonoaudióloga e uma das estudantes, todas co-autoras deste trabalho. Durante todo o período, o trabalho foi permanentemente acompanhado por meio de encontros semanais, nos quais eram feitos os relatos, os estudos e as orientações. Para iniciar as oficinas de contos foram realizados contatos e acordos com as escolas, a formação dos grupos de adolescentes e duas oficinas iniciais, uma de apresentação dos participantes e da proposta e outra de contrato de convivência, em que os grupos definiram as suas regras de funcionamento.

Partimos de 17 oficinas de contos já estruturadas, constantes do projeto inicial (Quadro 1), sendo que as oficinas de 1 a 4 buscavam possibilitar a compreensão da proposta e criar um clima agradável para o entrosamento das pessoas envolvidas; as oficinas de 5 a 14 tinham como objetivo propiciar o autoconhecimento e formação de identidade; um terceiro grupo, as oficinas de 16 a 23 gostariam de possibilitar a colocação em pauta de alguns valores sociais que, acreditamos, devam ser repensados e refletidos e, por fim, três oficinas – 15, 24 e 25 – promoveriam a participação do grupo como autoria.

Apesar da existência dessa sequência a nos orientar, as oficinas eram introduzidas a partir do momento vivido pelo grupo. Efetivamente, buscamos intensificar as possibilidades de participação em todos os sentidos: na liberdade de expressar-se, nas interações entre o grupo, e em relação às próprias oficinas: na escolha do conto, nas sugestões de atividades, na montagem de oficina, na criação de um texto, da imagem ilustrativa, até a produção de um livro no mesmo formato. Autoria e autonomia. Estas eram as metas.



Escola Municipal Arthur Versiani Velloso

As oficinas nessa escola foram desenvolvidas para alunos do Projeto Escola Pública de Horário Integral. No começo, as oficinas eram cansativas, pois os adolescentes mostravam-se inquietos e desinteressados, os acordos estabelecidos no contrato de convivência não eram respeitados por alguns e muitas vezes tivemos que lembrá-lo e propor sua reflexão. Mostraram-se um pouco resistentes em relação à proposta com os livros e com leitura, mas, curiosamente, o momento da transmissão do conto era mágico, pois tinha o poder de silenciá-los para escutarem as histórias. Apresen-

taram dificuldades em relacionarem-se, alguns adolescentes não se davam bem e faziam questão de demonstrar isto. Não era fácil o manejo. Mas nas reuniões semanais da equipe esses comportamentos eram compreendidos e, fiéis às diretrizes da proposta, foi possível ir trabalhando todos esses aspectos. Assim, em resposta ao trabalho paciente, seja de reflexão sobre as atitudes ou de colocação de limites – sempre de forma inclusiva –, e ao empenho em oferecer atividades interessantes, estimulando a participação, gradativamente, os resultados mostraram-se muito positivos no sentido de um envolvimento cada vez maior. No final do primeiro semestre, já era possível per-

ceber mudanças nesse sentido, pois eles chegavam à sala, organizavam-se, ficavam atentos à transmissão do conto e realizavam as atividades com vontade. E o que pareceu complicado no começo foi se mostrando prazeroso em pouco tempo.

As oficinas, de fato, propiciavam maior percepção do adolescente sobre si mesmo e sobre seus projetos, favorecendo o autoconhecimento e a identidade. A participação nas discussões do grupo levava à possibilidade de ver determinado ponto de vista a partir de novos olhares. Aos poucos se observaram mudanças, pequenas, mas significativas. Na oficina “Sonho passado a limpo”, por exemplo, uma adolescente recusou-se a participar de uma atividade expressando sua insatisfação com sua imagem corporal, ao que o grupo discordou, dando uma visão diferente e solicitando a sua participação na atividade (Quadro 1). A colocação do grupo parece ter surtido um efeito positivo na autoestima da adolescente que, dias depois, realizou a atividade anteriormente recusada e foi mostrando-se paulatinamente menos arredia. Na oficina “Criação de oficina”, um dos adolescentes que aparentemente não se preocupava com os estudos ficou a oficina inteira lendo, compenetradamente, os vários livros disponibilizados para aquela situação. Um outro, cujo crescimento surpreendeu a todos, demonstrava grande timidez e não conse-

guia expressar-se verbalmente. No entanto, realizava as atividades, principalmente as gráficas, com grande interesse e esmero, o que o levou a receber, ao longo do tempo, o reconhecimento do seu talento pelo grupo. Observamos que ele passou a expressar-se mais e, na criação da oficina “João e Maria”, suas opiniões foram aceitas e suas contribuições decisivas.

Embora o grupo tenha se mantido estável, no segundo semestre tivemos a saída de alguns adolescentes e a entrada de outros. Nesse momento, percebeu-se que o grupo já apresentava consistência em relação ao trabalho desenvolvido, pois todos contribuíam para a contextualização dos novos membros permitindo que eles se inteirassem da proposta e pudessem prosseguir no processo já estabelecido. A saída de dois adolescentes, em particular, impôs questões importantes para serem pensadas. Desde o início, eles se diferenciavam do grupo por apresentarem comportamentos muito hostis e desafiadores e, por isso mesmo, demandaram grande atenção e investimento no sentido de buscar formas de trabalhar com eles. No entanto, sinalizavam com algumas possibilidades: eram assíduos e à sua maneira mostravam-se atentos a tudo que se passava nas oficinas. Já se podia contar até com algumas contribuições quando houve o comunicado de seu desligamento da escola. A frustração causada motivou a refle-

xão e esta levou à consciência, primeiro, do vínculo afetivo que havia sido criado – todos do grupo se importavam com eles e com os seus destinos – e, segundo, dos limites do trabalho. As oficinas estavam sendo positivas para eles e as mudanças eram possíveis, mas, naquele momento, não havia escolha senão aceitar a decisão da escola ou do adolescente. Momento difícil, mas de crescimento para a equipe ao se deparar com frustrações e limites.

O amadurecimento promovido pelo trabalho contínuo possibilitou debates ricos, em que os temas sociais colocados em pauta foram mais bem trabalhados e permitiu que o grupo criasse duas oficinas baseadas nos livros “João e Maria” e “Chapeuzinho Vermelho”, e confeccionasse o livro “Em busca da Paz”, a partir da criação de um texto sobre a paz para o jornal do Projeto Frutos do Morro (Quadro 2). Os adolescentes escreveram e ilustraram, com satisfação e prazer, o livro que aborda a questão da violência e mostra a importância que atribuem à escola, já que foi por meio dela que encontraram a solução para a situação da personagem. A estória por eles criada indica que, apesar de todos os problemas da instituição escolar em nosso país, eles conseguem fazer a conexão dela com a vida e mostram como estão abertos às oportunidades de crescimento que ela pode e deve proporcionar. E é justamente em função disso

que se reconhece na Escola Municipal Arthur Versiani Velloso – na sua receptividade e colaboração – a parceria necessária ao bom desenvolvimento da proposta.

Quanto à formação de profissionais e estudantes, pode-se afirmar que foi muito prazeroso desenvolver as oficinas, interagir com os adolescentes e sentir o crescimento deles ao final do trabalho. As reuniões de capacitação foram muito importantes para os bons resultados: aperfeiçoou-se a capacidade de convivência, de respeito às diferenças e adquiriram-se novos conhecimentos. A experiência com as oficinas de contos contribuiu enormemente para o crescimento profissional, pessoal e interativo da equipe.

Escola Estadual Nossa Senhora do Belo Ramo

Nesta escola, o processo foi marcado por dois momentos distintos. O primeiro em que, seguindo os critérios de funcionamento das oficinas desenvolvidas pelo Projeto Frutos do Morro e com o funcionamento ainda incipiente do horário integral, as oficinas de contos foram realizadas durante o horário de aula e trouxeram resultados pouco satisfatórios devido a dificuldades como falta de salas, cancelamento de aulas, comprometimento do rendimento dos adolescentes em atividades curriculares devido à ausência

nas aulas para participação nas oficinas, dentre outros. As dificuldades eram estruturais e apesar dos esforços para saná-las, os resultados continuavam insatisfatórios e geravam frustrações. Embora significasse um recomeço, e após novos acordos com a escola, no semestre subsequente as oficinas passaram a ser realizadas no horário integral, que já se encontrava mais estruturado. Houve, então, maior apoio por parte do corpo docente da escola, com salas disponíveis, tempo otimizado e dedicação exclusiva dos adolescentes às oficinas no dia determinado. Novas oficinas foram criadas para atender a entrada de novos participantes, que responderam com dedicação e compromisso à proposta. Essa adequação culminou com a potencialização dos objetivos da oficina e sua sintonia com os objetivos da escola na formação dos adolescentes: instituição e oficinas de contos andando juntas.

Algumas oficinas foram muito marcantes. “O flautista mágico” permitiu conhecer os sonhos e projetos daqueles adolescentes, sonhos que qualquer pessoa deseja para si: ser feliz, ter uma casa, ter um carro, formar-se, casar-se, ter filhos, ser rico... Aponta ainda para a responsabilidade da sociedade na concretização desses sonhos por meio da justiça social, do investimento na saúde e na educação e na criação de maiores oportunidades de trabalho e de melhoria na qualidade de

vida. Em “1 é 5, 3 é 10”, pudemos trabalhar o contexto de privação muitas vezes vivenciado pelos próprios participantes da oficina e ainda o preconceito sofrido por estarem sujeitos a esse contexto. Sobre isso, foi relatado por um adolescente, que os alunos da escola, considerados carentes, eram perseguidos pelos seguranças de um supermercado frequentado por clientes de classe média, quando lá entravam, pois acreditavam que iriam roubar algo. A questão do dinheiro foi colocada em cheque pelos adolescentes – *“vale mesmo a pena se envolver com o tráfico de drogas a fim de se obter dinheiro fácil, se você não tem nenhuma garantia de que vai ficar vivo para usufruir dos seus ganhos?”*, *“se você não pode dormir tranquilo e com sua dignidade preservada?”* – houve um debate interessante. Foi possível ainda trabalhar algumas leis que regulamentam o trabalho de adolescentes. “No reino das borboletas brancas” e “Uma joaninha diferente” a questão do preconceito e o respeito às diferenças foram novamente temas do debate. Foi relatado o preconceito sofrido por uma das adolescentes dentro do próprio grupo, que então pode repensar sua atitude em relação à colega. Os adolescentes disseram ainda ser desacreditados por pessoas e instituições, citando a escola mesmo, onde professores consideram que eles “não têm solução” e que nunca vão conseguir nada na vida. Reclamavam sempre de nunca

serem ouvidos. “Procurando Nemo” foi o ápice das criações artísticas. Gostaram do filme, da pipoca e do refrigerante. A “sessão cinema” foi coroada com trabalhos de pintura realizados com muita dedicação. “O pequeno príncipe” atesta o reconhecimento da formação do vínculo afetivo que se formou entre o grupo. A troca de bilhetes promoveu um momento de carinho e respeito funcionando como um contraponto ao preconceito tão vivenciado e expressado pelo grupo. Finalmente, “Chapeuzinho Vermelho” consistiu num momento mágico – a entrega dos trabalhos, a troca de bombons e a avaliação positiva de mais de um ano de atividade. O reconhecimento por parte dos adolescentes demonstrou a dimensão da importância do trabalho desenvolvido. Superar as dificuldades e conseguir concluir o trabalho com a aprovação tão grande dos adolescentes foi muito recompensador.

O processo neste grupo levou à criação de 3 oficinas novas: “As coisas que a gente fala”, “Uma joaninha diferente” e “Procurando Nemo” (Quadro 1).

Resultados

Com os relatos acima e a partir das avaliações dos adolescentes, dos profissionais e também das escolas, foi possível perceber como o trabalho foi significativo e seguiu em direção aos objetivos estabelecidos.

Acreditamos mesmo ter contribuído para a formação cognitiva, afetiva e moral daqueles adolescentes, cuja evolução foi visível. Desenvolveram habilidade de concentração na leitura e atividades com os livros, além de aprenderem a trabalhar em grupo cuja base principal é a colaboração e o respeito ao outro. Com o envolvimento dos adolescentes e com o vínculo criado entre eles, as oficinas tornaram-se espaço de discussão de questões significativas na vida de cada um.

Nas avaliações, quando perguntados como se sentiam nas oficinas de contos, respostas como “feliz”, “me sinto alegre, eu gosto” ou “*a gente fica discutindo algumas coisas e eu me sinto livre, é porque quando você não quer falar alguma coisa, lá você se sente livre pra falar*”, “*me sinto bem porque elas são compreensivas, elas escutam a gente, a gente escuta elas*” foram obtidas. Quando perguntados sobre o que havia ficado para eles como aprendizado, disseram “*aprendi a gostar dos livros e das histórias*”, “*aprendi a conviver, a colaborar e a trabalhar com os outros*”, “*as histórias que contam, os trabalhos que fazemos, depende da história, por exemplo, a história de João e Maria nos faz olhar a beleza das pessoas por dentro*”, “*o que eu aprendo eu tento repassar no meu dia a dia.*”, “*traz benefício para mim lá fora.*”, “*faz a gente se interessar mais pelas histórias e quase todos trabalhos a gente faz em grupo, aí faz a gente ficar mais junto*”, “*estou aprendendo a ser uma pessoa melhor*”.

Quadro 1 – Oficinas de contos realizadas

Nome	Autor	Escola 1	Escola 2	Elaboração
A caixa de Pandora	Texto adaptado por Vânia D'ohme	X	X	C
Burrinho Amarrado – Ritinha Danadinha	Pedro Bandeira	X	X	C
O mágico de Oz	Frank Baun	X	X	C
Mil pássaros pelos céus	Ruth Rocha	X	X	C
O Flautista Mágico	Rubem Alves	X	X	C
Chapeuzinho Amarelo	Chico Buarque	X	X	C
Sonho passado a limpo	Léo Cunha	X	X	C
Olavo e os sons	Ita Liberman e Virgínia Castilho	X	X	C
A menina e a pantera negra	Rubem Alves	X	X	C
João e Maria	Irmãos Grimm	X		GD1
Pedro e Tina: uma amizade especial	Stephen Michael King	X	X	ME2
Peter Pan	J. M. Barrie	X	X	C
Procurando Nemo	Roteiro de Andrew Stanton		X	C e ME1
As coisas que a gente fala	Ruth Rocha		X	GD2
Oficina de criação de oficina		X	X	C
1 é 5, 3 é 10	Santuza Abras	X	X	C
No reino das borboletas brancas	Marli Assunção	X	X	C
O ouro de Midas	Adriana Bernardino	X		C
Uma joaninha diferente	Regina Célia Melo		X	C e ME2
O escorpião e a rã	Rubem Alves	X		C
Em busca da paz	AD1			C e ME3
O pequeno príncipe	Antoine de Saint-Exupery	X	X	ME1
Chapeuzinho Vermelho	Irmãos Grimm	X	X	GD1
Oficina de criação de contos		X		C
Oficina de produção de livro		X		C

Escola 1: Escola Municipal Arthur Versiani Velloso; Escola 2; Escola Estadual Nossa Senhora do Belo Ramo

GD1: Grupos de adolescentes da oficina de contos da Escola 1

GD2: Grupos de adolescentes da oficina de contos da Escola 2

C: Coordenadora do projeto

ME1: Mediadora 1, fonoaudióloga

ME2: Mediadora 2, estudante de medicina

ME1: Mediadora 3, estudante de engenharia

‘Era uma vez uma menina de 13 anos que se chamava Emylli.

Emylli morava no Aglomerado Fazendinha, um lugar pobre e descuidado, sem muitas condições de estudo e onde as pessoas não eram amigáveis. Lugar de muita violência.

Na sua família as coisas não eram diferentes. Após a morte de sua mãe, o pai passou a beber e a espancá-la, obrigando-a a se prostituir para levar dinheiro para comprar cigarro e bebida. Emylli sentia-se triste, oprimida e sem alternativas para melhorar sua vida. Dizia para si mesma: ”Da próxima vez que ele me bater eu saio desta casa”.

Um dia, não aguentando tanta humilhação, ela acaba cumprindo sua promessa.

Naquela noite, Emylli dormiu na rua.

Ao amanhecer, começou a bater de porta em porta perguntando se alguém sabia como ajudá-la a encontrar a paz: “Bom dia, estou com fome, preciso de ajuda...”.

Contava sua história, falava das suas dificuldades, queria encontrar um jeito mais alegre de viver e também ajuda para o pai.

A resposta era sempre a mesma: “Infelizmente, não posso ajudar”.

Mas Emylli não desistiu, pois ela é brasileira! Pensou muito e resolveu que precisava estudar. Então foi a uma escola e explicou a situação. O diretor, muito comovido, arranhou-lhe uma vaga na escola, os professores deram força e uma delas conseguiu até um lugar para ela morar, com a condição de que se esforçasse e estudasse muito.

Emylli não perdeu tempo nem a oportunidade. Estudou muito, muito mesmo, e conseguiu formar-se em Direito. Conhecendo os direitos dos cidadãos, tornou-se agente cultural e foi espalhar seu conhecimento nos aglomerados.

Certo dia decidiu voltar à sua antiga casa.

No caminho, vê uma pessoa deitada na calçada. Era um homem velho, completamente bêbado, precisando de ajuda. Emylli sentiu seu coração apertar e imediatamente levou-o para o hospital.

“No dia seguinte, vai visitá-lo e o velho fala da vida infeliz que tem vivido e de todo o mal que já fez: Queria voltar no tempo...”.

Naquele momento, Emylli lhe diz que era possível refazer tudo e que já tinha lhe perdoado...

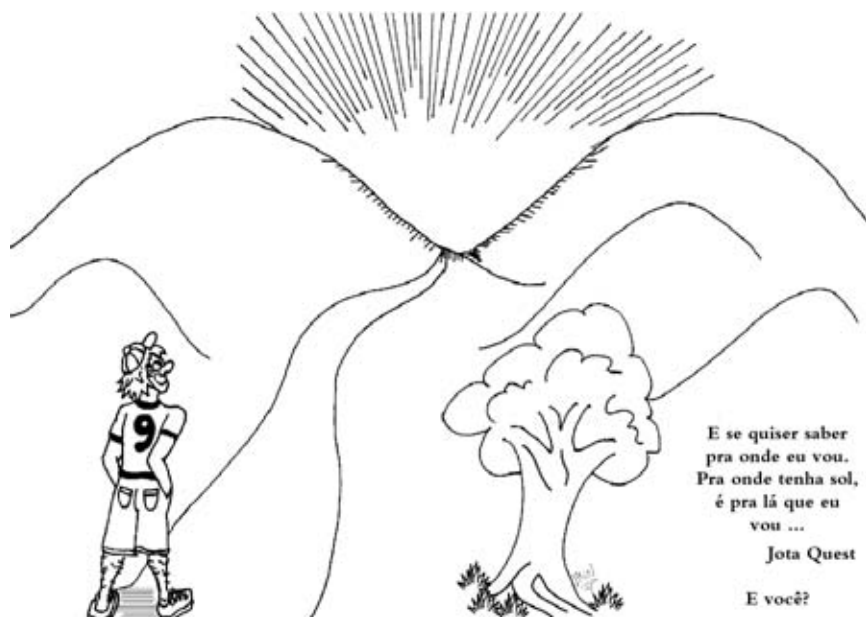
Ele então reconhece a filha e eles se abraçam dizendo da falta que sentiram um do outro. Disposto a se curar, ele começou a participar das reuniões dos Alcoólatras Anônimos.

Emylli agora se sentia leve e verdadeiramente livre para seguir em frente.

Continua ...

E foi então que ela conheceu um lindo rapaz e os dois se apaixonaram no primeiro momento em que se viram.

Emylli se casou, teve um casal de filhos e formou uma linda família. Enfim, conseguiu encontrar a tão sonhada paz!



No final havia o desejo explícito e unânime de continuar com as oficinas de contos no próximo ano. Desejo deles e da equipe. Ainda era possível crescer juntos, estávamos apenas começando. As ideias e possibilidades de trabalho com os contos eram muito maiores agora, pois o agir abria novos horizontes; assim como o trabalho de desenvolvimento da autonomia que não tem fim, porque implica o exercício constante de nossos potenciais de inteligência, de afeto, de

conviver, de criar e recriar. O bom relacionamento com as escolas aponta para a fertilidade dessas parcerias para o enfrentamento da violência e construção da cultura de paz, principalmente quando se trata da adolescência.

A contribuição na formação acadêmica e humana dos profissionais e estudantes não foi menos notória. A interdisciplinaridade, a capacitação e o acompanhamento foram pontos de extrema importância nesse processo. As reuniões semanais per-

mitiam o relato das oficinas e a discussão, propiciando melhor entendimento do comportamento dos participantes, de suas questões, enfim, do processo vivido em cada grupo, preparando os profissionais para trabalhar as situações adequadamente. Essa dinâmica muitas vezes implicou na reflexão de questões próprias aos membros da equipe gerando também crescimento pessoal. Assim, através da atuação comprometida da equipe e de suas avaliações finais, pode-se afirmar que as oficinas de contos constituíram-se em espaços de conhecimento do ser humano e sua diversidade, de desenvolvimento da habilidade de convivência, do respeito a si mesmo e ao outro. Capacidades essas indispensáveis à busca por um mundo menos violento, afinal, isso começa pela mudança de atitude de cada um, e no cotidiano da atuação de cada profissional.

Quanto à metodologia, as oficinas de contos confirmaram nossas hipóteses e, de fato, mostraram ser instrumento bastante adequado para o trabalho com os adolescentes.

Somaram-se 67 encontros nas duas escolas e 61 encontros semanais da equipe. Foram realizadas 25 oficinas de contos, sendo que 08 delas são oficinas novas, elaboradas no desenvolvimento da proposta pelos próprios adolescentes ou pela equipe, individualmente ou em parcerias.

Assim conseguimos concluir a proposta de trabalho com os contos neste

período. Demos o tema “a paz” e os adolescentes fizeram o resto. O que o texto traz de novo é o recado – crença, expectativa, desejo – desses adolescentes: **a violência tem saída, é possível buscar e encontrar a paz!**

Conclusão

O enfrentamento da violência é uma construção cotidiana que se faz evidentemente pelo conjunto das ações de todas as áreas e numa rede que envolve toda a sociedade. Assim, desenvolver ações de promoção da saúde, aprendizagens interdisciplinares e metodologias capazes de criar espaços de expressão e referência para os adolescentes, formar profissionais habilitados a considerar e lidar com o sujeito de uma maneira mais totalizante, melhorar a qualidade das interações estabelecidas, criar oportunidades e vivências positivas, tudo isso significa, sem dúvida, criar contrapontos à violência e construir a cultura de paz.

Agradecimentos:

Aos adolescentes que formaram os grupos das oficinas de contos.

À Escola Estadual Nossa Senhora do Belo Ramo

À Escola Municipal Arthur Versiani Velloso.

Referências

- 1 Fernandéz A. *Os idiomas do aprendiz: análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- 2 Maakaroum M. *Adolescência: uma reedição da infância*. Mimeo, 2000.
- 3 Melo, EM, Melo MAM, Pimenta SMO, Lemos, SMA, Chaves, AB, Pinto, LMN. *A violência rompendo interações: as interações superando a violência*. Rev. Bras. Saúde Mater. Infant. 2007 mar; 7(1): 89-98.
- 4 Melo, EM. *Olhe para mim. Você sabe quem eu sou?* Rev. Med. Minas Gerais 2010; 20(2): 173-181
- 5 Costa ACG. *Afetividade e sexualidade na educação: Um novo olhar*. Projeto de Educação Afetivo-sexual em Escolas da Rede Pública Estadual de Belo Horizonte. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Fundação Odebrecht, 1999.
- 6 Brandão Z. (org.). *A crise dos paradigmas e a educação*. 5ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1999, Vol. 35 (Coleção Questões da Nossa Época, 35).
- 7 Melo MAM. *A intervenção psicopedagógica na instituição escolar*. Monografia apresentada para conclusão da pós-graduação *lato sensu* em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Mimeo, 2005.
- 8 La Taille Y. Autoridade na escola. In: Aquino J. G. (org.) *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1999.
- 9 Silva M. *Educação, modernidade e pós-modernidade*. Revista Perspectiva, Florianópolis. 2000 abr/mai. 18.
- 10 Passos ICF. *Violência e relações de poder*. ver. Med. Minas Gerais 2010; 20(2):234-241
- 11 Correa RM. *Dificuldades no aprender: um outro modo de olhar*. Campinas, SP. Mercado das Letras, 2001.
- 12 Camacho LMY. *As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes*. Educ Pesq. 2001 jan/jun; 27 (1): 123-40.
- 13 Lopes E MT *et al*. *A psicanálise escuta a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- 14 Faleiros VP. *Formação de educadores (as): subsídios para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: MEC/SECAD; Florianópolis: UFSC/SEaD, 2006.
- 15 Piaget J. *Seis estudos de psicologia*. Trad. Profa. Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- 16 Piaget J. *O juízo moral na criança*. Trad. Elzou Lenardon. SP: Summus, 1994.
- 17 Bettelheim B. *A psicanálise dos contos de fadas*. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed. 1979.
- 18 Gillig J. M. *O conto na Psicopedagogia*. Trad. Vanise Dresch. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- 19 La Taille Y; Oliveira M.; Dantas H. P.; Vygotsky W. *Teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.
- 20 Cordié A. *Os atrasados não existem: psicanálise de crianças com fracasso escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- 21 Mamede-Neves A. *Desejo de saber e anorexia ao saber*. Psicopedagogia: Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia. São Paulo. 2004; 21(64), 19 a 29.
- 22 Rangel A C. Relações entre a educação moral e intelectual. In: Rangel, AC. *Educação Matemática e a Construção do número pela criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- 23 Fagali H Q. (org). *As múltiplas faces do aprender: novos paradigmas da pós-modernidade*. São Paulo: Editoras Unidas, 2001.

Capítulo 12 – A prevenção comunitária da violência: uma proposta de trabalho

Andréa Maria Silveira

A violência e o crime não constituem apenas um problema de segurança pública, mas um importante problema de saúde. Para ilustrar, segundo o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, os homicídios foram responsáveis por 38% das mortes por causas externas^a ocorridas em 2006. Os custos dos homicídios afetam desproporcionalmente países com baixa e média renda per capita, os quais concentram 90% das mortes violentas ocorridas no mundo¹ (Organização Mundial de Saúde, 2002). No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estimou o custo da perda de capital humano devido aos homicídios em 2001

em R\$9,1 bilhões, e o custo para o total de mortes por causas externas em R\$20 bilhões.² Outro estudo do IPEA estimou o custo total da violência em 2004 em R\$92,2 bilhões, ou 5,09% do Produto Interno Bruto.³ A violência também provoca outras perdas para a comunidade, dentre as quais podemos destacar: queda dos empregos e dos investimentos (a violência afugenta investidores), elevação dos gastos com seguros e com o sistema de justiça criminal, redução do valor das propriedades, transmissão intergeracional do comportamento violento, redução da qualidade de vida, erosão do capital social, redução na participação no processo democrático, dor e sofrimento das pessoas. Todos esses fatos justificam a grande preocupação dos governos e comunidades em reduzir as altas taxas de violência no nosso país.

^a Por óbitos por causa externa entendemos os óbitos por envenenamentos, quedas, acidentes de trânsito, acidentes de trabalho, outras modalidades de acidentes, suicídios e homicídios.

A prevenção da violência

A violência, a desordem e o medo do crime vêm se transformando em um dos maiores problemas para muitas comunidades brasileiras. Isto tem feito com que propostas de redução da violência e criminalidade estejam cada vez mais frequentes nas agendas dos gestores públicos e de organizações da sociedade civil.

Existe um consenso de que as causas da violência são complexas e multifatoriais e que, no nosso meio, são decorrentes de fatores econômicos (desemprego, pobreza, desigualdades), precárias condições de moradia e de acesso a serviços essenciais como escola, saúde, transporte coletivo, assistência social, lazer e segurança pública. O crescimento do número de famílias disfuncionais – o que resulta em negligência no cuidado de crianças e adolescentes –, o uso abusivo de drogas lícitas como o álcool, e de drogas ilícitas, bem como a tolerância da comunidade com as formas violentas de resolução de conflitos são também apontados como fatores geradores e perpetuadores da violência.

Tradicionalmente, a comunidade tem responsabilizado e delegado às polícias e aos órgãos do sistema de justiça criminal a resolução desses problemas. Contudo, a intervenção dessas agências se dá, geralmente, depois que o evento violento já ocorreu. No nosso meio, as medidas tradicionais adotadas por esses

atores ainda têm se mostrado insuficientes tanto para identificar, julgar, eventualmente condenar e prender os criminosos, quanto para dissuadir potenciais autores de atos violentos.

As comunidades têm, assim, se engajado nos esforços para reduzir a violência, enfrentando suas causas e se transformando em parte da solução. Experiências bem sucedidas ao redor do mundo foram construídas por meio de parcerias envolvendo governos, comunidades e setor privado. O envolvimento de um grupo mais amplo de pessoas e organizações no desenvolvimento de iniciativas de bases locais possibilita maior coordenação de esforços, compartilhamento de recursos e conquista de objetivos comuns. Autoridades governamentais locais podem prover de forma adequada a liderança e a coordenação das atividades locais de prevenção à violência e ao crime com participação ativa da comunidade.⁴

O que é prevenir a violência

O conceito mais conhecido de prevenção é proveniente da saúde pública, que a define como “antecipar, preceder ou tornar impossível por meio de uma providência precoce o desenvolvimento de doenças e agravos à saúde”.⁵ Portanto, elemento fundamental à ideia de preven-

ção é a possibilidade de identificar fatores de risco ou mecanismos causais e fatores de proteção sem os quais a operacionalização de qualquer medida antecipatória constituiria um experimento às cegas.

Nos termos do modelo exposto existem três níveis de prevenção. O primeiro, chamado de prevenção primária, incorpora abordagens destinadas a evitar a violência antes que ocorra. As medidas desse nível se dirigem à população como um todo e podem implicar intervenções no meio ambiente físico e social, abordando os fatores que podem provocar a violência. A prevenção busca remover os fatores de risco e fortalecer a resistência a eles. Aqui, são implementadas estratégias educacionais, como reforço à consciência jurídica (fidelidade à norma), atacando as causas da criminalidade no campo da socialização e das carências estruturais.

No segundo nível, temos a prevenção secundária, na qual as abordagens se dirigem para grupos de risco identificados como potenciais agressores ou vítimas, por sua faixa etária, local de moradia, estilo de vida, circunstâncias socioeconômicas e outros fatores, ou seja, grupos que, por sua maior tendência/vulnerabilidade à violência, merecem mais atenção. Exemplificam medidas de prevenção secundária os programas nos quais os moradores organizam grupos

que vigiam as vizinhanças, projetos que visam interferir em comportamentos problemáticos de grupos de jovens antes que estes conduzam a comportamentos violentos e projetos e programas que buscam garantir suporte social a jovens que vivem em áreas de risco.

No terceiro nível temos as ações de prevenção terciária, com abordagens voltadas para cuidados como reabilitação e reintegração de vítimas e agressores, esforços para atenuar ou reduzir a deficiência, no longo prazo, associada à violência, suporte às vítimas e suas famílias, compensação, reparação, etc. As ações dos três níveis de prevenção são frequentemente implementadas concomitantemente e de forma mais ou menos integrada.⁶

Os cenários da prevenção

Os cenários institucionais mais frequentes das práticas preventivas da violência são: as comunidades, as escolas, as famílias, o mercado de trabalho, os espaços, as instituições policiais e outras agências de justiça criminal.⁷

Os programas focados nas comunidades geralmente buscam prevenir a violência das gangues e o uso de drogas, prover atividades recreativas e de ocupação para os jovens, reduzir o acesso a armas de fogo e mobilizar a comunidade (criando organizações para buscar recur-

sos externos e resolver problemas internos de crime e violência).

Os programas que têm por alvo a família oferecem visitas às famílias em situação de risco para prover apoio emocional, aconselhamento, informação e vigilância, identificar necessidades de treinamento profissional e outras. Outros exemplos de programas focados nas famílias são aqueles que visam oferecer abrigos para vítimas de violência doméstica, garantir o cumprimento de *stay-away* (medidas que obrigam agressores contumazes a manterem distância de suas famílias), etc.

Os programas de prevenção baseados na escola buscam interferir positivamente na socialização de crianças e adolescentes. Esses programas focalizam a identificação de jovens em situação de risco. Os projetos incluem medidas de resistência ao uso de drogas, de reforço escolar e atividades culturais e recreativas após o horário escolar, oferta de tutores e mentores, treinamento de pais, mediação e resolução de conflitos, introdução do tema violência e crimes no currículo escolar. Embora apresentem variações, os projetos preveem capacitação de docentes para identificação de jovens em situação de risco, como aqueles vítimas de violência doméstica, abuso e exploração sexual, trabalho precoce e degradante, *bullying*, uso de drogas, jovens com

alto absenteísmo à escola, envolvidos em gangues, com desempenho escolar precário e sem supervisão familiar, etc. A partir daí desencadeiam-se ações visando ao acolhimento do aluno vitimizado e seu encaminhamento para as redes de proteção à criança e ao adolescente. Parte desses programas oferece oficinas de lazer, esporte, cultura e de profissionalização, utilizando a capacidade instalada da escola, inclusive nos finais de semana e fora dos horários de atividades didáticas regulares, ainda que sob a supervisão de outros atores que não professores e diretores da unidade escolar.

A prevenção no mercado de trabalho toma a forma de programas de profissionalização para jovens, particularmente aqueles em cumprimento de medidas socioeducativas ou em situação de risco, e programas de habilitação ou reabilitação profissional para infratores adultos, programas de primeiro emprego, programas que visam aumentar as oportunidades de emprego/trabalho principalmente nas comunidades pobres (incentivos para o desenvolvimento econômico de comunidades em situação de risco, incentivos para criação de pequenas e médias empresas e incentivos para contratação de membros de comunidades de risco).

A prevenção situacional da violência busca a redução das oportunidades do

crime pela manipulação do ambiente físico, tal como melhoria da iluminação das ruas, instalação de câmaras de segurança, instalação de sistemas de alarme, etc.⁸

A intervenção comunitária ou social tenta manipular as condições sociais ou institucionais que podem influenciar a atividade violenta e criminosa, através do fortalecimento das comunidades e de projetos voltados para jovens em situação de risco, entre outros.

Os programas de aperfeiçoamento da gestão buscam maior efetividade das práticas das agências de justiça criminal e outras agências governamentais da esfera da defesa social.

Como implementar um programa comunitário de prevenção?

Segundo o Banco Mundial⁹ e Silveira,¹⁰ a implementação de programas comunitários de prevenção à violência pode observar os seguintes passos:

O diagnóstico dos problemas de violência da comunidade

O primeiro passo a ser trilhado por quem quer implementar um programa de prevenção à violência e ao crime é conhecer bem o problema e a comunidade atingida. O diagnóstico ou auditoria dos problemas de violência da comunidade

é importante pelos seguintes motivos: 1- Os recursos sempre são escassos, e um levantamento bem feito permite identificar os problemas mais sérios, evitando desperdício de recursos, de tempo e de esforço das pessoas; 2- Muito frequentemente não existe consenso na comunidade sobre seus principais problemas e suas causas. O diagnóstico ajuda a comunidade a decidir onde focalizar seus esforços, reduz conflitos e esclarece as pessoas sobre os problemas que são mais graves; 3- O diagnóstico permite melhor articulação e coordenação de indivíduos e instituições parceiras evitando re-trabalho e permitindo melhor utilização dos recursos disponíveis; 4- O diagnóstico bem feito é essencial para avaliação posterior dos resultados do programa, pois ele permitirá apontar o ponto de partida e o que foi possível alcançar com o programa; 5- Muitas vezes a percepção do que é grave é construída em torno de matérias da mídia e de fatos isolados que não representam problemas prioritários. O diagnóstico deve identificar e mensurar os problemas mais frequentes, onde e quando ocorrem e a quem atingem.

Que informações são importantes?

- História e perfil sociodemográfico da comunidade – podem

fornecer pistas sobre como a violência se instalou no local.

- O perfil sociodemográfico dos moradores – perfis de sexo, idade, ocupação e, eventualmente, etnia tendem a produzir perfis distintos de hábitos e também de riscos quanto à vitimização.
- O tipo de crime e de violência que mais ocorre na comunidade – fornece uma base mais sólida para a elaboração de programas de prevenção e para o diálogo com a comunidade.
- As vítimas mais frequentes – a violência que aflige a comunidade costuma apresentar um perfil preferencial de vítimas, definido pelo sexo, idade, ocupação, hábitos, localização do domicílio, etc.
- Os locais da comunidade onde a violência acontece – é comum que alguns espaços da comunidade concentrem a ocorrência de ações violentas. Intervenções urbanas podem reduzir a possibilidade de atos violentos ocorrerem nesses locais.
- Os meses do ano, dias e horas nos quais é mais frequente a ocorrência da violência – frequentemente, existem padrões que podem ser identificados quando se

observa uma série ao longo do tempo, como a maior ocorrência em determinados dias da semana e em determinados horários.

- O perfil dos agressores – perfil etário, ocupacional, modo de agir e motivações dos agressores são importantes para se pensarem estratégias de prevenção.
- Forma como a violência é cometida – informações como o tipo de arma utilizada, a forma de se aproximar de possíveis vítimas, a realização do ato criminoso por um indivíduo isolado ou por pequenos grupos, etc. são importantes na definição das estratégias de prevenção.
- Envolvimento de drogas – frequentemente a violência é cometida sob o efeito da droga ou por conta de uma disputa em torno da droga ou ambos.
- Mapeamento dos serviços de segurança pública disponibilizados para a população local – Companhias de Polícia Militar e Delegacias da Polícia Civil que cobrem a região, assim como a existência de programas específicos (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, Programas de Vizinhos Protegidas,

Guarda Escolar, Anjos da Escola e outros) são importantes para identificar interlocutores junto a esses órgãos públicos, para conhecer o trabalho implementado na região e identificar caminhos para o estabelecimento de parcerias.

- Mapeamento das instituições públicas, organizações não governamentais e lideranças informais existentes na comunidade – permite identificar potenciais parceiros do programa e lideranças comunitárias.

Onde obter as informações necessárias?

O Quadro 1, a seguir, sintetiza as possíveis fontes de informação sobre a comunidade.

O Quadro 2 apresenta as vantagens e desvantagens de cada uma das técnicas de obtenção de informações sobre a área a ser atendida pelo programa.

A identificação do problema prioritário e o desenvolvimento de uma estratégia

Deve-se, nesta fase, identificar os problemas mais graves com base no diagnóstico efetuado na fase anterior, de forma a direcionar as ações para os pro-

blemas prioritários e passíveis de intervenções mais bem sucedidas.

A identificação dos problemas de violência a serem enfrentados pode ocorrer levando em consideração os seguintes critérios: a modalidade de violência mais grave segundo a sua incidência, risco, crescimento acentuado do número de casos, medo e preocupação da comunidade, impacto na qualidade de vida da comunidade e facilidade em se prevenir.

Em seguida, é necessário escolher uma área de foco, ou seja, um problema ou grupo de problemas que serão enfrentados através de um ou vários programas e projetos de prevenção. Essa escolha leva em consideração questões de natureza prática e política da comunidade, como disposição das pessoas em participar dos projetos e programas, possibilidades de atrair parceiros e de mobilizar recursos para custeio das ações.

Nesta fase é fundamental a ampliação da participação e a agregação de membros da comunidade e de potenciais parceiros em torno da discussão do que fazer. Nesse momento, aprofundam-se o debate e a compreensão dos problemas locais, dissemina-se a importância de uma estratégia voltada para a prevenção, costura-se o consenso, identifica-se quem pode ajudar, busca-se apoio para a estratégia, identificam-se os possíveis problemas para a implementação e formaliza-se o processo.

Quadro 1 – Fontes de informação sobre a comunidade

Fontes de informação sobre crimes e violência na comunidade

Fonte	Tipo de informação	Forma de obtenção
Agências de Segurança Pública	Estatísticas de crimes Dados qualitativos Perfil de vítimas Perfil de agressores Relação com a comunidade Dificuldades encontradas Recursos disponíveis	Entrevistas: delegado local; comandantes de companhias e batalhões de polícia; oficiais responsáveis por policiamento comunitário; policiais responsáveis por projetos especiais; realização de surveys.
Comunidade	Volume de crime Crimes mais graves Grau de medo do crime Preocupações da comunidade, etc. Perfil de vítimas e agressores Iniciativas de prevenção em curso na comunidade	Entrevistas ou grupos focais com representantes de: lojas e pequenas empresas; seguradoras; firmas de segurança particular e bancos; hospitais e outros serviços de saúde; escolas; entidades de apoio à vítima de crimes como violência doméstica; prisões; organizações de mulheres, grupos de jovens, organizações cívicas; sindicatos; entidades culturais e esportivas; entidades religiosas, entidades caritativas; conselhos locais (segurança pública, saúde, etc.); rádios e jornais comunitários; análise documental: matérias de jornais, consultas a pesquisas de natureza acadêmica, realização de surveys; fóruns da comunidade.
Governo	Informações sociodemográficas e de acesso a serviços essenciais: estatísticas de pronto socorro, número de famílias que recebem benefícios de assistência social, número de crianças matriculadas nas escolas, estatísticas de evasão escolar, número de detentores de título de posse de moradias, percentual da população com acesso a saneamento básico, coleta de lixo, eletricidade, etc., cadastro de atividades econômicas).	Análise documental e entrevista com informantes-chave de: secretarias/departamentos municipais de habitação, empresas concessionárias de serviços públicos, empresas/fundações de processamento de dados estatísticos (ex: IBGE), bancos de dados de secretarias de saúde e educação, problemas urbanos, desenvolvimento econômico.

Identificar as soluções

Aqui a comunidade identificará as possíveis soluções para os problemas eleitos como prioritários. Neste passo é importante consultar outras pessoas e buscar informações sobre experiências bem sucedidas de outros projetos e programas,

assim como buscar informações sobre as causas de insucesso de outras iniciativas.

No processo de escolha de alternativas de prevenção é importante a identificação de grupos alvo para as intervenções, que podem ser: as vítimas de violência, os

Quadro 2 – Vantagens e desvantagens das diversas técnicas de obtenção de informação

Fontes de informação sobre crimes e violência na comunidade

Técnicas	Descrição	Força	Fraqueza
Surveys	Envolvem a aplicação de questionários estruturados em amostras de pessoas da comunidade. Os questionários podem ser “autor-respondíveis, aplicados por entrevistadores face a face ou por telefone. Trata-se de meios úteis de obter informações sobre comportamentos, atitudes e opiniões de um grupo maior de pessoas.	Possibilitam coletar informações de um número relativamente grande de pessoas. Envolvem a população local, permitem avaliar a reação do público a propostas de políticas públicas, identificar crimes ocorridos e não notificados às polícias, além de fornecerem dados para posterior avaliação de programas implementados.	Trata-se de técnicas sofisticadas e que requerem conhecimentos e habilidades especializadas. São caros e refletem opiniões, atitudes e informações em um dado ponto no tempo. Para serem efetivos devem ter seus resultados atualizados em períodos regulares.
Grupos Focais	O propósito dos grupos focais é reunir pequenos grupos de pessoas (8-12) para discutir tópicos importantes para a implementação do programa. Trata-se de uma técnica adequada para situações nas quais é necessário entender o contexto. São próprios para explorar determinados temas antes de conduzir um survey.	São baratos e podem ser realizados com mais rapidez. Estimulam os participantes a exporem suas ideias, ajudam a considerar outros pontos de vista e a identificar prioridades. Podem oferecer <i>insight</i> sobre a extensão e força das opiniões e resistências a mudanças. Podem identificar potenciais participantes dos projetos.	Os participantes podem não ser representativos da população da qual provêm. Pode ser difícil recrutar o número de voluntários necessário para o grupo. É vulnerável a manipulação e exige facilitadores experientes.
Entrevistas com informantes-chave	Têm objetivos semelhantes aos dos grupos focais, exceto que os entrevistados são escolhidos especificamente por suas experiências, envolvimento e conhecimento dos temas sobre os quais a informação é necessária.	Semelhante à do grupo focal.	Semelhante à do grupo focal.
Auditorias de Segurança	Trata-se de detalhada inspeção de uma área específica com vistas à identificação de condições que possam criar oportunidade ou medo do crime.	São rápidas e de baixo custo. Envolvem a comunidade local e podem ser apoiadas por policiais e outros técnicos locais.	Exigem avaliação regular antes e depois do programa ser instalado e podem refletir a opinião da minoria dos participantes.
Fóruns da Comunidade	Trata-se de encontros abertos aos membros da comunidade com o objetivo de obter opiniões, visões e atitudes frente aos problemas locais e possíveis soluções.	São rápidos e de baixo custo. Fornecem base para o estabelecimento de um projeto/grupo de trabalho. Geram ideias e fomentam o sentimento de pertencimento..	Podem refletir uma composição minoritária dependendo da composição dos participantes. São vulneráveis a manipulação de grupos de interesse.

Fonte: Adaptado de Queensland Government, 2002.

autores de violência, um local particular da comunidade, etc. Buscar programas que reduzam os fatores de risco para a ocorrência de violência na comunidade é um bom ponto de partida. Na escolha do que fazer deve-se ainda levar em conta: a existência de boas práticas, o custo estimado, a eficácia estimada, o interesse de outros parceiros e a existência de capacidade local para gerenciar a proposta. É ainda fundamental que se construa o consenso em torno de uma alternativa e que se faça uma consulta ampla à comunidade, ainda que isto signifique consumo de tempo. Antes de se iniciar a implementação, é necessário certificar-se de que esta conta com amplo apoio da comunidade, que não se choca com outras iniciativas ou duplica iniciativas, que está bem concebida, que não ignora experiências e habilidades existentes na comunidade, que realmente tem possibilidades de causar impacto, que satisfaz objetivos de longo e curto prazo e que é sustentável. A desconsideração dessas questões pode levar ao desperdício de recursos, à pequena adesão dos interessados e ao fracasso da proposta.

Como gerenciar a estratégia

A intervenção escolhida pode ser organizada sob a forma de um projeto (intervenções específicas que geralmente têm um cronograma específico) ou de programas (que são mais amplos, não têm prazos definidos e podem conter

mais de um projeto). Seja qual for a opção, é importante que tenha objetivos e metas claros, plano de trabalho bem fundamentado, uma gerência e uma equipe preparadas e motivadas para a implementação, financiamento, liderança clara e previsão de avaliação dos resultados.

O plano de trabalho do programa ou de cada um dos projetos deve descrever bem as atividades a serem executadas, o cronograma, as responsabilidades pela execução e os custos para cada parte do projeto. O plano deve ainda prever o desenvolvimento em várias etapas.

Devem-se estabelecer objetivos claros. Os objetivos devem deixar clara a motivação do projeto e o que se quer alcançar. Essa clareza é fundamental para posterior avaliação.

A designação de responsabilidades deve atentar para o nível de conhecimento e capacidade técnica do indicado para executar as tarefas. Muitas vezes é necessária capacitação e treinamento para que o colaborador seja capaz de executar a tarefa conforme o planejado. De qualquer forma, é necessária uma boa definição de responsabilidades quanto à execução das tarefas.

A definição de um cronograma também é primordial. Deve-se ter claro que algumas atividades deverão anteceder outras e que algumas acontecerão de forma concomitante. Mais uma vez a definição de prazos para execução é

importante, pois mudanças e atrasos nos cronogramas têm impactos sobre os custos e adesão da comunidade à proposta.

A identificação de recursos necessários constitui outro passo importante. Por recursos necessários ou insumos estamos abarcando necessidades de pessoal, material, espaço físico, equipamentos. Devem-se identificar esses recursos, estimar por quanto tempo serão necessários e orçá-los. O orçamento deve ainda prever eventuais custos administrativos e a avaliação do projeto ou programa.

Monitoramento e avaliação

Trata-se de etapa frequentemente negligenciada nos processos de implementação de programas e projetos de prevenção à violência e ao crime no Brasil. Esta etapa é fundamental e deve estar prevista e orçada desde a fase de concepção do programa de prevenção. Sem ela, não será possível saber se o programa atingiu suas metas, se os projetos que o compõem devem ser continuados ou alterados e se os recursos foram gastos de forma adequada. Essas informações são fundamentais para a sobrevivência do programa, manutenção do seu financiamento e para preservar o entusiasmo e a participação dos parceiros.

Destaca-se que os resultados de um programa só podem ser avaliados se com-

parados à situação anterior ao seu início. Por isso é tão importante o diagnóstico inicial, pois ele é o ponto de partida para os avaliadores. O monitoramento deve ser iniciado tão logo comece a implementação do programa, a fim de que:

- O programa seja acompanhado desde o começo;
- As informações necessárias à mensuração do impacto do programa sejam coletadas;
- Sejam detectados rapidamente novos problemas ligados à violência e se possam antecipar ações que ajudem a reduzir esses eventos.

Na avaliação se enfatiza fortemente a dimensão econômica, ressaltando a necessidade de se buscarem os maiores benefícios aos menores custos, através do planejamento cuidadoso não só dos recursos necessários para implementação das ações (insumos), como dos resultados e dos impactos esperados. Como já dissemos em outro momento deste texto, os recursos são escassos, e existem várias modelos de atuação na prevenção à violência e ao crime. Assim, é necessário identificar os que apresentam melhor resultado ao menor custo.

Segundo o Banco Mundial,¹¹ o propósito da avaliação “é proporcionar às entidades governamentais, gestores e sociedade civil,

meios aperfeiçoados para aprenderem às custas das experiências passadas, melhorar a prestação de serviços, planejar e empregar recursos e demonstrar resultados às partes interessadas, como parte do processo de responsabilização”.

Uma avaliação pode ser demandada para atender a uma série de necessidades, dentre as quais destacamos: medir se a estratégia atingiu seus objetivos; verificar o custo da iniciativa; medir algum possível benefício em termos de custo, determinar o impacto de um programa; retroalimentar o programa de informações para facilitar seu gerenciamento; obter orientações para modificações dos insumos e processo; esclarecer a lógica de operação do programa; auxiliar no desenvolvimento do programa pela identificação de necessidades dos clientes e dos recursos que podem ser utilizados nos novos programas; identificar se houve mudanças nas percepções da população; adaptar a estratégia de acordo com informações sobre o que funciona; identificar e compreender os problemas que dificultam a implementação do programa; identificar e entender resultados negativos que o programa possa ter apresentado; identificar os elementos de êxito do programa; aperfeiçoar o programa.

Existem vários modelos de avaliação, e entre eles podemos citar:

- Avaliação de processo - analisa a eficiência operacional e busca verificar em que medida os elementos de um projeto ou

programa contribuem ou são incompatíveis com os fins perseguidos. Idealmente, deve ser realizada durante a implementação, podendo afetar a organização e as operações. Objetiva identificar dificuldades de programação, controle, administração, capacitação, etc. A avaliação de processo visa prioritariamente a correções e adaptações.

- Avaliação participativa - tem sido indicada para projetos pequenos e busca reduzir a distância entre avaliador e beneficiários dos programas e fixar as mudanças sugeridas, criando um ambiente favorável a uma resposta endógena do grupo. Seu pressuposto é a participação da comunidade nas fases de planejamento, programação, execução e operação e, obviamente, na avaliação do projeto.
- Avaliação de impacto - busca mensurar em quanto o projeto ou programa alcançou seus objetivos, seus efeitos antecipados, seus efeitos secundários (não previstos e previstos). A avaliação de impacto busca verificar se o programa ou projeto funcionou ou não. Trata-se obviamente do tipo de avaliação que mais inte-

ressa aos gestores públicos e às comunidades, pois diz respeito a questões fundamentais como sua eficácia e eficiência, a sua continuidade e o montante de recursos a ser aplicado no programa.

A avaliação de impacto pode ser realizada segundo vários modelos. A maior parte dos especialistas na área tende a concordar que essa avaliação exige a aplicação de modelos experimentais ou quase experimentais, levando-se em consideração dois momentos: um antes e outro depois do programa ou projeto. Além disso, deve-se buscar o controle dos efeitos não atribuíveis ao programa.

Quem deve conduzir o monitoramento e avaliação?

O monitoramento é uma função da gerência e significa o acompanhamento e verificação contínuos da implementação do programa e seus projetos. Embora o monitoramento seja comumente executado pelo coordenador do programa, essa atividade consome muito tempo e pode ser delegada a especialistas contratados para tal.

Na avaliação interna são os gestores do programa que o avaliam. Esse tipo de avaliação apresenta como vanta-

gem a maior adesão dos envolvidos na intervenção, que veem a avaliação como um momento de reflexão sobre a prática que têm implementado, o que garantiria maior cooperação com os avaliadores. Além disso, os avaliadores internos conhecem melhor o programa, seus pressupostos, etc. Contudo, a condição de “juiz e interessado” pode comprometer a objetividade e imparcialidade, além de não constituir garantia contra atritos e disputas de interesses.

O avaliador ideal é aquele comprometido com certos modelos de solução de problemas, que acredita na definição de metas e em diferentes mecanismos de realização, que aposta na criação de modelos de relação entre insumos e produtos e na melhor combinação possível. Seu compromisso é com a solução do problema, e não com a sobrevivência da organização. Nesse tom, parece temerário considerar avaliadores internos como talhados à objetividade e imparcialidade. Mas, caso a opção seja por lançar mão de avaliadores internos, o ideal é que estes, ainda que pertencentes à organização que gere o programa, não estejam comprometidos com a sua formulação ou execução.

A avaliação requer a verificação e medidas objetivas do que foi alcançado. Sua realização exige treinamento e experiência, e a maior parte dos técnicos da

área considera que o ideal é que seja realizada por alguém não envolvido na elaboração ou implementação do programa.

- É ainda importante que sejam elaborados indicadores para avaliar o impacto do programa, ou seja, escolher os elementos que serão utilizados para medi-lo. No caso de um programa voltado para a prevenção à violência, obviamente a redução na ocorrência de eventos violentos é muito importante. Sabe-se também que, muitas vezes, um programa ou projeto voltado para a prevenção de um tipo de violência reduz a ocorrência de outros tipos, apresentando o que chamamos de efeitos difusos. Assim, e a título de exemplo, podem constituir indicadores de um programa de prevenção de homicídios: taxas de homicídios; taxas de tentativas de homicídios; taxas de outros crimes violentos; nível de medo do crime ou sentimentos de segurança entre os moradores; taxas de vitimização; nível de compreensão da segurança comunitária entre a população; participação da juventude local nas atividades do programa; número de moradores envolvidos em ati-

vidades de desenvolvimento comunitário; número de moradores usando os espaços públicos e ruas; taxas de vandalismo e pichação.

O importante é que as pessoas se convençam de que a violência é passível de prevenção e que esta não é uma atribuição exclusiva do Estado. As comunidades podem e devem participar, com iniciativas próprias, do esforço para construção de um mundo de paz.

Referências

- 1 Organização Mundial da Saúde. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra: OMS, 2002, pg.356
- 2 Carvalho AX, Cerqueira DRC, Rodrigues RI, Lobão WJA. Custos das Mortes por Causas Externas no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2007, (Texto para Discussão 1268).
- 3 Cerqueira DRC, Carvalho AX, Lobão WJA, Rodrigues RI. Análise dos Custos e das Consequências da Violência no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2007. (Texto para Discussão nº 1284).
- 4 Queensland Government. Building safer communities: a crime prevention manual for Queensland, Queensland, 2002, 71p.
- 5 Leavell H, Clark EG. Preventive Medicine for the doctor in his community. New York: Mc Graw-Hill, 1958.
- 6 Mesquita Neto, P. Policiamento comunitário e prevenção do crime. São Paulo em Perspectiva 2004; 18(1):103-110.

- 7 Sherman LW, Gottfredson D, MacKenzie D, Eck J, Reuter P, Bushway S. Preventing Crime: What works, what doesn't, what's promising, 1997.
- 8 Hein A, Rau M. Estudio Comparado de Políticas de Prevención del Crimen Mediante el Diseño Ambiental – CPTED. Santiago, Chile: Fundación Paz Ciudadana, 2003.
- 9 Banco Mundial. Prevenção Comunitária do Crime e da Violência em Áreas Urbanas da América Latina: Um Guia de Recursos Municipais, São Paulo: Banco Mundial, 2003. 80p. (mimeo)
- 10 Silveira AM. Manual de Prevenção Comunitária dos Homicídios. (Versão Preliminar) Belo Horizonte, 2009. 90 p.
- 11 Banco Mundial Monitorização & Avaliação – Algumas Ferramentas, Métodos e Abordagens, 2004.

Capítulo 13 – A política pública de prevenção ao uso do álcool e outras drogas no município de Recife

*Pollyanna Fausta Pimentel de Medeiros
Elza Machado de Melo*

Este estudo aborda a Política de Atenção aos usuários de substâncias psicotrópicas desenvolvida no âmbito do Sistema Único de Saúde, no Município do Recife.

Segundo a Organização Mundial de Saúde¹, cerca de 10% das populações dos centros urbanos de todo o mundo consomem abusivamente substâncias psicoativas, independentemente da idade, sexo, nível de instrução e poder aquisitivo. O conceito de psicotrópicos ou substâncias psicoativas abrange quaisquer substâncias químicas, naturais ou sintetizadas, capazes de produzir efeitos sobre o funcionamento do corpo, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento².

É, portanto, importante apresentar algumas considerações sobre a abordagem do uso de drogas no Brasil e só então descrever a rede de atenção aos usu-

ários de álcool, fumo e outras drogas do Município do Recife.

Panorama das políticas públicas de prevenção ao uso do álcool e outras drogas no Brasil

O ser humano, ao longo de sua história, recorreu constantemente ao consumo de substâncias psicotrópicas como álcool, tabaco e outras drogas, seja em rituais religiosos, seja no alívio do sofrimento ou na busca de prazer. O século XX, segundo Carneiro³, representou o período histórico de maior consumo e de maior comércio de tais substâncias, apesar de ter sido, concomitantemente, o período em que houve maiores proibições, restrições e perseguições a ambas as atividades.

O I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas, realizado em cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes, com pessoas na faixa etária de 12 a 65 anos, revelou a magnitude do problema. Em 22 cidades da Região Nordeste, verificou-se uma prevalência de 68,4% (78,4% no sexo masculino e 59,6% no sexo feminino), quando se considerou o uso de bebidas alcoólicas pelo menos uma vez na vida, e de 16,9% (26,1% no sexo masculino e 8,8% no sexo feminino), quando se considerou a dependência. Em ambas as situações, a faixa etária de 25 a 34 anos apresenta o maior risco. Em relação ao uso do tabaco, também na Região Nordeste, observou-se que a prevalência em relação ao uso (na vida) foi de 37,4% (43,3% no sexo masculino e 32,2% no sexo feminino) e, em relação à dependência, foi de 8,3% (9% no sexo masculino e 7,7% no sexo feminino). Em ambos os casos, a faixa etária que apresentou maior prevalência foi a de 35 e mais anos. A prevalência do uso (na vida) de maconha foi de 5,5%; de solventes foi de 9,7%; de benzodiazepínicos foi de 5,3%⁴.

As políticas públicas no Brasil direcionadas ao combate ao consumo de álcool, fumo e outras drogas surgem em diferentes momentos e com formas distintas na abordagem para o cuidado com o usuário. O Brasil importou dos

Estados Unidos a legislação utilizada naquele país, incorporando um discurso político-jurídico de combate às drogas sem travar uma discussão profunda sobre a questão das distinções entre o usuário e o tráfico organizado⁵.

A questão legal do combate ao uso de drogas, no Brasil, teve início no século XX, com a edição do Decreto-Lei nº 891, de 1938, posteriormente incorporado ao artigo 281 do Código Penal. Entretanto, o governo brasileiro só passou a atuar mais fortemente na questão a partir da década de 1970, quando foi sancionada a Lei nº 6.368, de 1976, conhecida como Lei Antitóxicos, fortemente influenciada pela conjuntura política então marcada pelo regime militar.

Em 2001, concretizou-se a Política Nacional Antidroga - PNAD, que esteve em pauta desde os anos de 1980. Embora não tenha ultrapassado o binômio repressão/abstinência, trouxe inovações, pois, pela primeira vez na história do Brasil, houve a divulgação de um Plano Nacional Antidrogas. Esse plano tem o mérito de ter sido a primeira expressão pública de uma política governamental que, apesar do seu conteúdo limitado, trazia a possibilidade de ampliação do debate sobre a questão no País.⁶

Até então, na área da saúde pública, não existia uma política para atender aos usuários de substâncias psicotrópicas,

e a atenção a eles era oferecida, até recentemente, por instituições de caráter filantrópico e/ou religioso, incapazes de oferecer a cobertura exigida diante da magnitude epidemiológica do problema. Em 2003, foi instituída pelo Ministério da Saúde a Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Outras Drogas,⁷ com diretrizes consoantes com os princípios da política de saúde mental vigente. Esta política está consubstanciada na Lei Federal nº10.216, de 2001,⁸ marco legal da Reforma Psiquiátrica no Brasil, cujo texto dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

A política do Ministério da Saúde⁷ traz em seu corpo inovações relativas ao tratamento disponibilizado aos usuários de substâncias psicotrópicas, advogando que suas práticas não devam ser fundamentadas, apenas, no saber médico e/ou do psiquiatra ou ainda em modelos de exclusão/separação do convívio social. Entre outros dispositivos, o documento da política traz diretrizes sobre a implantação de estruturas de atendimento em saúde mental de natureza extra-hospitalar, em substituição ao modelo anterior, predominantemente hospitalocêntrico.

Essa política adota como ponto fulcral a estratégia de redução de danos, que, segundo Veloso, “pressupõe respeitar

as diferenças, garantir o direito de cidadania, caracterizando ser uma alternativa para aquelas pessoas que não se encontram em condições de cessar de imediato o uso de drogas, devido a fatores inerentes a singularidade de cada ser humano”.⁵

A Política de combate ao álcool, fumo e outras drogas no Município de Recife

A mudança de rumo das políticas públicas no Brasil em relação à complexa problemática do uso abusivo de drogas apresenta avanços, que se expressam na criação de serviços de saúde com esse enfoque, como resultado de um processo de lutas sociais e políticas. Assim, a Secretaria de Saúde do Município de Recife, no segundo semestre de 2003, implantou a Política de Atenção ao Usuário de Álcool, Fumo e Outras Drogas, denominada de Programa +Vida – Redução de Danos no Consumo de Álcool, Fumo e Outras Drogas. Essa política direcionou o modelo assistencial proposto pelo município⁹, adotando, dentre as várias abordagens relativas ao tratamento dos usuários de substâncias psicoativas, a estratégia da Redução de Danos – RD, também preconizada pelo Ministério da Saúde.

A abordagem de Redução de Danos é um movimento internacional que surgiu em resposta à crescente crise da AIDS

na década de 1980, quando muitos países reconheceram a necessidade de desenvolver estratégias mais práticas e adaptativas para reduzir o risco de transmissão do HIV entre usuários de drogas injetáveis. Trata-se de um modelo alternativo e inovador na abordagem de dependentes químicos, consistindo em um conjunto de medidas de saúde pública voltadas a minimizar as consequências adversas do uso de drogas.¹⁰ O princípio dessa abordagem é o respeito e a liberdade de escolha dos usuários que, por vezes, não conseguem ou não querem parar de consumir substâncias psicoativas, sendo então o intuito da abordagem reduzir ou minimizar riscos decorrentes do consumo.

Segundo Marllat,¹⁰ são cinco os princípios básicos desse modelo:

- 1 Desvio da atenção do uso de drogas em si para suas consequências e efeitos prejudiciais ou favoráveis ao usuário e à sociedade como um todo;
- 2 Reconhecimento da abstinência como um resultado ideal, mas aceitação de alternativas que reduzam os danos decorrentes do consumo indevido de substâncias psicoativas;
- 3 Defesa do usuário dependente;
- 4 Acesso a serviços de baixa exigência como uma alternativa para as abordagens tradicionais

de alta exigência, ou seja, não se preconiza a abstinência, para que os indivíduos tenham mais facilidade em se envolver e começar o tratamento;

- 5 Pragmatismo empático – busca o que pode ser feito para reduzir os danos e o sofrimento tanto para o indivíduo quanto para a sociedade.

Em suma, a política de redução de danos reconhece a dificuldade de tentar eliminar o uso de drogas por completo e se concentra na identificação da melhor forma de minimizar os danos decorrentes do uso, supondo que certas substâncias psicoativas são relativamente seguras; as decisões de usar drogas não são imorais; os usuários não são pessoas de má índole, mas, sim, indivíduos com hábitos mal adaptados, que podem precisar de tratamento.

De acordo com Veloso,⁵ a política de redução de danos compreende o consumo de drogas como parte da realidade cotidiana, com a visão de que a substância psicotrópica é um produto inerente ao homem, transfigurada em nossa sociedade capitalista em mais uma mercadoria a ser consumida. Para essa abordagem, os danos decorrentes do uso de drogas não são determinados apenas pelo produto em si, mas resultam da interação

entre o sujeito, o produto e o contexto sociocultural. Esses princípios são os que orientam a Rede de Serviços do Programa + Vida no Município de Recife.

O modelo de atenção aos usuários do Município de Recife, compatível com a construção de uma cidade saudável,¹¹ divide-se em três eixos de abordagem: 1º - promoção e prevenção específica; 2º - sistema de informação epidemiológico; 3º - assistência à saúde: tratamento e reabilitação.

Em relação ao eixo da promoção e prevenção, as atividades desenvolvidas têm na proposta de Educação Popular e Saúde da Prefeitura Municipal do Recife um dos pontos relevantes, buscando reduzir os fatores de risco que contribuem para a vulnerabilidade dos indivíduos ao uso daquelas substâncias. A Educação Popular e Saúde é:

um processo contínuo e participativo, que se realiza a partir do diálogo, da troca de conhecimentos, de experiências e sentimentos e da construção de novos saberes e fazeres, visando ao entendimento sobre a realidade e os condicionantes do processo saúde/doença/saúde.¹²

Dentre essas formas de intervenção é importante destacar:

- as ações educativas relacionadas ao trânsito - aqui o enfoque é a orientação sobre direção segu-

ra e utilização de drogas, com o estímulo à adoção de comportamentos seguros como a utilização do transporte coletivo (ônibus, metrô) ou ainda serviços de táxi, bem como a escolha do “amigo da vez”, isto é, o amigo que não vai beber ou usar droga para poder dirigir e levar a turma em casa;

- a intervenção em festas populares do calendário municipal/nacional, como São João e carnaval, onde é comum o consumo de álcool e outras drogas, com vistas a evitar que os jovens adotem comportamentos sexuais de risco ou se envolvam em diversos tipos de violência e acidentes de trânsito.

O segundo eixo de abordagem refere-se ao sistema de informação epidemiológico, ainda não implantado no município. Existem informações relativas às morbi-mortalidades provocadas pelo uso de drogas no Estado, mas elas não permitem evidenciar, por exemplo, o número de dependentes no município. De acordo com o SINAN de Recife, em 2009, 17,7% dos usuários notificados com tuberculose na rede de serviços eram usuários de álcool. Na Ficha de Avaliação Física do ano de 2008 dos 19

pólos do Programa Academia da Cidade, 34,5% dos 4.688 usuários faziam uso de bebidas alcoólicas nos fins de semana.

Este capítulo tem seu foco nos serviços que cuidam da assistência à saúde, do tratamento e da reabilitação, prestados aos usuários abusivos e/ou dependentes de álcool, fumo e outras drogas e a seus familiares. Em Recife, tais serviços integram os programas da atenção básica de saúde e são prestados também por unidades especializadas, a saber, a Unidade de Desintoxicação, os Centros de Atenção Psicossocial – CAPSad e as Casas do Meio do Caminho (Albergues Terapêuticos).

A Unidade de Desintoxicação (UD) Arnaldo D’lasi, localizada no complexo do Hospital Geral Oscar Coutinho, inaugurada em julho de 2004, está voltada para o atendimento a usuários de álcool, fumo e outras drogas que não se encontram em condições clínicas de serem atendidos em unidades extra-hospitalares (CAPSad e Casa do Meio do Caminho), devido ao grau de intoxicação e comprometimento pelo uso de substâncias. Ela funciona de acordo com a Portaria GM nº 1612, de 9 de setembro de 2006,¹³ do Ministério da Saúde, que aprova as Normas de Funcionamento e Credenciamento/ Habilitação dos Serviços Hospitalares de Referência para a Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras

Drogas. Essa portaria dispõe sobre a oferta de suporte hospitalar estratégico para a rede de atenção psicossocial, no que tange a situações de urgência decorrentes do uso de álcool e de outras drogas e que demandem internações de curta duração.¹³ A UD possui 24 leitos, sendo 20 para homens e 4 para mulheres, e atende exclusivamente os usuários atendidos na rede do Programa Mais Vida e a ela encaminhados. A equipe é composta por médicos, psicólogos e assistentes sociais, oferecendo atendimento médico e psicossocial ao paciente, e, ao mesmo tempo, buscando sensibilizá-lo para a continuação do tratamento no CAPSad.

Os CAPSad são dispositivos assistenciais previstos pela Portaria GM nº 336, de 19 de fevereiro de 2002,¹⁴ também do Ministério da Saúde, que realizam atividades diárias com vistas a um atendimento terapêutico individualizado, nas seguintes modalidades:

- Intensivo: com duração de até 25 dias no mês, consiste em um conjunto de atendimentos oferecidos aos usuários que, devido aos seus níveis de comprometimento, demandam atenção diária por parte de uma equipe multiprofissional e especializada;
- Semi-intensivo: para usuários com menor comprometimento com as drogas, mas que ain-

da não podem receber apenas atendimento semanal, quinzenal ou mensal. O usuário pode ficar nesse atendimento por, no máximo, 12 dias no mês;

- Não-intensivo: refere-se àquele conjunto de atendimentos prestados mensalmente ou quinzenalmente aos usuários que, por seu projeto terapêutico, necessitam de um acompanhamento mais espaçado, ou mesmo mensal, de até três dias no mês.

De acordo com o Ministério da Saúde,⁷ os CAPSad configuram-se como redes flexíveis de cuidados, aptas a responder por um determinado contingente populacional, e que se remodelam de forma dinâmica, mediante necessidade de inclusão/exclusão de novos serviços e formas de cuidado, *pari passu* com a demanda institucional.

O objetivo dos CAPSad é oferecer atendimento em regime de atenção diária à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários de álcool, fumo e outras drogas, por meio de ações intersetoriais que envolvam educação, trabalho, esporte, cultura e lazer, montando estratégias conjuntas de enfrentamento dos problemas, buscando o exercício dos direitos civis e

o fortalecimento dos laços familiares e comunitários.¹⁴ Caracteriza-se por um papel articulador na rede de atenção aos usuários de álcool, fumo e outras drogas, responsabilizando-se pela regulação do fluxo de atenção segundo as necessidades: desintoxicação em hospital geral, atendimento ambulatorial, acompanhamento domiciliar/comunitário e/ou albergamento terapêutico temporário.

Os CAPSad da Rede do Programa +Vida, para cumprir os objetivos propostos, funcionam de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 21:00, contando com uma equipe mínima composta por gerente, coordenador clínico, chefe de serviços administrativos, médico clínico, psiquiatra, enfermeiro, quatro profissionais de nível superior - psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, pedagogo ou outro profissional necessário ao projeto terapêutico - e seis profissionais de nível médio - técnico e/ou auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, técnico educacional, artesão, redutor de danos. As atividades desenvolvidas vão desde o atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação), grupal (grupos operativos, assembleias, oficinas terapêuticas, atividades esportivas), visitas domiciliares, até atividades comunitárias e atendimento à família. Além disso, também devem oferecer condições para o repouso, bem como para desintoxicação

ambulatorial de pacientes que necessitem deste tipo de cuidado, mas que não necessitem atenção clínica hospitalar. É importante destacar que as atividades podem ser desenvolvidas fora do serviço, como parte de uma estratégia terapêutica de reabilitação psicossocial que, iniciada ou articulada pelo CAPSad, realizar-se-á na comunidade, no trabalho e na vida social.

Assim, os projetos terapêuticos devem incluir trabalhos de reinserção social, respeitando as possibilidades individuais e os princípios de cidadania, de forma a minimizar o estigma e promover o protagonismo de cada usuário frente à sua vida. O CAPSad oferece uma clínica de cuidados que, conforme Goldberg¹⁵, *“conjuga num mesmo espaço o tratamento e a reabilitação e busca uma atuação mais globalizada frente às questões da saúde mental”*.

A rede do Programa + Vida conta com seis CAPSad (sendo dois deles serviços estaduais municipalizados), um em cada distrito sanitário, respeitando uma área de abrangência definida, atendendo em média a 1.200 pessoas/mês, entre adolescentes, jovens e adultos de ambos os sexos. Pode-se dizer que há um serviço para cada distrito sanitário da cidade.

Além disso, há outro equipamento não previsto legalmente que atende usuários de drogas referenciados pelo CAPSad, chamado de Casa do Meio do Caminho. Também denominado “Albergue

Terapêutico”, é um dispositivo psicossocial, voltado às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade aos riscos do uso prejudicial de álcool, fumo e outras drogas (riscos à saúde, à relação familiar, de morte iminente) e que precisam de um tratamento integral, protegido, sob regime de internação, por um período aproximado de 45 dias, que varia em função da avaliação técnica e do projeto terapêutico individual. Seu objetivo principal é conscientizar os usuários sobre a dependência, sobre as possibilidades de redução de danos e riscos decorrentes do consumo prejudicial, visando à melhoria da qualidade de vida e ao protagonismo.

O funcionamento da Casa do Meio do Caminho segue o modelo de Comunidade Terapêutica, ou seja, um modelo não médico, que visa à experimentação, por parte do usuário, de situações vivenciadas no seu cotidiano, porém, desta vez, sem o uso de substâncias psicoativas e com o suporte de grupos terapêuticos e de atendimentos individuais. Desse modo, a rotina aproxima-se muito daquela do dia a dia das pessoas (acordar/dormir, alimentar-se, cuidar da higiene pessoal e do ambiente, conversar, entre tantas outras).

Para ser encaminhado à Casa do Meio do Caminho, o usuário deve ter iniciado seu tratamento no CAPSad de referência, para o qual deve retornar após o período de albergamento terapêutico. A

equipe da unidade, além de contar com o suporte médico do CAPSad de referência, é composta por um profissional de nível superior (assistente social ou psicólogo), um coordenador e sete acompanhantes terapêuticos, que devem estar junto e acompanhar o usuário nas atividades (internas e externas à unidade) propostas, servindo como suporte terapêutico nos momentos de maior tensão e angústia. Realizam grupos, oficinas terapêuticas, atendimentos individuais, além de controlar e administrar medicações prescritas pelos médicos. Sua carga horária em regime de plantão diurno e noturno permite que tenham conhecimento da dinâmica da vida do usuário, de forma a ajudá-lo a buscar estratégias para melhorar sua vida. É um técnico não médico, de nível superior, nível médio ou ex-dependente, que age na instituição como catalisador de todas as ações. É, ao mesmo tempo, representante da norma terapêutica e organizador administrativo, responsável, junto com o usuário, pelo desempenho adequado das atividades realizadas na unidade.

No município existem três Albergues Terapêuticos para o público masculino e um para o público feminino, ambos a partir dos 16 anos. Cada serviço tem a capacidade de atender entre 16 a 20 usuários. Esses serviços têm em comum a proposta de oposição ao modelo clássico e de sua transformação, ou seja,

apresentam propostas alternativas ao modelo centrado na internação e no hospital. As inovações orientadas para mudança na modalidade de gestão apresentada têm sido percebidas como estratégias de *“tornar viáveis ações assistenciais que oferecessem resposta às necessidades da população, construindo uma rede de cuidados de base territorial, hierarquizada, impulsionadora de um processo de resgate da cidadania”*.¹⁶

De acordo com o relatório anual dos CAPSad, 5.563 usuários fizeram tratamento no ano de 2009, sendo 15% do sexo feminino e 85% do sexo masculino. Nos três Albergues Terapêuticos foram atendidos 395 usuários do sexo masculino e 295 do sexo feminino. A equipe de profissionais da rede não constitui uma totalidade orgânica relativa à abordagem proposta pelo Ministério da Saúde, tendo em vista que os profissionais dos CAPSad são formados em várias áreas de conhecimento, com perspectivas teóricas e técnicas diversas. Isso acontece porque não há uma clara definição do próprio Ministério da Saúde com relação aos profissionais e à abordagem a ser adotada, assim como não há uma diferenciação dos conhecimentos e das competências no trabalho coletivo na saúde mental, o que se expressa, por exemplo, por serem os profissionais subsumidos ao papel pré-estabelecido de *“técnicos de referência”*.

Esse modelo está voltado para a atenção da demanda espontânea, não alcançando os indivíduos ou grupos populacionais que não percebem a existência de problemas de saúde. Os recursos assistenciais ofertados à população são organizados para atender à pressão de uma demanda desordenada, sem considerar as necessidades de uma população definida.¹⁷

Um outro desafio, segundo Delgado¹⁸, ocorre após a implantação dos serviços, pois se faz necessário criar um dispositivo de avaliação técnica permanente, indispensável para a qualificação e manutenção de equipamentos tão radicalmente novos no cenário assistencial do município.

Conclusões

A atuação, quer seja no tratamento do uso abusivo quer seja na prevenção às drogas, deverá passar, necessariamente, pela compreensão da sociedade que convive com o problema, bem como da função que a droga aí desempenha e, sobretudo, por uma análise e abordagem multidimensionais apropriadas à complexidade do fenômeno.

Reorganizar o modelo assistencial vigente no País não é tarefa fácil. Ainda mais quando se trata de mudar o comportamento dos usuários perante os recursos de saúde, bem como do próprio segmento produtor de serviços

nessa área. Para substituir as práticas tradicionais de assistência, o compromisso e a responsabilidade devem ser de todos, desde os governos federal, estadual e municipal, seus respectivos gestores, as equipes multiprofissionais, até a sociedade civil, por meio de comunidades organizadas em prol de cada família, de cada cidadão.

A rede de atenção aos usuários de drogas do Município de Recife, nesse sentido, favorece, inicialmente, o estabelecimento de novas relações, em que cada parte atuante é sujeito do processo. A tendência é que, com o tempo, os profissionais da rede qualifiquem-se para entender o paciente como ser político-social, psico-biológico, cultural e contextualizado no ambiente em que vive.

Qualquer trabalho desenvolvido no campo da dependência envolvendo prevenção, educação e tratamento, numa perspectiva crítica e de melhoria da qualidade de vida, requer afastamento dos preconceitos e dos estigmas que contribuem para aumentar a exclusão social e podem levar à tomada de medidas equivocadas que não favorecem o enfrentamento do problema. Nessa perspectiva, requer práticas que, além da capacidade técnica, incorporem uma dimensão humana, um compromisso ético-político com a valorização da vida e a construção de uma sociedade igualitária.

Referências

- 1 Organização Mundial de Saúde – OMS. Relatório sobre a Saúde no Mundo 2001 – Saúde Mental: Nova Concepção, Nova Esperança. OMS, Genebra, 2001.
- 2 INCA – Instituto Nacional do Câncer. Coordenação Nacional de Controle de Tabagismo e Prevenção Primária de Câncer (Contapp). Ajudando seu paciente a deixar de fumar. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1997
- 3 Carneiro H. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas do século XX. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. 2002; N° 6, São Paulo.
- 4 Carline EA et al. Levantamento Domíliciar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil. São Paulo: CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas no Brasil); UNIFESP, 2002.
- 5 Veloso L et al. Redução de danos decorrentes do uso de drogas: uma proposta educativa no âmbito das políticas públicas. IN: Bravo MIS (org). Saúde e Serviço Social. São Paulo, Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- 6 Karan ML Aspectos Jurídicos. IN: Seibel S, Tosacno JA. (editores). Dependência de Drogas. Rio de Janeiro: Editora Atheneu; 2001.
- 7 Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. A Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas. Brasília, 2003.
- 8 Brasil. Lei Federal 10.216/2001, IN: Ministério da Saúde, Legislação em Saúde Mental: 1990-2004. 5ed. Ampliada. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- 9 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Reforma Psiquiatra e política de saúde mental no Brasil, Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS, Brasília: 2005.
- 10 Marlatt GA. Redução de Danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Tradução de Daniel Bueno – Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 1999.
- 11 Secretaria Municipal de Saúde do Recife. Plano Municipal de Saúde – 2002/2005. Recife, 2002.
- 12 Secretaria Municipal de Saúde de Recife. Proposta Municipal de Educação Popular e Saúde. Recife, 2002a. P. 3.
- 13 Ministério da Saúde. Portaria GM 1612 de 09 de setembro de 2006.
- 14 Ministério da Saúde. Portaria GM 336/GM Em 19 de fevereiro de 2002.
- 15 Goldberg J. Clínica da Psicose. Um projeto na rede pública. Rio de Janeiro: Te Corá Editora. P22. 1994.
- 16 Fagundes HM, Libério M. A Reestruturação da Assistência na Cidade do Rio de Janeiro. Estratégias de Construção e Desconstrução. Revista Saúde em Foco. 1997; 16: 30-35. P.30.
- 17 Paim JS. A Reforma Sanitária e os modelos assistenciais. IN: Rouquayrol MZ (Org). Epidemiologia & Saúde. Rio de Janeiro, Medsi, 1994.
- 18 Delegado PG. Contribuição do IFB para a Rede de Atenção Psicossocial do Rio de Janeiro. IN: 18 de Maio, Informativo do Instituto Franco Basaglia. 1998; ano V, nº13: 10 – 12. Ano.

Capítulo 14 – Diagnóstico e prevenção do *bullying* no Instituto de Educação de Minas Gerais: um relato de experiência

*Maria Inéz Pereira
Fátima Gomes Pereira
Maria Nazaré Pereira
Romana Elismar Soares*

Este texto relata a experiência em curso no Instituto de Educação de Minas Gerais – IEMG. É a partir do prático e não do teórico que essa experiência vem sendo construída por um grupo de pessoas que, preocupadas com o problema do *bullying*, decidiram realizar ações que têm por objetivo o compromisso ético e a necessidade de ter outra postura, outras propostas, outro diálogo e outra escuta frente aos comportamentos agressivos e violentos na escola.

A violência é um fenômeno mundial, tendo presença constante nos meios de comunicação de massa. Trata-se de um problema social estampado nas ruas da cidade. Na escola está presente, de diversas formas, entre todos os envolvidos no processo educativo. Tem assumido proporções que indicam a necessidade de estudar, discutir o assunto, elaborar

projetos e pesquisas buscando a prevenção e o exercício da cidadania e da solidariedade. Levar esse tema para a sala de aula desde os anos iniciais é uma forma de trabalhar uma questão controversa presente em nossas vidas, oportunizando momentos de reflexão que auxiliarão na transformação social.

Sabemos que os problemas de violência e agressividade no ambiente escolar são sinais de uma sociedade marcada por desigualdades sociais, entre outros fenômenos. Sentimos também que não são os únicos desafios que angustiam os professores e demais responsáveis pela educação na escola. A gravidade da questão nos fez buscar soluções para os problemas de violência na escola, os quais desorganizam o processo de ensino aprendizagem, comprometem as relações entre as pessoas, levam ao estabelecimento de relações

estressantes e ao adoecimento da comunidade escolar. Assim passamos a nos debruçar sobre o problema do *bullying*.

O que é *bullying*?

Bullying é uma palavra de origem inglesa adotada em muitos países para definir “o desejo consciente e deliberado de maltratar uma outra pessoa e colocá-la sob tensão”.¹

“O *bullying* “compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente adotadas por um ou mais estudantes contra outros, causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder, tornando possível a intimidação da vítima”.²

O termo se refere aos comportamentos agressivos e antissociais, sendo utilizado pela literatura psicológica anglo-saxônica nos estudos sobre o problema da violência escolar.³

Pode-se afirmar que as instituições que não admitem a ocorrência de *bullying* entre seus alunos desconhecem o problema ou não sabem o que fazer.

“O *bullying* tem origem na irrupção e falta de controle do sentimento de intolerância nos primeiros anos de vida, cujas consequências nas faixas etárias seguintes (estando ausentes reações educativas duras) são atitudes de transgressão e de falta de respeito ao

outro, as quais tendem a consolidar-se em esquemas mentais e ações de intimidação sistemática contra aqueles que são mais fracos.”⁴

Constantini⁴ analisa o fenômeno como tendo triplo sentido: um comportamento ligado à agressividade física, verbal ou psicológica, entre os estudantes, por meio de ações preconcebidas que amedrontam aqueles incapazes de se defender, indo além dos conflitos normais ou brigas.

Segundo Lopes,⁵ o *bullying* pode ser entendido como “comportamentos agressivos que ocorrem nas escolas e que são tradicionalmente admitidos como naturais, sendo habitualmente ignorados ou não valorizados, tanto por professores quanto pais”.

Reconhecer o problema e agir sobre as agressões dos jovens no meio escolar exige levar em conta os comportamentos dos diversos alunos, as estruturas organizacionais e os valores dominantes. O primeiro passo é a conscientização.

Segundo a Associação Brasileira de Proteção à Infância e à Adolescência – ABRAPIA várias ações costumam estar presentes na prática do *bullying*: colocar apelidos, agredir, assediar, ofender, discriminar, bater, aterrorizar, zoar, excluir, chutar, dominar, gozar, isolar, empurrar, ridicularizar, encarnar, ignorar, ferir,

menosprezar, sacanear, perseguir, roubar, humilhar, tyrannizar, quebrar pertences, intimidar, ameaçar.

Algumas características podem ser destacadas e relacionadas aos papéis de autores, alvos ou vítimas e testemunhas de *bullying*. Os autores de *bullying* são aqueles que só praticam a violência, jovens de famílias geralmente desestruturadas, em que há pouco relacionamento afetivo, indivíduos com pouca empatia e grande probabilidade de se tornarem adultos antissociais ou violentos, podendo vir a adotar inclusive atitudes delinquentes ou criminosas.

Alvos ou vítimas de *bullying* são aqueles que sofrem a violência, que arcam com as consequências do comportamento violento dos colegas e não dispõem de recursos ou habilidades para se defenderem. São jovens pouco sociáveis movidos por grande sentimento de insegurança, falta de esperança e baixa autoestima; apresentam grande dificuldade em adequar-se e permanecer na escola. Muitos passam a ter baixo rendimento escolar, resistem ou recusam-se a ir à escola, simulam doenças. São fortes candidatos a desenvolverem traumas e doenças psíquicas. Em estado de extrema depressão, muitos desses jovens acabam tentando ou cometendo o suicídio ou homicídio em decorrência da raiva que o *bullying* gera.

As testemunhas são aqueles que não sofrem nem praticam o *bullying*, mas convivem em um ambiente onde o fenômeno ocorre. Representam a grande maioria dos estudantes, que presenciam a violência, mas não tomam nenhuma atitude contrária, devido ao temor de tornarem-se alvos. Convivem com o problema e adotam a “lei do silêncio”.

Todas essas atitudes dos estudantes acabam por tornar naturais comportamentos antissociais, não éticos. Reproduzem valores da sociedade em que somos educados, responsáveis pela construção de nossa cultura familiar e escolar. Tais representações nos remetem a pensar na concepção ética:

“Quando acompanhamos a história das ideias, desde a antiguidade clássica (Greco-romana) até nossos dias, podemos perceber que, em seu centro, encontra-se o problema da violência e dos meios para evitá-la, controlá-la. Diferentes formações sociais e culturais instituíram um conjunto de valores éticos como padrões de conduta de relações intersubjetivas e interpessoais de comportamentos que pudessem garantir a integridade física e psíquica de seus membros e a conservação do grupo social”.⁶

No âmbito escolar, o *bullying* constituiu-se, sem dúvida, na forma mais sutil de violência. Trata-se de um fenômeno

que usa geralmente colegas da mesma sala de aula como suas vítimas, deixando sequelas psicológicas, em muitos casos irreparáveis. Embora aconteça em todos os níveis de ensino, sua presença é notada, com mais frequência, no Ensino Fundamental e Médio, pois esta é a fase que coincide com a adolescência, momento em que o indivíduo se encontra em transição física, emocional e psicológica entre infância e fase adulta.⁴ Como educadores, compreendemos que o ambiente escolar é fundamental nesse processo, porque é palco de inúmeras experiências vividas nessa troca de aprendizagens.

Quando não há intervenções efetivas contra o *bullying*, o ambiente escolar torna-se totalmente “contaminado”. Todos são afetados negativamente, passando a experimentar sentimentos depressivos; choros, brigas, indignação com alunos, professores, direção, disciplinários, orientadores, supervisores, com todo o ambiente escolar ocorrem a todo o momento.

“A escola, como qualquer outro lugar frequentado por jovens e adultos, tem a obrigação de ter como objetivo prioritário a promoção de um contexto que seja satisfatório, desse ponto de vista, aberto ao amadurecimento do grupo, ao desenvolvimento de relações positivas, entre os adolescentes, suficientes para construir um sentido, um peso, um significado em termos de amizade, ajuda e solidariedade, reconhecível para

todos os componentes. Ou seja, contextos em que se promovam as habilidades cognitivas emocionais e sociais benéficas ao desenvolvimento da pessoa.”⁴

A escola é um local importante para trabalhar conhecimento, habilidades e mudanças de comportamento. Ela representa um contexto próprio e adequado para o desenvolvimento de ações educativas, atuando nas diferentes áreas do ser humano.

O que estamos fazendo diante dos problemas?

O cenário

O IEMG - Instituto de Educação de Minas Gerais é uma escola pública estadual. Com 5.600 alunos matriculados em 2009, apresenta características diferentes das demais instituições, por ser a maior escola da rede. Funciona em três turnos, com a seguinte organização: anos iniciais, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Magistério de 2 e 4 anos, Educação de Jovens e Adultos. É uma casa que historicamente se tornou referência em educação no País, no Estado e no município. Em seus interiores, hoje, estudam crianças, adolescentes e adultos de todas as classes sociais e que constroem parte de suas vidas por meio da educação escolar. Os alunos que aqui chegam vêm

da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de bairros distantes e centrais da capital. Trazem histórias diferentes, experiências de vida desiguais e desconhecidas por uma parcela dos que aqui trabalham.

O trabalho teve início com a Orientadora Educacional responsável pelas turmas do 1º ano do Ensino Médio (tarde/2005), a qual dedicou atenção especial a observar e registrar episódios de brigas, roubos, brincadeiras de bater, apelar, comemorações de aniversários com “ovadas”^a, infrequência, evasão escolar e outros comportamentos violentos ou decorrentes deles na comunidade escolar. A partir desses registros, elaboraram-se questões preliminares, que foram levadas para discussão em sala de aula. Nesse primeiro momento, também foram coletados relatos de mães sobre o sofrimento e medo vividos por seus filhos e sobre as consequências negativas desses sentimentos na vida escolar desses jovens. Ao mesmo tempo, iniciou-se um processo de questionamento e cobrança de mudança de atitude da escola frente ao problema.

Essas escutas não nos permitiam manter uma atitude de indiferença. As-

^a Ovada é uma “brincadeira” de comemorar o aniversário. Jogam no corpo do colega ket chup, ovo, farinha de trigo, vinagre, e colegas se juntam em torno do aniversariante.

sim, organizou-se um grupo de trabalho que se reunia semanalmente. Contamos no início com a participação da orientadora educacional, de professores, da assistente social, de psicólogos, de estagiários de diversas áreas, de pais e mães de alunos e de uma professora da UEMG^b. O grupo passou a ler textos sobre o tema e a elaborar o trabalho durante as reuniões. Pautamos vários autores e organizamos alguns seminários para aprofundar as discussões das leituras realizadas sobre a violência com jovens.

Fruto de diferentes motivos, a violência está presente em vários segmentos da vida humana, em culturas distintas, em diversos locais. “O que é isso cara?” foi uma carta escrita por um aluno do Ensino Médio em 2006, trazendo a existência de algo singular, aflitivo e preocupante na escola, provocando assim o reconhecimento e admissão de que a escola, como instituição social, não escapa ao fenômeno da violência.

Nessa perspectiva, a escola contemporânea não pode ser um fim em si mesmo, mas um espaço para a formação integral, em que conhecimentos e competências afetivas, cognitivas e relacionais se desenvolvem do modo mais harmonioso possível.

Depois de várias discussões e reflexões, o grupo percebeu que a agressivi-

^b Universidade do Estado de Minas Gerais

dade e violência identificadas na escola condiziam com as descritas por Constantine⁴ e Fante³, denominadas *bullying* e manifestas como insulto, apelidos, intimidações, manifestações racistas e de gênero que podem culminar em violência física. Surgiu com isso a necessidade de investigar o tema para intervenção nos espaços escolares. O nosso primeiro passo então foi estruturar o projeto Diagnóstico e Prevenção do *Bullying* no IEMG com jovens do 1º ano do Ensino Médio 2006/2007. Esse projeto foi fruto de ampla discussão no grupo, com a direção, professores e colegiado escolar.

Para conhecer a realidade do fenômeno *bullying* na escola, foram elaborados dois questionários, que foram validados pelo grupo e aplicados em cinco turmas do primeiro ano do Ensino Médio. Os dois questionários, com perguntas abertas e fechadas, foram entregues aos alunos em sala de aula, após explicação sobre os seus objetivos. Foi esclarecido que a participação não seria obrigatória. O questionário - Perfil do aluno - poderia ser respondido com a ajuda da família e foi entregue aos alunos no final de semana, acompanhado de uma carta aos pais. Cada turma recebeu o questionário em datas diferentes. O questionário - Diagnóstico de *bullying* - foi aplicado posteriormente em sala de aula, no mesmo dia para todas as turmas.

O primeiro questionário - Perfil do aluno - pesquisou dados sociodemográficos (idade, raça/cor, escolaridade dos responsáveis, bairro de moradia, composição do grupo familiar, renda familiar, posição do aluno/pais no mercado de trabalho), aspectos relacionados ao lazer, à cultura, problemas de saúde e deficiência na escola, bem como pedia a opinião dos alunos em relação à inclusão de pessoas com necessidades especiais na escola. Esse questionário foi entregue a 200 alunos, tendo sido respondido e entregue por 89, ou seja, 44,5%.

O segundo questionário tinha por objetivo diagnosticar o *bullying*. As perguntas giraram em torno da relação que o sujeito estabelece na escola, seja com colegas, seja com os professores ou outros membros da comunidade escolar e os possíveis atos de violência gerados dessa relação. O questionário foi entregue a 148 alunos, dos quais 143 (96,2%) responderam.

Do total de alunos que responderam ao questionário, 39% afirmaram que possuem algum tipo de apelido, 20% disseram que são “zoados” e que se sentem agredidos na escola, 26% se sentem ameaçados na escola por algum motivo e com isso sentem medo e 92% dos alunos disseram que não gostam de participar de brigas.

Esta é a transcrição de uma carta que foi entregue aos professores em 2006 por um aluno do primeiro ano do Ensino Médio e foi objeto de leitura em sala de aula, discussão e um dos motivos da origem do projeto de diagnóstico e prevenção do *bullying* no Instituto de Educação de Minas Gerais.

“Aos professores:

O que está acontecendo “cara”?

Que “coisa” é essa?

Tem filha saindo chorando da sala de aula, pois apanhou do namorado.

Tem filho saindo revoltado do mesmo recinto pois descobriu que os adultos são ruins de mais, e que ser adulto no futuro será uma condenação. É como mandar para a forca quem hoje canta “Imagine” em plena praça sete, sem se importar com o inglês, sem perder o espontâneo de jovem, sem saber que um dia terá vergonha de fazer novamente igual.

CADÊ O APOIO?

Nós, eu e eles esperamos ansiosos pela retomada do espírito humano e o abandono do espírito prático.

Será que vocês não entendem que as pessoas (que vocês insistem em chamar de crianças ou de menores) estão tão necessitados de uma atenção única e individual?

Tem aluno viciado, fumante, depressivo, alcoólatra, gay, triste.

Tem aluna viciada, grávida, fumante, depressiva, alcoólatra, mal. Enquanto isso, ignorando os pedidos silenciosos de socorro tem professor falando que se fosse o pai batia, que se fosse o pai matava, que se fosse o pai não queria.

–“Quem usa droga tem mais é que se danar”.

–“Aquele menino do F, meio boiola, aliás, completamente mocinha...”

–“Ela acha que beija mulher e por isso é machona? Macho sou eu que tenho “isso” entre as pernas”.

São frases de professores!

Caso não tenha ficado claro, a questão é: aprender, qualquer um pode, basta querer; matemática, história e todo resto estão contidos em livros, revistas, etc.

Enquanto os professores insistem em prender-se à matéria, esquecendo seus alunos, estarão formando em sala de aula a mesma coisa que formam em seus intestinos, isto é, m...

Alunos precisam de apoio. Passam quase metade de seu dia útil na escola e necessitam que os professores sejam extensão de seus pais em todos os aspectos: educação, atenção e carinho!

Não é preciso ficar surpreso imaginando que estamos pedindo mais do que lhes é pago para fazer.

Estamos a pensar dizendo que há um modo bem melhor de ajudar a juventude de hoje. Nós não precisamos de psicólogos. Queremos amigos e referência.”

Publicação autorizada pelo aluno

Os dados coletados foram objeto de análise e discussão no primeiro momento dentro do grupo e posteriormente apresentados ao colegiado escolar e a toda a escola. A partir desses achados iniciamos a construção de uma proposta de prevenção do *bullying* no IEMG.

O que estamos fazendo diante dos problemas?

No IEMG, optamos por organizar uma programação anual que pudessem dar conta de planejar e apresentar propostas para enfrentar o problema dentro da escola e que aqui será apresentado por fases, para facilitar a compreensão, embora, na prática, o trabalho não se organize exatamente assim, pois as fases se complementam, ocorrem simultaneamente, etc.

1ª Fase - 2005/2006/2007:

- Reuniões e encontros em grupo semanalmente;
- Discussão a partir dos relatos e falas dos participantes;
- Elaboração do projeto diagnóstico e prevenção do *bullying* no Instituto de Educação de Minas Gerais, com aprovação no colegiado da escola;

- Apresentação do projeto para os professores do 1º ano do Ensino Médio;
- Encontros com alunos e realização de dinâmica sobre o *bullying*, fora da sala de aula;
- Coleta de dados com aplicação de questionários: 1- Perfil e 2- Diagnóstico sobre o *bullying*;
- Tabulação dos dados, análise de resultados, relatório final e apresentação para a Direção e Colegiado Escolar;
- Organização do I Seminário *Fenômeno Bullying: O desafio do enfrentamento à discriminação no ambiente escolar*, com a participação de todos os profissionais da escola e da Professora Cleo Fante;
- Constituição do Núcleo de Estudos. Optamos por trabalhar com os alunos em artes cênicas, criamos com os alunos o grupo de teatro “Nova Cena”, que apresentou a peça “Santuário das Gerações”, comemorando o centenário do IEMG;
- Debate sobre *O Jovem e a Violência*, com o palestrante Professor Bernardo Monteiro de Castro.

2ª Fase - 2008:

- Avaliamos a prioridade do trabalho nos anos iniciais, pois não haveria pessoal para realizar o trabalho em toda a escola;
 - Encontro com famílias: organização da “Escola de Pais” (priorizando as séries iniciais), em parceria com a Escola de Pais do Brasil;
 - Organização do II Seminário com as famílias, com o tema *O desafio de elaborar estratégias para enfrentar a violência na escola e na família*, com a participação da professora e pesquisadora sobre o *bullying* Cleo Fante;
 - Participação do Núcleo de Promoção de Saúde e Paz da UFMG/ Departamento de Medicina Preventiva e da Rede Saúde e Paz, responsáveis pela elaboração e organização desta publicação.
- Encontro com famílias: organização da Escola de Pais em parceria com a Escola de Pais do Brasil;
 - Organização do projeto *Yoga na educação* para professores e alunos - curso de formação para professores de técnicas de *yoga* para sala de aula;
 - Participação em curso de Formação para Formador em técnica RYE;
 - Inclusão do tema *bullying* no cronograma das atividades pedagógicas dos professores da área de português do sétimo ano;
 - Integração com o PEAS – Programa Educacional de Atenção ao Jovem;
 - III Seminário, com o tema *Reflexões sobre a prática do bullying no IEMG e sobre o desafio de cuidar da educação e da saúde de crianças e adolescentes*, com os palestrantes Cleo Fante (educadora e pesquisadora especialista em *bullying*) e Elza Machado de Melo (Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG).
 - Implantação do Projeto Frutos do Morro do Núcleo de Promoção de Saúde e Paz/DMPS/FM/UFMG, representando um desdobramento do trabalho da

3ª Fase - 2009:

- Atividade cultural em parceria com o Grupo Folclórico Aruanda;
- Participação no Programa de Transferência de Tecnologia de Abordagem da Violência/Rede Saúde e Paz da Faculdade de Medicina/UFMG;
- Lançamento da campanha “Não Sofra em Silêncio” nos anos iniciais e no sétimo ano;

Rede Saúde e Paz, na forma de uma parceria entre a UFMG e o Instituto de Educação.

Conclusão

A continuidade do trabalho na escola tem sido um desafio e, ao mesmo tempo, uma experiência riquíssima.

A grande maioria dos participantes do grupo é de voluntários, havendo uma grande rotatividade no trabalho do grupo. Muitos dos que ajudaram no início não puderam continuar. Em nossa prática, as dificuldades não têm sido maiores do que o desejo e a força de criar ações para mudar.

Referências

- 1 Tatum D, Herbert G. Bullying: home, school and community. London: David Fulton Publishers.1998. Apud Fante C, Pedra JA: Bullying escolar - perguntas e respostas: 1ª Ed. Porto Alegre.Artmede. 2008. p.33.
- 2 Lopes NA, Saavedra L. Diga não para o Bullying – Programa de Redução do Comportamento Agressivo entre estudantes. Rio de Janeiro. 2003. Apud Fante C, Pedra JA: Bullying escolar - perguntas e respostas: 1ª Ed. Porto Alegre.Artmede. 2008. p.33.
- 3 Fante C. Fenômeno Bullying: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz: 2ª ed. rev. Campinas, SP.Versus Editora ,2005.
- 4 Constantini A. Bullying, como combatê-lo: Prevenir e enfrentar a violência entre jovens. Trad. Eugênio Vinci de Moraes. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.
- 5 Lopes NAA. Bullying – Comportamento agressivo entre estudantes: Jornal de pediatria (RJ).2005;81 (5supl): s164-s172. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>. Acesso em 8 Dez.2009.
- 6 Chauí M. Convite à Filosofia. Cap.4, Unidade 8. 3º edição. São Paulo: Ática, 1995.

Capítulo 15 – Cuidadores incluídos no tratamento

O Grupo de Cuidadores com Treinamento de Pais torna-se, para a equipe do AMTRA, um novo recurso no tratamento de vítimas de violência e na interrupção da transmissão transgeracional da violência

Rute Velasquez

Fernanda Junco Ruas Alves

Maria Fernanda Mantovani Alvarenga

Sandra das Dores Souza

José Carlos Cavalheiro da Silveira



Figura 1 – Integrantes do Grupo AMTRA

O Ambulatório do Trauma (AMTRA) é um serviço de saúde mental do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em Belo Horizonte, que atende crianças, adolescentes e adultos vítimas de violência física ou psicológica, moral, bullying, negligência, abuso sexual, ou que passaram por situações extremas envolvendo riscos e muito medo ou

até mesmo terror – sequestros, perdas de pai, mãe ou filho, assassinato presenciado, grave acidente no trânsito ou em catástrofes naturais – tendo, além da dor crônica, desenvolvido um quadro de sofrimento mental denominado Transtorno de Estresse Pós-Traumático. Foi implementado pelo Serviço de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de BH no final de 2007, com a proposta de oferecer atendimento psicoterapêutico em grupo sob a perspectiva da Psicologia Cognitiva, assim como avaliação neuropsicológica e acompanhamento psiquiátrico. A equipe do AMTRA, multidisciplinar, é formada por professores, clínicos e estudantes de Psicologia e de Medicina, coordenados pela professora Rute Maria Velasquez Santos, psicóloga, e pelo professor Dr. José Carlos Cavalheiro da Silveira, psiquiatra.

Revista Saúde e Paz – *Como identificar se uma pessoa tem o Transtorno de Estresse Pós-Traumático?*

EQUIPE AMTRA - O profissional de saúde mental precisa conversar com a pessoa em uma entrevista clínica e ver se ela tem uma lembrança constante do acontecido e se essa lembrança vem mesmo quando a pessoa não quer – podendo aparecer em sonhos e imagens; se existe a negação, ou seja, se a pessoa evita falar no assunto ou em qualquer elemento associado a ele; se há uma considerável redução de atividades ou de interesses, com distanciamento e restrição de afeto; se existem sintomas de ansiedade, como hipervigilância, pânico e problemas no sono e no aprendizado. Muitas vezes, esses sintomas são acompanhados de sensações de culpa, agressividade e raiva.

Revista Saúde e Paz – *Na prática, esses sintomas aparecem assim claramente?*

EQUIPE AMTRA - Nem sempre. Os pacientes muitas vezes apresentam doenças associadas ou comorbidades que podem dificultar o diagnóstico do TEPT, tais como depressão, ansiedade generalizada, Transtorno de Pânico, delírios com conteúdo paranoide, comportamentos de oposição, problemas de memória e aten-

ção que geram dificuldades de aprendizagem permanentes. Como são quadros mais conhecidos e mais evidentes para serem identificados, é por eles que os pacientes recebem encaminhamento para os serviços de saúde. As crianças com TEPT podem regredir de várias formas, mostrando comportamentos de apego exagerado, dificuldades em expressar as emoções adequadamente, principalmente a agressividade. Os adolescentes podem ter comportamentos antissociais e autodestrutivos, como abuso de drogas e reações através da violência e do sexo. Por isso muitos são encaminhados com diagnósticos errôneos ou indefinidos, por escolas, programas sociais e outros serviços. É importante que as pessoas sejam informadas sobre o TEPT, identifiquem os sintomas e compreendam que é necessário um tratamento, que precisa ser dada atenção às vítimas de violência para que o problema não se agrave ou até mesmo aumente, pois muitos dos que sofreram violência podem acabar tornando-se agressores. Quando a pessoa entende melhor o problema e encontra ajuda para se manter saudável mentalmente, ela pode evitar a aceitação de comportamentos violentos entre as gerações ou deixar de considerar que ser violento é algo aceitável. Isso é importantíssimo no processo de diminuição da violência doméstica e pública,

**Revista Saúde e Paz –
E vocês, pra isso, também
realizam grupos de
'cuidadores', é isso?
Que são pais biológicos,
adotivos, tios... Qualquer um
que seja 'responsável' pela
criança ou adolescente
paciente do ambulatório?**

EQUIPE AMTRA – Isso mesmo! Esses grupos surgiram de uma necessidade que observamos. As mães, pais, os cuidadores que vinham trazer as crianças e adolescentes já conversavam muito na recepção, se auxiliavam e se identificavam pelos problemas em comum. Tivemos a iniciativa de formalizar um grupo, torná-lo operativo e fazer um Treinamento de Pais. Mas percebemos muita coisa... Acrescentando ao que já tínhamos de conhecimento teórico, a experiência ensinou muito: para que eles se dispusessem a mudar, precisavam aceitar que tinham dificuldades para lidar com seus filhos, que bater não era bom e que é melhor educar sem violência; que podiam se abrir, falar de si num espaço de saúde que era deles. Eles aprenderam a identificar e expressar seus sentimentos – o que antes tinham dificuldade de fazer – e a reconhecer a participação de seus sentimentos e pensamentos em suas atitudes. Aprenderam também a questionar as suas crenças e a “verdade” da educação que tiveram para

começar a dar um tratamento não violento a seus filhos. Para isso, tinham de se sentir seguros e ter confiança nos terapeutas e nos colegas de grupo – tinham que formar vínculos sociais e afetivos. Esses vínculos é que permitem compartilhar experiências, falar dos sentimentos, pensar juntos as soluções, sem medo de passar vergonha ou cair no ridículo. Nós, os terapeutas, somos os facilitadores, nós ensinamos a pensar de forma crítica e a reconhecer o papel da sociedade e das emoções no comportamento violento de cada um.

**Revista Saúde e Paz –
O que os terapeutas fazem,
como facilitadores?**

EQUIPE AMTRA – Mantêm a conversa nos pontos principais, nos pontos de discussão comuns a todos, valorizam os temas eleitos pelo grupo, tornando-os compatíveis com os objetivos do grupo (esses são definidos em conjunto), valorizam os sentimentos e as necessidades de cada um, levando-os para reflexão no grupo, motivam discussões que o grupo percebe como importantes a cada sessão. Os terapeutas buscam diminuir aos poucos as resistências a um novo modo de ser sem violência. Na verdade, esse é um processo que acontece naturalmente à medida que as pessoas vão recebendo apoio psicológico e se tornando capazes de se autocontrolar – nos casos

em que se faz necessário, com o auxílio de medicamentos psiquiátricos. Os terapeutas utilizam técnicas cognitivo-comportamentais que visam facilitar a criação de laços cooperativos entre as pessoas e fazer com que se reconheçam como responsáveis pelo seu processo de mudança. E, no caso do grupo de cuidadores, os terapeutas estudam e aplicam as técnicas do Treinamento de Pais, que visam oferecer recursos para que os pais e cuidadores lidem melhor com questões práticas de relacionamento: atenção e disponibilidade, regras, divisão de tempo e tarefas, limites, castigos, comportamento opositor, birras, entre outros. Isso depende da sensibilidade e do conhecimento técnico dos terapeutas somado ao empenho de cada pai, mãe ou cuidador.

**Revista Saúde e Paz –
Aproveitando que falam
novamente em conhecimentos,
teoria... Expliquem sobre a
teoria, ou as teorias, em que
vocês se apoiam nesse trabalho,
e como a(s) utilizam, por favor**

EQUIPE AMTRA - Fazemos acolhimento, avaliações neuropsicológicas, sessões de psicoterapia principalmente em grupo, além das avaliações e acompanhamentos psiquiátricos. Nossos referenciais são as teorias cognitivo-comportamentais,

levando em consideração que o contexto social é determinante na prática de violência. Consideramos que a violência é oriunda do meio social e que deve ser interpretada cognitivamente e emocionalmente por alguém para que seja operativa, ou seja, para alterar o modo de esse alguém ver o mundo e agir. Se houver falhas no modo do indivíduo ou de um grupo processar a informação social sobre a violência – por exemplo se a vítima for estigmatizada ou diminuída pela violência sofrida –, isso ajuda a gerar o TEPT. Como vivemos em um contexto de desigualdades socioeconômicas e culturais, não é difícil muitos serem vítimas de poucos.

A Terapia Cognitiva utiliza um conjunto de técnicas e estratégias baseadas em um modelo cognitivo que tem como hipótese a vulnerabilidade cognitiva. Partimos do seguinte princípio: as representações mentais sobre eventos internos e externos que construímos são sociais e determinam a qualidade de nossas respostas emocionais e comportamentais.

“O foco é a construção de uma educação sem violência.
Se esses cuidadores usarem comportamentos violentos com seus “filhos”, eles acentuarão seu quadro clínico ao invés de colaborar para sua melhora”

Quando um evento traumático ocorre, se houver uma condição de vulnerabilidade cognitiva, isso pode causar uma grande dissonância – uma quebra em um sentido estável de realidade e isso pode levar o sujeito a desenvolver o TEPT. Assim, no tratamento, pensamos que o restabelecimento da saúde mental pode acontecer pela reestruturação cognitiva sobre o trauma, diminuindo a dissonância cognitiva e o sofrimento derivado.

Algumas vezes utilizamos técnicas do Psicodrama para abordar os pacientes e suas questões. Quando eles vivenciam novas possibilidades de ser, quando representam seus sentimentos e pensamentos, as suas percepções tornam-se mais visíveis para serem discutidas, e o que discutimos torna-se mais real e mais “móvel”, com possível deslocamento e transformação. Usando esse recurso, os pacientes se contradizem, se reafirmam e se apropriam de suas percepções, vivenciam as emoções e refletem sobre elas usando a razão.

Revista Saúde e Paz – *Então o Treinamento de Pais é para evitar comportamentos violentos? Como selecionar quem age ou não com violência?*

EQUIPE AMTRA - Nesse grupo, o foco é a construção de uma educação sem violência. Se esses cuidadores usa-

rem comportamentos violentos, agressivos com seus “filhos”, eles acentuarão seu quadro clínico ao invés de colaborar para sua melhora. No início, nós só atendíamos as crianças e adolescentes que chegavam com TEPT. Mas constatamos que esses meninos e adolescentes passavam por situações de violência principalmente em casa com esses pais ou responsáveis. Quando chamamos os pais para uma entrevista, vimos que eles também haviam passado por situações traumáticas em suas vidas, tendo experimentado sentimentos de culpa, raiva e hostilidade frente a situações assustadoras, que já tinham sofrido ameaças a sua integridade física ou moral ou mesmo já tinham sido vítimas de graves ofensas e injúrias em seu passado. Nesses pais, os sentimentos decorrentes há muito haviam se instalado e se cristalizado em crenças irracionais, pensamentos ilógicos, acabando por conduzi-los a comportamentos disfuncionais. Isso se repete na educação que dão aos filhos e até aos netos. A agressão às crianças por parte desses “educadores” reforça a propagação transgeracional de práticas violentas em ambientes domésticos, podendo gerar o quadro sintomático do TEPT.

Essa propagação da violência entre gerações deve ser interrompida a todo custo para podermos ler uma sociedade de paz. É esse o compromisso dos ser-

viços de saúde como o Ambulatório do Trauma e outros. Esses grupos atuam, assim, na direção da prevenção, contra a perpetuação da violência de geração para geração e por uma cultura de paz em nossas casas. Mas, que fique claro, o treinamento não é uma “modelação” de pais, mas um tratamento que visa à reflexão sobre crenças e atitudes, que quer promover novas iniciativas, oferecendo recursos psicopedagógicos para ajudar o grupo a descobrir novos repertórios comportamentais, pois ensinamos outras formas de agir diante dos problemas cotidianos enfrentados na educação de filhos. Os esforços pela mudança de crenças, para promover o reconhecimento, a valorização e a empatia com os sentimentos dos filhos, e pela confiança no próprio desempenho devem ultrapassar o momento dos grupos e ser incorporados ao dia a dia.

Revista Saúde e Paz – *E como é o treinamento em si no grupo de pais e cuidadores?*

EQUIPE AMTRA - Ele baseia-se em passos, etapas preestabelecidas em um programa montado para as necessidades daquele grupo, seguindo um enquadramento técnico. Nosso programa funciona em 6 passos (ver quadro 1), que envolvem temas centrais que preocupam e ocupam

os pais, além de tarefas de casa semanais, para serem realizadas com os filhos.

Revista Saúde e Paz – *Enfim, quais os resultados obtidos?*

EQUIPE AMTRA – Os cuidados tornam-se mais dispostos a repensar atitudes e crenças irracionais, abrindo-se a questionamentos e desenvolvendo autocrítica; aumentam a disponibilidade para estar com os filhos, tornam-se conhecedores de que muitos dos comportamentos difíceis de seus filhos são decorrentes do TEPT. Há um aumento da consciência sobre os comportamentos violentos aprendidos que repelem. Eles passam a identificar e expressar sentimentos, assim como ajudam os filhos a também o fazerem. Discutem questões pessoais importantes que trazem autoconhecimento e mudanças. Descobrem que podem “desarmar-se” em casa e usar do amor, do carinho e da criatividade para ajudar os filhos, de forma prática e efetiva, porque eles mesmo experimentam essa possibilidade no Ambulatório do Trauma. Se estão no Ambulatório, é porque querem ajuda! Nós os ajudamos a reconhecer as suas necessidades e suas habilidades reais, diminuindo o uso de práticas violentas na educação familiar.

Revista Saúde e Paz - Como uma pessoa faz para ser atendida no Ambulatório do Trauma?

EQUIPE AMTRA – Ela deve procurar um posto de saúde ou um profissional de saúde e, após explicar seu caso, solicitar um encaminhamento para o Ambulatório do Trauma. De posse desse encaminhamento, ela deve nos ligar, marcar uma entrevista, e comparecer em nosso endereço na quarta-feira. O serviço é gratuito!

Endereço do Ambulatório do Trauma

Unidade Borges da Costa -
Av. Alfredo Balena, 190
Bairro Santa Efigênia /
Belo Horizonte-MG.

Dia e Horário de funcionamento:
Quartas -feiras, de 8h às 12h.

Secretaria, somente às quartas: 3409-9551

Referências

- 1 Adorno, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. n.6. Sociologias. Porto Alegre, jul./dez. 2002.
- 2 Amazarray, MR; Koller, SH. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. Psicol. Reflex. Crit. vol.11. n.3. Porto Alegre, 1998.
- 3 American Psychiatric Association [APA], Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais -DSM-IV. Coordenação Dr. Miguel R. Jorge. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.
- 4 Assis, SG. Crianças e Adolescentes Violentados: Presente e Perspectivas para o Futuro. Cadernos de Saúde Pública:Rio de Janeiro, 10(Supl. 1). 1994, p.126-134.
- 5 Bandura, A. Social. Cognitive Theory: An Agentic Perspective. Annu.Rev. Psychol. 2001.52:1-26.
- 6 Beato, CC. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1998; 13(37).
- 7 Beck, AT;Rush,AJ; Shaw,BE; Emery, G. Terapia Cognitiva da Depressão. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- 8 Beck, Judith S. Terapia Cognitiva: Teoria e Prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 346p.
- 9 Bremner, JD, Randall, P, Scott, TM, Bronnen, RA, SEIBYL, JM, & Southwick, TM. MRI - Based Measurement of Hippocampal Volume In Patients With Combat-Related Posttraumatic Stress Disorder. American Journal Of Psychiatry, 152: 973-81.
- 10 Charmandari, E, Kino, T, Squvatzqglqu, E, & Chrousos, GP. Pediatric Stress Hormonal Mediators And Human Development. Hormone Research, 59, 16H79. In: C, RM.[Org.I Transtornos do Estresse Pós-Traumático [TEPT]: Da Neurobiologia à Terapia Cognitiva: 2005, P. 46-47.
- 11 Day,VP; Telles, LEB; Zoratto, PH; Azambuja, MRF; Machado, DA; Silveira, MB; Debiaggi, M; Reis, MG; Cardoso, RG e Blank, P. Violência doméstica e suas diferentes manifestações/ Domestic violence and its manifestations. Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul. v.25. supl.1. Porto Alegre, abr. 2003.

- 12 Dodge KA,B,JE,Pettit,GS,Valente,E. Social information -processing patterns partially mediate the effects of early physical abuse on later conduct problems. *Journal of Abnormal Psychology*, Vanderbilt University, Nashville, EUA, vol.104, no 4, 995, p. 632-643.
- 13 Florenzano, R; Weil, K; Cruz, C; Acuna, J; Fulerton, C; Muniz, C; Leighton, C; Marambio, M. Personalidad límite, somatización, trauma y violencia infantil: un estudio empírico. *Santiago Chile: Universidad de Los Andes*, 2002, p.1-5.
- 14 Friedberg, RD, McClure, J M. A Prática Clínica de Terapia Cognitiva com Crianças e Adolescentes. *Porto Alegre: Artmed*, 2004, 272p.
- 15 Gilbertson, M. W., Shenton, M., Ciszewsky, A., Kasai, K., Lasko, N.B., Orr, Sp., & Pitman, R.K. Smaller hippocampal volume predicts pathologic vulnerability to psychological trauma. *Nature Neuroscience*, 5: 1242-1247. In: CAMINHA, R.M., [org.] *Transtornos do Estresse pós-traumático [TEPT]: da neurobiologia à terapia cognitiva: 2005*, 46-47.
- 16 Guerra, V. N.A. Violência Física Doméstica contra Crianças e Adolescentes e a Imprensa: Do Silêncio à Comunicação. Tese de Doutorado, Serviço Social, PUC/SP, 1996.
- 17 Gurvits TV, Shenton, ME, Hokama, H, Ohta, H, Lasko, NB, Gilbertson, MW, Orr, SP, Kikins, R, Jolesz, FA, Mccarley, RW, & Pitman, R.K. Magnetic resonance images study of hippocampal volume in chronic combat-related posttraumatic stress disorder. *Biological Psychiatry*, 40: 1091-1099. In: Caminha, R.M., [org.] *Transtornos do Estresse pos-traumático [TEPT]: da neurobiologia à terapia cognitiva: 2005*, 46-47.
- 18 Haase V G; Kappler, KC; Schaefer, A; Heleno, CT; Dagnoni, JM; Freitas, PC. Psicopatologia do Desenvolvimento - Relatórios Técnicos. Disciplina não-coerciva: treinamento de pais. *Laboratório de Neuropsicologia do Desenvolvimento/Laboratório de Psicologia da Família. Belo Horizonte*, ano 1. n2. 7.2-135. jul/dez 2000.
- 19 Knapp, P; Caminha, R.M. Terapia cognitiva do transtorno de estresse pós-traumático/ Cognitive therapy for posttraumatic stress disorder. *Rev. Bras. Psiquiatr.* v.25. supl.1. São Paulo, jun. 2003.
- 20 McNally, RJ, Experimental aproachs to cognitive abnormalily in posttraumatic stress disorder. *Clinical Psychology Review*, 1996. Vol. 16, n.6, p. 971-962.
- 21 Mendlowicz, MV; Figueira, I. Transmissão intergeracional da violência familiar -o papel do transtorno de estresse pós-traumático/ Intergenerational transmission of family violence - the role of post-traumatic stress disorder. *Rev Bras Psiquiatr.* 2007;29[1]:66-95.
- 22 Minayo, MCS. O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In: Westphal, MF [org.] *Violência e Criança. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo*, 2002. Parte II. Cap.1, p.95-113.
- 23 Oliveira-Grassi, R; Pergher, G K.; Stein, LM. Cicatrizes Neurológicas do TEPT. In: Caminha, R.M. [org.] *Transtornos de Estresse Pos Traumático [TEPT]: Da Neurobiologia à Terapia Cognitiva. São Paulo: Casa do Psicólogo*, 2005. p.55-64. -PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; Feldman, R.D. *Desenvolvimento humano*. 6. ed. *Porto Alegre Artmed*, 2006. 666 p. ISBN 0071321393
- 24 Pinheiro, MIS; Del Prette, A; Haase, VG.. *Psicopatologia do Desenvolvimento - Relatórios Técnicos. Pais como Co-Terapeutas: treinamento em habilidades sociais como recurso adicional. Laboratório de Neuropsicologia do Desenvolvimento/ Laboratório de Psicologia da Família. Belo Horizonte*, ano 3 (1):1-42. jan/jul 2002.
- 25 Pinheiro, MIS; Haase, VG.; Del Prette, A; Amarante, CL D; Del Prette, ZAP. Treinamento de Habilidades Sociais Educativas para Pais de Crianças com Problemas de Comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 407-414. 2006 (disponível em www.scielo.br/pn).

- 26 Porto, MSG. Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias* [1517-4522}, n.16. Porto Alegre, jul./dez. 2006.
- 27 Rocha, RLM. Violência e Mal-Estar na Sociedade: Uma cultura da violência na cidade? rupturas, estetizações e reordenações. *São Paulo Perspec.* v.13. n.3. São Paulo, jul./set. 1999.
- 28 Salomon.Z. Situação da Criança e do Adolescente em Israel. "Crescendo em Ambientes violentos: Vulnerabilidade e Resiliência". In: Westphai MF[org]. *Violência e Criança.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. Parte I. Cap.2 p.73-69.
- 29 Stein, AT; Carli, E; Casanova, F; Pan, MS; Pellegrin, LG. Transtorno de estresse pós-traumático em uma unidade de saúde de atenção primária. *Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul.* v.26. n.2. Porto Alegre maio/aqo. 2004.
- 30 Stein, MB; Koverola, C; Hanna, C; Torchia, MG & McClarty, B. [1997). Hippocampal volume in women victimized by childhood sexual abused a preliminar report. *Psychology and Medicine,* 27:951-959. In: CAMINHA, R.M., (org) *Transtornos do Estresse pós-traumático [TEPT]: da neurobiologia à terapia cognitiva:* 2005, 46-47.
- 31 Tryon, WW. A bidirectional associative memory explanation of posttraumatic stress disorder. USA. Elsevier Science Ltd, 1999. Vol. 19. no 7. p. 769-eie
- 32 Vianna, AM. Estudo em gêmeos sobre fatores individuais e familiares de risco para exposição a trauma e transtorno de estresse pós-traumático. *Rev. psiquiatr. clm.* vol.30 no.3. São Paulo, 2003.

Passo 1. “Porque as crianças se comportam mal?”

Listar comportamentos adequados e inadequados dos filhos. [Atividades, discussão e reflexão]

Tarefa: Refletir o que vocês cuidadores podem fazer para modificar a situação, como participantes ativos no Treinamento de Pais [focarem-se nos próprios comportamentos].

Passo 2. Um tempo dedicado ao seu filho, dando atenção a seus bons comportamentos e utilizando o diálogo como recurso [a utilidade das orientações, informações, pesquisas em conjunto, etc]. [Discussão e reflexão] Tarefa: Tempo dedicado ao filho.

Passo 3. Como agir para que seu filho não o interrompa, ensinando-o como aproveitar seu tempo sozinho. Como utilizar de estímulos competitivos. Como dar ordens. [Discussão e reflexão]

Tarefa: Dar foco às obrigações, elogiando quando o filho as cumprir. Diferenciar ordem [obrigação] de favor [o que interessa só a você, mas, não podendo fazer, precisa do outro].

Passo 4. “Comunicação eficiente”. Ensinando seu filho a ler o ambiente. Dados das emoções. Desenvolvendo a capacidade de se expressar. [Atividades de identificação e expressão de sentimentos, discussão e reflexão] Tarefa: Atividade de identificação de sentimentos (revistas, TV, dado das emoções, fichas, etc).

Passo 5. Conversa com a professora, e acompanhamento na autoavaliação do filho sobre os próprios comportamentos e sentimentos em ambientes externos. [Discussão e reflexão]

Tarefa: Autoavaliação [filhos] – acompanhamento e conversa com a professora.

Passo 6. Representação de papéis. Finalização com conclusões e *feedbacks*. [Psicodrama, discussão e reflexão] Avaliação do processo, aspectos positivos e negativos. [Discussão e reflexão]

Adaptado de

Haase, VG; Kappler, KC; Sckaefer, A; Heleno, C T; Dagnoni I, JM; Freitas, PC. Psicopatologia do Desenvolvimento - Relatórios Técnicos Disciplina não-Coerciva: treinamento de pais. Laboratório de Neuropsicologia do Desenvolvimento; Laboratório de Psicologia da Família Belo Horizonte ano 1 n2 p72-135, jul/dez 2000

Pinheiro, MIS; Del Prette, A; Haase, VG. Psicopatologia do Desenvolvimento - Relatórios Técnicos. Pais como Coterapeutas: treinamento em habilidades sociais como recurso adicional Laboratório de Neuropsicologia do Desenvolvimento/ Laboratório de Psicologia da Família Belo Horizonte ano 3():1-42 jan/jul, 2002 por Danas Moita Costa Lopes (na situação, estudante de Medicina; participação observadora e coterapeuta). Fernanda Junco Ruas Alves (na situação, estudante de Psicologia, coterapeuta) e Sandra das Dores Souza (Psicóloga, especialista em Psicodrama, Terapeuta); no segundo semestre de 2008

A violência hoje é um dos principais problemas de saúde. Sempre ocupando o topo da lista, causa dor, sofrimento, sequelas, morte. E medo. Ao mesmo tempo que dispendemos tanto esforço para curar doenças e prolongar a vida convivemos com a ocorrência de homicídios, mortes no trânsito, suicídios, agressões, exclusão, negligência, desigualdades... Irracionalidade. É hora de perguntar: o que estamos fazendo conosco? Será que precisamos sofrer tanto e causar tanto sofrimento? Ou será que podemos evitar tudo isso?

